

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS

JOSÉ ANTÔNIO GERZSON LINCK

**CRIMINOLOGIA E TRANSGRESSÃO:
UM LAÇO ENTRE MOVIMENTOS CULTURAIS CONTEMPORÂNEOS**

Porto Alegre

2014

JOSÉ ANTÔNIO GERZSON LINCK

**CRIMINOLOGIA E TRANSGRESSÃO:
UM LAÇO ENTRE MOVIMENTOS CULTURAIS CONTEMPORÂNEOS**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Porto Alegre

2014

JOSÉ ANTÔNIO GERZSON LINCK

**CRIMINOLOGIA E TRANSGRESSÃO:
UM LAÇO ENTRE MOVIMENTOS CULTURAIS CONTEMPORÂNEOS**

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Criminais da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (orientador) — PUCRS

Profa. Dra. Ana Luiza Pinheiro Flauzina — UniCEUB

Prof. Dr. Michel Misse — UFRJ

Profa. Dra. Ruth Maria Chittó Gauer — PUCRS

Prof. Dr. Ney Fayet de Souza Júnior — PUCRS

Porto Alegre

2014

A Vera Regina Serezer Gerzson,
ausência dilacerante.
A Carla Marrone Alimena e Teresa Alimena Linck,
por me reconstituírem.

AGRADECIMENTOS

A Lucas Gerzson Linck, o sujeito mais firme que se pode ser. O que tu seguras só tu poderias segurar, irmão. Te amo.

A Rodrigo Azevedo, que me orientou em Monografia I, Monografia II, avaliou meu projeto de dissertação em Metodologia, avaliou meu anteprojeto de tese na seleção para o doutorado, propiciou o debate do projeto no GPESC e orientou todas as etapas deste trabalho. Se há alguma coerência em minha trajetória acadêmica, ela passa por ter tido orientadores que admitiram, valorizaram e defenderam minha autonomia discente — aquilo que traz sentido para a própria docência. Obrigado por toda esta parceria.

A Salo de Carvalho por não aceitar ser mentor, não aceitar ser trampolim, não aceitar ser guia e ser sempre braço: apoiando, mostrando espaço, não deixando desandar, fortalecendo. Fazendo laço, nunca capturando nada. Referência de trajetória.

A Ruth Gauer, que há uma década aceitou com muito respeito um aluno ouvinte, ainda na graduação e sabendo muito pouco sobre quase nada. Por ter apresentado autores, por ensinar a usá-los, por ter feito críticas muito fortes, por ter me levado a sério. Por criar e compartilhar espaços efetivamente transdisciplinares de debate acadêmico.

Ao programa de bolsas da PUCRS e, posteriormente, à CAPES/CNJ-Acadêmico (através do projeto “Descarcerização e Sistema Penal”, coordenado por Rodrigo Azevedo). Não haveria nenhuma chance deste trabalho existir se não houvesse sido subsidiado. As instituições de fomento são responsáveis — em todos os níveis — pelas inovações possíveis no pensamento acadêmico.

Aos professores e funcionários do PPGCRIM, pelo apoio dado em quase uma década de curso.

A Camila Doval, pela competente e respeitosa revisão.

A Mariana de Assis Brasil e Weigert, por ter lembrado meu nome no momento de maior perrengue da minha vida. Não fosse aquele primeiro emprego, agora estaria nadando em burocracia.

A Marcelo Luchese Cordeiro, sempre em rebelião, companheiro em alguns dos momentos mais tensos e intensos por que passei em espaços de exercício livre

da cidadania. Se a criminologia passa por enfiar o pé na lama, estamos bastante sujos, irmão.

A Marcelo Mayora Alves, maior corneteiro de suas próprias produções acadêmicas. Diversas vezes enviei ideias deste trabalho esperando críticas agudas e elas voltavam ainda mais incisivas. Creio que nunca irei escrever nada sem antes ser corneteado pela tua parceria.

A Alexandre Costi Pandolfo, por estar ao meu lado.

A Mariana Garcia, amiga implicada tão fortemente nesta montoeira de afetos, artigos e ideias que tantas vezes foram e voltaram com cheiro de maresia.

A Manuela Mattos, pela aproximação tão recente e tão definitiva.

A Moyses Fontoura Pinto Neto, por insistir em outro mundo possível. E me convencer.

A Gabriel Divan, Rafaella Pallamola, Daniel Achutti, Janaína de Souza Bujes, Marco Antônio de Abreu Scapini, Paula Gil Larruscahim, Gregori Elias Laitano, Christiane Russomano Freire e aos colegas do GPESC Guilherme Dornelles, Mariana Chies Santiago Santos e Clara Masiero: estarei sempre atento ao que escrevem.

Aos estudantes, orientandos, colegas e coordenadores da CNEC-FACENSA, por criarem um ambiente de trabalho tão responsável, tão alegre e tão respeitoso. Fico muito feliz em trabalhar com vocês.

A Darqui, Dona Ana, Tio Sid, Gabi Fiori, Fabi e Cissa: se um dia eu for morar no Afeganistão e depois voltar, a primeira coisa que farei na madrugada é fumar um cigarro ali no balcão. A amizade entre vocês é uma das coisas mais lindas e libertadoras que eu já vi.

A Bohrer, Ferson, Zé Felipe e Pedro Pasquini: vinte anos, duas décadas. Ainda usava uniforme quando conheci vocês.

À memória de Carlos Eduardo de Sá, que certamente estaria ao meu lado agora.

A Cíntia Freitas Gouveia, agora parte da família.

A Arthur Amaral Reis, pela companhia, pelos debates embriagados, pela tradução.

A André da Rocha e Marcel Saldanha: futuros desgovernados de nação nenhuma.

A Baco, por estar neste exato momento onde ficou durante toda a escrita da tese: rosnando ao meu lado.

A Valério Martins, sempre pai. Sempre ao seu jeito.

A Branca e ao Marcelo. No momento mais foda de todos, estavam ali. Gratidão.

À família Marrone Alimena, por também serem minha família agora.

A Mônica, Felipe, Marquinhos e Raphaela Linck: é um orgulho ser família com vocês.

À memória de Maria Tereza de Castro Linck e José Antônio de Castro Linck, por serem quase toda minha infância.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa compõe discursos críticos ao modelo segregacionista das metrópoles contemporâneas, a partir da descrição de expressões culturais produzidas em camadas sociais distintas. Descreve espaços de exercício livre da cidadania em Porto Alegre, discutindo seus objetivos, conflitos e tensões com o modelo urbano dos enclaves fortificados. Tal narração é justaposta ao discurso dos sujeitos periféricos, através da exposição do projeto artístico observado nas produções do grupo Racionais MC's. A proposta teórica e prática é discutir a viabilidade de manter a discussão sobre desvio e transgressão na criminologia contemporânea, adaptando-a aos modelos atuais de controle e evasão. A proposta metodológica é fazer um esforço de composição através de similaridades entre discursos deslegitimantes do sistema penal produzidos em espaços sociais distintos. Em Porto Alegre, a delimitação é espacial: locais de ajuntamento coletivo de camadas médias, com potência crítica em relação à cidade de muros. No discurso rap, foi analisado o projeto artístico elaborado pelo grupo Racionais MC's, denúncia das relações entre extermínio e segregação dos clientes preferenciais das agências do sistema penal. O principal objetivo teórico foi analisar movimentos culturais posicionados criticamente em relação aos controles da vida cotidiana. O principal objetivo metodológico foi aproveitar a insegurança epistemológica da criminologia para desenvolver uma metodologia polifônica, admitindo recortes díspares de observação. São descritos espaços de exercício livre da cidadania em Porto Alegre, nos quais as regras de controle usuais são subvertidas ou neutralizadas, apontando para aberturas no modelo de contenção da diferença exposto por correntes sociocriminológicas críticas. A análise de artefatos culturais produzidos por sujeitos periféricos aponta denúncia deslegitimante do sistema penal através da exposição de similaridades entre cárcere e periferia, indicando tentativas de descarcerização e desfragmentação espacial. Os dois resultados aparecem envoltos em conflitos e negociações sociais que não admitem sentenças definitivas, mas apontam para tentativas de construção de outras formas de socialidade urbana, distintas dos modelos de segregação espacial.

Palavras-chave: Criminologia. Transgressão. Movimentos Culturais. Exercício Livre da Cidadania.

RÉSUMÉ

Ce travail de recherche compose des discours qui critiquent le modèle ségrégationniste des métropoles contemporaines, d'après la description des expressions culturelles produites dans des strates sociales distinctes. Il décrit des lieux d'exercice libre de la citoyenneté en Porto Alegre, en discutant ses objectifs, conflits et tensions avec le modèle urbain d'enclaves fortifiés. Telle narration est juxtaposée au discours des individus périphériques, par l'exposition du projet artistique observé dans les productions du groupe Racionais MC's. La proposition théorique et pratique est discuter la viabilité de maintenir la discussion sur déviation et transgression dans la criminologie contemporaine, en l'adaptant aux modèles actuels de contrôle et évasion. La proposition méthodologique est de faire un effort de composition par des similarités entre discours de délégitimation du système pénal, produits dans des espaces sociaux distincts. À Porto Alegre, la délimitation est spatial: des lieux de rassemblement collectif des strates moyennes, avec puissance critique par rapport à la ville de murs. Dans le discours rap, on a analysé le projet artistique élaboré par le groupe Racionais MC's, dénonciation des relations entre extermination et ségrégation des clients préférentiels des agences du système pénal. Le principal objectif théorique fût analyser des mouvements culturels positionnés de façon critique aux contrôles de la vie quotidienne. Le principal objectif méthodologique fût profiter de l'insécurité épistémologique de la criminologie pour développer une méthodologie polyphonique, tout en admettant des tranchages inégaux d'observation. On décrit des espaces d'exercice libre de la citoyenneté dans la ville de Porto Alegre, où les règles de contrôle usuelles sont subverties ou neutralisées, en pointant des ouvertures dans le modèles de contention de la différence exposé par des courants socio-criminologiques de critique. L'analyse d'artéfacts culturels produits par des individus périphériques pointe dénonciation délégitimant du système pénal par l'exposition de similarités entre prison et périphérie, en indiquant tentatives de décarcérisation et défragmentation spatial. Les deux résultats se montrent enveloppés dans des conflits et négociations sociaux qui n'admettent pas des sentences définitives, mais pointent des essais de construction d'autres formes de socialité urbaine, distinctes des modèles de ségrégation spatial.

Mots-clés: Criminologie. Transgression. Mouvements Culturels. Exercice Libre de la Citoyenneté.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	71
Figura 2	72
Figura 3	80
Figura 4	81
Figuras 5, 6 e 7	82
Figura 8	83
Figura 9	86
Figura 10	87
Figura 11	90
Figuras 12 e 13	92
Figura 14	94
Figura 15	101
Figura 16 e 17	103
Figura 18	104
Figura 19	105
Figura 20	107
Figura 21	110
Figura 22	111
Figura 23	125
Figuras 24 e 25	127
Figura 26	129
Figura 27	131
Figura 28	132
Figura 29	135
Figura 30	136
Figura 31	138
Figura 32	170
Figuras 33	182
Figura 34	182
Figura 35	183
Figura 36	194
Figura 37	198

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CENÁRIO: ABERTURA	26
2.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA: AS POSSIBILIDADES DA CRIMINOLOGIA COMO MEDIADORA DE TRANSGRESSÕES CULTURAIS HÍBRIDAS	26
2.2 CAPTURANDO A DIFERENÇA: INCLUIR ASSUJEITANDO E INVISIBILIZAR AFASTANDO.....	41
2.3 SEMPRE HÁ LINHAS DE FUGA.....	51
2.4 COMO PROCURAR LINHAS DE FUGA: A INSPIRAÇÃO METODOLÓGICA	67
3 ANDANDO	80
3.1 ANDANDO POR LINHAS DE CAPTURA: NARRAÇÃO DE UMA CAMPANHA MORAL EM PORTO ALEGRE	80
3.2 ANDANDO POR LINHAS DE CAMUFLAGEM: A PRAÇA QUE É UMA CAIXA, A PARADA QUE NÃO É DE ÔNIBUS E O ENCONTRO	100
3.3 ANDANDO POR LINHAS DE FUGA: A OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS CAPTURADOS	123
4 ESCUTANDO	137
4.1 ESCUTANDO O IMAGINÁRIO DO REALISMO PERIFÉRICO: TRANSGRESSÕES FANTÁSTICO/SIMBÓLICAS NO GRUPO RACIONAIS MC's	138
4.2 ESCUTANDO SUJEITOS PERIFÉRICOS: A VIDA EM CRISE COMO LAÇO COMUNITÁRIO NAS COMPOSIÇÕES DO GRUPO RACIONAIS MC's.....	148
5 CENÁRIO: FECHAMENTO	166
5.1 TRANSGRESSÃO (“AÇÃO DE PASSAR DE UMA PARTE À OUTRA”): DOS ENCLAVES FORTIFICADOS AO EXERCÍCIO LIVRE DA CIDADANIA.....	166
5.2 TRANSGRESSÃO (“AVANÇO DO MAR SOBRE ÁREAS LITORÂNEAS”): O AVANÇO DA AFETIVIDADE SOBRE A ARIDEZ URBANA.....	172
5.3 TRANSGRESSÃO (“AVANÇO DO MAR SOBRE ÁREAS LITORÂNEAS”): O AVANÇO DA MEDIAÇÃO CULTURAL SOBRE O CONTROLE VERTICALIZADO.....	183
5.4 TRANSGRESSÃO (“AÇÃO DE PASSAR DE UMA PARTE À OUTRA”): A CRIMINOLOGIA COMO COMPOSIÇÃO DE TRÂNSITOS ENTRE MOVIMENTOS CULTURAIS CONTEMPORÂNEOS.....	198
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
REFERÊNCIAS	219

1 INTRODUÇÃO

A primeira vez que decidi começar o trabalho estava bastante implicado na forma com que Karim Aïnouz construiu o filme *Madame Satã*¹, sobretudo a produção de personagem que transita por diversos espaços, por diversos gêneros, por diversas produções de subjetividade. Decidi investigar os escritos acadêmicos sobre o tema. Não tinha interesse específico em utilizá-lo no trabalho, mas a heterogeneidade constitutiva do personagem problematizava tanto as “produções de imagens de identidade” como as “transformações dos sujeitos ao assumirem estas imagens”, salientando mais os intervalos do que os momentos de permanência dos etiquetamentos identitários².

Não se trata de desvalorizar as imagens identitárias, como se a aparência³ estivesse aquém da realidade, mas lembrar que o próprio curso de produção imaginária já transforma o sujeito que irá assumi-la. A crítica que Gilberto Velho⁴ aplica às leituras modernas sobre o desvio atinge a binariedade entre os termos “realidade” (a suposta *verdade* do sujeito) e “aparência” (aquilo que *esconderia* o sujeito verdadeiro): “optam pelo psicologismo ou pelo sociologismo”, aplicando divisão do trabalho acadêmico, a qual pode servir para muitas áreas do pensamento, mas, no caso da temática do desvio, fratura o objeto em uma leitura que desconsidera os limites do “campo de possibilidades⁵” em prol do indivíduo implicado ou salienta apenas as determinações sociológicas em detrimento do projeto⁶ individual constantemente produzido e alterado tanto pelos sujeitos como pelos mediadores culturais⁷.

O contexto histórico retratado pelo filme (o cenário⁸, o *studium*⁹) é importante para a percepção da singularidade e perspicácia das criações identitárias de

¹ MADAME Satã. Direção: Karim Aïnouz. Brasil/França: Videofilmes: Imagem Filmes, 2002. 1 DVD (105 min).

² Sobre o tema, ver GAUER, Ruth Maria Chittó. **A fundação da norma**: para além da racionalidade histórica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, p. 83.

³ Sobre o tema ver: MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis, Vozes, 1996.

⁴ VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p.22.

⁵ VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 132.

⁶ VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 13-40.

⁷ Ibid., p.29.

⁸ GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009, p.29.

⁹ BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: 2012.

Madame Satã: a artilosidade do seu caminhar pelas frestas das identificações binárias (preto/branco, trabalhador/vagabundo, homem/mulher, homossexual/heterossexual) só é perceptível na compreensão do período histórico. O contexto social é o contraste onde Madame Satã trabalha seus regimes de visibilidade, transitando por escalas que transcendem o visível/invisível¹⁰: o trabalho de performance não é a busca da visibilidade ou da invisibilidade, mas o deslocar-se sempre entre as inúmeras nuances dos regimes de visibilidade.

As referências acadêmicas sobre Madame Satã são inesgotáveis. Na primeira pesquisa, em menos de quatro horas acumulei mais de 1.600 páginas de artigos e teses acadêmicas sobre a película. Sociólogos, antropólogos, historiadores, juristas, fotógrafos, criminólogos, psicanalistas e cineastas discutindo temas como luz, cor, desigualdade de renda, desigualdade racial, foco, gênero, sexualidade, controle social, sistema penal, escravidão, prostituição, performance, estado de exceção, samba, capoeira, teatro de rua, patriarcalismo, feminismo, resistência cultural, resistência racial, masculinidade e dança. A questão da multiplicidade identitária estava presente na maior parte dos textos, assim como a dignidade na manutenção de uma existência absolutamente matável¹¹. Os referenciais teóricos variavam bastante, mas os que mais me chamaram atenção estavam calcados (externamente) nos trabalhos de Florestan Fernandes, sobretudo *O negro no mundo dos brancos*¹² e *A integração do negro na sociedade de classes*¹³. Os autores que dialogaram com Florestan foram especialmente felizes pela plasticidade das áreas abordadas pelo autor na sua segunda fase acadêmica: o trânsito entre antropologia, sociologia, história e — de alguma forma — psicologia social produziu um cadinho fértil para diálogos com a arte¹⁴.

Não se trata de valorizar os aspectos diferenciais de gênero, nos quais evidentemente estaríamos próximos demais das ontologias que naturalizam todos os aspectos existenciais. Não é o caso de afirmar que Madame Satã sabia extrair o melhor do homem e da mulher que tinha em si, mas de outra forma, demonstrar que a construção subjetiva do personagem era consciente das inúmeras falhas dos

¹⁰ MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

¹¹ AGAMBEM, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 90.

¹² FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

¹³ FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume I. São Paulo: Dominus, 1965.

¹⁴ FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume II. São Paulo: Dominus, 1965.

dispositivos binários de sexualidade, aproveitando-se delas para fazer cada dispositivo girar em vão quando se tentava capturá-lo.

O filme apenas suscita o contexto histórico, mantendo o foco na construção subjetiva do personagem. Os dispositivos carecem de uma mínima capacidade de assujeitamento, produção ou alteração da construção subjetiva¹⁵, caso contrário serão manifestações de violência excessivamente visíveis. Madame Satã, inobstante o mito, não estava completamente incólume ao poder dos dispositivos. Exercia dentro de casa o patriarcalismo violento e arbitrário (seria possível utilizar um estereótipo sem ser capturado¹⁶, pelo menos um pouco, por ele?), mas no minuto seguinte poderia estar embalando carinhosamente a filha adotiva da personagem Laurita, exercendo função materna dicotômica ao modelo machista. Deixar-se capturar para logo em seguida empreender fuga, aceitar o estigma para logo depois trocar a etiqueta, estar sempre em reconstrução (sem que isto implique uma repetição infinita, mal-elaborada) — *encenação*, nas palavras de Erving Goffman¹⁷.

Florestan Fernandes foi muito perspicaz quando demonstrou que o limbo onde foi jogado o negro na história brasileira estimulava espécie de suicídio em massa (nas brigas de rua, no alcoolismo, na prostituição), que, até hoje, é dispositivo presente na estrutura social (ainda que sob outras formas, entre as quais as facções e as toxicomanias duras são exemplares). Não é afirmar que a drogadição¹⁸ seja uma característica dos descendentes de escravos, mas que o processo de subjetivação no qual estão jogados não permite o trânsito em outras modalidades de ascense de si. Madame Satã transitava: a prostituição não era uma situação de captura, mas de jogo existencial — era cafetão inclusive de si. A cocaína era um objeto presente, mas não concentrava os prazeres e as condutas. Tudo no personagem é escorregadio, duvidoso, questionável. Madame Satã não batia a cabeça na parede, não jogava o corpo contra a navalha da polícia; a *Mulata do*

¹⁵ Não estou utilizando as relações entre os dispositivos disciplinares e o processo subjetivo de forma conceitual, ainda que esteja me baseando, neste caso, na obra: FOUCAULT, Michel. **História da loucura: na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 496.

¹⁶ A palavra captura está sendo utilizada de forma não conceitual, buscando comportar tanto a temática exposta por Foucault, quando discorre sobre o termo *dispositivo*, quanto a aplicação de Agamben ao período contemporâneo (AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009, p. 400).

¹⁷ GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009.

¹⁸ Sobre drogadição e juventude nas camadas periféricas nas décadas de 70 e 80, ver: BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

Balacoxê era sempre outro quando poderia ser atingido. Inclusive um outro que sabe sofrer quando o ferimento é inadiável.

As tentativas criminológicas de superar a ontologia determinista paradoxalmente habilitam e adiam as possibilidades de problematizar tanto as performances de evasão dos dispositivos de construção subjetiva da modernidade recente como dos processos de dessubjetivação e construção especular de si presentes na contemporaneidade. Os dois processos são inegáveis, bem como suas possibilidades cumulativas e multiplicadoras, mas seria possível se ausentar dos processos positivos de construção subjetiva sem ser capturado pelos dispositivos negativos de subjetividade (dessubjetivação), tão presentes na contemporaneidade (da reprodução infinita de conexões virtuais abortadas à medicalização da existência)?

Um dos problemas em se abordar criminologicamente esta questão é a tradição enciclopédica da criminologia, em que a possibilidade de encontrar os desvios contemporâneos é obstaculizada pela necessidade de encaixe em áreas de pensamento (criminologia cultural, sociologia da violência, antropologia jurídica etc.) que invocam uma necessidade constante de buscar na bibliografia uma justificativa plausível para a definição de um trabalho como *criminológico*. De fato, esta não é uma característica exclusiva da criminologia, mas a demarca fortemente. A visualização de dispositivos de controle e repressão em livros como *Travestis*¹⁹ é tão pertinente quanto em manuais criminológicos. O vínculo afetivo entre o autor e as vidas que retrata, o vínculo afetivo entre o autor e as palavras que dispõe no texto, o vínculo afetivo entre o leitor e os sujeitos representados... Tudo difere da forma de apresentação característica dos manuais criminológicos²⁰, embora o desvio/etiquetamento seja discutido em todas as páginas.

A obra de Hélio Silva é uma representação de vidas que permaneceriam na obscuridade caso o autor não existisse, mas é também uma representação do próprio autor. São as palavras afetuosas e o respeito do autor às pessoas representadas que tornam o livro absolutamente singular. A função-autor²¹ no livro de Hélio Silva é a criação de uma forma de diálogo entre os sujeitos representados,

¹⁹ SILVA, Hélio R. S. **Travestis**: entre o espelho e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

²⁰ Destaco aqui a crítica aos modelos lógicos produzidos pela criminologia presente em PANDOLFO, Alexandre. **A criminologia traumatizada**: um ensaio sobre violência e representação dos discursos criminológicos hegemônicos no século XX. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2010, p. 33.

²¹ O sentido e as implicações das diversas funções que podem ser exercidas por um autor foram inspirados em: FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Alpiarça: Passagens, 2000.

o autor e o leitor que problematiza, mas que não se deixa aprisionar pelas discussões teóricas sobre representação e ética na antropologia; ocorre que tais discussões ficam muito agudas quando o autor passa a efetivamente *estar junto* desses sujeitos que representa.

A situação de ir a campo com a teoria estruturada provoca sempre um risco maior (ainda que fundamental) de emprestar ao texto uma função-autor um pouco blasé, distanciada. Não é o caso de *Travestis*. O livro conta histórias que dependeram de maneira decisiva de um sentimento que aconteceu na relação entre o autor e os sujeitos representados. E o tempo em que isto ocorreu foi fulcral para que as histórias sejam aquelas que ali estão — e não outras talvez menos ou mais belas do que as que seriam retratadas dois anos antes ou depois.

Todo trabalho acadêmico está em relação com o tempo e possui peculiaridades em sua função-autor, mas a relação que particularmente gostaria de problematizar é a fatal inexistência de representação que aquelas vidas teriam caso não tivesse ocorrido o encontro entre o autor e os sujeitos. Esta função-autor exige que a escrita seja, também, expressão de si. A função-autor que Hélio Silva exerce é nitidamente diferente da função-autor exercida na escrita de manuais de criminologia. Não há nenhum propósito em hierarquizar tais funções, mas importa torná-las singulares no seu modo de exercer a escrita.

O estilo não é uma peculiaridade da literatura, do cinema ou das artes em geral; toda expressão gesta a discussão sobre a forma de sua produção, mesmo que insidiosamente. A criminologia, sobretudo *jurídica*, parte de um pressuposto de validade em que a função-autor exerce mais um rótulo de legitimidade do que de singularidade. Serve mais para garantir a segurança das informações do que para expressar um certo modo de fazer criminologia: *que importa quem fala?*²² É uma forma de produção acadêmica muito importante, mas que não esgota as possibilidades de pesquisa e apresentação dos objetos criminológicos.

O objetivo do trabalho é problematizar as possibilidades de manutenção da discussão sobre o *desvio*, incorporando tanto as críticas criminológicas sobre o termo, decorrentes do etiquetamento inerente à acusação social, como aquelas advindas da antropologia contemporânea, que desarticulam a fixidez identitária da etiqueta desviante. A teoria que costura a observação realizada em espaços de

²² FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Alpiarça: Passagens, 2000. p. 34.

exercício livre da cidadania²³ em Porto Alegre está calcada na discussão que tensiona os *campos de possibilidades*²⁴ com os projetos individuais dos sujeitos e grupos sociais. O pressuposto que estrutura a pesquisa e serve como espelho contraposto da observação é a característica de *cidade de muros* das metrópoles contemporâneas e os desvios ao modelo segregacionista, que irromperam no início da segunda década do século XXI.

O segundo objetivo da tese é verificar as interações entre este projeto de sociabilidade observado em zonas centrais de Porto Alegre e expressões culturais periféricas, especificamente o projeto de sociabilidade e construção ética presente no discurso rap, a partir da análise dos artefatos culturais produzidos pelo grupo Racionais MC's. A dissonância entre os objetos de análise adveio da tentativa de incorporar as discussões metodológicas e epistemológicas presentes tanto nos trabalhos de Michel Maffesoli como de Howard Becker.

A recepção da teoria interacionista do desvio — ao focalizar, no Brasil, o problema da acusação de desvio como forma de conflito político — aponta para os mecanismos de poder envolvidos na negociação da realidade, desmistificando os modelos funcionalistas de patologia social. Dentro do conflito político encontramos também a expressão de modelos culturais contraditórios que se revelam através de padronizações particulares dos aspectos afetivos e emocionais dos indivíduos, e não apenas através da particularização de interesses materiais propriamente ditos. A divisão do trabalho acadêmico, no campo criminológico, denuncia sobretudo questões de dominação material que envolvem o fenômeno da rotulação. Como o desvio não se resume ao aspecto material (embora a questão esteja sempre presente), há a possibilidade de leituras que demonstrem transgressões de grupos relativamente distantes economicamente, mas cujo valor simbólico do desvio permite aproximá-los quanto ao significado dos seus atos²⁵.

²³ A expressão foi elaborada a partir da sugestão da banca examinadora do projeto de tese de criar uma categoria que procurasse dar conta dos locais pesquisados. Utilizo a expressão como uma das formas de nomear espaços onde há menor coerção vertical. Não estou indicando liberdade plena, mas ausência dos controles cotidianos tradicionais: a relação de emprego nos espaços de trabalho, a relação geracional/moral na família, o controle privado nos espaços de consumo etc. Penso que conceituar com maior densidade tornaria improvável a utilização da expressão com a amplitude que desejo, por isto irei aprofundá-la durante o desenvolvimento do trabalho, no próprio corpo do texto.

²⁴ VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 132.

²⁵ VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 61.

Neste sentido, a acusação de desvio ou o objetivo do projeto transgressor sempre possuem uma dimensão moral que denuncia a crise de certos padrões ou convenções que dão ou davam sentido a um estilo de vida de uma sociedade, na hipótese de que existem projetos alternativos de sociabilidade sendo produzidos em espaços diversos e conflitantes, mas que interagem e são porosos entre si. Reflexo, sobretudo, da interação entre as redes de socialidade²⁶ e a multiplicidade identitária que caracterizam o período contemporâneo: “o nascimento de novas conexões que extrapolam as dualidades minoria x maioria, capital x trabalho, Estado x sociedade etc.”²⁷

A construção de minha trajetória acadêmica foi fortemente influenciada por Howard Saul Becker. *Outsiders*²⁸ foi o primeiro trabalho sobre desvio que li, e a forma de sua construção foi um dos motivos pelos quais decidi me aproximar da temática da tese. A obra *Falando da sociedade*²⁹, por sua vez, possui como foco de problematização a metodologia e a epistemologia. O autor insiste na necessidade de fazer cruzamentos de *tipos de meios* diversos (filmes e tabelas; modelos estruturais e entrevistas; músicas e tabelas; tabelas e etnografia; campos dicotômicos etc.). Quando me deparei com a necessidade de colocar algumas redes de socialidade verificadas na cidade de Porto Alegre ao teste do confronto com outros modelos horizontalizados de construção ética que transcendessem classificações econômicas ou territoriais e estivesse em relação com os espaços observados, lembrei-me imediatamente desse autor.

A proposta havia sido colocada na banca de qualificação, e eu já tinha algum interesse em realizá-la quando estudei as obras de Michel Maffesoli (*O conhecimento comum*³⁰, principalmente) durante o mestrado, sobretudo nas cadeiras de antropologia da professora Ruth Gauer (*A violência totalitária*³¹) e de

²⁶ O termo não está restrito às problematizações realizadas por Michel Maffesoli, mas está problematizado em: GAUER, Ruth. **A fundação da norma**: para além da racionalidade histórica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, p.99. Quando o significado fugir muito da expressão utilizada pelo autor, utilizarei outros termos como sociabilidade, relações sociais etc.

²⁷ GAUER, Ruth. **A fundação da norma**: para além da racionalidade histórica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, P.83.

²⁸ BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p.22.

²⁹ BECKER, Howard S. **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

³⁰ MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007.

³¹ MAFFESOLI, Michel. **A violência totalitária**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

criminologia do professor Salo de Carvalho (*O instante eterno*³²). Ocorre que a sociologia francesa (“pós-moderna”, sobretudo) possui muita resistência na criminologia, principalmente na criminologia crítica. A abordagem de Howard S. Becker está alicerçada em outros modelos teóricos, divergentes daqueles que estruturam as obras de Maffesoli; está em tensão com o tema do desvio e orienta claramente a utilização de materiais diversos e focalizações temáticas dicotômicas. Decidi, então, colocar em composição o objeto inicial da tese (construções de sociabilidade em espaços de exercício livre da cidadania) com outra tentativa de construção de sociabilidade que sempre esteve no foco da minha trajetória acadêmica (o discurso rap), focalizando no grupo de maior repercussão e trajetória artística no Brasil (Racionais Mc’s).

Não quero restringir o objeto aos temas estritamente vinculados à criminologia jurídica, e não acho que seja o momento de retornar aos autores que orientam parte das pesquisas sociológicas ligadas ao tema do desvio, como Sutherland, Albert Cohen ou Merton. Tenho muita dificuldade em contemplar rigidez analítica com densidade teórica na análise de artefatos culturais. Não adotei em nenhum momento de minha formação qualquer *escola* teórica. Meus primeiros estudos foram em grupos de pesquisa com referenciais diversos, com professores próximos tanto das temáticas sociológicas como daquelas rotuladas como *jurídicas*.

Os primeiros grupos de estudo que participei eram coordenados pela socióloga Lígia Madeira. Posteriormente, pesquisei em grupos organizados por Salo de Carvalho, na época, identificado com pesquisas da criminologia *jurídica*. Meus principais interlocutores — colegas de pesquisa desde a graduação — realizam ou realizaram seus estudos de doutoramento em áreas igualmente diversas (filosofia, literatura, direito etc.). No trabalho de conclusão de curso de graduação fui orientado pelo professor Rodrigo Azevedo (sociologia jurídica), o meu referencial teórico foi Zygmunt Bauman, e situei a temática no *medo urbano* e na discussão contemporânea sobre cidadania. Na dissertação de mestrado fui orientado por Ruth Gauer (história das ideias), problematizando, sobretudo, o pensamento intitulado pós-moderno e suas consequências na temática dos desvios urbanos.

Durante o curso do mestrado me aproximei dos principais escritos de Nietzsche (estimulado por disciplina ministrada pelo professor Salo de Carvalho) e

³² MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno**: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. São Paulo: Zouk, 2003.

Gilbert Durand (estimulado pela professora Ruth Gauer). Os autores fazem parte do referencial teórico de Michel Maffesoli e orientam seu argumento sobre as tribos urbanas contemporâneas. No mesmo período, procurei assistir disciplinas ministradas por Rodrigo Azevedo, na Faculdade de Sociologia, e de História da Arte, no Programa de Pós-Graduação em História, ministrada pela professora Ruth Gauer. Portanto, a divisão entre criminologia jurídica e criminologia sociológica nunca fez parte da minha trajetória acadêmica, orientada apenas pelo objeto criminológico que vincula tribos urbanas, transgressão e expressões culturais. Não creio que seja um objeto circunscrito a alguma *escola* específica, e minha formação não foi direcionada neste sentido.

A crítica da tipificação de condutas e a discussão acerca da legalidade são importantes para conter o poder punitivo de quem responde/responderá a um processo penal, mas a adoção do discurso de que a opressão estatal está calcada em níveis de legalidade — e, sendo assim, bastaria localizar a repressão normativa ilegal para contê-la paulatinamente através de garantias constitucionais — nega a existência massiva das funções ocultas do sistema penal.

A importância da contenção dogmática do poder punitivo não legitima a subordinação da criminologia aos métodos e temas clássicos vinculados às Ciências Penais. A criminalização primária só permite a condenação dentro dos parâmetros legais mínimos estabelecidos na relação entre a conduta e o tipo penal, mas a estrutura de controle da criminalização secundária e terciária é liberada seletivamente para toda a extensão social, independente das minúcias legais. A sujeição criminal está em relação com o conteúdo impessoal das normas penais, mas aproxima-se sempre de uma descrição estereotípica cujas consequências são muito mais vastas do que aquelas previstas normativamente³³.

A transgressão é uma construção sempre em relação com o argumento estruturado pela linguagem dos empreendedores morais, e qualquer operação policial/administrativa causa efeitos em performances existenciais que superam o rol projetado explicitamente pelo aparato normativo: quando um bairro é eleito como *perigoso*, as instituições acionadas não causam efeito apenas nos bares sem alvará, nos traficantes de drogas e em *potenciais criminosos*, mas em toda e qualquer pessoa que estiver na rua sitiada: o trânsito é paralisado, aqueles indivíduos

³³ MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos**. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Sociologia: IUPERJ, Brasil, 1999.

acostumados a serem selecionados pelos *second codes* ficam apreensivos, o público questiona se houve algum incidente violento, os moradores ficarão ainda mais temerosos na semana posterior, visto que a presença da polícia provoca a sensação de que o temor era *real* — confirmando-o e “justificando” o reforço. As práticas de controle possuem sempre a potencialidade de criar insegurança onde não existe e expandir temor onde já existe.

A reação dos grupos afetados pela função oculta da repressão da vida cotidiana é tema crucial para este trabalho, visto que o atuarialismo criminológico é um misto de averiguações a todos baseadas em estereótipos de alguns. Não existe atuarialismo neutro; a denominação das políticas criminais atuariais como “populistas” ignora o fato de que são, sobretudo, elitistas³⁴. As coletividades no foco da atuação repressiva podem, neste caso, reforçar suas identidades desviantes e seu elo comunitário. Com isto, a exclusão e o etiquetamento podem ser justificados por conjunções culturais nas quais se coloca um sinal negativo, mas também podem motivar aglomerações sociais através da transformação do conteúdo negativo da etiqueta em atrator de pertencimento comunitário ou construção identitária.

A ritualização de algumas práticas contemporâneas contidas em grupos, festas e espaços de socialidade servem como *alegorias de união*³⁵ de grupos *normativa* ou *culturalmente* rechaçados pelo empresariado moral³⁶. Ainda que uma série de ideias e ações conexas de coletivos transgressores não tenham unidade discursiva ou consistência rígida, nem por isso deixam de propor uma concepção de conexão social que realizam no próprio ato das práticas coletivas — o meio é a mensagem: sobretudo na *questão urbana*³⁷.

Por mais submersas que possam parecer, estas coletividades desenvolvem-se em várias zonas das nossas sociedades, representando microcomunidades relativamente coesas e, ao mesmo tempo, plurais³⁸. A multiplicidade deixa espaço para identificações abertas e, se há o risco de uma dessubjetivação massiva, também há a possibilidade de produções existenciais em que o sujeito esteja ativo

³⁴ ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro, Revan, 2008.

³⁵ XIBERRAS, Martine. **A sociedade intoxicada**. Lisboa: Piaget, 1989. p. 194.

³⁶ BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p.22.

³⁷ CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

³⁸ XIBERRAS, Martine. **A sociedade intoxicada**. Lisboa: Piaget, 1989. p. 197.

na construção de si, possibilitando o empreendimento de seu projeto³⁹ existencial através de interações que deixam espaço para a autonomia nas criações identitárias, sempre em tensão com os *campos de possibilidades*⁴⁰ nos quais está implicado.

A sociedade urbana e o urbano persistem e mesmo se intensificam. As relações sociais continuam a se tornar mais complexas, a se multiplicar, a se intensificar, através das contradições mais dolorosas. A forma do urbano, sua razão suprema, a saber a simultaneidade e o encontro, não podem desaparecer. A realidade urbana, no próprio âmago de sua deslocação, persiste e se densifica nos centros de decisão e de informação. Os habitantes (quais? Cabe às pesquisas e aos pesquisadores encontrá-los!) reconstituem centros, utilizam certos locais a fim de restituir, ainda que irrisoriamente, os encontros. O uso (o valor de uso) dos lugares, dos monumentos, das diferenças escapa às exigências da troca, do valor de troca⁴¹.

Problematizar possibilidades de investigação criminológica das tentativas profanas de tornar o espaço urbano ao mesmo tempo um local de encontro de diferenças e de produção de si, resistindo ao modelo da guetificação e ascetismo, é um dos objetivos do trabalho. Vera Malaguti Batista, problematizando o atuarialismo periférico (misto de etiologia escravocrata com tecnologia), demonstra como nos espaços centrais, periféricos e boêmios das cidades cada vez mais é o oficial de plantão da polícia ou algum secretário administrativo que decide se vai haver festa ou baile funk⁴². A contemporaneidade tornou as práticas de uso do espaço uma questão emergente e inadiável, próxima de uma emergência cultural⁴³. Talvez existam laços simbólicos entre as manifestações urbanas de ocupação do espaço público que ocorrem nas zonas centrais (como consequência de uma angústia urbana pelo modelo asséptico⁴⁴ de controle) e as manifestações periféricas (como

³⁹ VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 13-40.

⁴⁰ VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 132.

⁴¹ LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001, p.85.

⁴² BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p.99.

⁴³ SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 777-814.

⁴⁴ O termo assepsia representa melhor o modelo de controle urbano problematizado por Zygmunt Bauman, a partir da discussão sobre ordem, classificação e limpeza de Mary Douglas. Por vezes, utilizo a palavra *ascético* na tentativa de problematizar a discussão de Nietzsche em *Genealogia da moral* (NIETZSCHE, F. W. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 87.).

os *rolezinhos*⁴⁵ e os bailes rap), decorrentes da percepção acerca das práticas segregacionistas das metrópoles contemporâneas.

Uma das maneiras de fazer antropologia urbana é observar as emergências. A antropologia das emergências está interessada nos processos, sobretudo no curso dos acontecimentos que estão em formação⁴⁶. A existência concomitante de projetos nas camadas médias, que propõem outros regimes de sociabilidade com manifestações artísticas periféricas que estruturam horizontalmente um laço ético, instaura uma crise nos processos de negociação social por instalar um dispositivo de inclusão ao mesmo tempo indissociável e em competição com a mediação⁴⁷. A experiência da complexidade urbana não é igualmente distribuída; sua principal característica é a coexistência de diversos mundos e correntes culturais que “expressam diferentes modos de relacionamento e interação com a realidade, assim como múltiplos pertencimentos e identidades simultâneas: há mundos mais restritos e estáticos e outros mais abertos e dinâmicos⁴⁸”.

Há interação entre a ocupação de um shopping por moradores de periferia e a ocupação de locais públicos por grupos de resistência cultural, pois o atuarialismo e a *cidade de muros* são um modelo de controle que totaliza o sentido das políticas de controle em uma suposta ausência de sentido preventivo e projetivo de longo prazo, ainda que a seletividade permaneça na intensidade da violência exercida, e a continuidade niilista seja, em si mesma, um projeto.

A aceitação da inevitabilidade da sociedade do risco, dominada pela racionalidade econômica, implica em gerenciar a criminalidade com técnicas de gestão atuarial. No âmbito criminológico, se abandonada a ideia de que a delinquência existe como consequência de determinadas privações ou problemas sociais. No âmbito da política criminal, o atuarialismo considera que os conceitos econômicos básicos, como racionalidade, maximização, custos e benefícios etc., são fundamentais para entender, explicar e combater de maneira efetiva a atividade criminal. As políticas neo-conservadoras de combate ao delito têm como principal objetivo a dissuasão do delinquente, mediante a modificação do preço do delito, ou a sua pura e simples contenção. Se trata de encontrar políticas de otimização

⁴⁵ Prática de ocupação de centros comerciais por jovens de periferia com usos e historicidades diversos, muitas vezes sendo foco de repressão e campanhas morais.

⁴⁶ AGIER, Michel, **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011, p.191.

⁴⁷ PENNA, João Camilo. **Escritos da sobrevivência**. Rio de Janeiro: 7letras, 2013, p. 282.

⁴⁸ Ibid., p. 280.

da relação custo-benefício do combate ao crime, com o mínimo custo possível para o Estado⁴⁹.

Optei por problematizar a irrupção cultural de espaços livres de interferência vertical, em que a força da institucionalização agride com menor gravidade e favorece o exercício livre da cidadania⁵⁰. Se a transgressão nestes locais parece estar vinculada a uma reocupação micropolítica do espaço público⁵¹, em zonas periféricas também está presente uma ânsia de cidadania, encontro e legitimidade de uso do espaço comum. São conflitos diferentes: no primeiro caso, um desejo de liberdade derivado de uma ideologia de defesa social que propaga o medo no espaço urbano e vincula a presença imotivada em espaços abertos como a produção de oportunidades de vitimização. No segundo caso, um desejo de liberdade derivado da permanência dos sujeitos periféricos⁵² no foco do controle seletivo desta mesma cultura do controle (sociedade de contenção⁵³), sendo o objeto social rotulado que legitima a cultura do medo. Há uma semelhança nestes movimentos aparentemente distantes, vinculados à ascensão de camadas socioeconômicas intermediárias que possuem laços mais descentralizados de contato, bem como à existência de uma disseminação de espaços de mediação propagados nas brechas da comunicação serializada das redes sociais.

Desta forma, acrescento à problemática produzida na pesquisa monográfica e na dissertação outra forma de problematizar conhecimento, através da observação/participação direta. Não irei definir o método como etnografia (antropologia), observação participante (sociologia), deriva (situacionismo) ou análise de artefatos (estudos culturais), pois quero manter o espaço de indefinição

⁴⁹AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Visões da Sociedade Punitiva: Elementos para uma Sociologia do Controle Penal. In: GAUER, Ruth M. Chittó (org.). **Sistema penal e violência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. p. 59.

⁵⁰ A expressão foi elaborada a partir da sugestão da banca examinadora do projeto de tese de criar uma categoria que procurasse dar conta dos locais pesquisados. Utilizo a expressão como uma das formas de nomear espaços onde há menor coerção vertical. Não estou indicando liberdade plena, mas ausência dos controles cotidianos tradicionais: a relação de emprego nos espaços de trabalho, a relação moral na família, o controle privado nos espaços de consumo etc.

⁵¹ Lembro-me, sobretudo, da frase “protesto não é festa” entoada por grupos mais radicais nas manifestações que ocorreram em Porto Alegre a partir de junho de 2013. No extremo oposto, o empresariado moral retira qualquer conteúdo político destas aglomerações, significando-as — no máximo — como espécie de imaturidade protopolítica.

⁵² D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos**: cultura e política na periferia de São Paulo. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/>>. Acesso em: 2014-06-24.

⁵³ YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

que caracteriza a pesquisa criminológica e apostar na associação de campos de saber.

Não tenho dúvidas sobre a insegurança acadêmica e inconsistência teórica que a opção traz consigo, epistemologicamente (opção pela extensão em detrimento da intensidade teórica) e como projeto de vida (a posição de *criminólogo* restringe a atividade docente dos professores em início de carreira e prejudica a “aderência” às linhas de pesquisa da pós-graduação), mas creio que é o momento de definir (ao menos provisoriamente) este posicionamento, tanto em nome da formação que tive como de uma decisão de vida que não está baseada na segurança proporcionada pela definição acadêmica em um campo estável, visto que a criminologia é um espaço de saber sempre ameaçado pelo desaparecimento ou captura disciplinar.

O *problema de pesquisa* está situado no questionamento acerca dos espaços urbanos de *encontro* (entre-lugares⁵⁴) no uso do tempo livre (lazer, boêmia) e nas expressões culturais periféricas (rap, funk, samba) como exemplos de continuidade, descontinuidade ou reação ao padrão de segregação urbana vigente nas grandes cidades. Possui, também, uma derivação: a indagação sobre os elos entre as manifestações mais características das camadas médias e as expressões culturais periféricas; as mediações culturais. O termo *sujeitos periféricos*⁵⁵ está sendo utilizado simbolicamente, as expressões culturais não obedecem a critérios rígidos de classe social. Para tentar oferecer algum rigor, contemporaneamente, considero expressões culturais *periféricas* aquelas que estão em relação às culturas urbanas reprimidas enfaticamente pelo empresariado moral, independente da proximidade com o *centro*⁵⁶. Com isto, espero dialogar com os centros de pesquisa que na segunda década do século XXI começam a levar a sério os projetos culturais

⁵⁴ “É na emergência dos interstícios — a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença — que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação [nationnes], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados. De que modo se formam sujeitos nos ‘entre-lugares’, nos excedentes da soma das ‘partes’ da diferença (geralmente expressa como raça/classe/gênero etc.)? De que modo chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder [empowerment] no interior das pretensões concorrente de comunidade em que, apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incomensurável?” In: BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 20.

⁵⁵ D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/>>. Acesso em: 2014-06-24.

⁵⁶ Ainda que possa significar oposição espacial, em relação ao controle, o centro não está em oposição à periferia, visto que foi e pode ser foco da assepsia e das políticas higienistas tanto disciplinadoras quanto atuariais.

desenvolvidos nos interstícios tanto do controle verticalizado como dos modelos horizontalizados de segregação espacial.

2 CENÁRIO: ABERTURA

2.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA: AS POSSIBILIDADES DA CRIMINOLOGIA COMO MEDIADORA DE TRANSGRESSÕES CULTURAIS HÍBRIDAS

A construção desta tese sucede a escrita de um trabalho de conclusão de curso defendido na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e uma dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da mesma universidade. Na monografia, problematizei alguns discursos que legitimam o controle contemporâneo, tanto aquele exercido nas instituições prisionais como outros formais e informais exercidos a céu aberto. Na dissertação de mestrado, problematizei a regulação da assepsia humana (contenção da diferença), tendo por base mecanismos institucionais e discursos de produção da pureza social que transcenderam o período moderno e que relacionam ambiguidade com perigo. Não se trata, apenas, de ressaltar o aspecto binário das classificações, mas salientar que a definição de *impureza/sujeira*⁵⁷ engloba uma série de evocações simbólicas que se confundem com a cultura do consumo e causam implicações éticas bastante significativas. Os reflexos nas agências do sistema penal e nos aparatos privados de segurança revelam uma inclinação para o cerceamento de possibilidades de encontro. Por outro lado, resistências e contrarrazões são igualmente visíveis, em formas e locais díspares de concentração social.

Entre numerosas corporificações sociais da *sujeira*⁵⁸, é de especial importância aquela em que seres humanos são concebidos como um obstáculo à organização do ambiente, estimulando dinâmica segregacionista no arranjo estético urbano. As metáforas ecológicas do social naturalizam a inclusão de alguns e a exclusão de outros valores estéticos, supondo que está efetivamente na natureza dos ingredientes — e não em sua classificação — a definição de pureza tornada legítima pela cultura dominante⁵⁹. A classificação inicia no uso da linguagem, que simplifica as complexidades individuais e as agrupa como coletividades com maior ou menor potencial de risco. Tais classificações estão na própria cultura, portanto

⁵⁷ DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**: ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Lisboa: Edições 70, [s.d.].

⁵⁸ Ibid.

⁵⁹ BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.202.

são utilizadas por todas as agências de controle, dos meios de comunicação ao aparato policial dos poderes executivos.

Importante ressaltar que a socialidade não é mero receptáculo da dominação, sendo ativa na resistência e na criação de novas formas de organização social, sobretudo micropolítica. Neste contexto, os sujeitos periféricos enfrentam o poder em nome da cidadania, forçando a presença em shopping centers e expressando-se em manifestações culturais como o rap e a pichação. As camadas médias não são um grupo coeso, comportando também jovens que se colocam à disposição do encontro na esfera pública e negam a ideologia da defesa social⁶⁰, quando optam por ocupações e manifestações festivas que não estão interligadas com o controle que lhes garantiria segurança.

A disciplina moderna buscou controlar toda forma de expressão, comunicação e comportamento. De algum modo, a busca da igualdade sempre é uma tentativa de eliminação da diferença. Os métodos (concentrados ou dispersos), suas características (públicos ou privados) suas consequências (dominação, contrarracionalidade, resistências...) e o contexto de atuação devem ser problematizados⁶¹, mas as representações que caracterizam a maior parte dos alvos das políticas criminais contemporâneas enfatizam imagens de anormalidade e estranhamento aos objetos da reação social, simbolizando a violência como um resto civilizatório e diferente, que necessitaria de tratamento igualmente violento e frequentemente genocida⁶². Estas imagens transformam a incapacidade operativa da criminalização secundária em uma leitura que relaciona toda violência com falhas institucionais das agências de segurança. Como forma de combate discursivo, as agências investem no combate aos mais vulneráveis, tentando demonstrar alguma efetividade⁶³.

Pierre Clastres expressa que o Estado é um poder legal que engloba as diferenças e as suprime, seja por inclusão (disciplinamentos), seja por exclusão

⁶⁰ As críticas sobre a violência do modelo integrador da ideologia da defesa social podem ser vistas em: BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 41-47; ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**: o controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 134.

⁶¹ GAUER, Ruth M.Chittó. **Da diferença perigosa ao perigo da igualdade**. Porto Alegre: Civitas, v.5, n.2, 2005. p. 401.

⁶² PASTANA, Débora Regina. **Cultura do medo**: Reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil. São Paulo: Método, 2003. p. 81.

⁶³ ZAFFARONI, E. Raul; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito penal brasileiro**: teoria geral do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 2 ed. p. 44.

(contenção ou extermínio) —, mas, muitas vezes, mantendo uma lógica de construção e afirmação de uma identidade cultural homogênea (o mulato, no Brasil, exerce função semelhante de suposta pacificação social). O Estado necessita da destruição do múltiplo⁶⁴ (incluindo e diluindo a diferença ou excluindo-a e neutralizando-a) e radicaliza seu modelo de forma aguda, provocando premissa epistemológica de naturalização e, conseqüentemente, perspectiva de falta, ausência ou anarquia em todas as sociedades ou comunidades organizadas (ou em vias de organizar-se) de outra forma.

A hipótese de uma comunidade combater o crescimento do Estado, antevendo sua produção, é um dos argumentos centrais do autor. Ele está analisando outra organização social, absolutamente diversa do contexto que irei problematizar. Aqui lembro-me metaforicamente de Clastres como um autor que pressupunha altivez nos grupos com que dialogava. A violência diante da heterogeneidade é inextirpável da existência do Estado, não haveria como estipular regras formais aplicáveis sem a exclusão cultural dos que são radicalmente diferentes. Ao menos no campo simbólico, desenvolvem-se formas de consenso valorativo prévio, ainda que apenas sob a forma discursiva institucional e normalmente produzida verticalmente.

Partindo da premissa de que a democracia tem por base uma igualdade, estruturada na naturalização do indivíduo, constituída pelo direito, o que pressupõe a exclusão do desigual (diferente) em nome da ordem, cabe aqui lembrar que nesse caso a força política se sustenta na medida em que se purifica, colocando a distância entre a ordem e a desordem, a pureza e o perigo, com a tentativa de eliminação do estranho, do desigual, impedindo que ele se torne um perigo ameaçador da homogeneidade⁶⁵.

O elitismo punitivo — confundido com populismo punitivo — e a hibridez do modelo etiológico/atuarial⁶⁶ transmitem uma sensação de consenso sobre o risco de se viver nas grandes cidades e uma aparência de conformidade com a estratégia de eliminar o perigo do encontro, exterminando as possibilidades de efetivação destes:

⁶⁴ CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p.248.

⁶⁵ GAUER, Ruth M.Chittó. **Da diferença perigosa ao perigo da igualdade**. Porto Alegre: Civitas, v.5. n. 2. 2005. p. 402.

⁶⁶ GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

mais de uma década após a obra de Tereza Pires Caldeira⁶⁷ (*Cidade de muros*), Lucas Melgaço⁶⁸ demonstra, em sua tese de doutorado (intitulada *Securização urbana*), a manutenção de inúmeras estratégias de isolamento social com o acréscimo cada vez mais acentuado de tecnologias de vigilância e sufocamento de possibilidades de encontro, tanto na esfera privada (intensificação e aumento do controle nos condomínios privados) como na pública (câmeras de vigilância e dispersores de presença nos espaços públicos).

A impossibilidade da onipresença da vigilância também torna necessário que o Estado estipule regras formais e informais para si mesmo, estabelecendo critérios de seletividade da diferença que será selecionada pelas instâncias de controle. Tais critérios ainda passarão pelas múltiplas interações: com o responsável pela sua execução, com o contexto temporal, com as habilidades do transgressor e com as relações de poder e dominação de classe. Os critérios de seleção das agências penais são legitimados com base em discursos que exaltam suas funções manifestas e ocultam suas funções latentes.

O Estado outorga às suas instituições funções manifestas, expressas, declaradas e públicas. Só é possível exercer algum tipo de controle racional quando o poder descreve seus objetivos. Tais objetivos, funções manifestas, nunca coincidem com os dados da realidade, ou seja, com suas funções latentes ou reais. Esta diferença deve ser sempre objeto de crítica criminológica, pois não basta controlar a racionalidade discursiva, mas também as práticas. Quando o estado não expressa (ou não reconhece) suas funções ocultas, mantendo-se no plano discursivo, tende a ampliar-se irracionalmente e negar suas práticas reais⁶⁹. Esta não é uma constatação que deva ser aplicada apenas aos instrumentos do controle penal formal, mas a todos os instrumentos de controle: provocar o enfrentamento entre o discurso de legitimação⁷⁰ e as práticas, verificando suas similitudes, dissonâncias e fusões.

⁶⁷ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34; São Paulo: Edusp, 2000, p. 301.

⁶⁸ MELGAÇO, Lucas de Melo. **Securização urbana**: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04022011-105832/>>. Acesso em: 2014-06-04.

⁶⁹ ZAFFARONI, E. Raul; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito penal brasileiro**: teoria geral do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2 ed., 2003, p.88.

⁷⁰ ZAFFARONI, Raúl E. **Em busca das penas perdidas**. 5 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

O controle social pode ser ineficaz para o que se propõe, mas competente na execução das funções omitidas. Os movimentos culturais de denúncia do sistema penal e produção de espaços livres não estão restritos ao funcionamento manifesto das agências penais, mas ao modelo de atuação fático que transborda os discursos legitimadores do sistema penal. A resistência profana (não estatal) pode se apresentar, portanto, na subversão ao modelo inclusivo e excludente declarado, mas também na subversão dos objetivos ocultos⁷¹. As pacificações contemporâneas, por exemplo, exercem efeitos ocultos que superam os efeitos declarados: a criminalização de estéticas/éticas de existência (funkeiros, rappers, pichadores, grafiteiros), a restrição de espaços de sociabilidade, a produção e o reforço de estereótipos, a produção e o reforço da estética da guerra, dentre outros. A estética da vigilância reproduz este processo quando estetiza o olhar securitário como modelo de previsibilidade e pacificação, quando na maior parte das vezes exerce o efeito oposto: aumento da tensão urbana e ausência de alteridade.

A dinâmica urbana de manutenção do ascetismo social através de uma manutenção de ordem dessubjetivante (restrição de espaços existenciais de fuga) e assujeitadora (produção e reforço de normalizações) é característica da política criminal com derramamento de sangue⁷², mas exercida também em espaços sociais que transcendem as peculiaridades da atuação policial nas periferias urbanas. A diferença de intensidade é evidente, mas a restrição dos exercícios livres de cidadania pode ser observada em espaços díspares. Em parte, consequência da cultura do medo⁷³. As tentativas de insurgência não são orquestradas, não são organizadas e não fazem parte de um mesmo processo. Revelam lutas e tensões entre grupos diversos, porém a questão do controle urbano, a questão de classe, a questão de gênero, a questão geracional e a questão de raça estão sempre implicadas. Independente do nome que seja utilizado para nomeá-las.

Os grupos possuem estratégias conflituosas: o movimento LGBT inverte a rotulação como estratégia discursiva, mas mantendo a lógica psiquiátrica na

⁷¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 365; ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 63-79.

⁷² BATISTA, Nilo. **Política criminal com derramamento de sangue**. In: Revista Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. v. 5/6. Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1998.

⁷³ PASTANA, Débora Regina. **Cultura do medo: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil**. São Paulo: Método, 2003.

utilização do termo *homofobia*, em confronto com o posicionamento de diversos outros coletivos envolvidos, como, por exemplo, a Marcha da Maconha e o movimento antimanicomial. Grupos feministas organizam a Marcha das Vadias, estratégia de escracho da repressão dos prazeres e da culpabilização das mulheres pela violência que sofrem. Já alguns coletivos negros pensam que tal estratégia é seletiva, pois incapaz de empoderar mulheres mais vulneráveis, em relação às quais o termo *vadia* continuará sendo uma justificativa para inúmeras violências sexuais e/ou simbólicas.

Em Porto Alegre, coletivos identificados com a estética pós-moderna promovem festas que ressaltam o hibridismo e são rechaçados por grupos feministas e negros que percebem na estratégia festiva uma forma de inclusão insuficiente para neutralizar o impacto das seletividades identitárias histórica e estruturalmente presentes no Brasil. Há uma única característica contemporânea que, de certa forma, integra estes grupos: a utilização do espaço público como uma arena de posicionamentos éticos e estéticos. A utilização do espaço público, porém, também não é pacífica: alguns grupos organizam eventos mais festivos, outros mais reivindicatórios, alguns apostando no diálogo e na inclusão dos posicionamentos conflitantes, outros na manutenção da distância como forma de ressaltar suas pautas. Neste tema, Michel Maffesoli parece ter sido muito preciso nas suas reflexões sobre a contemporaneidade, ainda que a ausência das problematizações sobre a manutenção da violência estatal verticalizada seja sintomática de seu posicionamento que denega questões de classe. A repressão destas possibilidades de encontro e conflito na arena pública (seja ela uma praça, um bar, um viaduto, um shopping ou um monumento) paradoxalmente aproxima os grupos: secretarias de segurança estaduais e secretarias administrativas municipais insistem na obstaculização da utilização do espaço público de forma livre, fazendo com que a resistência no uso dos espaços torne-se pauta comum entre os grupos⁷⁴.

Quando se inicia um processo de higienização social urbano, ainda que o discurso esteja calcado em espécie de *fiscalismo* administrativo, a atmosfera autoritária vai sendo compreendida através do simbolismo estético das próprias instituições de repressão: sirenes, coturnos, cassetetes, armas de fogo. A

⁷⁴ A associação efêmera entre grupos sociais dicotômicos movida pela resistência ao controle está desenvolvida em: HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 1995, p. 116-129.

sociabilidade é obviamente violentada quando a imagem simbólica desloca-se da interação livre para o controle repressivo, público ou privado. O estudo antropológico de Teresa Pires Caldeira em *Cidade de muros*⁷⁵ e a pesquisa criminológica de Maurício Dieter em *Política criminal atuarial*⁷⁶ ressaltaram o elo entre a dimensão estatal e a dimensão informal do controle contemporâneo; dimensões diversas e imbricadas de controles cotidianos percebidos há bastante tempo pelos sujeitos periféricos, mas que sufocam a socialidade de forma aguda e produzem resistências culturais de forma ampla, reverberando extensiva e intensivamente em diversas áreas das grandes cidades: ocupações do espaço público tornam-se comuns como denúncia da violência racial e econômica (*rolezinhos* e bondes), mas também como denúncia da violência cultural e micropolítica (ocupações festivas) nos espaços públicos. Não há separação rígida das temáticas, como se as ocupações das camadas médias equivalessem ao hedonismo e as ocupações periféricas estivessem refletindo uma luta de classes muito mais importante. Há desbunde no *rolezinho*, há estetização e ostentação no movimento rap e há questão de classe nas ocupações das camadas médias. O que não há é separação intelectualista das lutas ou hegemonia discursiva nos grupos.

A presença de um controle segregacionista que transcende o poder estatal — fixando-se em diversos pontos da malha cultural — é concomitante com a irrupção de performances juvenis de utilização/ocupação/reterritorialização de espaços públicos em que o exercício da cidadania é direcionado para o encontro, para a negação da privatização informal do espaço público e para a negação da formalização vertical de condutas, confiando na diversidade, na interação e na ética do instante como formas libertárias de segurança e transformando-se em múltiplos projetos concretizados nas ruas da cidade, que aproximam horizontes críticos distintos⁷⁷, ainda que nestes projetos sejam inafastáveis o diálogo e o conflito entre os grupos.

A aposta é que seja uma alternativa — ainda que modesta — para a segregação formal e informal (intra e extramuros), apresentada como cura tópica para os perigos representados pelos estranhos, quando o convívio se torna algo

⁷⁵ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34; São Paulo: Edusp, 2000

⁷⁶ DIETER, Maurício Stegemann. **Política criminal atuarial**: a criminologia do fim da história. Revan: Rio de Janeiro, 2013.

⁷⁷ BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p.141.

imbricado em diversos códigos de pânico moral e mediado por instâncias de controle públicas e privadas, evitando o contato com a diferença. A contenção e afastamento são por si mesmos patogênicos e fazem com que a agonia fique ainda mais aguda. O afastamento gera desconhecimento acerca do outro e — como não podemos confiar no desconhecido — alimenta o desejo da distância e da separação, num círculo infinito de desconfiança compartilhada. Para algumas parcelas populacionais, o ideal democrático foi apenas uma transformação na visibilidade da guerra, com o Estado tendo que neutralizar suas violações com variados discursos de pânico moral e progresso democrático duvidoso. Em outras parcelas populacionais, a cultura do medo provocou homogeneização e afastamento dos espaços de exercício livre da cidadania, produzindo homogeneidade espacial forçada.

A homogeneidade social do espaço, enfatizada e fortalecida pela segregação espacial, diminui a tolerância à diferença e torna a vida urbana um contínuo *segregá-los* e um perpétuo *segregar-se*, o que multiplica a insegurança e o estranhamento comunitário. Porém algo sempre *escapa* às tentativas de homogeneização e controle. Encontrar este *algo* em espaços da cidade é o objetivo do trabalho e é o que se insinua no trecho retirado do manifesto da Defesa Pública da Alegria:

Estão nos acostumando ao silêncio obrigatório, à onipresença das sirenes, à venda criminosa dos nossos maiores patrimônios públicos. Estão nos acostumando a uma cidade e a uma sociedade cinzentas, a um desgoverno municipal que não ouve; impõe, reprime: a população se mobiliza e sua voz cresce, chama atenção para suas reivindicações, mas estas são reduzidas a caso de polícia. Chegou-se ao cúmulo de uma secretaria como a SMIC hoje ser sinônimo de repressão, e não de gestão. Estão nos acostumando a uma sensação de impotência que pesa toneladas⁷⁸.

O fenômeno da produção da pureza — como o do etiquetamento do desvio — põe um problema de ordem epistemológica: é muito difícil delimitá-lo, levando em consideração o vasto horizonte de condutas que recebem reação social e as múltiplas formas de resistências e invenções existenciais de fuga, escape, evasão...⁷⁹ Tais fenômenos ainda assumem reagrupamentos tanto face à extensão das novas configurações dos fenômenos sociais contidos no desvio e na exclusão como face aos reagrupamentos promovidos pelas redes sociais⁸⁰.

⁷⁸ Disponível em: <<http://coletivocatarse.com.br/home/quinta-tem-defesa-publica-da-alegria/>>

⁷⁹ XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão**. Lisboa: Piaget, 1994. p. 22.

⁸⁰ Ibid., p. 23.

Os grupos transgressores podem ter no desvio um objeto de pertencimento comum que os faz enfrentar os mesmos problemas, festejar os mesmos ritos e correr os mesmos riscos, desenvolvendo culturas desviantes. Formam-se estratégias comuns de lidar com a reação social, que ao mesmo tempo solidificam perspectivas transgressoras e amenizam o afastamento provocado por ela⁸¹. A crença em um código ético não ambivalente é refutada por muitos grupos, embora manifestações com lógicas modernas de identidade e projeto extensivo estejam presentes⁸². Como a questão está sempre envolta em interações conflituosas, a própria palavra desvio pode ser problematizada pela ideia de *centro* que traz consigo. Neste sentido, os próprios grupos rotulados como desviantes podem ressignificar o termo, invertendo a rotulação ou colocando-a em atitudes consideradas negativas ao próprio grupo. Ainda assim, utilizarei a expressão algumas vezes pela tradição que possui no campo criminológico.

Os ajuntamentos coletivos não podem ser lidos desde um único sentido; o excesso de perspectivas e a complexidade dos objetos sempre foram uma característica do campo de saber criminológico, no qual a construção de mapas intelectuais é sempre uma tarefa inesgotável. Ocorre que afastar-se do terreno em que ocorrem as batalhas do poder em busca de legitimação equivale ao abandono de perspectivas críticas, sobretudo daquelas produzidas fora do espaço institucional⁸³.

O pensamento criminológico possui semelhança com a história das ideias⁸⁴ pelos inesgotáveis encontros epistemológicos que afastam os criminólogos da imagem típica de um intelectual especialista, ainda que correntes criminológicas sempre possam reduzir o âmbito de atuação, na tentativa de reduzir a generalização demasiada. Tanto a abertura do campo como o seu fechamento são possibilidades metodológicas para lidar com o excesso característico: aglutinar extensões ou investir na profundidade. A ideia é analisar as possibilidades emancipatórias profanas contidas nas fissuras urbanas da ordem planejada e programada⁸⁵, pois

⁸¹ BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 48.

⁸² BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997. p.15.

⁸³ CASTRO, Lola Aniyar. **Criminologia da liberdade**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p.94.

⁸⁴ LOVEJOY, Arthur. **A grande cadeia do ser**: um estudo da história de uma ideia. São Paulo: Palíndromo, 2005, p. 30.

⁸⁵ LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001, p.85.

assim como o controle estatal é muito mais extenso do que a corporação policial, o fenômeno desviante é muito mais amplo do que a desobediência legal.

A sustentação deste trabalho está ancorada em três ciências cuja existência esteve ou está sendo questionada. Se para a antropologia clássica o medo era perder o objeto (já somos todos nativos?), na sociologia do desvio é o questionamento quanto à existência do *objeto* específico de análise (o desvio não é apenas uma etiqueta produzida pelo empresariado moral?). Já a criminologia — após ser constantemente apropriada e abandonada por ciências diferentes — possui como problemática recorrente a definição de um objeto autônomo⁸⁶, independente das classificações psiquiátricas, normalizações jurídicas ou determinações sociológicas.

A antropologia perderia o objeto quando a última tribo desconhecida fosse exterminada, a sociologia do desvio faleceria junto ao conceito de desvio, e a criminologia poderia desaparecer caso insistisse na subordinação aos recortes específicos de disciplinas diversas ou ficasse confinada às variações *macro* da criminologia crítica. No caso da antropologia, de alguma forma o conflito é superado colocando na *diferença* o objeto que faz pensar, deixando de lado a centralidade temática da divisão estranho/familiar. Os critérios para estabelecer o que é *diferença*, em relação a qual padrão de *normalidade* está descrita e quais as justificativas para o seu estudo são responsabilidade do pesquisador. Não é necessário que cada trabalho antropológico se inicie com as cartas dos navegadores que avistaram os primeiros *nativos*. A antropologia consegue caminhar na direção dos estudos culturais, da geografia social, da geografia espacial, das instituições totais, da história das ideias ou da complexidade urbana. A discussão epistemológica valorizou suas temáticas.

A sociologia do desvio parecia estar na direção de um suicídio lento, já que seu objeto tendia a desaparecer no contato com a complexidade. Não há como sustentar a ideia de um desvio *essencial* ou desvio *conceituável*. O que é uma dificuldade científica importante: não conseguir descrever seu objeto e ainda ter de trabalhar com categorias rígidas demais para a complexidade das metrópoles contemporâneas. Porém, existem inúmeras formas, dentro da sociologia, de manter a discussão temática sem *titular* o objeto como *desvio*, por exemplo, aproximar-se da

⁸⁶ Sobre a problemática do objeto da criminologia ver: ELBERT, Carlos Alberto. **Novo manual básico de criminologia**. Trad. Ney Fayet Júnior. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p.246-259.

sociologia jurídica, da antropologia urbana, dos movimentos juvenis ou das relações entre micro e macropolítica. Dominação, assimilação, aculturação e desvio são termos intercambiáveis. Não há impossibilidade de manutenção temática, muitos sociólogos mantiveram pesquisas sobre o objeto, abarcando o possível da complexidade que ele exige, e há potencialidades nunca desenvolvidas na temática⁸⁷.

A criminologia *jurídica* tornou-se algo como *crítica das ciências penais* ou *gestão do controle social punitivo*. Tornou-se, de certa forma, o saber que não precisava existir, já que não há nenhum problema em penalistas discutirem reformas legislativas ou execução penal. As faculdades de Direito⁸⁸ não são abertas ao diálogo interdisciplinar, menos ainda ao diálogo transdisciplinar, o que leva a criminologia a encerrar no jurídico suas tarefas e a conceber que as outras ciências façam bom uso do pedaço que sobrou. Cada campo de saber que disputou o objeto criminológico acabou ficando com seus próprios resultados, desperdiçando a possibilidade de diálogo interdisciplinar e mantendo a criminologia em uma posição subalterna, apenas reunindo obsessivamente os discursos produzidos pelos outros. Produção acadêmica relacionada, também, ao posicionamento da criminologia apenas dentro da estrutura curricular das faculdades de Direito: à exceção de professores com história dentro da criminologia ou de alguns programas específicos de pós-graduação, a discussão fica restrita — na melhor das hipóteses — a uma cadeira de quatro créditos na graduação.

Contemporaneamente, as discussões sobre representação tornam o tema ainda mais complexo. João Camilo Penna⁸⁹ lembra como literatura (liberdade artística), ciências sociais (observação participante), criminologia, ética, antropologia (etnografia), mercado, cinema e filosofia (representação) se imbricaram na publicação do livro e, posteriormente, na produção do filme *Cidade de Deus*⁹⁰: Alba Zaluar contratou um ex-morador da Cidade de Deus (Paulo Lins) para ser assistente

⁸⁷ MISSE, Michel. Entrevista concedida a Renato Sérgio de Lima. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz (Org.) **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbana; ANPOCS, 2011, p. 14-28.

⁸⁸ Sobre criminologia e docência na América Latina ver: OLMO, Rosa del. **A América Latina e sua criminologia**. Rio de Janeiro: Revan, 2004, P. 275-288; e ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 339-346.

⁸⁹ PENNA, João Camilo. **Escritos da sobrevivência**. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

⁹⁰ CIDADE de Deus. Direção: Fernando Meirelles. Brasil: New Age, 2002. 1 DVD (130 min).

de pesquisa, em virtude da dificuldade de apresentação e representação que estava tendo ao realizar uma pesquisa na periferia. Uma das contribuições do autor seria a criação de um romance sobre o tema, inicialmente denominado *Tempo das pipas*.

O pesquisador/autor cria e publica o romance sob o título *Cidade de Deus* e com a orelha escrita pela antropóloga. Na película dirigida por Walter Salles, um personagem coadjuvante é alçado a narrador e protagonista do filme. Buscapé, através da exceção, no caso a redenção artística, consegue superar a origem periférica e evadir ao destino fatal de adolescente miserável: ao atuar como fotógrafo de sua própria vida ele supera os destinos mais prováveis, representando “de dentro” sua perspectiva sobre o contexto temporal da Cidade de Deus — espécie de espelho do escritor.

Após o sucesso do filme, Alba Zaluar inicia uma polêmica sobre o romance e sua apresentação cinematográfica: a ausência de autorização dos personagens, a similaridade excessiva com pessoas reais e com a pesquisa de sua autoria, o tom publicitário da película, a ausência de verossimilhança histórica, o tom positivista/etiológico do personagem Zé Pequeno, o desrespeito a preceitos éticos da antropologia etc.:

O Zé Pequeno [um dos principais personagens do filme] seria um exemplo dessa hipermasculinidade, mas, na minha opinião, o problema de "Cidade de Deus" é muito mais sério. Em primeiro lugar, o Paulo Lins fez o livro sem consultar as pessoas envolvidas. A pesquisa acadêmica é uma coisa séria. Eu emprestei a ele toda a pesquisa que fizemos na Cidade de Deus. Esse material tinha o depoimento do único sobrevivente da guerra [entre traficantes] retratada no filme, que é o Ailton Batata, que aparece no romance com o nome de Sandro Cenoura. Além disso, há uma série de impropriedades no romance. Nunca existiu, por exemplo, aquele bando de meninos ainda com dente de leite dando tiro nas pessoas. Isso é mentira, e é muito sério porque cria uma imagem sobre as crianças que vivem nesses locais que não é verdadeira. A própria história do Zé Pequeno é contada como se ele já tivesse nascido ruim. É uma volta à teoria do criminoso nato, que, do ponto de vista da criminologia, já está completamente superada⁹¹.

Paulo Lins, de certa forma, coloca a literatura contra a antropologia, utilizando-se dos métodos da última e aproveitando a corrente bastante forte da recusa da representação, espécie de proposição anti ou autorrepresentativa muito presente no rap, funk e em algumas vertentes do cinema documental brasileiro

⁹¹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1207200423.htm>>.

(“Cientista social, Casas Bahia e Tragédia/ gostam de favelado mais que Nutella⁹²”). Por outro lado, defende-se das críticas da antropóloga Alba Zaluar alegando certa “liberdade artística” que, em tese, contrapõe-se à narrativa testemunhal responsável por boa parte da repercussão de sua obra. O que aumenta a complexidade da discussão é que a autorrepresentação é, ao mesmo tempo, estratégia de subjetivação que inverte a rotulação em prol de uma legitimidade cidadã que não precise de mascaramento para ser aceita pelo corpo social. A negação da vitimização flerta com a integração social, mesmo quando nega a representação em nome da diferença.

Não quero reverberar a polêmica, mas problematizar certo consenso crítico produtor de preconceitos acadêmicos sobre a observação participante e a etnografia, em nome do fantasma do silenciamento do objeto. A questão mais simples é a contradição em legitimar “de fora” a representação “de dentro”, em contraposição às Ciências Sociais pelo seu posicionamento “externo”, transformando o pesquisador em uma espécie de ventríloquo que silencia a si mesmo, favorecendo de forma questionavelmente generosa o “objeto” vitimizado. Por vezes, porém, a crítica é “interna”:

Os cientistas sociais dizem ser financeiro nosso dilema/ mas se analisarmos bem mais você descobre/que preto e branco pobre se parecem, mas não são iguais⁹³; “Alô, Foucault, você quer saber o que é loucura?/É Hobsbawn na mão dos boy/ Maquiavel nessa leitura⁹⁴.

Se é verdade que a antropologia deteve o monopólio da experiência do heterogêneo e que a facilidade de divulgação nas redes sociais causou razoável confusão na questão do mediato/imediato da indústria cultural (na qual o fenômeno do Funk Ostentação é exemplar, já que dispensa a “grande indústria” fonográfica), não creio estar em nova formulação de autenticação discursiva um modelo razoável para contornar o problema metodológico. O fato de o sujeito ser ator e testemunha do que conta não é garantia de veracidade ou ética, mas a problematização das dificuldades de separar e valorar com precisão as escritas da sobrevivência, a

⁹² CRIOLO. Sucrilhos. Criolo [Compositor]. In: **Nó na orelha**. São Paulo: Oloko Records, p 2013. 1 CD (ca. 40 min). Faixa 8 (4min).

⁹³ RACIONAIS MC's. Racistas otários. Mano Brown e Ice Blue [Compositores]. In: **Holocausto urbano**; Zimbabwe, p 1990. 1 CD (ca. 30 min). Faixa 5 (5 min 46s).

⁹⁴ Disponível em: < <http://criolo.net/>>. Música de Criolo intitulada “Duas de cinco”, não gravada em álbum.

etnografia, a observação participante e o testemunho deixam antever que as antigas classificações estão em vias de uma confusão difícil de ser organizada. A constelação de grupos sociais intensifica a dificuldade de focar o objeto criminológico em torno da noção de transgressão cultural ou desvio. O objetivo do trabalho é enfrentar a complexidade através da expansão do objeto de pesquisa, relativizando a intensidade (recorte da pesquisa) em prol de maior extensão.

A ideia é sustentar metodologicamente a possibilidade de uma mediação que não se autoclassifique em “interna” ou “externa” ao contexto, em virtude das peculiaridades do objeto criminológico, o qual não está circunscrito em um contexto socioeconômico único, sendo a própria relação entre contextos o objeto escolhido para desenvolver o problema: as ocupações urbanas parecem uma “festa” tanto em frente ao Mercado Público de Porto Alegre, organizadas por estudantes das camadas médias, como no shopping, por jovens da periferia, embora a reação social seja díspar. Não tenho o objetivo de realizar uma etnografia ou uma observação participante seguindo regras metodológicas rígidas, mas sim a apresentação de uma mediação cultural criminológica entre fenômenos de camadas médias — que observarei com a seriedade necessária para um trabalho acadêmico, mas sem a proposta de delimitá-los na sociologia ou na antropologia — e expressões culturais periféricas i-mediatas (sobretudo o discurso rap).

A mediação realizada será entre manifestações e espaços urbanos ocupados por camadas médias em Porto Alegre e expressões musicais/culturais periféricas. A ideia foi desenvolvida por dois motivos: em primeiro lugar, fui orientado, na banca de qualificação, a evitar a adoção dogmática de métodos de áreas do conhecimento nas quais não tenho formação e optar pela produção de novas formas de organizar ideias, aproveitando a brecha da insegurança epistemológica da criminologia. Em segundo lugar, observei a irrupção de uma série de fenômenos de ativismo urbano em relação direta com a criminologia e muito próximos do que Gilberto Velho denominou de Mediação Cultural⁹⁵ — mesmo não a configurando especificamente como um método acadêmico, mas deixando a impressão de estarmos diante de um método “profano⁹⁶” *de fazer antropológico*.

⁹⁵ VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 13-28.

⁹⁶ Não utilizo a expressão de forma conceitual, mas a partir das problematizações realizadas por Mary Douglas, Giorgio Agamben e Michel Maffesoli: DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**: ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Lisboa: Edições 70, [s.d.]; AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo:

A indefinição do método criminológico pareceu uma oportunidade para arriscar a criação de uma ponte criminológica entre fenômenos de camadas médias e expressões de camadas periféricas. Em ambos os casos, utilizarei “artefatos” culturais: encontros e ocupações reivindicativas/festivas de camadas médias e expressões culturais/musicais produzidas “dentro” da periferia e sem mediação, visto que inclusive a “produção musical” é independente: no caso, o meio é a própria mensagem. Os eventos culturais observados em Porto Alegre possuem a característica de serem ao mesmo tempo construção e texto, meio e mensagem. Mesmo quando a mensagem oferece uma figuração libertária, mas configura uma reiteração machista e racista. O objetivo é testar a hipótese de que existem laços entre mundos culturais distintos que orbitam temas criminológicos de forma bastante regular na atualidade e que negam a suposição de um grande “vazio cultural” que estaria dessubjetivando toda a contemporaneidade. Os conflitos demonstram a existência de subjetivações plurais em constante negociação e reconstrução.

Como exemplo da reverberação intelectual deste processo está a paradoxal distância e proximidade de livros-sequência como *Criminologia de cordel I* (“Paz armada”)⁹⁷ e *Criminologia de cordel II* (“Tamborzão”)⁹⁸, *Occupy* (movimentos de protesto que tomaram as ruas)⁹⁹ e *Cidades rebeldes* (passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil)¹⁰⁰. No primeiro caso (*Criminologia de cordel I e II*), a denúncia “externa” (especialistas, cientistas, criminólogos, juristas) e, posteriormente, “interna” (DJs, funkeiros, moradores da comunidade) da violência corporal e cultural da polícia no Rio de Janeiro, reflexo também da resistência oferecida pelo funk. No segundo caso, a reverberação “externa” (acadêmicos) e posteriormente “interna” (estudantes) das manifestações que culminaram naquelas de “Junho de 2013”, sobretudo a crítica do modelo de gestão segregacionista das metrópoles cujo ponto “categórico” é o mesmo dos livros-sequência *Criminologia de cordel I e II* (a liberdade cidadã e a questão urbana). Os segundos livros de ambas as sequências contêm o ponto de vista “interno” das resistências/transgressões: em

Boitempo, 2007, p. 65; MAFFESOLI, Michel. **A república dos bons sentimentos**. São Paulo: Iluminuras, 2009, p. 67.

⁹⁷ BATISTA, Vera Malaguti (Org.). **Criminologia de cordel: Paz armada**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

⁹⁸ BATISTA, Vera Malaguti (Org.). **Criminologia de cordel 2: Tamborzão: A criminalização do Funk**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

⁹⁹ HARVEY, D. et al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

¹⁰⁰MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações q tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

Criminologia de cordel, a posição dos funkeiros; em *Cidades rebeldes*, a posição dos estudantes secundaristas/universitários.

A data de publicação dos livros é um ponto simbólico importante: *Criminologia de cordel I* foi publicado em 2012, e *Criminologia de cordel II*, em 2013. *Occupy* foi publicado em 2012, e *Cidades rebeldes*, em 2013. A bacia semântica¹⁰¹ da grande política está sendo contaminada por fortes afluentes micropolíticos estimulados por componentes de inegável conteúdo criminológico: o controle segregacionista formal e informal das metrópoles e a resistência profana tanto dos jovens moradores da periferia, através de expressões e ocupações culturais/musicais, como dos jovens das camadas médias, através de ocupações culturais/musicais em espaços metropolitanos centrais. Penso que não posso desperdiçar a experiência, ainda que perdas/riscos metodológicos sejam inevitáveis — espero que a emergência criminológica supere este prejuízo.

2.2 CAPTURANDO A DIFERENÇA: INCLUIR ASSUJEITANDO E INVISIBILIZAR AFASTANDO

O formato estético — e, logo, ético — que as metrópoles adquiriram na contemporaneidade é um dos pressupostos do trabalho, sobretudo a radicalização do modelo nas capitais brasileiras¹⁰². Os discursos relativos à violência urbana radicalizaram o processo de segregação espacial, ainda que já estivesse presente na dificuldade moderna de lidar com a ambivalência, definindo critérios de pureza humana que hoje estão bastante imbricados com a lógica do consumo. Trata-se de gerir “administrativamente” grupos de risco classificados esteticamente como perigosos. Com uma argumentação semiestruturada na descrença em qualquer justificativa projetiva, a urgência da segurança demandaria tais atividades, independente de algum sentido ético ou disciplinar¹⁰³. A denominação desses modelos como administrativos ou gerencialistas trata-se apenas de um subterfúgio para a constatação de que conservam a separação como modelo de controle e

¹⁰¹ DURAND, Gilbert. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998, P. 110.

¹⁰² BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p.40.

¹⁰³ AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. **Sociologia e justiça penal**: teoria e prática da pesquisa sociocriminológica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 169.

reagem à ações relacionadas ao encontro e exercícios livres da cidadania, representando modelos conservadores e reacionários de contato social.

Ainda que os discursos penais manifestos tenham variado bastante historicamente e seja difícil quantificar a preponderância da prevenção geral ou especial (positiva e negativa) em cada época, os discursos ocultos deixam claro que a prevenção negativa — geral e especial — é verificável, pelo menos, desde o século XIX¹⁰⁴. O modelo privado e público do gerencialismo atuarial conserva uma política criminal de intolerância à diferença que nunca foi substituída, sequer nos períodos de maior valorização do hibridismo cultural da história brasileira. Logo, a aparência cética e quase niilista da criminologia administrativa é uma continuação da função oculta que o sistema penal brasileiro sempre utilizou.

Há complemento intenso da segurança privada às funções ocultas do sistema penal, e mudança paradigmática dos discursos de legitimação da pena no Brasil (inclusão violenta para o modelo excludente puro ou prevenção geral e especial positiva para prevenção geral e especial negativa). A segurança privada é violenta (utilizam armas brancas, armas de fogo e proteções corporais), restringe espaços (onde se pode andar), restringe corpos (quem pode entrar), articula-se com as polícias (a maior causa de homicídios de policiais no Brasil é fazendo bico, ou seja, protegendo o comércio) e está em todo lugar: nas guaritas de ruas abertas, nas guaritas de ruas fechadas, nas guaritas de condomínios abertos, nas guaritas de condomínios fechados, na entrada, no interior e na saída dos clubes privados, dos estádios de futebol, dos shopping centers, das grandes universidades e atrás das infinitas câmeras de segurança espalhadas pelo espaço urbano.

Há, portanto, uma articulação conservadora da segurança privada (incluindo nesta os modelos arquitetônicos que simbolizam castelos e fortes medievais impenetráveis), que privilegia a separação e a distância da diferença através de uma série de símbolos entre os quais raça, idade, consumo e estética estão sempre presentes. A argumentação — já levantada há bastante tempo por Teresa Pires Caldeira — sobre a utilização massiva (portanto relativamente independente das camadas econômicas) da proteção privada (cercas em casas modestas, condomínios fechados de classe média, etc.) não é suficiente para deslocar o

¹⁰⁴ BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

processo conservador e seletivo do encontro entre segurança pública e privada verificado nas metrópoles brasileiras.

Este é um processo que está conjugado com uma política criminal estatal que afasta a criminologia do controle urbano, argumentando que a emergência é mais importante que as razões; pressupondo, de forma cínica, que tal emergência não faça parte de uma razão de estado bastante clara: as variações não podem negar o fato de que a ralé periférica¹⁰⁵ é, definitivamente, um grupo socioeconômico a ser afastado dos espaços urbanos privilegiados, que seguem de mãos dadas com uma campanha de medo sobre o aumento real da violência interindividual¹⁰⁶. O abandono da criminologia crítica, na análise da questão urbana, torna o discurso atuarial “difuso” e “fragmentado” quando a prática discursiva ressalta uma coesão simbólica bastante clara neste processo que vincula a segurança estatal às políticas privadas de segurança. O vínculo entre estas deve ser apontado por uma criminologia ainda atenta aos múltiplos fluxos da questão do poder, legado da criminologia crítica que não pode ser esquecido¹⁰⁷ — ainda que novas temáticas urbanas exijam abordagens de médio alcance.

A importância inegável da criminologia para a contestação interna e externa do sistema de justiça criminal, bem como a relevância das pesquisas quantitativas sobre o funcionamento do sistema penal, e os trabalhos dos realistas de esquerda (outra rotulação que abarca pesquisadores com pensamentos bastante diversos) sobre propostas pragmáticas de redução de danos e prevenção da violência demonstram uma constelação de temas criminológicos relevantes. Possível, porém, insistir na ampliação epistemológica e sugerir novas formas de abordagem que não estejam, necessariamente, interligadas com as instâncias de poder e o utilitarismo imediato. Manuel Castells¹⁰⁸ faz longa explanação sobre a importância dos movimentos sociais e acadêmicos cujas pautas não são visíveis e cujo planejamento é difuso e fragmentado. A criminologia possui tradição em trabalhos cuja metodologia não está calcada na resolução de conflitos em curto prazo, ainda que

¹⁰⁵ SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

¹⁰⁶ ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro, Revan, 2008, p. 831.

¹⁰⁷ DIETER, Maurício Stegemann. **Política criminal atuarial: a criminologia do fim da história**. Revan: Rio de Janeiro, 2013, p.267.

¹⁰⁸ CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

tais esforços sejam fundamentais para estancar a violência concreta que atinge diariamente e com diferentes intensidades os grupos sociais.

Historicamente os trabalhos fundacionais da criminologia emergiram de abordagens idiossincráticas, impressionistas e 'indisciplinadas' que pouco se assemelham com qualquer tipo de metodologia formalizada. Por exemplo, quando os acadêmicos da Escola de Chicago, nas décadas de 20 e 30, desenvolveram suas pesquisas, o fizeram harmonizando os seus sentimentos e o seu tempo. Frederic Thrasher em sua pesquisa de 571 páginas intitulada *A gangue*, "realizada num período de aproximadamente sete anos", não apenas apresentou detalhadamente suas impressões sobre "a emocionante vida das gangues de rua", como incluiu suas fotos *in situ* dos rituais e do cotidiano das gangues juvenis. Décadas mais tarde, pesquisadores vinculados à *National Deviancy Conference* na Grã-Bretanha e pesquisadores norte-americanos, como Howard Becker (1963) e Ned Polsky (1967), desenvolveram pesquisas que se mantêm na base da criminologia e que emergiram não de metodologias preconcebidas, mas do seu estilo de vida marginal e de suas (i)morais predileções¹⁰⁹.

Contemporaneamente, o acréscimo de práticas e alocações claramente excludentes em substituição a um decadente discurso disciplinar é tema contínuo de pesquisas sociocriminológicas. Podemos contestar se em algum momento as instituições de controle adquiriram feições disciplinares ressocializadoras (o discurso oficial) nas periferias do mundo, mas de qualquer forma é nítido que os controles cínicos — camuflados em uma espécie de niilismo atuarial — encorporaram-se nas grandes cidades e formaram redes de controle social a céu aberto¹¹⁰.

A análise do controle social como algo que transcende e complementa as instituições públicas já foi trabalhada por Michel Foucault em diversos momentos, mas creio que a descrição da dispersão das *formações discursivas* do controle punitivo é um ponto que deve ser destacado nesta temática. Dispersão não significa caos; pode haver regularidade em uma dispersão. A prisão, por exemplo, ao mesmo tempo em que se identificava como instituição diferente, já que separada pelo fato de se destinar àqueles que cometeram falta contra a lei, se eximia de ser criticada por ser exatamente aquilo que já se fazia em instituições de trabalho e de ensino, sendo apenas a expressão de um consenso social. No mesmo sentido, quando câmeras de segurança começaram a ser colocadas dentro de salas de aula, a comunidade recepciona com alguma contrariedade, mas de forma submissa, já que

¹⁰⁹ FERREL, Jeff. **Morte ao método: uma provocação**. Tradução de Salo de Carvalho. Artigo ainda não publicado, cedido pelo tradutor. (Publicado originalmente em: *Journal of Theoretical and Philosophical Criminology*, volume 1, número 1, 2009).

¹¹⁰ MENEGAT, Marildo. Prisões a céu aberto. In: BATISTA, Vera Malaguti; ABRAMOVAY, Pedro Vieira. **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, p. 207-224.

o modelo do controle cotidiano está instalado em extensos espaços sociais, naturalizando a estética do medo. Os controles a céu aberto¹¹¹ da contemporaneidade estão cada vez mais rigorosos, sobrepondo a tecnologia das câmeras com os arcaísmos dos seguranças de shopping e, tudo isto, sem abrir mão do Estado de Justiça com suas proibições legais e ilegítimas (a proibição do funk e as prisões ocorridas no fenômeno do *rolezinho* não admitem a negação desta permanência)¹¹².

Por isto o que faz a unidade de um discurso não é o objeto a que ele se refere. Por exemplo, não é a unidade do objeto loucura que constitui a psicopatologia. Muito pelo contrário, é a loucura que foi construída pelo que se disse a seu respeito. Não se trata, também, de uma forma de encadeamento, estilo, constância de enunciados. Pode se dar dentro de um conjunto de enunciações heterogêneas coexistentes, como é o caso dos discursos punitivos. Não existe um discurso original, de base, que descoberto desvelaria sozinho toda uma derivação conceitual de novos discursos. A presença de um mesmo tema não é princípio de individualização discursiva, assim como o evolucionismo não é tema restrito à biologia. Um único tema pode ser encontrado em tipos diferentes de discurso, do mesmo modo que um único discurso pode produzir temas diferentes. Os discursos não têm, portanto, princípios de unidade¹¹³.

As praças são equipadas com dispersores de presença, o policiamento privado adota uma estética militar e há um ajustamento do sistema judiciário a mecanismos de vigilância e controle, que instauram e permitem o desenvolvimento de toda uma série de instituições que servem de pontos de apoio avançados ou reduzidos em relação ao sistema penal, como projetos sociais na periferia, os quais, de qualquer forma, mantêm os jovens rotulados apenas dentro de seu espaço social naturalizado¹¹⁴. Sistema geral de vigilância-exclusão que penetra por toda a espessura da sociedade, tomando formas que vão desde as grandes prisões até a medicalização da pobreza¹¹⁵:

O Panoptismo deixa de ser característica da prisão (matéria visível) e se torna a imposição de uma conduta qualquer a uma multiplicidade qualquer (escola, hospital, oficina...) quando Foucault coloca o que antes era um dualismo (visível/ enunciável, discurso/prática) no que denomina diagrama, ignorando a distinção entre formação discursiva e formação não-discursiva,

¹¹¹ MENEGAT, Marildo. **Estudos sobre ruínas**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p.111-128.

¹¹² FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1999, p.124.

¹¹³ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p.146.

¹¹⁴ COIMBRA, Cecília M. B. Modalidades de aprisionamento: processos de subjetivação contemporâneos e poder punitivo. In: BATISTA, Vera Malaguti; ABRAMOVAY, Pedro Vieira. **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, p. 183.

¹¹⁵ FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p.38.

menos pela inexistência da dualidade do que pela impossibilidade de diferenciar campos que interagem em um devir nem sempre sintetizável. Espécie de mapa, enquadramento instável e fluido construído a partir de pontos de emergência e conjunções inesperadas sempre em devir. O Panóptico se torna, para o autor, maneira de fazer funcionar relações de poder numa função e uma função através dessas relações de poder. O Panóptico não é apenas um discurso que visa uma função ou uma prática visível derivada de um discurso qualquer, pois o Panóptico em seu devir torna-se não-sintetizável, podendo tanto ser discurso como matéria visível, dependendo do enquadramento proposto¹¹⁶.

A sociedade de normalização sobrepõe disciplina e regulamento, docilidade e burocracia¹¹⁷. Se a não observância das leis do Estado era um problema a ser combatido não apenas pela punição, mas também pelos dispositivos disciplinares (médico, pedagógico, etc.), no intuito de produzir gerações de indivíduos obedientes às *normas*¹¹⁸, temos contemporaneamente a intensificação da complexidade advinda das redes sociais e a facilidade de encontrar discursos profanos deslegitimantes, bem como novas formas de obter hegemonia. Ocorre que as mudanças são graduais e sucedem os modelos modernos de disciplina e regulamentação, de forma que é possível associarmos uma série de práticas de controle contemporâneas com o discurso da sociedade como *corpo social* presente desde, pelo menos, o século XIX:

O desenvolvimento, no século XVIII, da demografia, das estruturas urbanas e do problema da mão de obra industrial propiciou o aparecimento da questão biológica e médica das populações humanas, com suas condições de vida, de moradia, de alimentação, com sua natalidade, mortalidade e fenômenos patológicos (epidemias, endemias, mortalidade infantil). O corpo social deixa de ser simples metáfora jurídico-política (como no Leviatã) para surgir como realidade biológica e campo de intervenção médica. A medicina como higiene pública, o médico como técnico do corpo social. A noção de perigo, portanto de risco, mostra-se presente. Os alienistas da época puderam discutir interminavelmente sobre a origem orgânica ou psíquica das doenças mentais: através de suas divergências, todos eles tinham consciência de tratar um perigo social, seja porque a loucura parecia-lhes ligada a condições insalubres de vida (superpopulação, promiscuidade, vida urbana, alcoolismo, libertinagem), seja porque era percebida como fonte de perigos (para si mesmo, para os outros, para o meio e também para a descendência, através da hereditariedade). A psiquiatria do século XIX foi uma medicina do corpo coletivo¹¹⁹.

¹¹⁶ DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

¹¹⁷ FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.302.

¹¹⁸ RAUTER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 21.

¹¹⁹ FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V: ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p.10.

O controle presente no século XIX passa a ser um controle que não investiga apenas a iminência, mas a potencialidade projetiva da lesão. Trata-se de uma virtualidade que projeta o perigo e que produziu, dentre outras, a noção de periculosidade¹²⁰. A ressocialização prisional, o trabalho obrigatório, a vigilância permanente, o isolamento e a reforma moral provocam penalidade que atua mais sobre a subjetividade do criminalizado do que sobre o crime¹²¹. A intervenção da medicina mental na instituição penal e nos seus discursos legitimantes torna-se consequência tanto da concepção da medicina como higiene pública como do funcionamento da punição legal como técnica de transformação individual¹²². A importância da discussão não está apenas na recordação histórica; as instituições de sequestro para menores, ainda hoje, trabalham com base em uma medicalização intensa e indiscriminada¹²³.

Que justiça e medicina mental disputem o ato de Rivière levanta primeiramente um problema de classificação em referência aos dois núcleos de saber: culpado ou louco. Atrás deste confronto teórico, esboça-se igualmente uma concorrência entre os agentes que defendem seus lugares na divisão de trabalho social: a que tipo de especialistas confiar este homem, e qual será sua “carreira”, em função do veredicto ou do diagnóstico? Mas assiste-se ainda, em terceiro lugar, através da unanimidade da psiquiatria nascente, a tentativa de ganhar um espaço de intervenção entre o depois e o antes, a repressão consecutiva e a ação preventiva, no qual o futuro da medicina mental vai se desdobrar. Num sentido, o aparelho judiciário se põe em marcha quando os jogos são feitos. Do lado da medicina mental, procura-se um novo dispositivo: uma intervenção que não seria condenada a chegar sempre muito tarde, porque ela estaria fundamentada sobre um saber capaz de antecipar a possibilidade de uma conduta delituosa antes mesmo que ela se produza¹²⁴.

A política criminal continua se justificando por essa perpétua reinserção nos sistemas não jurídicos ou semijurídicos¹²⁵. Desta forma, o modelo discursivo não é apenas o controle disciplinar (ainda que os últimos trabalhos de Foucault já indicassem a governamentalidade da população como massa indiferenciada), garantindo a obediência através de mecanismos de introjeção do comportamento

¹²⁰ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Machado e outros. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005, p. 85.

¹²¹ *Ibid.*, p.12.

¹²² *Ibid.*, p.14.

¹²³ Os adolescentes da FASE em Porto Alegre, por exemplo, denominam o remédio Clonazepam como “se necessário”, inscrição feita pelo médicos em suas prescrições.

¹²⁴ FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...** Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 260.

¹²⁵ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete, Petrópolis: Vozes, 1987. p. 23.

dócil e dirigindo-se “a coletividades consideradas como conjunto de agregados com maior ou menor potencial de risco a ser administrado¹²⁶”. O manejo da subclasse, da ralé estrutural¹²⁷, continua sob as formas da separação, das barreiras, da demonização e da distribuição da violência de forma draconiana. Tal processo desacredita no projeto e combina-se com o moralismo, apostando em estratégias demonizadoras que apelam ao cinismo público¹²⁸.

O capitalismo tardio que, através do empreendimento neoliberal criminaliza a pobreza, trabalhando-a como refugos do mercado (como disse Wacquant), precisa do medo para levar a cabo suas políticas de controle social: nas favelas ou nas prisões. Os que sobraram, os novos impuros, têm de ser neutralizados ou aniquilados (se não for no corpo, pelo menos na alma). No Brasil, que é parte da imensa instituição de sequestro em que se tornou a América Latina (Zaffaroni), essa realidade só aprofunda a herança escravocrata. O olhar cotidiano indiferente á miséria e às torturas e mortes violentas dos pobres (de tão negros, ou tão negros de tão pobres) precisa de um discurso que explique e naturalize o macabro espetáculo global. É por isso que esses discursos do medo se difundem pelas telas, pelas bancas¹²⁹.

Uma série de processos de desintegração comunitária (aumento do individualismo) e precariedade do trabalho, bem como o modelo de economia de mercado¹³⁰, propiciaram salto nos níveis de exclusão, redução do mercado de trabalho primário e criação de uma subclasse de desempregados estruturais¹³¹, disseminando o aumento de subculturas em que a força física e a violência são virtudes diferenciais. No Brasil, este processo complementa a existência de uma subclasse¹³² cuja relação histórica com a escravidão¹³³ é tão intensa quanto a reação social oferecida. Além do racismo, criam-se divisões entre os objetos da reação social através do sexismo e da localização¹³⁴.

¹²⁶ AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. **Teoria e prática da pesquisa sócio-criminológica**. Rio de Janeiro:2010, p.169.

¹²⁷ SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

¹²⁸ YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002. p.177.

¹²⁹ BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p.119.

¹³⁰ YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002. p.23.

¹³¹ Ibid., p.24.

¹³² SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

¹³³ FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume I. São Paulo: Dominus, 1965, p. 176.

¹³⁴ YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p.31.

Nessas condições, o confinamento não é nem escola para o emprego nem um método alternativo compulsório de aumentar as fileiras da mão-de-obra produtiva quando falham os métodos 'voluntários' comuns e preferidos para levar à órbita industrial aquelas categorias particularmente rebeldes e relutantes de 'homens livres'. Nas atuais circunstâncias, o confinamento é antes uma alternativa ao emprego, uma maneira de utilizar ou neutralizar uma parcela considerável da população que não é necessária à produção e para a qual não há trabalho ao qual se reintegrar¹³⁵.

O alarme público da violência produz modelos intrincados de condutas de afastamento da diferença. As áreas tradicionalmente isoladas em guetos transformam-se em mapas difusos de zonas mais ou menos inseguras; parques a serem desviados neste ou naquele horário, estacionamentos que não se podem atravessar e espaços públicos que não devem ser percorridos¹³⁶. Este temor, decorrente seja de imagens, palavras, alegorias ou mesmo de experiências concretas, sejam elas autênticas ou fantasiosas, colabora para a desagregação social, a destruição das redes de sociabilidade e a dificuldade em edificar uma coletividade cidadã. Suscita aflição e propicia novas formas de segregação social, discriminação e preconceito¹³⁷.

Essas alegorias, esses discursos, essas imagens, produzem um arranjo estético, em que a ocupação dos espaços públicos pelas classes subalternas (pelos pobres de tão pretos, ou pelos pretos de tão pobres) produz fantasias de pânico do caos social. Aparece a cidade como jardim, metáfora fundadora das utopias urbanas retrógradas, a necessitar de limpeza de pragas, de ervas daninhas. Conflui para a explicação desse arranjo estético o discurso higienista e ilusões de igualdade política invocada na primeira constituição republicana, mirando a 'economia étnica' da população como desafio — chave de análise¹³⁸.

O meio urbano reforça cada vez mais a desigualdade, criando ilhas de espaços públicos não democráticos¹³⁹ e produzindo — justamente no período de consolidação democrática — uma série de novas táticas de proteção/agressão, entre as quais a edificação de muralhas é a mais simbólica¹⁴⁰, provocando distanciamento da cidade e deturpação da responsabilidade perante os demais

¹³⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 119.

¹³⁶ YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002. p.37

¹³⁷ BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 209

¹³⁸ BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: Dois Tempos de uma História. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 52.

¹³⁹ PASTANA, Débora Regina. **Cultura do medo**: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil. São Paulo: Método, 2003. p.71.

¹⁴⁰ Ibid., p. 68.

cidadãos¹⁴¹. O aumento das taxas de criminalidade mantém o alarme social e o meio urbano adquire dinâmica de ressegregação e repressão da mobilidade, incrementando a cultura do medo¹⁴².

As normas de ação decorrentes não se endereçam apenas aos organismos do Estado, endereçam-se às organizações, instituições e indivíduos da sociedade civil. As teorias dão por estabelecida a capacidade limitada do Estado. Os novos programas de ação procuram influenciar a conduta das vítimas potenciais, armar os alvos vulneráveis, melhorar a segurança em zonas perigosas e reestruturar as rotinas da vida cotidiana que têm por consequência desagradável propiciar ocasiões para o crime. Essa criminologia expeditiva visa, de fato, modificar as rotinas cotidianas da vida social e econômica em direções que limitem a ocasião, redistribuam os custos e criem efeitos dissuasivos. Ela procura instaurar controles antes no seio do desdobramento da interação normal do que num plano superior, na forma de um comando soberano. Mas lá onde a ideia de repressão interna remetia ao domínio de si e à civilidade de humanos que participam de uma cena, recorrem-se hoje às tecnologias de segurança e supervisão¹⁴³.

Uma fronteira clara é arquitetada entre os grupos através de medidas de urbanização sempre a ponto de se esgotarem, como redes de estradas que repartem cidades, gradeamento de propriedades públicas e privadas, bloqueio de espaços para evitar o ingresso e, acima de tudo, através do dinheiro: o custo do transporte público e dos bens, assim como o policiamento privado e público das áreas nucleares, é voltado para limpar as ruas de usuários de crack, portadores de sofrimento psíquico, moradores de rua ou grupos de jovens estigmatizados¹⁴⁴.

De forma intensa, as metrópoles brasileiras produzem e reverberam uma cultura do medo que está interligada com uma arquitetura do medo — muros, armas, cercas, êxodo de zonas perigosas, aumento de empresas de vigilância privadas, dispositivos de vigilância e alarme, cercamento de áreas públicas... A modificação dos comportamentos decorre e, ao mesmo tempo, reproduz esta cultura¹⁴⁵. O fenômeno, porém, não possui apenas aceitações submissas: as reações aparecem tanto por quem recebe a rotulação de algoz urbano (insistência na apropriação de espaços de consumo onde são vistos pela ótica do perigo, como nos rolezinhos e no discurso rap) como por grupos que poderiam se identificar como prováveis vítimas

¹⁴¹ Ibid., p. 69.

¹⁴² PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 22.

¹⁴³ Ibid., p.66.

¹⁴⁴ YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: Revan, 2002. p. 40.

¹⁴⁵ PASTANA, Débora Regina. **Cultura do medo: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil**. São Paulo: Método, 2003. p. 64.

(indivíduos de classe média que insistem na organização de eventos públicos no turno da noite, em locais identificados como *perigosos* pelo empresariado moral, refutando lógicas de defesa social que apostam na segregação e no policiamento público e privado como forma única de proteção). Existe relativa porosidade entre os dois processos, o que será discutido nos tópicos posteriores.

2.3 SEMPRE HÁ LINHAS DE FUGA

A observação etnográfica do urbano permite novas perspectivas sobre a dinâmica social, por vezes dicotômicas dos discursos produzidos pela mídia e pelas agências penais, muitas vezes parceiras na troca de números e pânico. Documentando as realidades vividas e narrando essas experiências, a criminologia pode ser apta a desconstruir discursos totalizantes sobre grupos e fenômenos urbanos, bem como reverberar estratégias profanas de encontro e exercícios de cidadania, contendo a lógica da segregação, que engloba da estética do medo ao encarceramento em massa.

A criminologia pode aproveitar sua abertura epistemológica para apreender com presteza os discursos não acadêmicos que possam servir como barreira ao pânico moral que legitima grande parte das intervenções estatais autoritárias, ao mesmo tempo que sugere a valorização de formas não institucionais de resolução de conflitos e formação de discursos emancipatórios.

A superação do homem teórico socrático e do modelo científico dos últimos homens, notadamente no que diz respeito às ciências criminais, pode ser intentada a partir de duas distintas formas de abordagem: intrínseca, ou seja, a partir do âmbito interno das ciências, através da assunção da transdisciplinaridade; extrínseca, a partir da abertura das ciências ao conhecimento profano. Esses movimentos possibilitariam substituir a perspectiva dramática pela trágica, potencializando nas mais distintas formas a vida, e não o conhecimento mesmo¹⁴⁶.

As pesquisas jornalísticas (pela necessidade de harmonia com o empresariado moral), as pesquisas quantitativas (pela objetividade metodológica), as abordagens generalistas (pelo distanciamento do objeto) e as visões prescritivas (pela expectativa de disciplinamento) possuem maiores limites para expressão das perspectivas emitidas pelas culturas juvenis contemporâneas. Elas desenham

¹⁴⁶ CARVALHO, Salo. In: PANDOLFO, Alexandre Costi; SONGHEN, Clarice. **Encontros entre Direito e Literatura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p.75.

constelações móveis, desordenadas, de faces múltiplas. Produziu-se uma fratura disjuntiva nas narrativas dessas culturas, em que a criação de perspectivas e métodos atípicos pode ser importante. Como refere Salo de Carvalho, podemos “repensar a organização dos saberes e conceber novas formas que privilegiem as interações entre os campos científicos, já que a interdisciplinaridade é um processo: uma maneira de apreender a realidade ou uma maneira de encará-la¹⁴⁷”.

Inspiração metodológica semelhante é exposta pelos estudos culturais, campo de saber importante tanto para a criminologia cultural como para a antropologia urbana desenvolvida no Brasil. O que as diferentes vertentes dos estudos culturais têm em comum é que todas elas retiram a prática e o conhecimento científicos do âmbito exclusivo da epistemologia e trazem qualquer discussão sobre essa prática e sobre esse conhecimento para o mundo da vida: “O campo dos estudos culturais caracteriza-se por não querer ser um campo homogêneo e disciplinar. Os estudos culturais não são simplesmente interdisciplinares; eles são ativa e agressivamente antidisciplinares¹⁴⁸”. A problematização não é exposta para dizer que as determinações econômicas não sejam importantes, sejam menos importantes que as determinações sociológicas, criminológicas ou de qualquer outro campo de saber ou que *tudo se equivale*, mas para lembrar que as determinações não guardam sempre posições hierarquizadas ou estáveis entre si¹⁴⁹, sendo possível a irrupção de modos de socialidade imprevistos, com características de contrarracionalidade (novo uso do racionalismo hegemônico) e resistência (negação prospectiva) à cultura do controle.

A criminologia cultural atrai para o campo criminológico uma série de propostas epistemológicas presentes na sociologia e, sobretudo, nos estudos culturais.

Do ponto de vista epistemológico com a adesão às linhas críticas sobre as formas de produção científica de Feyerabend, do ponto de vista metodológico com a incorporação das técnicas de investigação (etnografia e análise de casos) e das categorias de análise (desvio, etiquetamento, subculturas e empreendimentos morais) do labelling approach, e com o reconhecimento da importância do pensamento crítico pós-moderno —

¹⁴⁷ CARVALHO, Salo. Criminologia cultural, complexidade e as fronteiras de pesquisa nas ciências criminais. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 81, São Paulo, 2009.

¹⁴⁸ WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; VEIGA-NETO, Alfredo. **Estudos culturais da ciência & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 21.

¹⁴⁹ VEIGA-NETO, Alfredo. **Caminhos investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Org. de Marisa Vorraber Costa. Porto Alegre: Mediação, 1996, p. 33.

“orientação que, no seu melhor, compartilha muito com o anarquismo” — a visão criminológico-cultural fornece multiplicidade de perspectivas prático-teóricas na construção do caleidoscópio interpretativo dos fenômenos contemporâneos crime e desvio¹⁵⁰.

As zonas limítrofes, fronteiras, espaços vazios e atravessamentos são fundamentais para a problematização da temática do desvio/transgressão na contemporaneidade. A espontaneidade metodológica polifônica vai de encontro ao rigor excessivamente formalista ou analítico, deixando prosperar outras formas de exposição do pensamento. Modelos pertinentes, refere Michel Maffesoli¹⁵¹, por aglutinarem e ligarem entre si situações aparentemente dispersas, possibilitando métodos de *colagem* de temas e *mistura* de campos — em semelhança aos métodos dadaístas e surrealistas — que podem permitir a visualização de tensões e combinações mais difíceis de serem problematizadas a partir de uma linha teórica determinada a priori: *harmonia conflitual*, nas palavras do autor. Se o discurso e as práticas de controle punitivo estão dispersos por inúmeras malhas públicas e privadas, deslocando antigos centros de tensão criminológica e criando ou acumulando novos, está aberto extenso espaço investigatório para a criminologia: cada novo espaço de controle equivale à nova extensão do objeto criminológico, bem como todas as novas formas de transgressão ampliam o arcabouço deste campo de saber, inclusive aquelas relacionadas aos encontros e atravessamentos entre o real e o imaginário: heterotopias¹⁵².

A realidade é um espaço no qual o imaginário pode ser uma linha de fuga das repressões, interdições e contenções contemporâneas¹⁵³. É através da valorização deste real-surreal que Michel Maffesoli expressa a irrupção contemporânea de modos de existir e organizar a sociabilidade dicotômicos ao que as conclusões críticas poderiam suportar. A ideia é problematizar resistências e transgressões culturais que estão em tensão negativa com as lógicas segregacionistas da cultura do medo.

¹⁵⁰ CARVALHO, Salo. Criminologia cultural, complexidade e as fronteiras de pesquisa nas ciências criminais. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 81, São Paulo, 2009.

¹⁵¹ MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007. p. 148.

¹⁵² FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. XIII.

¹⁵³ MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno**: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. São Paulo: Zouk, 2003. p. 143.

A escola de Chicago, por exemplo, abordou o problema da densidade moral nas amplas cidades industriais, enfatizando relações estruturais entre a desagregação moral e a desagregação do tecido social, criando ou alterando objetos de pesquisa tradicionais da antropologia e desvelando a potencialidade dos espaços de remanejarem o laço social e comunitário, sobretudo a partir da releitura das ideias de solidariedade mecânica e orgânica, denominando-as de outra forma (relações de vizinhança e ecologia urbana) por questões teóricas (menor atração pelas metáforas procedentes da biologia e das ciências exatas)¹⁵⁴ e, posteriormente, pela proximidade com o interacionismo:

A partir dos anos 60, a corrente do interacionismo simbólico dedica-se a trabalhar sobre as formas de exclusão, a partir da ideia de que a sociedade e os seus excluídos são dois sistemas em interação. Eles põem em evidência o fato que o crime ou a delinquência não são os únicos fatos sociais sancionados pela sociedade, portanto os teóricos do *labelling* redefinem e estendem o objeto da criminologia, tornada sociologia do desvio. Enquanto a criminologia se esforçava em encontrar razões dos comportamentos desviantes, os interacionistas viam o desvio como algo construído pouco a pouco nas relações sociais¹⁵⁵.

O próprio termo *outsider* contém um duplo olhar: dos desviantes para os normais e dos normais para os desviantes¹⁵⁶. Se o interacionismo simbólico trabalha sobre o desvio sem nunca abordar o conceito de anomia é porque, para essa corrente de pensamento, os símbolos de ordem negativa são apenas etiquetas, rótulos colados no *outsider*. Os deslocamentos do período moderno até a contemporaneidade trariam que tipo de modificações na compreensão do fenômeno do desvio, sobretudo na relação com as tribos urbanas, a utilização do espaço público e o exercício livre da cidadania?

Esta violência pode, ainda, modular-se em formas mais dúplices da vida social: ritos de inversão (carnaval, festas de loucos, fantasias, etc.), orgias, efervescências, riso, humor. Primeiro simples estetismo, ou prazer dos sentidos, esta revolta pode muito bem tornar-se resistência coletiva. Porque a socialidade se forja, então, no seio de um grupo, graças a uma ação de grupo, quer dizer, por uma prática unificadora: é graças a uma prática social comum que os sujeitos sociais formam, em conjunto, representações comuns. Para Maffesoli, tudo se passa como se duas ordens sociais coexistissem ocupando, cada uma delas, posições fundamentalmente opostas. De um lado, a ordem oficial apoiando-se numa ideologia estritamente definida e que ele descreve como o ideal-tipo da sociedade

¹⁵⁴ XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão**. Lisboa: Piaget, 1994, p.98.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p.116.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p.118.

prometeíca: fundada sobre os valores do progresso técnico e dos lucros econômicos, sobre a lógica do racionalismo e sobre o paradigma individualista. De outro, observam-se múltiplos polos de sociabilidade dionisiaca: reagrupamentos que se formam a partir de práticas, ou de sentimentos coletivos, efêmeros ou mais duráveis. Neste novo emblema o vínculo social recompõe-se em volta de valores que, no momento, são mais vividos do que ditos. Mais do que a ideia de um vazio social, o autor sublinha, inversamente múltiplas formas de efervescência social¹⁵⁷.

O objeto etnográfico é desafiado pelos contextos da contemporaneidade, defende Massimo Canevacci. É desafiado tanto no método quanto na sua aplicação, visto que não pode prescindir das alterações determinadas pelos próprios sujeitos, espaços ou coletivos. O método deve evitar se tornar uma gaiola que produz e encerra seus objetos, organizando-os em critérios de pureza dos quais extrair regras, leis, previsões, tipologias, prescrições, tratamentos. Por tudo isto, a sugestão é descentralizar o método, multiplicá-lo em seu próprio agir, construí-lo e diferenciá-lo ao longo de narrativas assimétricas, assumindo como irredutíveis os sujeitos que participam, partilham e compartilham as transgressões culturais contemporâneas¹⁵⁸.

Qualquer grupo se modifica com as consequências da temporalidade; espantoso seria os grupos transgressores terem permanecido iguais. O que pode acontecer é uma categoria não ser mais suficiente como instrumento de diálogo. Neste caso, pode-se mudar a forma de trabalho e não utilizar nenhuma categoria. Pode-se, também, criar novas. Mas a temática permanece. Quando Maffesoli escreve sobre os *ravers*, por exemplo, não está propondo algo tão distante do que fazia Trasher com as gangues ou Becker com os usuários de maconha, ainda que Maffesoli permaneça apenas na discussão teórica, sem efetivamente descrever uma situação fática observada.

Tais autores (inclusive e principalmente pelo *estilo*) utilizam metodologias diferentes, mas suas temáticas possuem laços. Exige-se, paradoxalmente, respeito com o abstrato e atenção ao concreto. Howard Becker faz uma ressalva importante para os pesquisadores do desvio: não observar em um trabalho de campo casos de *anomia*, *estratificação*, *burocracia* ou qualquer outro dos tópicos teóricos convencionais é apenas a constatação de que esses são termos inventados para relatar de forma conveniente relações entre pessoas, não um catálogo infalível de

¹⁵⁷ Ibid., p.156.

¹⁵⁸ CANEVACCI, Massimo. **Culturas extremas**: mutações juvenis nos corpos das metrópoles. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

conceitos sociais positivados¹⁵⁹. É o que permite, por exemplo, a leitura polifônica de Michel Maffesoli sobre formas de subjetivação contemporâneas, admitindo a composição de modelos individualistas e comunitaristas, evitando rotulações excessivamente classificatórias sobre os agrupamentos juvenis:

Não é certo que nossos gentis selvagens pós-modernos tenham em mente, em seus transe musicais, esse arraigamento. Não há dúvida, em contrapartida, de que vivem, concretamente, a importância do entorno. Sentem a necessidade do contexto para ser o que são, pessoalmente, como portadores de máscaras, ou coletivamente, como tribos, ao mesmo tempo, arraigadas e extáticas. Os territórios em que pisam e que forjam, estruturam a realidade. Os territórios espaciais lhe dão uma existência intensa, ou seja, no máximo do paradoxo, a saída de si no quadro de um território leva a uma tensão imanente: a intensidade da comunidade efervescente, agitação na vida em sua interidade e agitação de vida. Eis o interesse do território: permite comungar com o outro. Já não em função de um ideal distante, mas em referência a valores vividos no presente. Ao mesmo tempo, teremos compreendido-o, esses lugares que compartilhamos com outros permitem suavizar a carga trágica, ligada, justamente, ao presenteísmo¹⁶⁰.

A rediscussão das teorias e métodos interacionistas, antropológicos e sociológicos pode estimular a repensar o cotidiano urbano tanto como o local em que o sofrimento torna-se inaceitável como o espaço urbano onde construções existenciais de *escape*¹⁶¹ da lógica excludente possam surgir — ou ressurgir¹⁶². Novas relações com o espaço, novos compartilhamentos com o outro, novas formas de pensar o corpo próprio e o corpo alheio, novas aberturas para discutir o sofrimento, novas alternativas de se defender do controle verticalizado, novos canais de disseminação da crítica, novas formas de negociação societal e de exposição de conflitos¹⁶³: a contemporaneidade não é apenas objeto de uso perverso de um modelo dessubjetivador/excludente ou subjetivador/disciplinar, mas também um agente horizontal de transformação social.

Se a representação é uma das poucas realidades a que temos acesso, então o imaginário, que remete a uma realidade não inteiramente conhecida, é de

¹⁵⁹ BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 191.

¹⁶⁰ MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno**: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. São Paulo: Zouk, 2003, p.187.

¹⁶¹ Adaptação do termo *Body-scape* presente em CANEVACCI, Massimo. **Fetichismos visuais**: corpos erópticos e metrópole comunicacional. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008, p. 30.

¹⁶² BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p.193.

¹⁶³ MAFFESOLI, Michel. **A sombra de Dionísio**: contribuição a uma sociologia da orgia. São Paulo: Zouk, 2005. p. 149

importância fundamental para uma leitura compreensiva do social, respeitando as representações alternativas que as pessoas criam e evitando reconhecer em suas fantasias apenas uma irreabilidade obliterada por fatores de dominação, exclusão ou desconhecimento político¹⁶⁴. O objetivo explícito seria aplicar uma metodologia das diferenças, a fim de acentuar as variadas performances das produções juvenis¹⁶⁵. Se é verdade que algumas categorias *contraculturais* caducaram, isto não retira a existência de outros papéis bastante próximos destas representações. A forma com que a discussão sobre desvio têm sido colocada pela criminologia — tanto sociológica como jurídica — faz parecer que a temporalidade é uma espécie de catástrofe que apenas destroça, não possibilitando a criação ou a renovação de coisa alguma.

Os arranjos binários que separam de forma radical essência e aparência podem induzir à busca de determinações individuais ou sociais, evitando a valorização da estética e da aparência (sempre ambíguas) em prol da objetividade. A aparência seria então um erro ou uma deformação da realidade essencial. Esta ideia é baseada no pressuposto moral de que as informações passadas pelos sentidos, com menor mediação racional, seriam sempre inferiores. Nietzsche nos mostra que a aparência não é inverídica ou a melhor representação do real, mas uma realidade possível¹⁶⁶. Michel Maffesoli estrutura boa parte de seus trabalhos acerca da contemporaneidade a partir dos questionamentos de Friedrich Nietzsche sobre a crença na verdade do real em oposição à aparência e de Gilbert Durand sobre o imaginário.

Gilbert Durand¹⁶⁷ sugere que o imaginário da modernidade está se esgotando porque seus mitos atingiram seu ponto de saturação, deixando-se penetrar por outros mitos, outras visões de mundo. Da mesma forma, poderíamos falar dos grupos desviantes e suas representações, seus imaginários sociais reconstruídos ou recriados que, enquanto não se solidificam, transmitem um vazio de sentido que seria buscado no culto exacerbado do corpo, nas falsas promessas de juventude eterna, nas drogas ou no prazer *fast food* que Gilles Lipovestky denominou *era do*

¹⁶⁴ LEGROS, Patrick et al. **Sociologia do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2007. p.97.

¹⁶⁵ CANEVACCI, Massimo. **Culturas extremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

¹⁶⁶ PESSIN, Liane. **A potência do trágico na clínica psicanalítica**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 21.

¹⁶⁷ DURAND, Gilbert. **Campos do imaginário**. Lisboa: Piaget, 1998.

vazio: “A individualização das consciências conduz também à apatia e ao vazio intelectual, ao pensamento-spot, à salada mental, às adesões mais desarrazoadas, a novas formas de superstições, ao qualquer coisa¹⁶⁸”. Este movimento seria ambíguo, provocando dessubjetivações pelo *vazio de sentido*, mas também estaria relacionado às novas morais espontâneas produtoras de subjetividades criativas:

Existe notável consenso no nível dos comportamentos, das escolhas em favor da adoção espontânea de uma nova moral. Manifestações que deixam poucas dúvidas sobre a novidade de uma nova economia psíquica. Há uma nova forma de pensar, julgar, comer, transar, casar ou não, viver a família, a pátria, os ideais, de “viver-se”. A emergência de uma nova economia psíquica é evidente. Creio que não existia antes, podia parecer existir sob a forma de revoltas, marginalidade, fenômenos de franja... Mas se tratava, sobretudo, de atitudes de oposição: situava-se com relação ao que constituía referências firmes, estabelecidas e aparentemente inabaláveis. Não é mais um movimento por oposição, é um movimento que segue seu próprio impulso¹⁶⁹ [...] O progresso é ter efetivamente considerado que o céu está vazio, tanto de Deus como de ideologias, promessas, referências, prescrições...¹⁷⁰

Ainda que autores como Lipovetsky avistem o individualismo radical como predicado da contemporaneidade, Maffesoli sustenta posição diversa: a saturação do indivíduo possibilitaria a manifestação da pessoa — isto é, da *persona* e suas máscaras. Estas múltiplas identificações teriam a potência de aglutinarem coletivos efêmeros, mas repetitivos e aptos a produzirem consensos sociais através da repetição, ao contrário da forma tradicional baseada na permanência ou na tradição. Contra a solidão das grandes cidades, Maffesoli detecta anseio de tribalismo e compartilhamento que retorna tanto aos valores dionisíacos hedonistas como ao nomadismo. Construção trágica de si e escape/evasão dos controles assépticos e hegemônicos baseados na separação e na segregação da diferença¹⁷¹.

A modernidade, ao apostar na legitimação vertical, enfraqueceu valores cooperativos, pois “a passagem da comunidade para a sociedade fundada sobre princípios de individualismo e racionalidade tende ao relaxamento quase total do laço social¹⁷²”. Há um abandono das representações coletivas que estruturam o laço

¹⁶⁸ LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seus destinos nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 264.

¹⁶⁹ MELMAN, Charles. **O homem sem gravidade**: gozar a qualquer preço. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003. p.16.

¹⁷⁰ Ibid.,p.17.

¹⁷¹ CRAIDY, Graça. Michel Maffesoli: A estetização é a rebelião do imaginário. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 16, 2006. p.3.

¹⁷² XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão**. Lisboa: Piaget, 1994. p.88.

social, obstaculizando subjetivações que interliguem os indivíduos com o coletivo. Por outro lado, dificultam formas de construção de si que possam se estruturar com firmeza sem se apoiar apenas em tentações narcísicas¹⁷³.

O reconhecimento segundo o modelo antigo era adquirido de uma vez por todas: quando você se fizesse reconhecer por um certo número de qualidades, sua “passagem” para um certo estatuto era admitida e definitiva. O sujeito capitalista, hoje, corre sem parar atrás desse reconhecimento, exposto a todos os acasos, isto é, arriscando se arruinar, ser preso, em suma, desaparecer. Estamos em duas lógicas completamente diferentes: uma é fundada na assunção do traço que assegura a identidade; a outra é organizada pela busca incessante das marcas de uma identidade que só vale no olhar do semelhante, que só pode ser validade por um efeito de massa — reconhecimento público, midiático – e que nunca é definitivamente adquirido¹⁷⁴.

Esse tipo de situação sempre provocou um retorno do caído, um apelo público ao “mestre”, para que ele venha assegurar uma regulação do gozo¹⁷⁵.

Estamos errados em pensar que o sujeito está ávido de preservar sua singularidade. Muito pelo contrário, nós o vemos pôr-se à busca de todas as identificações coletivas em que poderá vir se dissolver. A preocupação de ser cuidado, de confiar a sistemas religiosos, culturais, políticos a direção de sua existência é mais evidente que nunca. Na minha opinião, a democracia, com seu ideal de livre escolha, não conduz forçosamente, do ponto de vista psíquico, ao estado mais satisfatório, mais feliz. A aspiração de nossos contemporâneos a fazer parte do rebanho está aí para mostrá-lo¹⁷⁶.

Possível criar novas formas de exposição que não se limitem a inverter os polos de uma mesma equação (como a substituição da presença totalizante de uma dominação opressora de toda resistência pela onipresença de uma integração social que eliminaria a própria existência do conflito, sendo capaz de capturar qualquer fenômeno e torná-lo legitimante da ordem hegemônica)¹⁷⁷. Qualquer tentativa de inovação seria capturada ou obstaculizada, não sendo possível recomposições como aquelas das áreas naturais (escola de Chicago), grupos de excluídos (Erwin Goffman) ou mundos alternativos (Howard Becker)¹⁷⁸.

A sociologia francesa contemporânea denomina, desde (pelo menos) a década de noventa do século XX, como pós-modernidade a atomização do vínculo

¹⁷³ XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão**. Lisboa: Piaget, 1994, p. 86.

¹⁷⁴ MELMAN, Charles. **O homem sem gravidade**: gozar a qualquer preço. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003. p. 173.

¹⁷⁵ Ibid., p. 174.

¹⁷⁶ Ibid., p. 175.

¹⁷⁷ ALVAREZ, Marcos César. **Controle social: notas em torno de uma noção polêmica**. São Paulo: Perspectiva, v. 18, 2004, p. 3.

¹⁷⁸ XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão**. Lisboa: Piaget, 1994.

social que admite a convivência de distintos modelos de agregação coletivos cujas características principais são a efemeridade e a solidão. Por outro lado, uma dispersão de valores que coexistem pacificamente se comunicam e produzem novas formas de sociabilidade¹⁷⁹. A valorização da aparência, ou seja, a negação de que qualquer representação de valores coletivos verticalizados tenha por trás alguma realidade velada é pressuposto desta perspectiva¹⁸⁰. A aproximação de valores heterogêneos em espaços públicos coletivos é o que induz Michel Maffesoli a denominar o laço social contemporâneo como uma *constelação de valores*¹⁸¹.

A transgressão está na ruptura com um modelo de identificação verticalizado e a assunção de uma construção de si que valoriza a fluidez e as estéticas múltiplas¹⁸². O que Martine Xiberras chama de ética da estética concebe o contorno de uma ética que permite aos sujeitos compartilharem diversos grupos de atração, pois o fato de se organizarem em constelação possibilita a visão de uma certa coabitação¹⁸³, ainda que a tendência corporativista esteja sempre presente¹⁸⁴. Muitas das constatações de Michel Maffesoli são semelhantes à ideia de constelação de Gilbert Durand¹⁸⁵ e de mosaico da escola de Chicago, em que é admitida a hipótese de que irrompem formas de representações coletivas policulturais em vez de multiculturais¹⁸⁶. A coabitação e a interação entre culturas juvenis distintas produzem transculturas que podem exceder a binariedade entre inclusão violenta (moderna, sobretudo) e exclusão (sociedade de consumo)¹⁸⁷.

Michel Foucault delinea no prefácio de *As palavras e as coisas* — assim como no artigo “Outros espaços” — a existência de espaços heterotópicos. Esses espaços teriam o poder de justapor em um só lugar real vários espaços, vários posicionamentos que são em si próprios incompatíveis, provocando espécie de ruptura com seu tempo. Espaços de ilusão denunciam como mais ilusórios ainda qualquer espaço real (enquanto posicionamentos no interior dos quais a vida

¹⁷⁹ XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão**. Lisboa: Piaget, 1994. p. 182.

¹⁸⁰ Ibid., p.195

¹⁸¹ MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998, p.224.

¹⁸² XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão**. Lisboa: Piaget, 1994, p.224.

¹⁸³ Ibid.,p.225.

¹⁸⁴ Ibid., p.227.

¹⁸⁵ DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Trad.: Hélder Godinho. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

¹⁸⁶ XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão**. Lisboa: Piaget, 1994, p. 243.

¹⁸⁷ Sobre o tema ver: YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, e BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

humana é compartimentalizada) ou produzem outro espaço real tão meticuloso e organizado quanto os outros são confusos. As heterotopias supõem aberturas e fechamentos inesperados que por vezes isolam, mas também são penetráveis¹⁸⁸:

As utopias consolam: é que, se elas não têm lugar real, desabrocham, contudo, num espaço maravilhoso e liso; abrem cidades com vastas avenidas, jardins bem plantados, regiões fáceis, ainda que o acesso a elas seja quimérico. As heterotopias inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fracionam os nomes comuns e os emaranham, porque arruinam de antemão a ‘sintaxe’, e não somente aquela que constrói as frases – aquela menos manifesta, que autoriza “manter juntos” (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas. Eis porque as utopias permitem as fábulas e os discursos: situam-se na linha reta da linguagem, na dimensão fundamental da fábula; as heterotopias dessecam o propósito, estancam as palavras nelas próprias, contestam, desde a raiz, toda a possibilidade de gramática; desfazem os mitos e imprimem esterilidade ao lirismo das frases¹⁸⁹.

Valorizar o comunitarismo, o lúdico, o cotidiano e o imaginário são formas de dialogar com manifestações contemporâneas nas quais a ideia de trocar experiências e manter uma constante reconstrução de si estão presentes¹⁹⁰. O intuito é referenciar paradoxos sem apontar soluções para suas complexidades¹⁹¹ e reverberar perspectivas que sustentem a irrupção de modos de existência *capazes de resistir ao poder e ao saber*, bem como assimilar o saber contra o poder. Tais modos de existência não cessam de se recriar e reproduzir.

A ritualização de algumas práticas contemporâneas contidas em grupos, encontros, piqueniques, luares, festas abertas e consumo coletivo de substâncias psicoativas podem ser alegorias de união que, com o tempo, são problematizadas pelos grupos e tornam-se aptas a produzir ideias transgressoras sobre as formas possíveis de viver a coletividade¹⁹². Mesmo que nem sempre sustentem um discurso racionalmente consistente, sugerem acoplamentos sociais que realizam no próprio ato das práticas coletivas: a prática como pensamento e o pensamento como prática. Coletivos por vezes submersos, mas que se desenvolvem em espaços dos

¹⁸⁸ FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 421.

¹⁸⁹ Id. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. XIII.

¹⁹⁰ MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995. p. 14.

¹⁹¹ DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 116.

¹⁹² XIBERRAS, Martine. **A sociedade intoxicada**. Lisboa: Piaget, 1989. p.194.

mais variados, mantendo certo instinto comunitário que unifica ao mesmo tempo que mantém a pluralidade¹⁹³.

Neste espaço entre as expectativas libertárias da pós-modernidade e o aprisionamento do sujeito em um registro especular característico da hipermodernidade, o que poderia estruturar-se¹⁹⁴? O período libertário que poderia florescer perante o enfraquecimento das grandes ideologias e o enfraquecimento das amarras normativas tradicionais provocam tensões, mas também emancipação. É neste entre-lugar que problematizo alguns temas criminológicos da vida urbana contemporânea.

Nesse contexto, alguns grupos de desvio podem ser compreendidos como negação dos outros espaços referentes ao mesmo tempo. Contrariando as políticas higienistas, um rito sexual orgiástico ou o excesso no consumo de entorpecentes. Na contramão da obsessão pela longevidade, rachas automobilísticos. Em contraponto ao consumismo, grupos nudistas de desapego. Nas margens da ciência, a irrupção de multiplicidades religiosas. O desvio é sempre referente a outros microgrupos hegemônicos, visto que as revoluções de ordem política e econômica não povoam o imaginário social como estávamos acostumados. Por isso, alguns grupos reagem a determinadas formas de consenso não propriamente políticas no sentido tradicional, mas sobretudo culturais, cotidianas, micropolíticas¹⁹⁵.

As formas de lidar com a violência não passam incólumes pela multiplicidade de estratégias e interpretações. Se perspectivas ascéticas de controle social permanecem contínuas, como as restrições relacionadas às drogas e ao comércio sexual, diversos autores sugerem a necessidade de reconhecer a humanidade de toda a violência, no intuito de saber melhor geri-la¹⁹⁶: é possível ludibriar a violência fornecendo-lhe uma válvula de escape — *algo para devorar*. Maffesoli identifica diversas formas contemporâneas de subjetivação que valorizam o *excesso* e a *sombra*: “o anjo negro dos jogos de papéis que o cinema ou a canção exaltam sem vergonha nem culpabilidade é certamente a figura emblemática mais expressiva da contemporaneidade¹⁹⁷”.

Como Gilles Deleuze¹⁹⁸ refere em comentário acerca da obra foucaultiana, constituem-se, ainda hoje, modos de existência que remetem não à existência como

¹⁹³ Ibid., p.197.

¹⁹⁴ LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarrola, 2004. p.25.

¹⁹⁵ LINCK, José Antônio Gerzson. **A criminologia nos entre-lugares: diálogos entre inclusão violenta, exclusão e subversão contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

¹⁹⁶ GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1990. p.15.

¹⁹⁷ MAFFESOLI, Michel. **A parte do diabo**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.183.

¹⁹⁸ DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 116.

Sujeito, mas como obra de arte, “inventando modos de existência capazes de resistir ao poder e ao saber, mesmo se o saber e o poder tentam apropriar-se deles”. Como compreender o controle excludente (pressupondo contenção e afastamento no cotidiano urbano) conjuntamente com as leituras contemporâneas que defendem a irrupção de modos de existência *trágicos* que favorecem a dimensão da alteridade?

Manifestações repressivas podem ressurgir através de novas capas e movimentos emancipatórios podem manifestar-se em locais ainda não ressaltados, ainda que de forma contraditória ou paradoxal, visto que a própria noção de identidade enquanto elemento puro ou estático já não possui maior relevância: “os modos de existência não cessam de se recriar, e surgem novos¹⁹⁹”. As criações existenciais são ativas e, como uma obra de arte, sempre funcionam fora de uma compreensão comum de estilo, procurando linhas de fuga²⁰⁰ de normas que são cada vez menos estáticas e “se ramificam para colonizar, nos mínimos detalhes, as micropráticas, de modo que poucas ações consideradas importantes e reais possam escapar da rede de normalidade²⁰¹”.

Nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada: a empresa, a formação e o trabalho sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal. Kafka, que já se instalava no cruzamento dos dois tipos de sociedade, descreveu em *O processo* as formas jurídicas mais temíveis: a quitação aparente das sociedades disciplinares (entre dois confinamentos), a moratória ilimitada das sociedades de controle (em variação contínua) são dois modos de vida jurídicos muito diferentes, e se nosso direito, ele mesmo em crise, hesita entre ambos, é porque saímos de um para entrar no outro²⁰².

A ideia de que o excesso não significa desequilíbrio (não há equilíbrio nas dinâmicas sociais) e que contatos sociais podem ser serenos sem regulação institucional resiste ao modelo totalizante que relaciona segregação e ausência de contato social com prevenção e segurança. Para a juventude pobre esse é um tema ainda mais dramático. Seus estereótipos não autorizam a canalização da violência

¹⁹⁹ DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 116.

²⁰⁰ Utilizo o termo de forma não conceitual, procurando comportar tanto a ideia da subjetivação como um processo — Foucault e Deleuze — quanto a noção de *projeto* de Gilberto Velho. Creio que não estejam em desacordo com as formas de exposição do tema de Erving Goffman (papéis identitários) e Michel Maffesoli (multiplicidade identitária).

²⁰¹ DREYFUS, Hubert L. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 284.

²⁰² DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed.34, 1992, p.221.

em eventos festivos, como a atual criminalização do funk deixa transparecer, assim como já havia acontecido com o samba. Nos dois casos, porém, a cultura resiste. A pretensão de eliminar tudo o que aparenta descontrolado desconhece parcela da existência humana que só pode ser controlada se admitida, como a violência, a alteridade, a errância. Nas palavras de Michel Maffesoli, “reconhecer o que cabe ao diabo, saber dar-lhe bom uso, para que não sufoque o corpo social²⁰³”.

É claro que, ao efetivamente projetar uma definição da situação quando chegamos à presença de alguém, criamos a existência da dúvida sobre esta projeção. O que impressiona contemporaneamente é o imaginário que sobrevaloriza o risco de catástrofe em um contato social. A demonstração das tentativas de viver de outras formas neste mesmo mundo — *amor fati* — não é a mesma coisa que sustentar *um outro mundo possível*. É claro que não há dissociação no formato mágico de uma fantasia encontrada após a ultrapassagem de um portal, o intuito é destacar tentativas, performances, atuações de evasão. Sobretudo as que envolvam o uso livre do espaço público, local por excelência da urbe. A criminologia está situada em um espaço de atravessamentos metodológicos que autorizam o deslocamento e a ampliação de espaços de fuga que expressam leituras dicotômicas ao modelo da cultura do controle e das cidades de muros.

Sustento, portanto, que o drama (e a dramatização ou a ritualização que lhe são inerentes) pode ser interpretado como um método que permite construir e assim elaborar pedaços do mundo, tornando-os significativos por sua focalização, destaque ou deslocamento. Um dos mecanismos mais conhecidos de deslocamento é a mudança de escala, ou seja, a ampliação ou diminuição do objeto a ser deslocado relativamente ao seu contexto original ou costumeiro. Um outro é o seu afastamento dos ambientes com os quais o objeto mantém um elo de funcionamento ou de familiaridade. São possibilidades de destaque promovidas por um deslocamento que permitem a manifestação relativamente exclusiva e focalizada de certos valores (relações e/ou objetos) sociais, constituindo-se no ingrediente básico da simbolização e da ritualização²⁰⁴.

O cenário de fundo já foi intensamente exposto por David Garland na criminologia, Zygmunt Bauman na sociologia e Tereza Pires Caldeira na antropologia (a autora inicia o oitavo capítulo da sua tese de doutorado com uma frase sintética: “São Paulo é hoje uma cidade de muros”). Não é o objetivo do trabalho fazer um histórico do planejamento urbano nas capitais, mas dar visibilidade

²⁰³ MAFFESOLI, Michel. **A parte do diabo**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.16.

²⁰⁴ DAMATTA, Roberto. **Conta de mentiroso**: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p.63.

à segregação espacial com foco nas suas reterritorializações, espécie de cartografia narrada das contrarracionalidades e resistências no espaço público. A fragmentação, a segmentação espacial e o controle dos limites de distância do outro são aspectos característicos das capitais contemporâneas. Este foi o pressuposto da tese: o processo segregacionista das cidades que implica na contenção das interações entre as *personas* e a necessidade de produção de signos identificatórios da *diferença* a ser evitada. As estratégias para contenção desta diferença são utilizadas tanto pelo estado como pela sociedade civil:

As normas de ação decorrentes não se endereçam apenas aos organismos do Estado, endereçam-se às organizações, instituições e indivíduos da sociedade civil. As teorias dão por estabelecida a capacidade limitada do Estado. Os novos programas de ação procuram influenciar a conduta das vítimas potenciais, armar os alvos vulneráveis, melhorar a segurança em zonas perigosas e reestruturar as rotinas da vida cotidiana que têm por consequência desagradável propiciar ocasiões para o crime. Essa criminologia expeditiva visa, de fato, modificar as rotinas cotidianas da vida social e econômica em direções que limitem a ocasião, redistribuam os custos e criem efeitos dissuasivos. Ela procura instaurar controles antes no seio do desdobramento da interação normal do que num plano superior, na forma de um comando soberano. Mas lá onde a ideia de repressão interna remetia ao domínio de si e à civilidade de humanos que participam de uma cena, recorre-se hoje às tecnologias de segurança e supervisão²⁰⁵.

Ao contrário de um controle que busque apenas por fatos delituosos ou faça perguntas para desvelar uma subjetividade anormal e sua necessidade de correção, a contenção é mais dinâmica, e o mecanismo de seletividade mais funcional, utilizando-se de signos semi-identitários, em geral independentes de intenções institucionais. Ao mesmo tempo, a criminologia do outro (anormal, desarrazoado) permanece presente nas camadas periféricas. As estratégias do controle informal contemporâneo, bem como a repressão policial e administrativa do exercício livre da cidadania passam a se autoperpetuar e autorreforçar quanto mais ineficazes forem²⁰⁶:

O elemento comum às propostas gerencialistas é a desconfiança frente ao público e ao formalizado e sua conseqüente deslegitimação, e o resultado é a expansão do Direito Penal por via de mecanismos que pretendem fazer frente ao colapso da justiça penal em sociedades sobrejuridificadas e sobrejudicializadas, reduzindo-o a uma simples manifestação administrativo-executiva. Ao gerencialismo penal corresponde o novo

²⁰⁵ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34; São Paulo: Edusp, 2000, p.301.

²⁰⁶ BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 93.

discurso criminológico, chamado atuarial. Atuarialismo e gerencialismo, embora não signifiquem exatamente o mesmo, respondem a uma mesma lógica tecnocrática, e foram assimilados como manifestações de uma mesma racionalidade que impregna as técnicas de controle do delito na atualidade. A criminologia atuarial propõe um câmbio de paradigma, com o abandono do discurso correccionalista, característico do Welfare State, e do debate a respeito das causas do delito²⁰⁷.

Os controles da vida cotidiana, no retrocesso dramático das experiências de encontro, propõem como alternativa simbólica signos identificatórios de segurança: câmeras de vigilância (alguém onipresente está cuidando de você), sensores de velocidade (pressuposta existência fática de uma ordem dentro de outra promessa de ordem — as regras de trânsito), blitz (o espaço estará mais limpo quanto maior for o processo de filtragem das impurezas humanas), muros (alternativa individual *plus* de restrição da desordem, obstáculo físico do risco de encontro) e regras de existência através da restrição da liberdade de alteração/interação psíquica (controle administrativo dos prazeres, englobando desde o controle dos narcóticos legais e ilegais até a proibição de modalidades de interação social como o funk e as raves). Ao que tudo indica, o controle verticalizado obstaculiza a ocupação do espaço público como forma de valorização do território e local de pertencimento coletivo:

Com efeito, para retomar pela última vez a distinção feita entre drama e trágico, recordo que, no quadro da modernidade, a perspectiva dramática crê na solução de todos os problemas, mas remete a um amanhã melhor. Em contrapartida, a sensibilidade trágica se dedica a viver, no cotidiano, esses mesmos problemas. Estes, e a tensão que geram, são constitutivos de todo ser, individual ou coletivo. No primeiro caso, a História é o vetor da emancipação social. No segundo, o território é o receptáculo de um destino coletivo²⁰⁸.

Neste sentido, a observação etnográfica permitiu compreender que a insistência na provocação do encontro, a ocupação de locais abertos e o uso do espaço da rua podem ser dissonantes das leituras sociológicas críticas, pois demonstram a disposição de colocar o *corpo* e a *carne* à prova nem sempre pacífica da negociação social. Permitem, ainda, variações que incluem o conflito e exasperam as contradições sociais. Desta forma, podem tanto ser resistentes ao empresariado moral que inflama o medo da convivência urbana como reproduzir

²⁰⁷ AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. **Teoria e prática da pesquisa sócio-criminológica**. Rio de Janeiro:2010, p. 168.

²⁰⁸ MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno**: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. São Paulo: Zouk, 2003, p.188.

formas de integração social baseadas na inclusão violenta da diferença (homogeneidade heterogênea) ou até reafirmar o processo de exclusão, inclusive concomitantemente.

2.4 COMO PROCURAR LINHAS DE FUGA: A INSPIRAÇÃO METODOLÓGICA

Em um pequeno artigo derivado da transcrição de uma palestra no programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ), Howard Becker expõe a imensa multiplicidade teórica das *gerações* que o antecederam na escola de Chicago e, mais ainda, nas *escolas de Chicago* que se multiplicaram por diversas outras cidades, americanas ou não. Refere, também, que a principal característica da escola era ter pensadores com ideias diferentes dispostos a fazer um mesmo tipo de *atividade* científica: empírica, com grau variável de interacionismo. Preocupada, assim, com as questões da vida cotidiana que passam despercebidas por grandes sistemas de explicação do mundo e, portanto, diferente das *escolas de pensamento* nas quais pesquisadores em locais próximos ou distantes comungam de mesma matriz teórica (o que normalmente acaba se verificando apenas muitos anos depois). Não há como *descrever* a escola de Chicago, mas possível afirmar que foi a fonte criativa para os primeiros trabalhos de antropologia urbana desenvolvidos no país, além da importância que investigações como *Outsiders*, de Howard Becker, tiveram no campo criminológico.

Gilberto Velho, na apresentação da edição brasileira de *Sociedade de esquina*, de William Foot-White, refere que um dos principais focos da produção da escola de Chicago é a temática indivíduo e sociedade, sobretudo os contrastes e continuidades entre a interação de grupos e as estruturas sociais mais amplas²⁰⁹. Não podemos pensar na escola de Chicago como um grupo homogêneo (pela variedade temática de seus autores), mas a intensificação da transdisciplinaridade e a importância atribuída à interação (relações entre grupos e sujeitos ativos dentro de malhas sociais móveis, não como mônadas isoladas) opõem-se aos modelos estáticos nos quais a diferença social é sempre contrastada e problematizada através do espelhamento dos padrões sociais e estruturas predefinidas —

²⁰⁹ ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Zahar, 2000, p.11.

positivamente estigmatizadas —, bem como da maior proximidade ao empirismo do que ao racionalismo.

A criminologia cultural oferece algumas alternativas de abordagem que são importantes para questionar a hegemonia dos discursos criminológicos críticos de longo alcance. O referencial utilizado pela criminologia cultural é amplamente debatido pelo Museu Nacional da UFRJ desde sua existência e posteriormente pela linha de antropologia urbana que se desenvolveu na USP. A antropologia brasileira, além de realizar inúmeras etnografias e observações participantes com claro diálogo com a sociologia do desvio, preocupou-se muito com a imprescindível discussão teórica sobre o método. Creio, porém, ser mais frutífero salientar o espaço que a criminologia possui para criar e dinamizar métodos do que meramente acoplar — mais uma vez — um método de outro campo de saber. A ideia é valorizar a discussão posta no tópico como inspiração, evitando definição metodológica rígida.

O sentimento antiteórico (embora muita “teoria” tenha sido desenvolvida pelos pesquisadores da escola de Chicago), a temática da integração, as questões urbanas, a tradição antiestatista, o distanciamento do positivismo sociológico (embora o darwinismo social ainda estivesse presente), as investigações qualitativas, o questionamento da comunicação de massa e o pragmatismo foram os pilares desta *escola* que teve muita influência no modelo da antropologia urbana no Brasil²¹⁰.

Gabriel Ignacio Anitua produziu excelente histórico sobre as aplicações criminológicas da escola de Chicago, sendo bastante detalhista na multiplicidade teórica e temática de autores como William Thomas, Robert Ezra Park, Florian Znaniecki, Frederick Thrasher, Edward Ross, Albion Small, Ernest Burgess, Clifford Shaw, Henry McKay e as influências que receberam de Emile Durkheim, Max Weber, Georg Simmel, Georg Mead, John Dewey e Gabriel Tarde²¹¹. Howard Becker faz uma construção diferente, com um pouco mais de proximidade afetiva e apresentando pesquisadores que ingressaram posteriormente, como Louis Wirth,

²¹⁰ Lícia do Prado Valladares, Gilberto Velho e José Guilherme Cantor Magnani são pesquisadores que possuem diversos artigos e conferências sobre a recepção da escola de Chicago no Brasil, incluindo as biografias e as estadas/permanências de autores como Howard Saul Becker, Robert Ezra Park e Donald Pierson no Brasil.

²¹¹ ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro: Revan, 2008, p. 405-481.

Herbert Blumer, Everett Hughes, Erving Goffman, William Ogburn, Eliot Freidson, William Foote-Whyte, Lloyd Warner e Robert Redfield²¹².

A antropologia urbana não é um ramo tardio ou subordinado à antropologia *clássica* (embora existam, evidentemente, relações importantes); os primeiros autores vinculados à escola de Chicago publicaram suas obras na década de 1920, mesmo período histórico de publicações — por exemplo — de Bronislaw Malinowski. As vertentes principais das pesquisas pioneiras estavam no caráter transitório e complexo da vida urbana e na tendência de fechamento das *antiedades* (folclore, estudos de comunidades fechadas, retraimento de grupos, etc.). O contato com sociólogos europeus e a temática da transição comunidade-sociedade (Max Weber, George Simmel e Emile Durkheim, sobretudo) estavam presentes em muitas obras, mas a ênfase estava colocada na emergente migração para a cidade de Chicago, nos métodos empíricos e nas temáticas vinculadas à minorias classificadas — em geral — como “patologias sociais” (o que demonstra a influência da biologia/ecologia humana).

No Brasil, as primeiras pesquisas sobre segmentos urbanos datam da década de 1930 na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Entre o final da década de 1930 e o início da década de 1940, sob influência de Donald Pierson, a marca da escola de Chicago tornou-se evidente — inclusive com o intercâmbio de alunos e professores entre a ELSP e a Universidade de Chicago. Pierson era orientado por Robert Ezra Park e eram membros do comitê responsável pela tese conhecidos professores da escola de Chicago, como Robert Redfield e Louis Wirth. Posteriormente, Donald Pierson defendeu tese sobre os encontros entre negros e brancos na Bahia e permaneceu longo tempo como docente da ESLP, tendo inclusive recebido a visita de Robert Park na sua estada no Brasil²¹³.

Sociólogos identificados com outras formas de abordagem frequentaram cursos de pós-graduação na instituição, como Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Sérgio Buarque de Holanda. Posteriormente, a ESLP perdeu hegemonia para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (que se tornaria, em seguida, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) da USP. O trânsito de alunos e

²¹² BECKER, Howard. A escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, Out. 1996. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 de Junho de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131996000200008>.

²¹³ MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro**: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, p. 17-24.

professores entre os dois centros de pesquisa (a ELSP, com um corte influenciado pela escola de Chicago, e a FFLC, mais próxima dos estudos sobre migração) provocou importante interação entre sociólogos e antropólogos, criando hibridismos entre os marcos teóricos e as metodologias. José Guilherme Cantor Magnani traz alguns exemplos: Herbert Baldus (etnologia indígena) orienta Florestan Fernandes (tupinambá), que orienta Ruth Cardoso (migração japonesa em São Paulo); Emilio Willems (estudos de comunidades urbanas) orienta Egon Schadem (mitologia indígena), que orienta Eunice Durham (migração urbana), que orienta Amadeu Lanna (economia em sociedades tribais)²¹⁴.

Magnani traz — em seus escritos de livre-docência — outros exemplos, mas creio que este seja suficiente para mostrar como estudos vinculados à temática urbana — como migração e pesquisas de comunidade — eram trabalhados concomitantemente às pesquisas mais próximas da etnologia indígena²¹⁵, de forma a salientar que foram contemporâneas em seu tempo e afastando a identificação da antropologia urbana com um *ramo* teórico ou metodológico da antropologia *clássica*, ainda que seu desenvolvimento efetivo, no Brasil, tenha ocorrido apenas na década de 70 (defesas de teses e dissertações) e culminado na publicação de *O fenômeno urbano*, em 1973 (com textos de Park, Wirth, Simmel e Weber), e *A aventura antropológica*, em 1986 (publicação que já contava com reflexões epistemológicas sobre pesquisas de antropologia urbana realizadas no Brasil²¹⁶).

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ e, sobretudo, as obras *A utopia urbana*²¹⁷ e *Nobres e anjos*²¹⁸, de Gilberto Velho, são a sedimentação de uma linha metodológica e teórica que aglutina antropologia urbana, sociologia do desvio e criminologia²¹⁹. Se a forma de abordagem desenvolvida por Magnani no Núcleo de Antropologia Urbana da USP (NAU) está com o foco na descrição e mapeamento dos espaços urbanos, o método de Gilberto Velho está localizado na descrição densa de grupos fechados (no caso

²¹⁴ MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro**: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, p. 24

²¹⁵ *Ibid.*, p. 26-27.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 34-36.

²¹⁷ VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

²¹⁸ VELHO, Gilberto. **Nobres & anjos**: um estudo de tóxicos e hierarquia. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

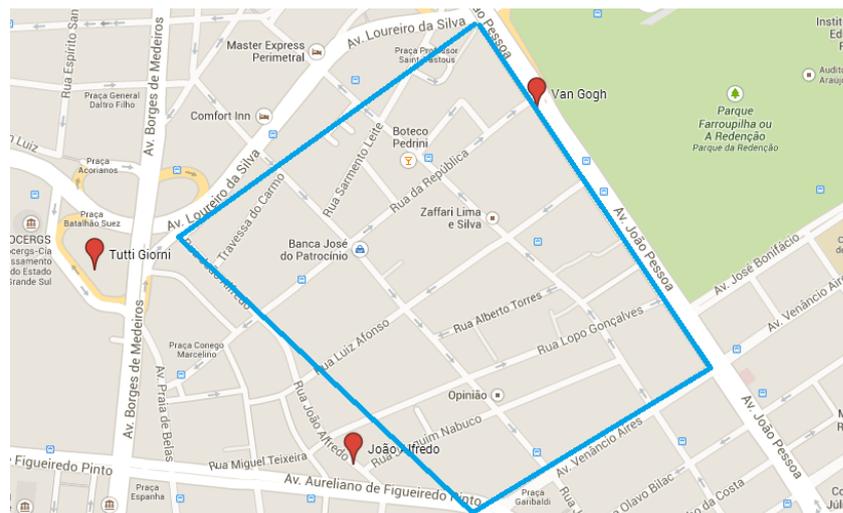
²¹⁹ VELHO, Gilberto (org.). **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

de *A utopia urbana*, moradores de um condomínio; em *Nobres e anjos*, grupo de 25 pessoas escolhidas previamente).

A opção pelos espaços afasta a particularização excessiva e diminui o risco das ontologias deterministas, mas torna muito difícil o acompanhamento da mobilidade dos grupos, ainda que conceitos como “trajetos” e “circuito²²⁰” evitem o fechamento completo das descrições espaciais. A escolha de grupos fechados, por sua vez, permite o acompanhamento de algumas linhas de fuga existenciais, mas sob o custo da redução da pesquisa em troca da seleção prévia, o que dificulta a busca das permanências relacionadas à interação contínua nos espaços — heterotopias²²¹: o que confere certa “alma” ao território e condiciona — relativamente — as expectativas de comportamento.

Na qualificação desta tese, havia delimitado dois espaços. O primeiro seria um *quadrilátero simbólico formado pela Avenida Loureiro da Silva, Rua João Alfredo, Avenida Venâncio Aires e Avenida João Pessoa* e tinha como sustentação a descrição espacial produzida em uma das campanhas morais do Jornal Zero Hora, a ser descrita posteriormente. Além disso, a escolha do espaço estava alicerçada em um território historicamente formado por escravizados e descendentes, tradição boêmia, grande concentração de casas noturnas e repressão policial rotineira.

Figura 1



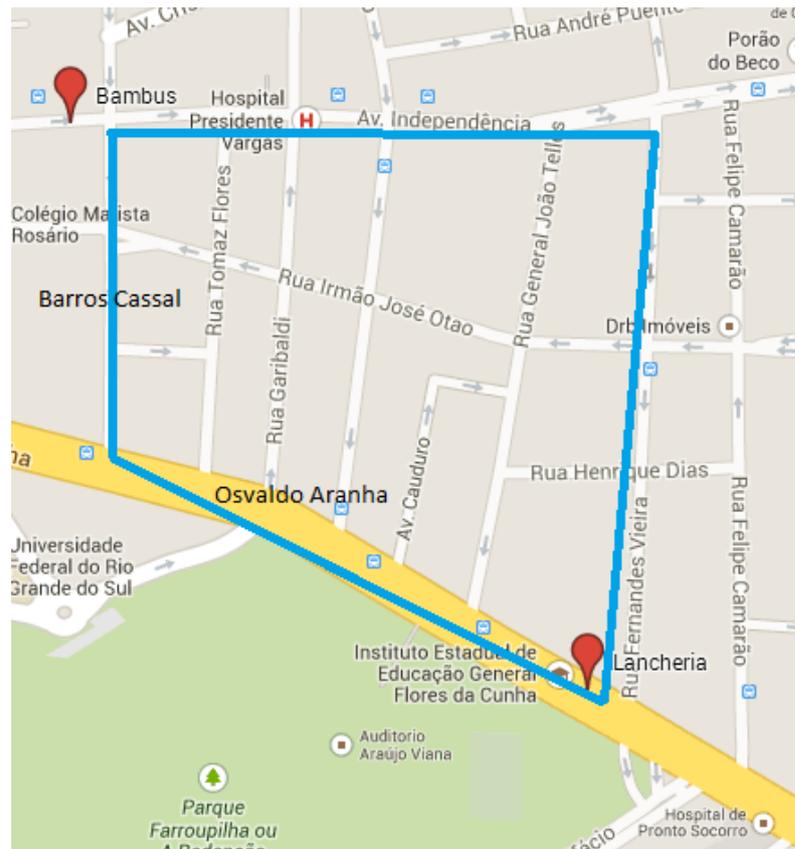
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Google Maps (2014).

²²⁰ MAGNANI, José Guilherme Cantor. Introdução – Circuito de Jovens. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor et al (orgs.). **Jovens na metrópole**: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2007, p.20.

²²¹ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. XIII.

Havia delimitado, também, o *quadrilátero simbólico formado pelas ruas Osvaldo Aranha, Fernandes Vieira, Avenida Independência e Rua Barros Cassal*. Neste caso, o objetivo era interagir em um espaço ocupado por grupos um pouco mais jovens e que, tradicionalmente, abrigava variadas tribos contraculturais em Porto Alegre²²².

Figura 2



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do Google Maps (2014).

No início da pesquisa, a geometrização do espaço já mostrou suas fragilidades: a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio fechou inúmeros locais, reabertos em territórios diferentes. Os frequentadores seguiam os acontecimentos pelas redes sociais e acompanharam estes trânsitos. Alguns locais fecharam por conta própria, dois incendiaram e outros foram abertos. A utilização de espaços públicos tornou-se muito frequente, acompanhando a tendência neotribalista da segunda década do século XXI. Tornou-se comum a organização de

²²² Sobre o tema da contracultura no espaço citado ver: SILVA, Juremir Machado da. **A miséria do cotidiano**: energias utópicas em um espaço moderno e pós-moderno. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1991.

ocupações/festas em locais descentralizados e abertos: orla do Guaíba, Largo Glênio Peres, Praça do Avião e Mercado Público (dentre outros), algumas com características reivindicatórias e outras mais marcadas pelo *estar-junto* da socialidade contemporânea. Houve intensa aproximação com as manifestações de 2013 e o afloramento de inúmeras interações entre festas e manifestações políticas, em alguns casos sendo muito difícil diferenciá-las.

Por outro lado, a observação e as redes sociais salientavam permanências: uma série de objetos de atração aglutina tribos que não estão fixas a territórios, embora sensíveis a fluxos que não desarticulam as redes, embora possam alterá-las. A revisão intensa da literatura histórica sobre os espaços foi flexibilizada, pois de alguma forma a velocidade das transformações urbanas — no que tange ao objeto — tornava relativa a importância de exaurir a reconstrução da história urbana destes espaços, o que parecia mais adequado a trabalhos com objetivos menos relacionados ao trânsito entre os espaços. Decidi manter as descrições espaciais como ponto de partida, mas sem muito rigor, deixando a observação seguir um fluxo mais instintivo.

William-Foote Whyte²²³ define por diversas vezes seu trabalho como observação participante e seu objetivo como um fronte contra a sustentação de políticas públicas arbitrárias e truculentas. O autor expõe as dificuldades que enfrentou para que seu trabalho fosse encarado como uma tese de doutorado, já que evitou iniciar a redação com a tradicional revisão de literatura sobre o campo (no caso, o Distrito de Corneville) ou terminar explicitando a contribuição de seu trabalho para futuras pesquisas na área temática.

Acabou aceitando fazer uma revisão de literatura sobre o assunto, mas se negou a incorporá-la na tese. O fato demonstra que não só no Brasil, como refere Magnani²²⁴, os trabalhos em contato com a antropologia urbana tiveram dificuldade para serem aceitos como *acadêmicos*. Posteriormente, Whyte insistiu na radicalização da interação do pesquisador: anexou ao livro seus envolvimento em crimes durante a pesquisa, a convivência nos bares da cidade e toda espécie de

²²³ WHYTE, William-Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 347.

²²⁴ MAGNANI, José Guilherme Cantor. Introdução – Circuito de Jovens. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor et al (orgs.). **Jovens na metrópole**: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2007, p. 18.

erros etnográficos que refere terem acrescentado tanto para a temática quanto os livros que havia lido²²⁵.

Autores de campos diferentes de saber tentaram criar categorias flexíveis para mapear a relação entre a autonomia pessoal e as relações de força e proximidade que influenciam as construções identitárias: os espaços públicos, o mundo do trabalho, a família, etc. Podemos citar os *campos identificatórios* de Maria Rita Kehl; os *campos de possibilidades* de Gilberto Velho; a relação entre socialização primária e socialização secundária, no clássico trabalho de Berger e Luckmann (*A construção social da realidade*²²⁶); os *processos de singularização* de Félix Guattari (*Micropolítica: cartografias do desejo*²²⁷) ou o *modus vivendi interacional* de Goffman em *A representação do eu na vida cotidiana*²²⁸.

O estudo contínuo de grupos ou tribos urbanas é capaz de salientar as mudanças e continuidades de formas de existência que não podem ser desconsideradas na análise das tentativas de controle urbano, sobretudo as intituladas *criminologias da vida cotidiana*; não para controlá-las melhor, mas para melhor pensá-las, na tentativa de oferecer obstáculos ao controle, *linhas de fuga*. A etnografia, porém, também não é a *veracidade* do cotidiano. Objetividade e subjetividade ou teoria e empiria nas ciências humanas não deveriam representar uma oposição valorativa, mas uma possibilidade de conjunção.

Dois artigos publicados no livro *A aventura sociológica*, organizado por Edson de Oliveira Nunes, são interessantes para refletir sobre o problema proposto. Roberto da Matta (“Sobre o ofício de ser etnólogo ou como ter ‘anthropological blues’²²⁹”) e Gilberto Velho (“Observando o familiar²³⁰”) polemizam sobre supostas diferenças entre fazer antropologia do exótico e antropologia do familiar. O primeiro ressalta que existem três etapas na consolidação de um trabalho de campo sobre o exótico: representá-lo em um nível teórico, preparar a chegada ao campo e por fim

²²⁵ WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 352.

²²⁶ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2011.

²²⁷ GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

²²⁸ GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009.

²²⁹ DAMATTA, Roberto. Sobre o ofício de ser etnólogo ou como ter “anthropological blues”. NUNES, Edson de Oliveira (org.). In: **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 23-25.

²³⁰ VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). In: **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.36-46.

tornar o exótico familiar. Na antropologia urbana, a tentativa seria inversa — *estranhar* o familiar. Gilberto Velho demonstra a complexidade da relação familiar/exótico, afirmando que moradores de um mesmo prédio podem ter menos afinidade e conhecimento entre si do que com sujeitos domiciliados em outro continente e que, portanto, não é a distância física que torna o outro familiar ou exótico.

Desnecessário reanimar a antiga discussão sobre a necessidade de separação entre sujeito e objeto, visto que a autoneutralização da sedução alheia é sempre uma suposição. Objetificamos a nós mesmos cada vez que procuramos formas de nos distanciar do objeto. O pesquisador não é capaz de sair de si mesmo, olhar-se de cima e verificar o grau de proximidade com o outro, portanto este não é um problema *a priori* e sim algo que pode aparecer no trajeto da pesquisa e, neste caso, ser problematizado: “Só pela evidenciação da estreita relação que liga esses dois termos, o real e o imaginário, espero desferir um novo golpe na distinção, que me parece cada vez mais mal fundamentada, entre subjetivo e objetivo²³¹”.

O estudo *A utopia urbana*, de Gilberto Velho, é considerado pioneiro na temática da antropologia urbana no Brasil. Procurando desfazer certa preocupação demasiado rígida entre o que seria uma investigação antropológica e uma investigação sociológica (etnografia e observação participante), o autor expõe já na introdução a importância de misturar diferentes tradições de trabalho. Sem isolar o objeto do contexto da cidade, Gilberto Velho estudou de forma intensiva moradores de um prédio de Copacabana onde ele, inclusive, havia residido. Longe de realizar uma antropologia do exótico, o autor faz longa explanação acerca da problemática de pesquisar o familiar, o próximo, aquilo que — apenas em tese — já seria conhecido²³². O pesquisador é um dos precursores de uma série de pesquisas em antropologia urbana cujo referencial teórico dialoga intensamente com Howard Becker e Erving Goffman.

Os filmes de Eduardo Coutinho, sobretudo *Edifício Master*²³³, são outra espécie de *fazer antropológico livre* de uma metodologia rígida (embora possa haver certa intuição-expectativa antes das filmagens, ela não se coloca como *hipótese*,

²³¹ MAFFESOLI, Michel. **A violência totalitária**. Porto Alegre: Sulina, 2001, p.310.

²³² VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 22

²³³ EDIFÍCIO Master. Direção: Eduardo Coutinho. Brasil: Videofilmes: Imovision, 2002. 2 DVD (110 min).

dada a ausência de um *problema*). É isto que torna o filme belo: a ausência de objetivo, exceto a beleza, favorece a captação da complexidade dos entrevistados, visto que as perguntas não são direcionadas. Não é possível fazer um trabalho acadêmico rigoroso desta forma, mas ela pode servir de inspiração e tentativa de estabelecer um método de conter o próprio rigor metodológico quando ele for excessivamente redutor.

Definições estanques acerca da *identidade* de grupos, assim como relações de interação e autoridade fixas, seriam pouco úteis como referencial para este trabalho, cuja temática envolve projetos de socialidade²³⁴ tanto de jovens de camadas médias (observação direta) quanto de sujeitos periféricos²³⁵ (análise de expressões culturais), incluindo as interações entre tais projetos. Quando for necessário, elementos poderão ser ressaltados, como numa lupa, tentando não cristalizar a imagem aumentada, mas valorizá-la:

O cuidado principal parece ser o de não confundir a construção das características comuns, que são ideais, derivadas das regras de experiência social dos cursos de ação comuns a vários indivíduos, com forças e agentes reais, como também não permitir que essa construção se envie ao incorporar perspectivas normativas e juízos de valor implícitos, unilaterais, no recorte das características. Evidentemente isso não é fácil, mas o tipo social não precisa ser complexo, como são os homens reais, apenas é preciso que ele seja mais complexo que o tipo empírico e menos unilateral e mais real que o tipo ideal. Os tipos sociais existem na representação social, exprimem relações sociais e podem ser diretamente derivados daí quando se está nesse plano da análise. Certos estereótipos se prestam, com maior facilidade, para a construção social dos tipos. Os tipos sociais podem ser úteis à análise por reunirem e condensarem em indivíduos o que pertence ao nível das diferenças nas relações sociais e nos modos e estilos de operar o poder por diferentes grupos²³⁶.

A metáfora do teatro de Goffman e a mobilidade dos processos de etiquetamento e introjeção do papel desviante elaborados por Becker foram importantes para focar de forma mais adequada o objeto da tese, pois valorizam a representação do instante, em detrimento da verificação *extensiva da validade de conceitos teóricos*. Tais ferramentas auxiliam a problematizar as normas sociais que

²³⁴ O termo não está restrito as problematizações realizadas por Michel Maffesoli, mas está problematizado em: GAUER, Ruth. **A fundação da norma: para além da racionalidade histórica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, p. 99.

²³⁵ D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/>>. Acesso em: 2014-06-24.

²³⁶ MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos**. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Sociologia: IUPERJ, Brasil, 1999, p.254.

estão relacionadas com o comportamento desviante, a reação social e a interação do ator social com a norma (e sua *execução*)²³⁷.

Gilles Lipovetsky lembra que o espaço inter-humano encontra-se cada vez mais sob a dependência dos decretos do presente²³⁸. A pós-modernidade e a atomização do laço social permitem a coexistência de diferentes formas de agregações efêmeras, representações coletivas coexistem pacificamente²³⁹ e somente uma empatia com o objeto pode ajudar na descrição quanto ao que tem de positivo ou de *enigmático* na contemporaneidade. Se as sociedades da modernidade organizavam-se em homogeneidade, à volta de um conjunto de valores, as sociedades contemporâneas organizam-se segundo uma multiplicidade de valores heterogêneos. Por isso Michel Maffesoli opõe à ideia de unidade de um ordenamento o que denomina *unicidade*: constelação de valores.

O autor discorda das análises que retiram dos estudos sobre desvio e juventude apenas vazios sociais, pois observa várias práticas antissociais desviantes ou anômicas com potencial emancipatório. Martine Xiberras²⁴⁰ compreende que, coexistindo solidariedade mecânica em cada um dos grupos, o indivíduo ainda pode saltar de um grupo para outro, representando papéis em cada uma dessas tribos, o que possibilita ascender, por vezes, à dimensão da solidariedade orgânica, pois devido às suas múltiplas pertenças, ele possui pontos de vista diferentes sobre o todo social. Isto foi muito visível no campo; a capacidade de compreensão do empresariado moral não alcança a totalidade dos significados de algumas condutas, inclusive pelo formato fragmentado e difuso dos diversos empresários morais, cujas campanhas não são necessariamente consensuais (mídia, operadores do sistema penal, grupos de moradores, etc.). Desta forma, a própria resposta ao estado de não conformidade é difusa, evocando mais um processo simbólico de segregação do que uma instantaneidade entre desvio e castigo. Não uma sanção descontínua, mas uma normalização quase contínua²⁴¹:

²³⁷ BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p.15.

²³⁸ LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: A Moda e seus Destinos nas Sociedades Modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 269.

²³⁹ XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão**. Lisboa: Piaget, 1994. p. 182.

²⁴⁰ Ibid.,p.222.

²⁴¹ DELMAS-MARTY, Mireille. **A imprecisão do Direito**: do código penal aos direitos humanos. Barueri: Manole, 2005, p.114.

A lógica das intensidades leva em conta apenas o movimento, a intensidade dos processos evolutivos. O processo, que aqui oponho ao sistema ou à estrutura, visa a existência em vias de, ao mesmo tempo, se constituir, se definir e se desterritorializar. Esses processos de se *pôr a ser* dizem respeito apenas a certos subconjuntos expressivos que romperam com seus encaixes totalizantes e se puseram a trabalhar por conta própria e a subjugar seus conjuntos referenciais para se manifestar a título de indícios existenciais de liberdade, de linhas de fuga processual²⁴².

Ainda que grupos tenham claríssima intenção de ofensa às características estipuladas como fundamentais para a mídia, a publicidade, os formadores de opinião, a sociedade de consumo ou qualquer outra denominação que coloquemos na hegemonia simbólica de modelos existenciais, isto não significa que as ofensas sejam compreendidas e recebam alguma reação formal. Por questões geracionais, por exemplo, ajuntamentos coletivos juvenis podem produzir resistências e contrarracionalidades importantes e serem, ao mesmo tempo, subvalorizados pelo empresariado moral.

Inicialmente o campo foi estabelecido como *espaços* na cidade com o intuito de evitar dois problemas: tornar ontológico o desvio (escolher um *grupo* ou *tribo* poderia essencializar o desvio, já *des*-substancializado pelo interacionismo) ou perder o objeto (caso a escolha não delimitasse nenhum espaço, deixando a *cidade* inteira como campo). Os tipos sociais serão descritos sempre em relação ao espaço (no caso do campo) ou ao modelo de expressão (no caso do rap) no qual estão inseridos, evitando que a acentuação ou o deslocamento de alguma característica possa ser vista como intrínseca a quaisquer identidades *desviantes* ou *identidades fixas*:

Podemos falar em tipos sociais completamente isentos de estereótipos? Parece-me impossível, e no entanto o que significa o emprego de noções como pequeno-burgueses, camponeses, bandidos, tão abundante na literatura sociológica? Como distinguir um tipo ideal como, por exemplo, o profeta em Max Weber, do estereótipo que a modernidade tem do profeta? A principal diferença que o tipo ideal guarda em relação ao tipo médio é que ele não é uma média empírica de atributos de caráter, mas a acentuação de certos traços de conduta considerados decisivos para a compreensão de um curso de ação²⁴³.

²⁴² GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990, p.28.

²⁴³ MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos**. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Sociologia: IUPERJ, Brasil, 1999, p. 253.

Possível afirmar, como Becker²⁴⁴, que o desvio depende da reação da *cruzada moral* para que receba, então, a substância contida na etiqueta: seria exclusivamente produção do *empresariado probo e fervoroso da moral*. Possível, porém, questionar essa afirmação, pois muitas vezes a tentativa de etiquetamento chega tão tarde que os *desviantes* já se consideravam, de alguma forma, *fora de lugar*. Por outro lado, a *etiqueta* pode ser o resultado de normas sociais não necessariamente formalizadas, respaldando o pensamento do autor e dialogando com a afirmação de Delmas-Marty:

O desvio remete à norma social e remonta à normalização. Ele situa-se portanto num campo de normalidade no qual o poder que dita a norma é mais difuso, atomizado, móvel, difícil de ser circunscrito: um poder sem um centro, sem uma localização específica e mais frequentemente invisível (família, escola, igreja, clube, ambiente profissional, etc.). O desvio aparece mais como não-conformidade com a norma do que como incompatibilidade. Trata-se, portanto, de um comportamento em si mesmo difuso, menos nitidamente delimitado: é mais um estado com certa duração do que uma ação ou omissão de caráter instantâneo²⁴⁵.

Independente do local específico, dificilmente uma situação de interação é definitivamente estabelecida. O sujeito não pode interagir apresentando-se inteiramente aos outros, tanto pelo desconhecimento que esses outros possuem acerca da concretude de todos os aspectos de sua existência como pela impossibilidade de o olhar alheio abarcar a complexidade de cada participante.

Há, no máximo, certo consenso operacional acerca das regras da interação e uma apresentação parcial de cada um, relativamente adequada ao *modus vivendi* interacional²⁴⁶. Ocorre que, utilizando a metáfora da peça teatral de Goffman, os atores atuam sobre um fundo, sobre um plano. Assim como no teatro, nada obriga que seja sempre o mesmo plano ou que tudo tenha que remeter a este fundo, mas pequenas delimitações de espaço e formato de expressão auxiliaram na observação, mesmo que tenham sido relativizados ao longo do trabalho.

²⁴⁴ BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 155.

²⁴⁵ DELMAS-MARTY, Mireille. **A imprecisão do Direito**: do Código penal aos Direitos Humanos. Barueri: Manole, 2005, p.114.

²⁴⁶ GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2010, p.19.

3 ANDANDO²⁴⁷

3.1 ANDANDO POR LINHAS DE CAPTURA: NARRAÇÃO DE UMA CAMPANHA MORAL EM PORTO ALEGRE

Destaco, como símbolo, campanha da RBS, empresa de comunicação cujo populismo produziu durante o ano de 2011 uma série de matérias sobre “consumo de drogas, sexo em público, deslocamento de bandos juvenis, balbúrdias e delinquências²⁴⁸” no bairro Cidade Baixa. Para reforçar o argumento, importante delinear com precisão o que significa *bandos* e *delinquências* para o jornal Gaúcho e o empresariado moral que o legitima, incluindo, é claro, o arsenal repressivo dos governos municipais e estaduais, visto que não apenas legitimaram as reportagens com declarações típicas dos *moral panics*, como posteriormente utilizaram de violência (ao menos simbólica) nas abordagens diárias. A importância deriva da necessidade de fundamentar a escolha do espaço a ser apresentado, reforçando a racionalidade da delimitação.

Figura 3



Fonte: Zero Hora (4 de abril de 2011).

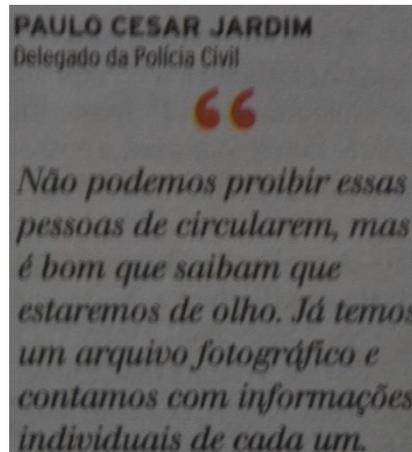
Antes, lembremos que *abordagem* é uma ordem agressiva para levantar os braços, encostar-se na parede, ter seu corpo tocado e seus objetos particulares verificados. Lembremos, sobretudo, que *abordagens* carregam consigo o mundo cultural em que estão inseridas. Não esqueçamos que abordagens envolvem agentes estatais armados e portando luvas para verificar a existência de objetos nas cavidades íntimas dos *abordados*. Portanto, abordagens são sempre e invariavelmente violentas. Por último, não podemos esquecer que *abordagens* não

²⁴⁷ Ao final do capítulo há mapas que descrevem os trajetos entre os locais mencionados no capítulo.

²⁴⁸ O Grupo RBS é uma empresa de comunicação e multimídia afiliada da rede Globo. É líder de mercado no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Produz conteúdo de televisão, jornal e rádio e plataformas digitais. Vide: <<http://www.gruporbs.com.br/o-grupo-rbs/>>.

são educadas. Mas primeiro: por que elas começaram a ocorrer rotineiramente na Cidade Baixa?

Figura 4



Fonte: Zero Hora (5 de abril de 2011).

A série de reportagens veiculada pela Zero Hora é um compêndio de campanhas morais. Nenhuma das reportagens *informa*; não há dados, jornalismo investigativo ou qualquer pesquisa que justifique a reportagem. São frases de moradores, declarações de autoridades e algumas fotos. Não temos como saber o que seria *excesso*, *vandalismo* ou *degradação*. Com isto, quero dizer que não está *escrito* o que significam esses termos para os jornalistas e autoridades que deram as declarações.

O delegado da polícia civil expressa que *não pode proibir essas pessoas de circularem*, mas alerta que elas são indesejáveis, pois ameaçou: *é bom que saibam que estaremos de olho*. Analisando com um pouco mais de atenção a frase exposta, ficam algumas dúvidas: quando o delegado menciona que *não pode proibir essas pessoas de circularem, mas que está de olho*, o que ele quer dizer? Não há como saber, mas o jornalista esqueceu-se de perguntar se o delegado *gostaria de proibir*, se pudesse. É o que indica a frase, que, dentro do contexto da declaração, traz implícito: *Infelizmente*, não podemos proibir essas pessoas de circularem.

A reportagem indica que o jornal também gostaria de proibir essas *pessoas de circularem*, já que está posicionado pela *moralização* do bairro. A frase que lemos no subtexto da reportagem, na verdade expressa que *todos gostariam de proibir essas pessoas de circularem*. Outra pergunta que o jornalista não quis fazer ao

delegado, este que (infelizmente) *não pode proibir essas pessoas de circularem*, é óbvia: quem são essas pessoas? Desta vez não há desatenção do jornal, porque a reportagem esclarece com total exatidão quem são *essas pessoas*. As fotos foram disponibilizadas na própria página impressa, resultado do trabalho dos fotógrafos do jornal, portanto *complementam* a construção da identidade desviante produzida pelo empresariado moral.

Estava presente, no final da reportagem, um histórico do conflito, no qual foi mencionado que *houve*, na *época* dos primeiros conflitos, acusações de homofobia. Levando em consideração as fotos que o jornal publicou, na realidade não houve homofobia, mas há homofobia. A reportagem (embora o jornalista claramente não tenha percebido) é sobre a homofobia no bairro Cidade Baixa, claramente *avocada e evocada* pelo jornal.

Figuras 5, 6 e 7



Fonte: Zero Hora (4 de abril de 2011).

Neste sentido, é uma reportagem homofóbica sobre a degradação do bairro Cidade Baixa, em que *degradação* significa exercício livre da cidadania. O que o jornal quis dizer, mas não disse, é que *essas pessoas* não deveriam se beijar em público, mas reservadamente. O problema não eram os *beijos* dessas pessoas, mas *essas pessoas*. Não havia nenhuma foto de *beijo heterossexual*, frise-se. O esperado era que os executivos municipais e estaduais emitissem uma nota de repúdio ao jornal, visto que tanto os partidos que sustentam a base do governo municipal como os partidos que sustentam a base do governo estadual se declaram *democráticos*.

De maneira semelhante, o membro do Partido sabia o que constituía uma conduta correta e, em termos extremamente vagos e gerais, sabia que tipos de desvios em relação a ela eram possíveis. Toda a sua vida sexual, por exemplo, era regulada por duas palavras: sexocrime (imoralidade sexual) e benesexo (castidade). Sexocrime englobava toda e qualquer forma de transgressão sexual, incluindo fornicação, adultério, homossexualidade e outras perversões – entre as quais se contavam também as relações sexuais normais que um casal tivesse apenas por prazer. Não havia necessidade de enumerar cada um desses delitos, visto serem todos reprováveis e, em princípio, passíveis de punição com a morte²⁴⁹.

A relação da reportagem com a ficção *1984* pode ser vista pela análise dos termos utilizados para demarcar fronteiras morais através da essencialização dos protagonistas focados nas páginas do jornal, criando personalidades inteiras através de frações de condutas pontuais. Neste caso, a ausência de posicionamento do poder executivo corresponde a uma aceitação. No caso, a aceitação da rotulação de desvio ao comportamento sexual não *autorizado*. Posteriormente, as polícias já expressaram a expectativa de reprimir “excessos” no bairro.

Figura 8



Fonte: Zero Hora (5 de abril de 2011).

E não foi proibido apenas simbolicamente, mas demarcado na carne do concreto. A notícia posterior já era de uma ação da brigada militar: uma abordagem. Os meios de comunicação e as agências de sequestro estatais sequer usam a denominação *abordagem* (palavra que já neutraliza a força da violência), mas o vocábulo *operação*. Curiosa a semelhança do termo tanto com as denominações médicas (operações cirúrgicas) como com as denominações econômicas (operações de crédito), fazendo o contorno do nosso atuarialismo etiológico. Toda combinação vale se o objetivo for legitimar controle, sofismar dominação ou naturalizar violência. Inclusive tergiversar linguagem, mantendo o domínio do argumento pela manipulação dos significados. Vejamos, novamente, a intuição de Orwell:

²⁴⁹ ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 355.

No vocabulário C, composto de palavras científicas e técnicas, talvez fosse necessário atribuir nomes especializados a certas aberrações sexuais, porém o cidadão comum não tinha necessidade delas. Ele conhecia o significado de benesexo – a saber, relações sexuais normais entre um homem e sua esposa, tendo a procriação como único objetivo e sem que houvesse, da parte da mulher, nenhum prazer físico; o resto era sexocrime. Em Novafala era praticamente impossível fazer um pensamento herege ultrapassar a constatação de que ele era uma heresia; inexistiam as palavras necessárias para avançar mais que isso. Nenhuma palavra do vocabulário B era ideologicamente neutra. Muitas delas não passavam de eufemismos. O significado de palavras como campofolia (campo de trabalhos forçados) ou Minipaz (Ministério da Paz, isto é, Ministério da Guerra), era quase exatamente o inverso do que elas pareciam significar²⁵⁰.

Não nos basta defender nossa cultura acima de todas as outras (etnocentrismo), é preciso reprimi-las e transformá-las visando à homogeneização do heterogêneo (etnocídio²⁵¹). Não se trata de naturalizar, mas de reconhecer fatos concretos, palpáveis, narrados, filmados e fotografados. Não há revisionismo que sustente versão oposta. Se neutralizar o outro é nossa característica fundamental, ela não pode estar deslocada de práticas de extermínio culturais dentro — e não apenas no exterior — da própria *civilização*. O interior da civilização ocidental é etnocêntrico e as práticas etnocidas são a comprovação deste fato, sua consequência mais concreta, sua existência tangível²⁵². Há diferença entre o período e o objeto problematizado por Clastres e a contemporaneidade, mas a temática permanece.

Levando em consideração que o Estado possui a lei como instrumento formal de exclusão física ou inclusão violenta (exclusão cultural), a proximidade com a temática criminológica está bastante clara. A criminologia, aliás, sempre manteve o intercâmbio com a antropologia (clássica e urbana), tornando impossível a separação rigorosa de suas temáticas. A questão é observar no contemporâneo tais tendências etnocêntricas que, repetidamente, deságuam no etnocídio. Se neste tópico importa a repressão cultural e comportamental, nos tópicos finais irei aproximá-la de formas de repressão ainda mais agudas aplicadas às camadas periféricas. O extermínio físico é obviamente mais visível, por isto a importância de destacar, também, os cotidianos extermínios culturais, incentivados pela atmosfera

²⁵⁰ ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

²⁵¹ A expressão *etnocídio* utilizada por Clastres certamente busca denominar fenômeno distinto do que discuto aqui e provavelmente muito mais cruel. Ocorre que o próprio autor na página 77 do livro *Arqueologia da violência* procura demonstrar a potencialidade de sua utilização como forma de demarcar espécie de genocídio especificamente cultural, estendendo e transcendendo a relação com a etnologia. O mesmo ocorre com a palavra *etnocentrismo*.

²⁵² CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

de pânico nas quais os meios de comunicação estão inseridos e, ao mesmo tempo, contribuindo para sua reprodução.

A mídia aumenta a relevância do crime na vida cotidiana. Ela também vincula a resposta do público não ao próprio crime, nem mesmo às estatísticas oficiais, mas à mídia, através da qual o crime é normalmente representado, e às representações coletivas que a mesma mídia consolida ao longo do tempo. A opinião e o conhecimento públicos sobre a justiça criminal se baseiam nas representações coletivas e não em informações precisas; se baseiam numa determinada experiência cultural do crime e não no próprio crime. Assim, enquanto mudanças ecológicas talvez tenham reduzido a distância das classes médias do crime, a disseminação simultânea dessas práticas culturais reduziu ainda mais a distância psicológica e emocional²⁵³.

Apenas na descrição burocrática — desconectada da herança das polícias no Brasil — o termo abordagem pode significar algo distinto de violência. De alguma forma, houve expectativa de resposta do poder executivo, sobretudo do poder executivo estadual, afinal o histórico da maioria dos partidos que sustentam o governo estadual é de democracia cidadã. Por outro lado, Juremir Machado, no livro *Anjos da perdição*²⁵⁴, há muito tempo expôs a dificuldade de compreensão da política partidária quando o foco da análise são os movimentos juvenis não ancorados na *grande política*. De qualquer forma, como exposto no filme *O leitor*²⁵⁵, em alguns momentos *o importante não é o que você pensa sobre o assunto, mas o que você faz*.

Após a série de reportagens, Brigada Militar e SMIC aderiram aos clamores pelo *silêncio, limpeza e ordem*, fazendo-se presente nos locais profanados através de operações diversas (Balada Segura, Operação Sossego, Cidade Limpa, etc.). Ainda que muitas vezes tenha efetuado apenas o *controle-espantelho*, a presença, mesmo silenciosa, do policiamento ostensivo gera efeitos. No dia 19 de novembro de 2011, em *reportagem especial*, nas primeiras páginas, a empresa de comunicação delimitou o *local-problema* da seguinte forma: um *quadrilátero formado pela Avenida Loureiro da Silva, Rua João Alfredo, Avenida Venâncio Aires e Avenida João Pessoa*. Sintomático que justamente estes espaços estejam recebendo forte reação social do empresariado moral em Porto Alegre, o que justifica a escolha do

²⁵³ GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008, p. 339.

²⁵⁴ SILVA, Juremir Machado da. **Anjos da perdição**: futuro e presente na cultura brasileira. Porto Alegre, Sulina, 1996.

²⁵⁵ O LEITOR. Direção: Stephen Daldry. EUA/Alemanha: Imagem Filmes, 2009. 1 DVD (124 min).

espaço e diminui o temor de fazer algo como *discutir o barroco alemão durante o bombardeio de Dresden*²⁵⁶.

Figura 9



Fonte: Zero Hora (18 de abril de 2011).

Este foi o primeiro objeto da tese, observar tanto interações entre o público que frequenta o espaço (tradicionalmente heterogêneo) como a reação dos veículos de repressão e comunicação. A escolha se deu porque se trata da empresa moral mais característica da cidade de Porto Alegre manifestando-se sobre um dos locais que considera *degradados*. Sendo assim, não estou preocupado com a exatidão da delimitação geográfica e irei transgredi-la inúmeras vezes. Pareceu necessário dar alguma concretude ao objeto, apenas isso. Ele será deslocado sempre que parecer produtivo para a tese.

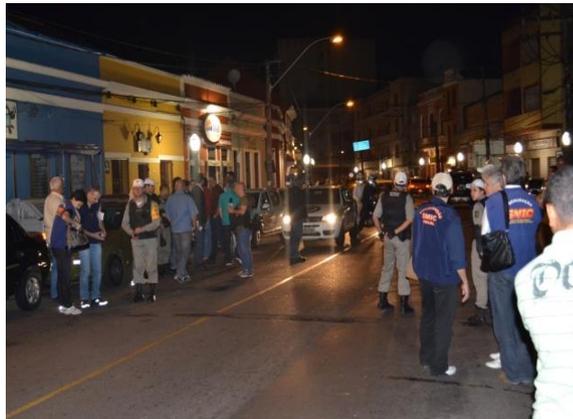
Iniciando a exposição de algumas hipóteses do trabalho, importante ressaltar o pressuposto de que alguns grupos reagem a determinadas formas de consenso não propriamente políticas no sentido tradicional, mas, sobretudo culturais, cotidianas e micropolíticas, no uso dos espaços públicos de livre cidadania. Isso provoca a *hipótese* de que talvez ainda seja possível utilizar o termo *desvio* após as críticas acerca da dicotomia normalidade-anormalidade, ancorando-o em uma espécie de resistência performática (modo de se apresentar ao outro de diferentes formas, em diferentes espaços, com diferentes intenções):

²⁵⁶ BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p.14.

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar, são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade²⁵⁷.

A função latente das campanhas morais (repressão ao consumo de drogas, proibição de *raves*, *blitz* em locais boêmios, fechamento de bares, etc.) representa repressão a essas resistências. Desta forma, acredito ser possível apresentar uma criminologia que não seja apenas *o saber e a arte de despejar discursos perigosistas*, e sim, capaz de negá-los através da tentativa de conhecer o *eixo dos medos* continuamente remodelados e utilizados como legitimação de políticas de controle²⁵⁸.

Figura 10



Fonte: Próprio autor (2011).

A foto acima, obtida no dia 10 de novembro de 2011, pontua a pertinência do tema na cidade de Porto Alegre. No dia referido, a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, a Brigada Militar e a RBS (maior empresa de comunicação no Estado do Rio Grande do Sul e no Estado de Santa Catarina) percorreram, na chamada *Operação Sossego*, o bairro Cidade Baixa, interditando casas noturnas e bares da região. Não tenho o objetivo de discutir a legalidade de tal operação, mas sua

²⁵⁷BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 194.

²⁵⁸ BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p.24.

faticidade — seu resultado concreto, a *reação social* a um espaço culturalmente construído como *aberto*, sobretudo nos *usos* e ocupações noturnas. O intuito é problematizar não apenas as batalhas jurídicas, mas principalmente “as batalhas culturais e subjetivas contra a legitimação do direito através das campanhas de lei e ordem²⁵⁹”.

A foto acima ilustra não apenas a operação, mas a realidade contínua dos espaços comuns do cotidiano urbano. Policiamento administrativo (SMIC, à direita da foto), polícia militar (à esquerda), policiamento de fluxo (EPTC), meios de comunicação (RBS) e policiamento privado (STV²⁶⁰, ao fundo) aparecem na foto, desenhando o cordão da divisão, demarcando o espaço do controle, dispersando a heterogeneidade e obstaculizando um tradicional espaço de encontro.

Cidade de contenção onde David Garland²⁶¹ ressalta a série de controles difusos, ativados por agências estatais e pela sociedade civil, visando otimizar a repressão através da dissuasão da sedução ao crime: controles situacionais, descrição de zonas propensas ao crime ou ao desvio e ameaças simbólicas de que o controle está em todo lugar, mesmo que não se saiba exatamente o que se quer controlar. No espaço concreto que estou discutindo, o policiamento espantinho expresso por Máximo Sozzo²⁶² é uma descrição mais próxima da realidade: as viaturas, em regra, ficam passeando pelo bairro e realizando pequenas abordagens que obedecem à lógica comum da seletividade. É um policiamento simples, nada modernizado, e repetitivo. A articulação ocorre apenas com a Guarda Municipal, a SMIC e a Zero Hora. A segurança privada frequentemente é responsável por atos de violência, mas não parece estar articulada com as outras agências.

Ainda que tal projeto de segurança — com discursos que misturam tecnologias situacionais simples e tecnologias de persuasão midiática — ofereça pouca chance de sucesso para a função que manifesta, pode ter uma função latente cujas consequências sejam importantes. Formulando com mais força, a experiência

²⁵⁹ BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p.29.

²⁶⁰ STV é uma empresa privada de vigilância como várias outras existentes em Porto Alegre. Utilizam uniformes semelhantes ao da polícia militarizada, andam armados em motos e automóveis com expressões ofensivas como “resposta armada” e “pronta resposta” etc. Como vários prédios comerciais e residenciais da região utilizam os serviços desse tipo de empresa, os seguranças realizam rondas ostensivas pelo bairro.

²⁶¹ GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

²⁶² SOZZO, Maximo. Postneoliberalismo y política penal em Argentina. **Seminario Internacional Izquierda y Políticas Públicas de Seguridad Ciudadana**. UNES: Caracas, 2012.

histórica sobre a maximização da segurança aponta direto para a ausência de liberdade: *a liberdade morre com a segurança*²⁶³. Sufocar a segurança com o exercício contínuo de liberdades parece ser característica desviante (e resistência) na cultura do controle:

É um grande jogo que se está realizando sob os nossos olhos, com episódios diversos cujo sentido nem sempre aparece. A satisfação de necessidades elementares não consegue matar a insatisfação dos desejos fundamentais (ou do desejo fundamental). Ao mesmo tempo que lugar de encontros, convergência das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível²⁶⁴.

Os bares fechados na operação são os que tradicionalmente recebem público de menor renda, pois não cobram entrada e os valores das bebidas são mais baratos que nos outros locais da região. Evitarei fazer discussões legais sobre a regularidade administrativa destes locais, o fato é que sempre estiveram abertos e neste momento foram fechados. O segundo fato é que houve a eleição deste bairro como *prioridade*. Após o episódio envolvendo a boate Kiss, em Santa Maria, a fiscalização aumentou o campo de atuação para outros bairros, mas enfatizando apenas o controle administrativo (não havia presença constante da Brigada Militar e da Guarda Municipal, apenas dos agentes da SMIC).

A argumentação de que na Cidade Baixa existem mais atividades noturnas é pertinente, mas não esgota a questão. Outros lugares oferecem este atrativo, e não há nada no turno da noite que prescindia da argumentação sobre seu risco concreto. O trágico evento ocorrido posteriormente na Boate Kiss é sintomático: este é o tipo de evento (festas com alto número de frequentadores em locais fechados) que não estava sendo fiscalizado com tanta ênfase pela prefeitura de Porto Alegre, pois o foco eram os pequenos bares, que permitiam a entrada e saída livre do público.

Existe, evidentemente, inscrição estética, em alguns espaços da Cidade Baixa, que não condiz com a normalização do asséptico dos territórios preferidos pelo empresariado moral. As características dos locais fiscalizados com menos histeria burocrática (sem grandes operações envolvendo luzes, sirenes, aparatos estatais diversos, secretarias municipais e estaduais, abordagens rotineiras, etc.)

²⁶³ ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: uma fundamentação para o Direito Penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 596.

²⁶⁴ LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001, p. 85.

são bastante claras: higiene impecável, imobilidade interior-exterior, separação de classe, presença maciça de serviçais, em suma — impermeabilização, homogeneidade social e segregação. Espécie de retomada seletiva da lógica binária²⁶⁵ da modernidade.

O tecido social precisou ser impermeabilizado a tal ponto que a sua proteção torna difícil pensar em rupturas que permitam a contaminação. As práticas políticas adotadas na modernidade, em nome da igualdade, que visava à eliminação das hierarquias medievais, estavam pautadas na prescrição de condições de controle dos comportamentos individuais e coletivos. Essa pretensão de controle social nada mais é que a submissão da ação pelo comportamento: a ação enquanto possibilidade de criação e o comportamento pautado pela previsibilidade. A perspectiva da previsibilidade encontra-se vinculada à lógica binária e dual típica do pensamento moderno. Reafirma o paradigma do “ou isto ou aquilo”, do sujo e do limpo, do modelo e do antimodelo²⁶⁶.

Curiosamente, quando a Brigada Militar e a SMIC fechavam os estabelecimentos, iniciava-se a montagem de barracas do OCUPA no Largo Glênio Peres (localizado em tradicional zona central da cidade de Porto Alegre, em frente ao Mercado Público): movimento cultural autodescrito como *apartidário, sem hierarquia, de desobediência civil, não-violento, autogestionado, anticorporativista e pró-cidadania*²⁶⁷.

Figura 11



Fonte: O próprio autor (2012).

²⁶⁵ DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**: ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Lisboa: Edições 70, [s.d.].

²⁶⁶ GAUER, Ruth M. Chittó. **Da diferença perigosa ao perigo da igualdade**. Porto Alegre: Civitas, v. 5, n. 2. 2005. p. 403.

²⁶⁷ Disponível em: <<https://we.riseup.net/ocupapoa>>

A dissonância radical entre o poder público e o nomadismo juvenil provocou situação interessante: no dia anterior, os tentáculos do poder público municipal e estadual estavam fechando os espaços mais livres da Cidade Baixa, enquanto inúmeros agrupamentos juvenis ocupavam o Largo Glênio Peres. No dia posterior, a Brigada Militar deslocou grande contingente para o largo, enquanto movimentos de retomada do espaço público caminhavam no sentido contrário, em uma passeata noturna do centro até a rua José do Patrocínio — local onde foram fechados a maior parte dos bares no dia anterior. Se fosse possível filmar a cena em uma posição verticalizada, veríamos a Brigada Militar, a Guarda Municipal e a EPTC se direcionando em comboio no sentido inverso dos manifestantes, tanto no primeiro como no segundo dia. Espécie de recalque da visão territorial dos grupos desviantes, como se as ocupações refletissem a própria segregação a que estavam resistindo.

A característica aberta dos bares da José do Patrocínio provoca a criação de um campo identificatório bastante amplo, favorecido ainda pela intensa circulação decorrente da livre entrada nos estabelecimentos. Ali, a tendência de fechamento corporativista dos grupos juvenis, apontada pelos estudos culturais e críticos contemporâneos, não se confirma. Revelador, portanto, que a artilharia dos empreendedores morais esteja apontada para a região onde o *encontro tem espaço*, literalmente.

Evidente que as profundas diferenças entre as liberdades de cidadania e locomoção tornam questionável a ideia de que um espaço seja universalmente aberto; por óbvio tal local idílico não existe, portanto a afirmação está sustentada em *escalas* de liberdade e repressão²⁶⁸. Apenas para exemplificar, uma *cena*: logo no início da empreitada higienista na José do Patrocínio, uma série de abordagens foram realizadas pela EPTC, Brigada Militar e SMIC. O critério de seletividade das abordagens foi inverso ao *ethos*²⁶⁹ prevalente no local, agindo no sentido da discricionariedade econômica. No caso da SMIC, primeiro, a fiscalização das barracas de cachorro-quente, vendedores ambulantes e a interdição dos botecos. Já a EPTC contribuiu com a autuação dos motoqueiros, cujo ponto de encontro era em

²⁶⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p.96.

²⁶⁹ Não estou utilizando o termo *ethos* de forma conceitual, já que inúmeros autores utilizam e alteram seu significado. Sobre a discussão ver: VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 60.

frente ao Cachorro do Élio e no Mr. Dam²⁷⁰ (ambos interditados pela SMIC, sendo que o segundo não resistiu e fechou definitivamente suas portas).

A Brigada Militar, por sua vez, iniciou série de abordagens ao público que transitava costumeiramente por ali. Como não haveria possibilidade de abordar todos os pedestres, seguiu o *second code* tradicional: jovens, negros, pobres. O mesmo público que é exterminado cotidianamente na maior parte das capitais brasileiras.

Na primeira foto, um grupo de jovens passa pela abordagem tranquilamente, inclusive fazendo pose para o retrato. Despreocupados, sorrindo. Vestem-se adequadamente à casa de shows Opinião (no bar Opinião, nenhuma abordagem acintosa foi realizada, seja pela EPTC, SMIC ou Brigada Militar), onde entraram. Observando com atenção, nesta mesma foto, aparecem ao fundo jovens que foram (e continuam sendo) verificados pelas instituições de sequestro.

Figuras 12 e 13



Fonte: O próprio autor (2011).

Na segunda foto, os indivíduos ao fundo (atrás dos jovens que passaram ilesos e sorrindo pela abordagem) são trazidos para frente da imagem. Possível visualizar a conexão entre o código dos dispositivos de segurança e a performance que este segundo grupo de jovens apresenta, *clientes preferenciais* das agências de

²⁷⁰ Local que era conhecido como *abraço* na cidade de Porto Alegre. Creio que a definição do dicionário Houaiss seja suficiente para explicar o significado que o espaço tinha para seus frequentadores: “Abraço substantivo masculino (sXV) 1 ato de abraçar, de apertar entre os braços; amplexo 2 fig. demonstração de afeto, de amizade < mandou um a. a seus alunos > 3 p. metf. junção ou união de coisas ou pessoas; aderência, fusão”. HOUAISS, A. VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

repressão: roupas largas, tênis e bonés brancos, pele *mestiça*. Nesta época de caça, estes atratores²⁷¹ são quase um flagrante:

Quem é preto como eu já tá ligado qual é: Nota Fiscal, RG, polícia no pé/ escuta aqui: o primo do cunhado do meu genro é mestiço, racismo não existe, comigo não tem disso, é pra sua segurança/ Falou, falou, deixa pra lá/ Vou escolher em qual mentira eu vou acreditar²⁷².

Em trecho de música ainda da década de 1990, o mesmo grupo citado acima alertava: “Os sociólogos preferem ser imparciais/ e dizem ser financeiro nosso dilema/ mas se analisarmos bem mais, você descobre/ que branco e preto pobre se parecem mas não são iguais²⁷³”. Um dos livros mais esclarecedores da cor da pele como atrator do genocídio pelas agências de segurança é *Corpo negro caído no chão*, de Ana Luiza Flauzina²⁷⁴. Sem clichês e com uma retomada histórica de fôlego, a autora desconstrói todas as argumentações que retiram da cor da pele um dos motivos fundamentais da seletividade e do extermínio. Não se trata de reducionismos, mas de tomada de posições. Por isto o objetivo de provocar mediação criminológica entre espaços de camadas urbanas médias e a expressão artística presente em camadas periféricas, sobretudo pelos atravessamentos que os objetos articulam entre si. A discussão é enfatizada nos próximos tópicos.

Não é necessário desconsiderar todas as outras determinações e conjecturas, a força do preconceito racial é imponente a ponto de podermos admitir qualquer outra influência sem nos esquecermos do quanto a pele é fundamental. Importante ressaltar que independente de como esteja vestido, um jovem negro caminhando em rua sitiada, onde *se sabe que agora tem abordagens*²⁷⁵, é mais do que apenas um jovem caminhando na rua. Quando ele desviar ao visualizar a próxima abordagem, as agências de segurança já terão sido eficazes, já terão demarcado o espaço simbólico da segregação. Não existe abordagem neutra. Abordagem é sempre

²⁷¹ CANEVACCI, Massimo. **Fetichismos visuais**: corpos eróticos e metrópole comunicacional. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008, p. 39.

²⁷² RACIONAIS MC's. Em qual mentira vou acreditar? Edy Rock e Mano Brown [Compositores]. In: **Sobrevivendo no inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 9 (7min 42s).

²⁷³ RACIONAIS MC's. Racistas Otários. Mano Brown e Ice Blue [Compositores]. In: **Holocausto urbano**; Zimbabwe, p 1990. 1 CD (ca. 30 min). Faixa 5 (5 min 46s).

²⁷⁴ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

²⁷⁵ Um dos jovens abordados na segunda foto mencionou que sabia que estavam ocorrendo as abordagens, mas não imaginava que estivessem totalizando o bairro.

violência. *Como se justificam* será sempre a justificativa de uma violência, ainda que tal violência possua legitimidade legal.

De dezembro de 2011 a março de 2012, o movimento OCUPA POA acampou no largo Glênio Peres, expondo um mosaico de contestações. Críticas pontuais ao modelo político, reflexões anarquistas, bandeiras hedonistas, *encontros*. Não seria possível descrever o movimento. Possível, porém, oferecer sua autodescrição: *Movimento político-cultural, estritamente apartidário, sem hierarquia, sem representantes, de desobediência civil, não-violento, autogestionado, anticorporativista, visando a ocupação das ruas e praças de Porto Alegre*²⁷⁶. Curiosamente, o movimento coincidiu com a ofensiva mais rígida do gerencialismo penal-administrativo da prefeitura e do Governo do Estado contra as manifestações artísticas, populares e contra o uso festivo do espaço da rua.

Figura 14



Fonte: O próprio autor (2012).

Evidentemente, a repressão estimulou as alianças, fortaleceu as conexões, criou a necessidade de maior articulação das redes. Porém tais movimentos não teriam força para resistir, se não houvesse estrutura prévia ao aumento do controle asséptico. É porque existia interlocução que foi possível resistir ao cordão sanitário, embora seja clara a relação entre o crescimento das redes e a intensificação da cultura do controle: não há poder²⁷⁷ sem resistência. É possível que a empreitada higienista comandada pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (e apoiada

²⁷⁶ Descrição presente nos cartazes pendurados em fios que circundavam o espaço.

²⁷⁷ Autores como Marx, Foucault, Bourdieu e Weber problematizam com maior dispêndio esta expressão. Utilizo-a de forma usual, embora as relações de poder que tematizo tenham maior consonância com a temática de Michel Foucault.

com muita *força* — literalmente — pela Brigada Militar e pela Empresa Pública de Transporte e Circulação) tenha sido incentivada pelas inúmeras reportagens do jornal Zero Hora, relatando de forma caricata e desconectada da realidade os frequentadores de locais como a Cidade Baixa.

Impossível não associar tais empreendimentos com a especulação imobiliária e comercial que já há algum tempo transforma a estética popular distintiva do bairro, criando modelo que folcloriza os botecos e as características singulares da maior parte dos recintos, transformando o que era diferença popular em zoológico comercial. *Macumba para turista ver*, na expressão de Gilberto Velho.

Como forma de resistência é criado o movimento Defesa Pública da Alegria, autodescrito de forma menos extensa que o OCUPA POA, mas bastante significativa: *Defender a alegria como um princípio*. Estava sendo cada vez mais difícil diferenciar rigidamente *feira* de manifestação política. A primeira chamada, divulgada em várias redes sociais conectadas com grupos diversos (Cultura Livre, Largo Vivo, Ocupa POA, Coletivo Catarse etc.), expôs:

Porto Alegre se tornou uma cidade que arranca as pessoas de suas casas em nome de um campeonato de futebol, que esvazia de gente as ruas e praças, que persegue a música e qualquer forma de arte nas ruas e nos bares, que mutila parques e impõe um viaduto na beira do Guaíba. Nossa resposta será na cara do prefeito. Independente de afinidades partidárias, vamos mostrar o repúdio da cidade às políticas do governo. Sem perder a ternura. Nosso palco e arena é a Praça Montevideu, em frente à Prefeitura. A concentração é a partir das 16h com diversas atividades que seguem noite adentro. Levemos amigos, faixas ou materiais para fazê-las, canecas e instrumentos musicais pro festerê. E nossa alegria como uma bandeira, como um direito²⁷⁸.

Seria ingênuo cogitar que a juventude que utiliza o espaço da rua está consciente das discussões criminológicas que problematizam a irrupção dos controles da criminologia da vida cotidiana? Seria demasiado esperançoso pensar que a sociedade de contenção (cidade de muros) está sendo perfeitamente visualizada por aqueles que frequentam a cidade de forma intensiva, inclusive acampando nas zonas centrais, negando o pânico moral dos discursos sobre violência urbana?

O abismo existente entre as inúmeras manifestações profanas contra a segregação e os criminólogos que a denunciam é produzido sobretudo pela

²⁷⁸ Disponível em: <<http://coletivocatarse.com.br/home/quinta-tem-defesa-publica-da-alegria/>>

epistemologia que direciona os objetos criminológicos a caírem sempre na gaiola da legislação criminal, sendo eternamente reféns dos dispositivos jurídico-penais para delimitar seu objeto. Estas articulações comunitárias não servem apenas como elos de manifestações. Provocam comunhão coletiva, troca de experiências, proteção. São normalmente contra o poder, seja contra o poder da administração municipal, com suas secretarias de higienismo e tolerância zero, seja contra o poder da administração estadual na repressão dos prazeres. Por outro lado, inúmeros coletivos possuem histórias de sexismo e — alguns poucos — de racismo. O fato de terem sido sempre escrachados não significa que houve uma solução, mas que existe uma construção ambivalente e mutante de significados e laços éticos.

A existência de locais de exercício livre da cidadania, desconectados das repressões das famílias e do trabalho, provoca encontros espontâneos e performáticos. Inúmeros sujeitos e coletivos urbanos interessados nessa *mistura* podem interagir em espaços nos quais a alteridade está menos sufocada pelas pressões dos estereótipos relacionados ao bom trabalhador bem-sucedido da contemporaneidade e dos signos de consumo valorizados pelo empresariado moral. Lembrei-me das inúmeras teses de um dos grupos sobre sua estratégia: *não há como sair do sistema, mas é possível tirar o sistema de dentro de si e construir bolhas existenciais coletivas que vão colando umas nas outras*²⁷⁹. Estes lugares — afastado o preconceito intelectual que só percebe *fetichismo* em cada *diferença* — podem ser pequenos espaços de fuga da cidade de muros, da obsessão securitária, das agências de controle e do novo empresariado moral.

Martine Xiberras sugere que os investigadores sociais, abandonando seus preconceitos acerca das etiquetas de alienação e vazio que colocam nestes novos grupos, abram possibilidades de pesquisa que favoreçam o diálogo e possibilitem maiores horizontes de compreensão. Podemos supor a existência de constelações ou possibilidades de aproximação desses diferentes grupos, reunidos em função de sua exclusão simbólica ou pela empatia acerca de práticas desviantes da lógica relativamente homogênea do empresariado moral.

²⁷⁹ Divagação de dois jovens sobre evento autodesignado como anarco-punk, ocorrido nas margens do Guaíba, no segundo semestre de 2012, quando participaram do coletivo que auxiliou na organização.

A ausência de legitimidade aos olhos da sociedade e da comunidade acadêmica também não é desprezível²⁸⁰ e mostra as inúmeras relações entre a *cultura do controle* e a irrupção de novas formas de interagir e usar o espaço por parte da juventude urbana, para a qual o *encontro* é possível. Negando perspectiva estática de sociedade, o conflito entre segurança e liberdade é dinâmico, propiciando aparecimento constante de novas lutas.

Se, no controle formal, “Estado de polícia” e “Estado de direito” não cessam de deslocarem-se e irromperem um dentro do outro²⁸¹, não é diferente na esfera do controle informal. Enquanto alguns autores exaltam novas manifestações de alteridade, pertencimento comunitário e hibridismo democrático dentro de fenômenos urbanos, são recorrentes as discussões sobre as inúmeras formas de exclusão e ausência de democracia no espaço público. Fronteiras surgem em espaços emancipados, assim como emancipações irrompem em lugares improváveis.

A criminologia crítica — embora tenha demonstrado claramente o duplo processo de criação das classes perigosas — dedicou-se menos ao questionamento da importância da transgressão do que à contenção do poder punitivo das agências normalizantes. Reconheço que conter poder punitivo é tarefa urgente e, portanto, não é necessário explicar a importância de seu objetivo. Importante é refletir se o abandono das escutas sobre o desvio, ancorado na crítica da violência de sua pré-construção normativa, não provoca também o silenciamento de argumentos profanos de crítica das normalidades. Assim, apenas os discursos institucionais ou comprometidos com o Estado adquirem visibilidade, fazendo com que políticas absolutamente questionáveis apareçam como consensuais.

O discurso crítico ergue uma barreira na qual a condenação da produção político-científica de normalidades torna-se mecanismo de seleção epistemológica. Por que escutar as falas desviantes se já foi desvelado que o próprio mecanismo que nomina o que é desvio não passa de uma construção discursiva e, portanto, ao escutar o desviante, estaríamos legitimando o processo de normalização que o etiquetou desta forma?

²⁸⁰ XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão**. Lisboa: Piaget, 1994. p. p.241.

²⁸¹ ZAFFARONI, Raúl E. **O inimigo no direito penal**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Outrossim, a criminologia encontra-se afastada da teoria crítica, pois voltada para as práticas de controle do crime, de cálculo de riscos e de gerenciamento de dados. Esta trajetória torna a pesquisa criminológica ainda mais impenetrável — para não dizer desagradável e sem serventia — aos cidadãos, aos movimentos urbanos progressistas, aos jovens ativistas políticos e a outros grupos que poderiam ser incorporados ao projeto criminológico de enfrentamento da crise contemporânea global. Casada com o sistema de justiça criminal, divorciada das nuances políticas da vida cotidiana, a criminologia estreita cada vez mais sua visão no exato momento em que um amplo engajamento criminológico crítico é necessário²⁸².

Moysés Fontoura Pinto Neto expôs a necessidade de *escuta* do discurso desviante para, com isso, evitar o silenciamento do *outsider* provocado tanto pelos positivismo (etiquetamento científico de preconceitos em pessoas de carne e osso) como pelo discurso crítico (inverter o etiquetamento através da construção de estereótipo positivo, em que o desviante é inferior ao acadêmico, já que precisa que este fale por ele).

Esse “dar voz” é, a nosso ver, a lacuna ética existente na produção criminológica atual. Embora se observe as diferentes manifestações sociais da delinquência, as mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas, o contexto em que ocorrem essas modificações, ainda há uma lacuna que consiste em um silenciamento. O antigo “bad actor”, tratado como objeto de um discurso causalista, foi jogado ao silêncio, pois aparentemente — *apesar de todos os esforços do labelling approach* — ainda existe uma parcela de dogmatismo: *ainda* não se pode ouvir quem descumpra a lei. Ainda se procura justificativa. Ainda se está preso ao esquema jurídico-legal de que quem descumpra a lei não pode falar, senão como forma de: 1) confessar que descumpriu a lei ou 2) apresentar as “desculpas” por esse descumprimento. Um princípio jurídico-moral ainda está preso no discurso criminológico: não é possível ouvirmos um discurso que ofenda a ordem jurídica. É preciso que esse discurso se converta em “desculpas”²⁸³.

Os temas vinculados ao acréscimo excludente da política criminal e dos controles informais — o que neste caso abrange tanto aspectos quantitativos e qualitativos como discussões sobre a origem, a tradição repressiva etc. — é bastante profícuo na atualidade, tendo representantes reconhecidos nas mais diversas áreas do conhecimento. O cárcere, sem dúvida, é o exemplo mais significativo e simbólico destas políticas. Porém, tal exemplo é apenas uma parcela de variadas tecnologias de confinamento. O confinamento corporal talvez seja o mais cruel e, por isto mesmo, o mais representativo. Na penitenciária, como no

²⁸²FERRELL, Jeff. **Morte ao método**: uma provocação. Tradução de Salo de Carvalho. Artigo ainda não publicado, cedido gentilmente pelo autor.

²⁸³ PINTO NETO, Moysés da Fontoura. O caso Pierre Rivière revisitado por uma criminologia da alteridade. In: **Revista de Estudos Criminais**, v. 8, n. 30 de jul./set. de 2008, p. 55.

apartamento, *apartamos*, produzimos segregação espacial com diferentes efeitos e intensidades.

As tecnologias de confinamento estão situadas em contexto semelhante ao das tecnologias de controle e supervisão, mas representam coisas distintas. Assim como o confinamento não é apenas aquele da execução penal (mas correspondente a toda uma lógica de segregação espacial que chega até nossos condomínios fechados), as tecnologias de controle passam por câmeras de segurança e monitoramentos eletrônicos, por óbvio, mas são formas de apresentação e representação de um modo de pensar a convivência e o contato que extrapola a interpretação simbólica possível de ser extraída destes exemplos pontuais. A denominada rede penal já é uma redução temática que concentra no *penal* o que deve ser descrito sobre toda uma rede de controle social muito mais ampla.

A discussão criminológica que relaciona criminalização com seletividade trabalha com a categoria do etiquetamento. Uma conduta criminalizada foi selecionada dentre várias outras para receber a classificação jurídica. Neste momento, pelo menos duas questões são colocadas: por que esta conduta é classificada juridicamente como delito e qual o critério para a conduta específica ter sido selecionada dentre várias outras possíveis?

A primeira pergunta normalmente é respondida com um argumento de defesa social: busca a repressão e prevenção de determinado mal social. No caso de uma interpretação teórica mais aproximada da realidade, temos na norma uma forma de dominação social, que só pode ser explicada se problematizada em um caso específico (a dominação social presente na criminalização do furto certamente não é a mesma que justifica a criminalização do aborto, por exemplo). De qualquer forma, o foco está na estrutura social e nas macroinstituições. Seria possível, neste caso, um trabalho de antropologia jurídica ou política visando compreender o contexto da produção de normas — criminalização primária.

A segunda pergunta (sobre os critérios de seletividade da criminalização secundária) pode igualmente ser respondida pela macrosociologia, mas está aberta a investigações microsociológicas. Dentro de uma estrutura social específica há imensa multiplicidade social derivada das performances individuais que interferem nos critérios de seletividade das agências de controle. Se formos utilizar a reflexão crítica apreendida na primeira indagação, seria um erro fazer uma pesquisa sobre a segunda pergunta, que parta de noções pré-concebidas, escolhendo o campo de

observação a partir de estereótipos (um bando de *delinquentes* ou um bairro *criminoso*) que apenas naturalizam conceitos jurídicos, visto que não existem pessoas nem locais ontologicamente criminosos. Porém, tal pesquisa seria apta para produzir conhecimento sobre escalas de vulnerabilidade dentro de um bairro (quem é mais vulnerável nas “classes perigosas?”) ou em grupos de jovens (relação entre vulnerabilidade, destreza e experiência em práticas criminalizadas), por exemplo. Neste caso, etnografia para investigações de criminalização secundária.

Inquestionável a importância de investigações microssociológicas que respondam a indagações da sociologia jurídica e da criminologia. Porém, ambas estão enclausuradas nas fronteiras da normalização jurídica. Os trabalhos sobre desvio devem grande parte de suas descobertas à delimitação mais aberta do campo. No caso da antropologia, reduzir os trabalhos de Becker, Elias, Foot-Whyte, Gilberto Velho e Hélio Silva ao debate sobre as condutas criminalizadas e a performance dos atores sociais no contato com a rede penal estrita desvaloriza o trabalho destes autores, revelando o recorrente processo de centrifugação criminológica em que capítulos esparsos das mais variadas ciências são retirados do contexto, tornando-se temas criminológicos em uma estrutura que lembra mais a multidisciplinaridade fragmentada do que a interdisciplinaridade e, menos ainda, a transdisciplinaridade.

3.2 ANDANDO POR LINHAS DE CAMUFLAGEM: A PRAÇA QUE É UMA CAIXA, A PARADA QUE NÃO É DE ÔNIBUS E O ENCONTRO

O Bambu's é um retângulo, cujos lados formam ângulos retos entre si e que, por isso, possui dois lados paralelos verticalmente e os outros dois paralelos horizontalmente. Como uma caixa de fósforos com abertura frontal, possui a entrada em um de seus lados menores, causando a sensação de se estar em um corredor, com a avenida à frente e os banheiros ao fundo. O teto é baixo.

Sentando de costas para a rua, temos ao fundo o banheiro, no lado esquerdo o espaço do bar e no lado direito mesas fixas ao chão, com quatro lugares cada uma. Não há janelas. No balcão há bancos fixos, giratórios, sem encostos. Fica no piso térreo de um pequeno prédio antigo, com mais quatro andares acima dele. Sua forma geométrica e aparência estética insinuam um corredor ou uma garagem.

Localiza-se em uma zona intermediária da cidade de Porto Alegre, entre o centro e o bairro Independência, na Avenida Independência, local de fluxo intenso durante o dia, calçadas estreitas espremidas pela avenida larga, com os pedestres sendo empurrados por duas pistas no sentido centro-bairro e uma pista para ônibus no sentido bairro-centro. No trecho em que o bar se encontra, as calçadas são um pouco mais espaçadas, permitem permanências.

Em frente a um tradicional colégio particular da cidade, não mantém com ele nenhuma relação. Abre as portas quando as do colégio se fecham, fecha suas portas quando as do colégio se abrem. Embora a entrada seja larga e sem demarcação entre o interior e a Avenida, a ausência de janelas e o aspecto retangular produzem a sensação de ser uma linha de fuga da rua. Uma toca.

Figura 15



Fonte: O próprio autor (2012).

Antes da proibição do tabaco em lugares fechados, possuía um filtro de cor cinza, produzido pela fumaça intensa. Se a medida legislativa descaracterizou um pouco a tonalidade do bar, por outro lado aumentou o trânsito entre o bar e a rua. Sair para fumar libera o indivíduo do grupo, favorecendo as interações. Em um bar

como o Bambu's, forçar o trânsito dos fumantes significa estimular o trânsito de quase todos os frequentadores.

Nos finais de semana, o número de pessoas na rua é muito superior ao número de frequentadores dentro da casa. A massa concentrada do lado de fora é proteção contra repressão policial. O fluxo em direção à calçada — sem sair nem entrar totalmente no recinto — é um tentáculo poroso que se mistura com o fluxo da própria avenida.

Há um banheiro masculino e um banheiro feminino, mas apenas quem não conhece o lugar respeita os desenhos colados na porta. Não há como fechar a porta, necessário acreditar no bom senso. Toda a estrutura é rústica e nada asséptica (não há papel ou espelhos, as torneiras e a descarga não são confiáveis, as paredes estão pichadas). Do corredor para o banheiro é possível ver a entrada da pequena cozinha. Dependendo do dia e do cliente, é possível comer alguma coisa. Dona Ana chama todos pelo nome, investe um tom familiar quando está presente. Como carrega esse tom consigo, ele contagia a toca. Dona Ana produz laço, investe na familiaridade.

O bar, administrado por Dona Ana e pelo Tio Sid, comunica espécie de decadência e conforto, típico dos lugares que envelhecem com humildade (possui 38 anos de existência), sendo que o fato de a humildade ser real, e não um fetiche, de ela estar ali presente não por desejo *cool* de figuração nostálgica, mas por ter biografia e historicidade, produz intimidade. No meio do fluxo intenso do tempo, a permanência do território alivia a tensão.

Neste aspecto, é diverso da tendência *retro*, que, embora possa ser eficaz na produção de interações, normalmente não consegue desempenhar todo o papel necessário para uma figuração confiável simbolicamente. O clima possui certa independência mundana — aproximada do que Merton chamaria de *retraimento* — que não pode ser construída arbitrariamente; é necessário que pareça ter sempre estado ali. Foi alvo intenso da campanha de lei e ordem ocorrida no final de 2011, ainda que administrativamente estivesse regular. Na maior parte das abordagens, a polícia militar apenas ficou parada do outro lado da rua ou intimidando o público, perguntando o que faziam ali, *se estavam usando drogas* etc.

Figuras 16 e 17



Fonte: O próprio autor (2011).

A relação entre a largura das paredes (pequena) e a amplitude da porta (grande) alimenta o imaginário de ser uma extensão da democracia libertária da rua; na hipótese de a rua pensada como espaço de exercício livre da cidadania. Por outro lado, senta-se ao fundo, no horário de trânsito, escapando-se da rua; da rua pensada como espaço do caos. De qualquer forma, difere da estética burguesa de grande parte dos estabelecimentos noturnos porto-alegrenses e de casas noturnas com espaço aberto: no local, entrada e saída são plenamente livres, a rua estabelece com o boteco uma relação de prolongamento, extensão. Não há seguranças, comandas, revistas corporais ou consumação. Ausência de muros na *cidade de muros* de Teresa Pires Caldeira. A atmosfera permite a permanência de performances que não são de todo individualistas, mas também tribais, “confusionais”. Ainda que não tenha como característica a catarse que alguns locais de comunhão coletiva favorecem, o território é um indicador da fusão-*confusão* que podemos observar a respeito de locais de concentração urbana que acentuam a importância de uma anarquia mínima para que a alteridade tenha espaço²⁸⁴.

²⁸⁴ MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno**: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. São Paulo: Zouk, 2003, p.188.

Figura 18



Fonte: O próprio autor (2012).

Fumando um baseado na rua lateral, uma das frequentadoras comenta que visita o bar desde que veio para Porto Alegre. Natural de Pernambuco, conta com muito sentimento que se sustenta desde os doze anos. Agora, com 27, é funcionária de empresa de estacionamentos e estuda Comunicação Social numa universidade particular, avançando no curso em tempo irregular por não possuir rendimentos para cursar mais de duas disciplinas por semestre. A linguagem é fluida, rápida, com inúmeras interjeições. Veste roupas que faz no atelier de uma amiga, reconstruções de vestimentas compradas em brechós. Quando cheguei, contava sobre a experiência no festival Tropicália²⁸⁵, mais precisamente a dificuldade em dormir no acampamento sob o sol a pino. Ocorre que a combinação de drogas sintéticas, corpo rígido e pupilas dilatadas torna as barracas um inferno térmico e uma violência aos olhos. Ela e o restante do grupo trocavam experiências sobre como contornar este obstáculo.

Mora com quatro amigas há quase uma década. Nascidas no interior do Estado, todas trabalham e duas cursam ensino superior. Elas são uma referência importante do espaço. No apartamento onde moram são realizados eventos

²⁸⁵ Festival nos moldes tropicalistas que ocorria anualmente no país.

clandestinos: comércio de produtos manufaturados, cachaças artesanais, experimentação orientada de substâncias psicoativas etc. No local há muitas referências a filmes, livros e arte: escritos nas paredes, cartazes, ímãs de geladeira, *post its*. Salvador Dali, Tarantino. Algumas fotos de família, cinzeiros. Decoração e tonalidade de luz serena. Abajures de material orgânico, incenso, colchões espalhados por todo o espaço. Absolutamente diferentes, quando estão juntas há algo que as iguala e que não tem nome. Costumam ir apenas a locais abertos. Mesmo que residam nas proximidades, evitam as casas noturnas próximas à Avenida Independência, como Garagem Hermética, Beco, Cabaret, Ocidente e Casa de Teatro: *Nestes lugares só cola gurizada mais moderninha hoje em dia, coxinha universitário, punk de cosmética*. Ir ao Bambu's, comentam, não é a mesma coisa que ir aos outros lugares: *É mais como uma praça*.

Figura 19



Fonte: O próprio autor (2012).

É mais como uma praça foi dito em tom alegre. O cenário de terror urbano apresentado por grande parte da mídia — e até dos pesquisadores mais progressistas acerca do imaginário citadino — poderia levar ao pensamento de que a projeção da interação em locais não segregados dentro da urbe, portanto formalmente des-controlados, seria o grau máximo de *oportunidades para o crime*. A ausência do controle institucional provoca o pressuposto de ausência de *qualquer* ordem e previsibilidade, como se fossem categorias conexas indispensáveis. A dúvida é se realmente perdemos a capacidade de negociar socialidade ou é o discurso que afirma esta perda o que está sendo excessivamente repetido de forma

asséptica, sem confronto com o cotidiano. Não era o caso, *é mais como uma praça* foi um elogio à relativa porosidade do espaço.

K. transita quase todas as noites no Bambu's, híbrido da intensidade do território com a extensão do fluxo: está sempre flutuando pelos mesmos espaços. Faz pequenos bicos para trabalhar, mora sozinho e conta com a ajuda dos pais. Tem 35 anos, trabalha como garçom em algumas festas, produziu alguns vídeos de skate para agências de propaganda. Gostaria de produzir mais. Mora em um quarto emprestado entre o Centro e a Cidade baixa, próximo da primeira perimetral. Nunca o vi sem skate. Usa os cabelos compridos e está sempre falando sobre desentendimentos afetivos. É cartunista, mas nunca ganhou dinheiro com isso, diz não considerar um trabalho. Não costuma entrar em festas, frequenta apenas os entre-lugares produzidos por elas.

Nas muitas vezes em que ficamos conversando, estava na frente do Bambu's, da Lancheria do Parque, do Tutti ou de praças públicas ao redor das festas. Sempre de madrugada. K. é nômade, precisa estar sempre em movimento, fica intranquilo com facilidade. Não gosta de música "comercial". Escuta rock, punk e pratica diversos esportes que flertam com o risco. Parou de andar de bicicleta quando *virou moda*. Usa muito a palavra *sistema*, sem categorizações explícitas, mas com alguma coerência argumentativa. Não acha possível sair do *sistema*, mas acredita estar sempre um pouco fora quando se movimenta. Possui posições críticas sobre muitas coisas, embora pareça monotemático com seus conflitos amorosos.

Parece não se importar com a política tradicional, mas produz longos monólogos sobre políticas cotidianas ao falar de seus relacionamentos e dos seus bicos. Não moraliza nada, mas descreve nos atos outra forma de deslocamento (skate), trabalho (bicos, invenções, trampos passageiros), estética (usa cabelos compridos, tatuagens, piercings...) e relacionamentos: vários, mas fixos. Relacionamentos de múltiplas combinações e alicerces. Camadas e camadas de estruturas para sustentar os relacionamentos maleáveis.

Inseguro, se ofende com facilidade, o que favorece seu envolvimento em algumas brigas. Com alguma periodicidade, aparece com lesões de luta. Não gosta da polícia, refere que todos os contatos que teve foram violentos: abordagens quando faz manobras de skate, flagrante de consumo de drogas, espancamentos após conflitos aparentemente apaziguados. Comenta que as únicas vezes em que

teve ferimentos graves, foram ocasionados pela interferência da Brigada Militar. Está sempre cuidando da presença dos *carecas*, pois é amigo de alguns punks.

Em Porto Alegre, embora tenham sido amenizados na última década, confrontos entre *carecas*, neonazistas, skinheads e punks são comuns, e já tiveram como resultado inúmeras lesões graves e alguns homicídios. Embora o assunto seja tratado de forma caricata pela imprensa, beirando o ridículo, estes grupos de fato existem, são visíveis. O Bambu's foi palco de alguns destes confrontos, pois o circuito punk, que nas décadas anteriores se concentrava na Avenida Osvaldo Aranha, foi inibido: bares foram fechados, a repressão policial aumentou significativamente e a alegoria política dos bares perdeu prestígio, como toda política tradicional. Foi aberto um posto da Brigada Militar na esquina do Parque Farroupilha: nada menos convidativo. Estar no meio do caminho entre a Osvaldo Aranha e os bares do centro é uma das razões apontadas para o Bambu's ter sido adotado como herdeiro de alguns destes movimentos.

A calçada mais larga em frente ao bar acabou atraindo parte deste público nas sextas (punks e alguns poucos skinheads, os *carecas* não são tolerados). O Tio Sid chegou a aumentar os preços das bebidas com medo que *aquilo não parasse mais*. Mesmo assim, permanecem. Compram vinho barato, sucos e vodka para misturas em garrafas de refrigerante. Tocam música, falam alto, são hospitaleiros e mantêm uma espontaneidade interessante de ser vista. Dos que conheci, alguns trabalhavam, poucos estudavam, a maioria vivia de pequenos bicos. Inúmeras vezes escutei que é impossível trabalhar muito tempo no mesmo lugar, porque *vira um compromisso*. As idades são variáveis.

Figura 20



Fonte: Alexandre Pandolfo (2013).

A maior parte dos pedestres evita passar muito perto ou atravessa a rua. De todos os grupos que conheço, certamente são os mais dóceis. Recebem a diferença sem indagações e provocam integração sem interrogatórios ou paranoias securitárias. Sempre me apresentei como pesquisador e todas as interrogações sobre meu trabalho eram convidativas ao diálogo. Alguns possuem armas brancas; a permanência reiterada no espaço da rua exige alguma *garantia corporal*, argumentam. Não são agressivos quando há alguma apresentação, mas a imprevisibilidade natural da rua faz com que alguns sempre estejam atentos ao que ocorre no espaço.

Fumam maconha como quase todos os grupos (a maconha é uma das poucas unanimidades) e utilizam remédios e cocaína com um pouco mais de naturalidade (não são escandalosos, mas também não escondem nada). Usam a rua com extrema liberdade. Deitam no chão e tocam nas coisas sem os pudores da *contaminação*: entram em contato com a concretude da rua. São gentis com os moradores de rua. Não são *politicamente corretos* nos diálogos, utilizam sarcasmo sem medo de serem mal interpretados, se posicionam. Não acham que o anarquismo (é um exemplo, muitos se dizem socialistas, comunistas, apolíticos etc.) seja algo para ser conquistado pela massa, mas consequência natural de não querer ser absorvido por uma cultura *decadente*.

Comentam que a música e o visual não são nenhuma regra, não se vestem retilineamente. Assisti algumas cenas de agressividade, sobretudo quando se percebem vigiados. Em uma delas, fomos, de alguma forma, intimidados por um membro do grupo preocupado com as fotos que estavam sendo tiradas. Ficou fazendo espécie de cerco ao longe, intimidando com o olhar e por vezes mostrando uma faca, mas sem se aproximar. A cena se repetiu duas semanas depois. Desta vez, me aproximei para tentar explicar a pesquisa e fui intimidado novamente com algum objeto não identificado. Neste segundo dia, foi embora quando encontrei alguns membros do grupo que lhe eram familiares, afastando a suspeita inicial de que eu estivesse vigiando alguma coisa. Dias depois, já conversava comigo normalmente. Ao que parece, possui algum desconforto psíquico, está sempre relatando suspeitas sobre o público ao redor.

Explicando inúmeras estratégias de amenizar as consequências da rotulação, referem que nos períodos de *colheita* da Brigada Militar utilizam outras formas de figuração estética — *performances*: *Se não nos vestirmos como acham que sempre*

nos vestimos, não somos vistos. Embora eu tenha sido ignorado nas tentativas iniciais de diálogo (aceitavam a aproximação, mas se retiravam logo que tentava explicar o trabalho), alguns amigos mostraram pontes, favoreceram a abertura. O encontro em outros espaços das redes e o pertencimento a circuitos comuns sedimentou a confiança.

Magnani expressa o receio de que as teorias pós-modernas que salientam a fragmentação acabem velando as continuidades e algumas ideias de totalidade que os espaços almejam, certo *ethos* ambiente²⁸⁶. É bastante comum a percepção de elos entre os participantes, o que remete à ideia de totalidade estética e afetual²⁸⁷. Não é possível demonstrar através de recortes econômicos ou políticos precisos; nisso a fragmentação é evidente. Ocorre que o “político” está na expressão subjetiva do reencontro no espaço e na reiteração dos encontros em outros espaços que remetem a uma ideia difusa de totalidade. Se o Bambu’s significava ponte geográfica entre locais undergrounds que foram extintos nas proximidades, como o Garagem Hermética, o local continua sendo um espaço de divulgação de redes que permanecem com diferentes graus de totalidade: paredes repletas de cartazes, pessoas repletas de informações. Cada encontro imprevisto fora do espaço relembra uma ética política que reforça a estética do Bambu’s.

Um destes encontros foi com S.²⁸⁸ em uma festa anarco/punk autogestionada, sem seguranças, sem comércio, movida a geradores e vinculada ao Segundo Encontro dos de Baixo, onde se reuniam sindicatos, quilombolas, indígenas, sem-terras, estudantes, integrantes de rádios comunitárias e grupos autônomos de Porto Alegre e da Região Metropolitana. Circulando pelo show da banda Putinhas Aborteiras, na Praça do Aeromóvel, encontrei um grupo de frequentadores do Bambu’s. Aos poucos, um Bambu’s inteiro estava reunido em torno de uma árvore.

²⁸⁶ MAGNANI, José Guilherme Cantor. Introdução – Circuito de Jovens. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor et al (orgs.). **Jovens na metrópole**: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2007, p.16.

²⁸⁷ “Essas relações tornam-se relações animadas por e a partir do que é intrínseco, vivido no dia a dia, de um modo orgânico; além disso, elas tornam a centrar-se sobre o que é da ordem da proximidade. Em suma, o laço social torna-se emocional. Assim, elabora-se um modo de ser (*ethos*) no qual o que é experimentado com outros será primordial. É isso que designarei pela expressão ética da estética”. MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis, Vozes, 1996, p. 12.

²⁸⁸ A interação com S. é descrita ao final do capítulo.

Figura 21



Fonte: O próprio autor (2012).

Mais tarde, começaram a aparecer outros frequentadores, que saíam de um tentáculo do Conexões Globais no Comitê Latino-Americano. Não há como realizar um recorte socioeconômico, mas a totalidade de que fala Magnani é perceptível em expressões políticas que criam espaços, mas que também são criadas e reverberadas por eles. No evento, o primeiro refrão que escutei foi “Hey, Papa/ levanta teu vestido/ quem sabe aí embaixo não esteja o Amarildo”. A retórica da banda interliga a Igreja Católica com a atuação da polícia de forma abstrata, mas há compreensão da relação metafórica proposta, contextualizada de forma particular por cada sujeito. Nada mais distante do rótulo de alienação e vazio colocado na juventude contemporânea. Não há como desenvolver este vínculo de forma linear e racionalista, mas nem por isto torna-se incompreensível. Da mesma forma, não consigo explicar o “recorte” dos frequentadores do evento ou do bar Bambu’s, apenas referir que existe algo inominável que “faz laço” entre as tribos.

Figura 22



Fonte: O próprio autor (2012).

Havia assistido esta banda outras vezes em eventos como o Largo Vivo e a Marcha das Vadias: composta de meninas jovens, possuem retórica bastante posicionada e performance política evidente. Por vezes utilizam adereços que remetem à primavera árabe, bem como lenços e burcas. Outras vezes, tocam seminuas ou de topless. Sempre em espaços abertos ou em eventos vinculados a movimentos anarquistas. O show é intercalado por discursos de libertação da mulher e propõe uma negação da vitimização, estimulando (ao menos simbolicamente) à autodefesa, à represália e à utilização de armas brancas contra a violência sexual. Em 2014 se apresentaram no Programa Radar²⁸⁹, da TVE²⁹⁰, gerando repercussões que causaram a demissão dos responsáveis pelo programa e inúmeras ameaças à integridade física das integrantes da banda. Fazem o escracho de músicas que estejam em evidência, colocando sobre a melodia letras de protesto:

²⁸⁹ Programa disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=pEQruB_eGcE>.

²⁹⁰ A TVE é uma emissora pública do Rio Grande do Sul, gerida pela Fundação Cultural Piratini. Vide: <<http://www.fcp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=81>>.

Rainha do tanque/Tanque de guerra/Antidominante/Vem anarquizar/
 Assuma seu corpão/ Gorda, magra, média/ Não precisa ter padrão/ Negra
 não morena/ Cabelo pixaim/ Toque no seu corpo/ E goze até o fim/
 Conheça o poder/ Da masturbação/ Não precisa de ninguém/ Só você e sua
 mão/ Pra desconstruir o gênero/ Fale com as putinhas/ Vem conscientizar/
 E libertar a bucetinha/ Em matéria de aborto/ A gente sabe bem/ O corpo é
 da mulher/ E a decisão também/ Anarquista/ Antifascista e punk/ Contra o
 tipo/ Da classe dominante/ Se envolve, reivindica/ Expulsa o machão/ Cria
 resistência/ Contra as formas de opressão/ Sou anarquista doida/ Pixadora
 e vida loka/ Não vem com moralismo/ Tu não vai calar minha boca/ Vem
 vandalizar/ Deixa de ser bundão/ Se rolar prejuízo/ É na conta do patrão/ E
 quando rolar treta/ Não vem homem se meter/ As mina se organiza/ E
 consegue resolver/ Aprenda autodefesa/ Saiba reagir/ Combater a violência/
 Também começa por ti/ Anarquista/ Antifascista y punk/ Contra el tipo/ De la
 classe dominante/Si envolve, reivindica/Expulsa el machón/Cria resistencia/
 Contra toda exploración²⁹¹.

O clima é tenso como em shows de rap, com o acréscimo da turbulência típica das rodas punk. Nos intervalos, a atmosfera retorna à ideia de cumplicidade: a bebida e outros aditivos são compartilhados, brigas são aplainadas com tranquilidade, lixos são retirados e o auxílio ao abuso de entorpecentes é realizado com serenidade. Nesta noite, dois jovens intoxicados ainda estavam na praça quando todos os equipamentos já haviam sido retirados, e os frequentadores tinham ido embora. Dois grupos se aproximaram, tentaram entender o estado dos jovens e permaneceram no espaço até que retomassem a consciência e pudessem retornar com tranquilidade. Houve alguns conflitos, a maioria decorrente da forma de tratamento com os sujeitos em situação de rua ou sofrimento psíquico. Se o espaço favorece estas interações, também mostra como não são fáceis, como não dependem apenas de boa vontade.

Um jovem em situação de rua, alto, corria pelo espaço com uma bola, atropelando todos que estivessem pela frente. No início ninguém ofereceu reação, mas a repetição fez com que um grupo fosse tentar conversar com ele. Como estava sempre em movimento, não era muito fácil conseguir sua atenção. Um dos jovens tentou segurá-lo, e parte do público interferiu na intervenção, a maioria sem entender o que estava acontecendo. Houve algumas ofensas verbais, mas a massa não permitia que o limite do diálogo fosse ultrapassado. Os momentos mais tensos aconteceram quando viaturas da Brigada Militar começaram a rondar a praça ostensivamente, mas não permaneceram. Foram hostilizados pelo grupo no microfone, atitude que gerou algumas animosidades, mas o coletivo parecia apoiar o

²⁹¹ Letra da música *Feminista*, veiculada no programa da TVE disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=pEQruB_eGcE>.

posicionamento da banda. Ao final, todos ajudaram a desmontar os equipamentos, guardá-los e recolher o lixo. Essa hora final é muito esperada, pois também se configura no momento de discutir o resultado do evento, assim como de reencontros e trocas efêmeras de grupos, atuando em locais distantes (no caso, havia ativistas urbanos latino-americanos e de outros Estados, acampados no Fórum Social Temático).

Alguns esperavam o sol nascer para passar na Parada, espaço urbano da capital gaúcha bastante conhecido pela regularidade no comércio de substâncias psicoativas ilegais. Os membros que residiam fora de Porto Alegre estavam com algum receio de irem sozinhos até lá, medo que logo foi amenizado pelas explicações de alguns ativistas. O espaço fica próximo de uma parada de ônibus, símbolo do que Marc Augé descreveria como a entrada para um *não-lugar*²⁹². Pressupõe algum contato entre as pessoas, mas a transitoriedade daquela situação de *espera atenta* não provoca, em regra, interação suficiente para que exista um encontro de dimensão afetiva considerável.

Acontece que nesta parada de ônibus nem todos estão esperando o único ônibus que passa por ali, na maioria das vezes nem metade das pessoas (por vezes superior a duas dezenas) ingressa no veículo de transporte. Esta parada de ônibus talvez seja uma das mais integradas ao ambiente da cidade de Porto Alegre. Protege muito mais do que as outras. Provoca interações entre pessoas radicalmente diferentes e é um espaço público cujas relações com o poder estatal são, evidentemente, conflituosas. Comerciantes e clientes são aliados neste espaço, para além da complexidade que ganha esta relação quando se distanciam.

Nesta parada de ônibus, a maioria dos personagens está atenta como em qualquer outra, mesmo que ali passe um único ônibus. Porém, os olhares viram-se com atenção para três direções: para o lado esquerdo, para os carros que passam e para a iminência do ônibus. No lado direito, uma parede de casas e becos desenhando um “T” cujo lado “esquerdo e direito” de seu cume têm apenas uma parte observável, visto que no lado esquerdo ergue-se um morro, e no lado direito um muro impede que se observe o movimento de uma das avenidas mais movimentadas da cidade. A rua da parada de ônibus leva até o cume do “T”, onde é

²⁹² AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 5 ed. Campinas: Papyrus, 2005.

possível “subir” ou “sair” do morro, já que a parada encontra-se na parte baixa, em rua que separa definitivamente o morro da avenida.

Este é um dos espaços cujo conhecimento aproxima-se da unanimidade entre os grupos sociais de que me aproximei, por mais dicotômicos que sejam entre si. É claro que isto não decorre da vinculação entre desvio e toxicomania, visto que a parada só é importante para os consumidores e comerciantes de drogas ilegais, sendo o consumo de drogas legais extensivo a todo o corpo social²⁹³. Além disso, se poderia argumentar que o uso de narcóticos serve ao *sistema* na medida em que o *uso* muitas vezes deriva das angústias do trabalho ou *para trabalhar*. Acho esta leitura muito obcecada com os *reais motivos* do uso, determinando-os, mas não pode ser afastada.

Nos últimos anos, a repressão policial sistemática ao morro — no qual ao pé está localizada a parada — provocou a necessidade de estratégias de fuga. Uma delas consiste no extermínio dos becos, bocas e bancas de venda como locais permanentes de comércio de substâncias psicoativas ilegais. O conhecimento do território sinuoso — difícil de ser esquadrihado e transitado com a mesma facilidade pela repressão estatal — faz com que seja mais inteligente disseminar e produzir rotatividade nos locais específicos de troca. Agora não são mais os consumidores que (como os policiais) podem vir de todo o lugar, mas os comerciantes. A modernização do tráfico, perfectibilizada na multiplicidade de vendedores individuais com conexões virtuais, em Porto Alegre, ainda é dependente da organização protomoderna dos territórios de venda, embora tenha ganho bastante autonomia (o tráfico *modernizado* muitas vezes não passa do repasse descentralizado das substâncias adquiridas no território). Por outro lado, no próprio espaço, tornaram-se mais comuns expressões como *na minha mão é mais barato*²⁹⁴, talvez indicando uma menor centralidade no gerenciamento.

Faz-se novo uso de um marcador simbólico (a parada de ônibus) de rotatividade, mas mantém-se sua característica transitória. Desta forma, basta esperar concentrar-se um número razoável de usuários na parada, emitir o sinal visual e — logo após a troca — dispersar-se novamente. Os consumidores que chegarem posteriormente ao último sinal devem aguardar na parada de ônibus, local

²⁹³ Sobre o tema ver: ALVES, Marcelo Mayora. **Entre a cultura do controle e o controle cultural:** um estudo sobre práticas tóxicas na cidade de Porto Alegre. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2010.

²⁹⁴ Forma de comércio incompatível com o modelo verticalizado dos *territórios* de tráfico.

onde agora a polícia é inimigo e o criminalizado aliado. Exercício de performances. Um adolescente bem arrumado, cara assustada, tentava entender o funcionamento. Deu uma volta na quadra, duas, olhava em volta. Logo um usuário que aguardava na parada chamou-o e explicou sucintamente: *espera aqui, escuta o assobio e sai. Se não for a polícia, vai ter o que tu quer.*

Existem incontáveis possibilidades de adquirir drogas ilegais, mas nem todas funcionam com relativa regularidade, facilidade de acesso e custo baixo. As formas de obtenção de psicoativos de alta qualidade costumam estar vinculadas a usuários mais experientes, que organizam sua necessidade de acumulação de acordo com o consumo, possibilitando que local e momento de troca aconteçam de forma programada e com menor sujeição aos riscos de uma atividade ilegal. Qualidade e segurança aumentam significativamente o preço do produto.

A parada de ônibus só recebe novatos ou usuários experientes sem alto poder aquisitivo, salvo necessidade iminente ou desabastecimento inesperado dos usuários experientes com bom poder aquisitivo (camadas médias²⁹⁵). Apenas para oferecer algum critério de racionalidade para o leitor, digamos que o consumo semanal de um usuário experiente é superior à soma da compra dos vinte ou trinta usuários que aguardam na parada nos momentos de maior movimento. A forma de comércio não funcionaria com usuários experientes com poder econômico, pois em cada descida para efetuar a troca seriam necessárias quantidades grandes demais para manter a rapidez que estrutura os espaços e estratégias de fuga do enquadramento criminal, tanto do comerciante como do cliente, pois tornaria lento o processo de troca. Torna-se, portanto, um grande e movimentado varejo. Talvez por isto a importância simbólica que possui para grupos identificados com o nomadismo urbano noturno.

Junto com a diminuição severa dos locais fixos de venda, o comércio que circunda a parada de ônibus cessou de trabalhar com pedaços grandes do produto, de forma que um usuário experiente, para garantir o consumo do mês todo, precisaria de pelo menos cem porções de uma droga de baixa qualidade. Os clientes preferenciais devem manter o caráter transitório, carregando poucas quantidades de droga e retornando com frequência. São novatos, aventureiros, nômades ou pobres, portanto.

²⁹⁵ VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 113.

O comércio de drogas não é o objetivo da descrição, mas uma característica. A parada de ônibus congrega na maior parte do tempo passageiros do transporte público (normalmente moradores do local), usuários novatos de todas as classes e usuários experientes pobres. Como a espera pode chegar a uma hora de duração, em períodos de maior fiscalização ou escassez, acontecem diálogos inesperados, mas observei principalmente assuntos relacionados à presença da polícia, qualidade das drogas e formas de uso. A maioria dos usuários do transporte público não parece se incomodar e, muitas vezes, interage com a conversa dos clientes, trocando informações sobre a situação do espaço, disputam quem detêm maior conhecimento sobre o morro, narram *experiências*. A rota a pé favorece o *despiste* da droga e possibilita que seja escondida no espaço e buscada posteriormente. No caso dos usuários de cocaína, sobretudo os que compram neste local (há uma espécie um pouco mais cara, de melhor qualidade), perder a droga é pior do que a criminalização. A perda da intensidade que a droga oferece é mais relevante do que as consequências da extensão da burocracia penal. Naquele momento, por óbvio. Mas é *naquele momento* que se vive.

A cocaína é responsável pela maior variedade dos grupos que utilizam a Parada, pois muitos usuários com poder aquisitivo optam pela compra de pequenas quantidades com o objetivo de regular o uso. Como é uma estratégia questionável, grande parte retorna com frequência, muitas vezes na mesma noite. São responsáveis pela maior parte dos conflitos com os comerciantes, sobretudo quando estão sob o efeito da droga. A mediação de outros clientes costuma amenizar os conflitos, normalmente com o usuário sendo punido com a negativa do fornecimento imediato da substância pelos comerciantes. Não há nenhuma hierarquia baseada na espécie de substância consumida pelos frequentadores, os compradores de maconha estão acostumados com os usuários de cocaína que chegam sob o efeito da substância e negociam o espaço com altivez, interagindo, estabelecendo limites e mantendo a ordem de chegada. Não há, até o ano de 2014, comércio de crack neste espaço circunscrito.

Reencontrei S. na Parada. Havia o conhecido em uma escola de samba, quando se apresentou antes de alguns amigos e, durante o show, sentamos próximos. Fiz algum comentário sobre uma das letras de rap de sua autoria, trocamos cervejas, conversamos um pouco sobre música. Lembramos uma conversa no Bambu's, talvez por termos alguns conhecidos em comum. S. mora

muito perto da Parada. Não é *função*, não participa do comércio *formal* estabelecido. Estranhou quando perguntei se poderíamos conversar sobre a Parada, sobretudo porque já havíamos conversado inúmeras vezes, aquele pedido não fazia sentido para ele. Tentei explicar um pouco o que queria, e compreendeu mais rapidamente do que a maioria das outras pessoas com que conversei sobre a tese.

Nasceu em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, mora de aluguel na vila da Parada há mais ou menos doze anos. É um pequeno prédio no pé do morro, entre a avenida e a Parada. S. não é comerciante de drogas, mas como quase todo usuário, efetua pequenas trocas. Como tem proximidade com muitos trabalhadores da Parada, isto lhe traz alguns benefícios para aquisição, o que representa melhores trocas. Não nega que ganhe algum dinheiro com isso, sobretudo quando é preciso completar o que falta para o aluguel ou comprar algum instrumento para os shows — trabalha ocasionalmente com o varejo modernizado do comércio de drogas.

Nós nos encontramos novamente no Bambu's; tentei explicar um pouco meu trabalho, e combinamos de conversar em sua casa antes do show do grupo Racionais MC's. Relembrou um pouco da história de sua vida, a vinda para Porto Alegre, a morte da mãe, o processo por tráfico de drogas. Logo no início, ressaltou que misturava muito as coisas, ouvia com frequência que *fantasiava demais*. Sua articulação verbal é realmente muito abstrata. Inverte, transgride e retoma os temas sem muita explicação. Concordei que não era fácil compreender o que dizia quando estava muito agitado, embora fosse pouco comum. Respondeu que *a vida é tipo rap e o rap é sempre um pouco de fantasia. Mas fantasia é a realidade também, negão*. Evitei fazer perguntas estruturadas, a expressão que fez quando lhe pedi para conversarmos me deixou receoso, considerei mais adequado deixar os assuntos aparecerem naturalmente. Contou-me exatamente na ordem exposta acima: a vinda para Porto Alegre, a morte da mãe, o processo por tráfico de drogas.

Não gostou quando veio para a capital; morava em um sítio na região metropolitana, onde sentia maior liberdade. Pelo que entendi, seu pai era caseiro e toda família trabalhava no próprio sítio. Não gostou do colégio, terminou o ensino fundamental em um colégio público, onde não havia ensino médio, nunca se matriculou novamente. Explicou que as opções oferecidas para o segundo grau ficavam longe de sua casa e atrapalhavam o trabalho. Usa muitas gírias, mas sabe utilizar o português formal. Não acha nenhuma profissão relevante ou mais relevante

do que ser músico. Talvez pela minha presença, ressaltou várias vezes que nenhuma profissão é importante ou mais importante que a dele. Argumentando, relatou vários descasos que sofreu com profissionais de áreas consideradas “importantes”.

Quando sua mãe esteve internada pela última vez, em estado terminal, o médico não conversava com ele, não atendia suas ligações. Falou que ainda irão se encontrar *por aí*. Muitas falas traziam certa vingança futura difusa, abstrata, muitas vezes relacionada ao ódio de classe que expressava com muita clareza. Quando respondeu preso ao processo por tráfico, pagou um salário mínimo para a advogada fazer um habeas corpus. O instrumento foi realizado, mas não obteve sucesso. O problema maior, para S., é a advogada nunca ter retornado para conversar com ele. Devia ter *medo de entrar lá*, refletiu, *mas neste caso deveria fazer outra coisa*. Para ele, o mais difícil era o receio de ficar preso por muitos anos, se fosse condenado. Diz que não é lugar para fazer amigos, mas que foi muito *apoiado*. Voltou a falar sobre sua advogada, repetiu que sempre poderão se encontrar *pela vida* e que sempre pode acontecer do *cara tá por aí... preparado para outra coisa... e sei lá*.

Estava na frente de casa quando o Batalhão de Operações Especiais (os *boinas*) fez uma operação na Parada. Foi abordado com três porções de maconha e uma cápsula de cocaína (alguns locais possuem mesas com orifícios que contêm cápsulas, bastando espalhar a substância e fechar o compartimento de cada cápsula, aumentando a velocidade do embalamento): *E tava só chegando, peguei pra abastecer a madrugada. Pior que era só pra mim, ia ficar de boa aqui*. Pediu para deixar *quieto* esse assunto, não queria que ninguém ficasse sabendo *lá em baixo*. Embora trabalhe com rap, S. dá aulas de percussão em um projeto da escola de samba, para crianças da comunidade. Como ganha muito pouco em suas apresentações (também escassas), completa a renda mensal tocando instrumentos de percussão em grupos de samba em Porto Alegre. Diz ter sido absolvido, mas, pelo que entendi, foi descaracterizado o crime de tráfico de drogas e se efetuou uma transação penal.

Havíamos comprado cerveja para beber no caminho do show. Quando estavam geladas, me ofereceu. Como neguei, colocou novamente as duas latas na geladeira e não bebeu. Algumas horas depois, perguntou se já podíamos beber. Embora não considerasse *nenhuma profissão importante*, S. estava levando a sério a conversa. Eu nunca havia pedido para que ele não bebesse, apenas neguei a

primeira vez que me ofereceu cerveja, eu não queria beber naquele instante. Expliquei que precisava respeitar algumas restrições para realizar a pesquisa. Minha negativa foi compreendida como uma pequena interdição para ele. E respeitada. O estereótipo de irresponsável e *vida loka* que ele possuía em alguns lugares comuns que frequentávamos já não fazia sentido algum. Estava sério, compenetrado.

Perguntei se a atenção e o respeito que demonstrava sobre uma pesquisa que não lhe traria resultado particular algum teria relação com o interesse por suas atividades como artista ou ativista cultural. Não gostou da pergunta, se ofendeu. Respondeu que havia oferecido cerveja *na parceria*, eu deveria aceitar se quisesse, mas que não havia relação com o trabalho que eu estava realizando: *esse lance de entrevista só vira ladaia, no samba lá toda hora tem gurizinho de colégio, faculdade, não sei que, querendo saber isso e aquilo, depois nunca mais vê, nem sabe pra que serve, nunca falo com ninguém. Tô falando contigo aqui porque tu pediu. Nem sei exatamente o que tu faz*. Arrisquei perguntar se deveria explicar melhor a pesquisa. Respondeu que havia entendido e que iria ir *vendo qual é*, mas que eu podia ficar tranquilo. Como *tranquilo* podia ser referente tanto à minha preocupação com o conhecimento de S. sobre a pesquisa como à tensão que foi criada no ambiente, ressalttei que estava me recebendo muito bem e estava me sentindo à vontade em seu apartamento. Sorriu, pareceu ter sido reestabelecido o acordo comum.

Um pouco constrangido, cortou o assunto e lembrou que muitos amigos que conheceu na vila foram presos, mas a maioria quando *de menor*. Não acha que isto seja derivado de maior repressão aos menores, estratégia dos varejistas para aproveitar a restrição temporal das condenações pelo ECA ou glamourização por ter *passado pelo sistema*. Explica que *quando se é piá se tem menos medo, menos malandragem, menos conhecimento e menos noção de como é foda cair*. Esbocei algumas explicações processuais, outras criminológicas. S. contestou algumas, reforçou outras. Pareceu compreender o que eu dizia, estava muito concentrado, a conversa parecia importante para nós dois.

Pegou uma cerveja, bebeu e não me ofereceu. Anotei como algo positivo, não queria condicionar seu comportamento, mas também queria manter as regras que havia estabelecido para o trabalho. Creio que ele tenha entendido. A conversa fluiu com maior liberdade, nos levantamos, fumamos um cigarro, falamos sobre futebol. Ele lembrou que por vezes eu frequentava a escola de samba com a camiseta do Inter, normalmente após os jogos. Respondi afirmativamente, mas mencionei que o

meu primeiro time era o Brasil de Pelotas. Fez uma brincadeira relacionada ao estereótipo da cidade, pensou um pouco, corrigiu a brincadeira. *Tem muito viado que se apresenta no respeito, sem atropelo. Não sou de tirar ninguém.* Com a fluidez do diálogo, me fez algumas perguntas relacionadas ao trabalho e à vida pessoal, deixando claro que *eu não precisava falar se não pudesse*. Ainda estava se comportando como quem é apenas objeto de pesquisa, evitando interagir, como se apenas pudesse responder ao que lhe era questionado. Expliquei novamente qual era a ideia do trabalho e mencionei que havia combinado com meu orientador evitar as perguntas estruturadas, justamente para deixar os diálogos acontecerem mais livremente. O diálogo tornou-se muito mais fluido.

Foi interessante, algumas situações de vida porque passei (a morte precoce de meus pais, a residência em local distante da família etc.) aproximaram nossas biografias²⁹⁶, aparentemente tão distantes. Neste momento, pensei que o trabalho não poderia deixar de discutir expressões artísticas periféricas (como forma de ressaltar encontros aparentemente antagônicos), já que não conseguiria acumular muitas biografias e a mediação criminológica irrompia como algo tão importante quanto à redução etnográfica. Não anotei exatamente o que disse e não lembrei na hora de redigir, mas comentei a ideia de alguma forma. S. estava tentando entender as premissas e variâncias entre conversa e pesquisa, que talvez nem eu mesmo soubesse, então brincou: *tá atrasado hein, negão ainda nem sabe o que tá fazendo*. Expliquei que era mais ou menos isso, ainda não tinha muita certeza sobre onde iria chegar. Respondeu que *na música é sempre assim, malucão nem sabe pra onde tá indo, de repente vai chegando e já foi*. Perguntei o que ele achava do meu interesse na biografia dele e da intenção em interligá-la com o rap e, ao mesmo tempo, com espaços de camadas urbanas que ele não frequentava. Falou que era necessário diferenciar as coisas: *vo lá sim meu, vo lá. To sempre pela Cidade Baixa, pelo Centro, tu já me viu pelo Bambu's ali, to colando no avião também. Dá pra chegar, tem a ligação. Mas não é bem meu lugar não, como o rap não é o teu, ou é também, tem que ver. Só não dá pra fazer que somo tudo aliado, tal. Tem as coisas que são diferente. Só pela roupa já, já dá pra vê... Se bem que hoje pro racionais já tu tá aí de jaco né playboy?* Sorriu, sorrimos.

²⁹⁶ VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 139-147.

S. colocou alguns raps, tomei a primeira cerveja, estava próximo da hora de sairmos. Quando abriu uma cápsula de cocaína, trocou o som e alterou um pouco o pacto da entrevista: *continuamo a conversa, anota aí o que quiser, mas temo que ir daqui a pouco já, daqui a pouco vou me arrumando*. Sempre procurando certo equilíbrio, no momento de consumir substância mais tensa colocou um samba e deitou em uma rede que atravessava a sala, em diagonal. Conversando sobre a mudança de público que ele considera ter ocorrido na escola de samba nos últimos anos, manifestou certo descontentamento com o público dos domingos (dia mais movimentado, único que eu frequentava), *porque quem vai domingo, só vai domingo*. Já falávamos sobre outra coisa quando começou a música *malandro rife*, do sambista Bezerra da Silva²⁹⁷ (malandro é malandro mesmo /e o otário/ é otário mesmo). Perguntei, rindo, se ele achava que eu era o *otário*, fazendo referência ao que havia comentado sobre o público de domingo na escola. Respondeu, também sorrindo, que sim: *eu gosto dessa galera do Bambu's, do Élio, vou nessas paradas, mas não é a mesma gente*.

Pedi para ver o que eu tinha anotado, pouco mais de duas páginas de caderno. Perguntou para que adiantava fazer faculdade com a minha caligrafia e se a conversa havia servido para alguma coisa. Falei que provavelmente sim, mas só teria como saber quando transformasse em texto. Estabeleceu um paralelo sobre o processo que passa quando escreve suas músicas, desenvolvendo raciocínio interessante sobre as semelhanças dos dois processos, já que de alguma forma nós dois estávamos escrevendo sobre o cotidiano.

Tomamos um pouco de cerveja e colocou rap novamente, uma coletânea que havia feito com músicas do show que iríamos assistir. Falei do primeiro show do Racionais que havia ido, pré-adolescente, imitando o que na época provavelmente eu chamaria de *marginal*. Riu e lembrou que na região metropolitana o marginal era o *aba reta*, menção à posição da aba dos bonés usados por rappers, sobretudo da marca FUBU. Ponderou que há uma década também tinha suas atitudes infantis, contou algumas histórias de brigas e *ladaias*²⁹⁸ juvenis de que havia participado. Relacionei o preconceito (medo) que eu tinha em ir nestes locais quando criança

²⁹⁷ Malandro rife. Otáclio e Ary do Cavaco [Compositores]. In: SILVA, Bezerra da. **Malandro rife**. São Paulo: RCA, p 1985. 1 CD (ca. 40 min). Faixa 6 (3min20s).

²⁹⁸ Confrontos que se estendem no tempo.

com a sua violência de *piá*²⁹⁹. Nos dois casos, o medo disparava a violência. No meu caso, sob a forma do preconceito estereotípico no qual procurava me espelhar. No dele, sob a forma da resposta violenta mais visível. Desta vez não fui muito bem compreendido: *acho que agora já não sei mais qual tá sendo não*.

Demorei certo tempo para elaborar o que gostaria de dizer sobre medo, violência, Racionais. Mais uma vez, S. me surpreendeu com a facilidade em conectar os diálogos. Não se considera representado pelo grupo Racionais ou pelo rap. Comentou algumas atitudes *comédia* de personalidades do samba e do rap, explicando sua ausência de identificação integral. Talvez tentando concordar comigo em alguma coisa (tinha sempre este cuidado), falou que era natural o *peessoal dali* gostar de Racionais, pelo lugar de onde eles vieram. Lembrei que esta não era a minha realidade e possivelmente não era a realidade de grande parte do público que iria no show daquele dia. Rebateu que isto não era um problema, já que ao menos uma realidade estava sendo *passada*. Lembrei que há pouco havia me relacionado aos *otários* que só vão ao samba aos domingos. Falou, mais sério, que eram coisas diferentes.

Relatou o período em que começou a frequentar o samba e a importância que aquele local tinha para ele, já que foi onde aprendeu a montar raps e começou a se apresentar. Falou dos meninos (seus alunos), das mulheres que conheceu, dos amigos que fez: *E agora tão tomando de arrasto, meio no atropelo, tal*. Perguntei *quem* estava tomando de arrasto. Tendo certo cuidado para não me ofender, disse que havia exceções e talvez elas amenizassem sua crítica, mas encerrou a discussão dizendo *que o peessoal de domingo só é importante pelo ingresso que paga no domingo*. Havia algo naquele espaço de samba a ser mantido intocado. Insisti no assunto, perguntando sobre alguns conhecidos que passaram a frequentar o espaço há pouco tempo e interagiam como se estivessem ali desde sempre... Encerrou: *“é, mas não estavam. E acho que já dá pra nós sair já, Zé”*.

²⁹⁹ Utilizou a expressão *piá* no sentido corriqueiro da palavra no Rio Grande do Sul: criança, pré-adolescente.

3.3 ANDANDO POR LINHAS DE FUGA: A OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS CAPTURADOS

Durante o curso de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, procurei aproximar as leituras compartilhadas pelo professor Salo de Carvalho e pela professora Ruth Gauer para refletir sobre fenômenos contemporâneos que destacam formas relativamente novas de aglutinação no espaço urbano. Na cadeira de Criminologia, sob responsabilidade de Salo de Carvalho, o principal referencial teórico foi Friedrich Nietzsche. Nas disciplinas que cursava como ouvinte no Programa de Pós-Graduação em História, sob orientação de Ruth Gauer, Gilbert Durand não constituía o principal referencial, mas era um autor debatido com muita frequência.

Quando decidi pesquisar sobre novas formas de ocupação do espaço público, pareceu nítido que havia grande aproximação com o pensamento denominado *pós-moderno*, sobretudo na discussão sobre tribalismo contemporâneo. Revisando os livros de Michel Maffesoli, ficou evidente que Nietzsche e Durand constituíam seu referencial mais recorrente.

Na dissertação de mestrado, minha preocupação maior foi compreender a escola de pensamento destes autores, deixando a visualização etnográfica e a observação cotidiana em segundo plano. Um dos meus objetivos era questionar a pertinência de aproximar as leituras críticas de Zygmunt Bauman (tema das pesquisas realizadas durante a graduação) sobre o tribalismo com o pensamento compreensivo de Michel Maffesoli sobre o mesmo fenômeno.

Iniciei a pesquisa de campo em Porto Alegre de forma relativamente livre, caminhando em linha reta do Bairro Independência até a Cidade Baixa pelo Bom Fim e retornando da Cidade Baixa até a Independência pelo Centro. O objetivo era mapear os locais fixos, sobretudo bares e casas noturnas dispostos na região. Cada trajeto levava em torno de duas horas, já que a intenção era realizar um panorama objetivo que me ajudasse a delimitar a pesquisa. A grande disparidade de propostas éticas e estéticas entre os espaços fechados e o fluxo contínuo dos frequentadores mostrou que não seria possível construir nenhuma densidade sem reduzir a delimitação. Por outro lado, os espaços abertos sugeriam a necessidade de um acompanhamento mais aprofundado, já que possuíam maior relação com o tema da tese. Na avaliação do projeto da tese, esta necessidade já havia sido apontada pela

comissão avaliadora, assim como abandonar a utilização de métodos específicos da antropologia ou da sociologia. Os primeiros exercícios de deriva apenas ratificaram a sugestão apontada pela comissão avaliadora.

A utilização do espaço público, em Porto Alegre, é mais do que uma prática de ocupação territorial da cidade, mas de deambulação³⁰⁰, circulação livre por espaços espontâneos, tentativas de encontro que necessitam de certa fixidez oferecida pelas ocupações, mas cuja existência também está determinada pelo fluxo contínuo. O espaço público está sendo valorizado como uma rede de locais de troca de experiências existenciais que transcendem a ideia do urbano como um local de tolerância da diferença. O que caracteriza a utilização contemporânea dos espaços públicos é a compreensão cultural da transformação paulatina da cidade em um espaço de barreiras e interdições que precisa ser obstaculizado, a consciência da importância do compartilhamento (de bebidas, de alimentos, de sentimentos, de afetos), a percepção de que a segurança depende do coletivo e, sobretudo, a valorização do imaginário e do lúdico como dispositivos de deslocamento de uma contemporaneidade cada vez mais árida, sedenta de contatos afetivos. Tal projeto é sempre expectativa mediada e negociada, na maioria das vezes fracassada, mas expectativa de encontro oposta àquela da segregação.

A utilização de malabares, o consumo recreativo de psicoativos, a organização descentralizada (embora nem sempre coletiva), a preferência por territórios simbólicos ou lúdicos de efervescência³⁰¹ e a utilização de espaços abandonados pelos atuarialismos municipais são características de interações que anteciparam as manifestações que *tomaram as ruas*³⁰², possuindo com elas inúmeras vinculações que as transcendem e que continuaram atuantes até o fechamento do trabalho.

³⁰⁰ MAFFESOLI, Michel. **A sombra de Dionísio**: contribuição a uma sociologia da orgia. São Paulo: Zouk, 2005, p. 95.

³⁰¹ A efervescência social é conceito utilizado por Émile Durkheim e Mary Douglas; para Michel Maffesoli é como um fio invisível na trama social. “Em maior ou menor tom, segundo as épocas, ele ronda, incansavelmente a existência coletiva” (MAFFESOLI, Michel. **A sombra de Dionísio**: contribuição a uma sociologia da orgia. São Paulo: Zouk, 2005. p. 131); ALIMENA, Carla Marrone. **Conflitualidades em trânsito**: discursos jurídicos e de gênero no G8-Generalizando (SAJU-UFRGS). 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32651/000788055.pdf?sequence=1>>. Acesso em 10 de maio de 2014.

³⁰² MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

O objetivo aqui é demonstrar que a dissonância entre lazer e política está sendo corroída por uma série de fenômenos que começam pela valorização do espaço não mercantilizado da rua e que criam redes, circuitos, cenas e trajetos identificados com novos modelos de socialidade, opostos àqueles das cidades de muros e das criminologias da vida cotidiana. Só farei referência à “história” dos locais quando considerar fulcral para o argumento, pois, ao que tudo indica, a eleição dos espaços a serem utilizados é mais intuitiva do que racional. Pelo mesmo motivo, não os separarei por critérios temporais, apenas farei uma exposição em constelação.

Local de encontro de cartunistas no Viaduto Otávio Rocha, assim como de músicos e artistas, o Tutti Giorni passou a atrair, a partir de 2010, um público muito maior do que o costume, sobretudo nas terças-feiras. Inicialmente local de comércio de viandas e de um risoto tradicional a preços módicos, acabou atraindo um público heterogêneo também no turno da noite. Público que não era atraído ao interior do bar, mas permanecia nas escadarias do viaduto da Avenida Borges Medeiros, com vista ao Sul e ao Norte para o centro de Porto Alegre — um espaço urbano tradicional.

Figura 23



Fonte: Félix Zucco (19 de junho de 2012).

A vigilância da SMIC, o excesso de público, dificuldades econômicas e problemas com outros condôminos acabaram por fechar o estabelecimento e encerrar a ocupação das escadarias. Ainda que parte dos frequentadores tenha continuado a ocupar as escadarias, a incerteza quanto à aglomeração diminuiu a

segurança e, logo, o público é que garante sua permanência. Na fotografia, a escadaria, à direita, com maior concentração de pessoas, indica onde ficava o restaurante. Na data da foto acima, o Tutti Giorni estava encerrando suas atividades. A Rua Duque de Caxias estava lotada nos dois sentidos, com boa parte do público ocupando também as escadarias, em local onde, frequentemente, não há ninguém no turno da noite. Deixando claro que a ocupação do espaço público não era uma simples efemeridade, o Tutti Giorni foi reaberto no final de 2012, desta vez junto ao Viaduto dos Açorianos.

As fotos abaixo destacam certo paradoxo que acompanha grande parte das ocupações centrais: sujeitos em situação de rua e portadores de sofrimento psíquico estão presentes, aproximam-se, buscam a segurança da multidão, nunca são afastados e permanecem nos espaços, mas há sempre uma pequena distância espacial e simbólica que mantém a complexidade e salienta as dificuldades nas interações sociais.

Por outro lado, há substancial diferença com o modelo segregacionista que opta pela exclusão e manutenção das distâncias sociais. Se os enclaves fortificados e os seguranças privados resolveriam as dificuldades de interação pela via do banimento e da contenção, tornando invisível a própria dificuldade da mediação, nestes espaços a questão não permite o subterfúgio da mera negação visual:

Figuras 24 e 25



Fonte: O próprio autor (2013).

Com um “laguinho” fazendo o contorno logo em frente ao bar, nas terças, o Tutti continuou sendo um local comum de quem sabe que *a rua é o lugar mais*

*importante da cidade*³⁰³. Sem segurança privada, sem presença ostensiva das polícias e com o público mantendo independência em relação ao proprietário, ficou claro que havia ali muito mais do que afeto pelo dono do estabelecimento, o cartunista Nani. A dinâmica de reocupação, reterritorialização e valorização da diferença pela ausência da restrição de ingresso é um fenômeno urbano evidente em alguns locais de Porto Alegre. A estética dos frequentadores não é uníssona, embora possam ser identificados forçosamente grupos que em outras épocas poderiam ser rotulados como hippies, rastafáris, punks etc. Não creio que ainda seja possível segmentar desta forma.

É um local efetivamente plural, onde a negação da segregação está no compartilhamento de coisas e objetos, na venda apenas de produtos manufaturados ou artesanais, incluindo as roupas, bebidas e alimentos que são vendidos ou trocados antes e após o encerramento das atividades no bar, em torno da meia-noite. Como é um espaço aberto, o trânsito e o acesso são absolutamente livres, embora disto não decorra uma utilização universalista do espaço. Posteriormente, o local começou a ser utilizado em variados dias da semana em encontros organizados por inúmeros coletivos de artistas e ativistas da cidade. Pendurando lençóis nas árvores, armando barracas, criando iluminações coloridas, projetando filmes e se aglutinando em torno de rodas de música, o “laguinho” voltou a ganhar cor em contraponto ao cinza do asfalto que o circunda. Principalmente durante a madrugada.

A expensas do empresariado moral que continua colocando uma aura de depravação e insegurança na utilização do espaço público com jargões como “sem vigilância” ou “drogas, crimes e sexo”, o público continuou transgredindo a norma cultural de transitar apenas da residência privada para os estabelecimentos comerciais e fortaleceu seu enlace com os territórios coletivos livres. Inevitáveis as discussões sobre a gestão dos espaços, recolhimento do lixo ou postura em relação à presença das polícias, mas presenciei poucos conflitos declarados. Por outro lado, há inúmeros debates públicos e virtuais sobre a diferença dos frequentadores do Tutti com aqueles das ocupações à beira do Guaíba, no centro da cidade ou na Avenida Independência. Creio que seria possível realizar alguma espécie de

³⁰³ São tantas e tão dicotômicas às referências da frase que creio constituir um saber popular presente em pichações, grafites, instalações, projeções e toda forma de comunicação pública em espaços abertos.

classificação ou *tipo ideal* de cada um destes locais, mas em um momento no qual a lógica é de separação física e concreta dos habitantes das cidades de muros, creio que seja mais importante destacar que nestes espaços ninguém regula a entrada de coisa alguma e o acesso é universal, embora cortes de classe não tornem a presença absolutamente plural. A segurança não é garantida por nada, mas o número de frequentadores estabiliza o público, ainda que o empresariado moral tenha mantido suas campanhas.

Figura 26



Fonte: Zero Hora (2011).

Nas redes sociais, nas conversas em grupo, nos microfones das bandas e nos megafones, o alerta para tomar cuidado com a divulgação dos encontros e evitar o policiamento é constante. De certa forma, a presença da polícia afasta a multidão. Afastando os frequentadores, diminui a segurança do espaço. As agências públicas de segurança possuem alguma dificuldade de conviver em zonas livres de interferência, pela suposta ilegalidade de uma permanência não reativa. Portanto a presença inconstante da repressão estatal afasta os frequentadores. Como é o público que garante a segurança, e não a repressão estatal, a presença da polícia uniformizada reduz a segurança. Por outro lado, presenciei diversos policiais militares transitando com tranquilidade em alguns espaços, sem nenhuma forma ativa ou passiva de intimidação. Os problemas maiores ocorrem com a presença de policiais em grupos, fazendo ronda ostensiva. O espaço possui uma estética de liberdade, a ronda ostensiva é um símbolo da repressão. Não há como harmonizar as duas coisas, salvo em um contexto histórico de compartilhamento e tolerância, em que a tradição das instituições seja compatível com a presença da fiscalização estatal em espaços de exercício livre de cidadania.

Como expresso em cartazes presentes em vários locais, a ideia de desmilitarização e ausência de vigilância não era direcionada apenas para a segurança estatal, mas defendia uma “desmilitarização das polícias, da vida, do pensamento e da alegria”. Se a reação social à ocupação do espaço público continuava ativa, a agilidade das redes sociais (virtuais ou não) provocava dispersão e troca constante dos locais de reterritorialização. Um dos espaços ocupados e no qual se tornou constante a presença das agências de segurança — tanto no Viaduto dos Açorianos como no largo em frente ao Mercado Público — foi a Orla do Guaíba, sobretudo durante a madrugada, antecedendo o nascer do sol. A relação com o tempo cíclico, dicotômico ao tempo linear, faz parte da visão de mundo de muitos grupos. O nascer e o pôr do sol ressaltam a mundanidade³⁰⁴ e a importância das relações horizontais, cujos objetos de aglutinação e compartilhamento virtual estão na partilha de cultos comuns: o sol, o som, a lua, o parque, a rua — dispositivos epidérmicos, tecnologias do imaginário que interagem com os dispositivos e tecnologias do corpo da microfísica de Michel Foucault³⁰⁵.

Por vezes titulado como Luau Autônomo Sem Consumismo ou Orla da Alegria e posteriormente prescindindo de classificar os eventos, pela repetição dos encontros, a orla do Guaíba tradicionalmente erma no turno da noite começou a receber atividades correlatas àquelas já comuns nos outros locais, como malabares, brincadeiras, troca coletiva de bebidas, piqueniques comunitários... A postura intelectual é absolutamente variável, mas o tom é lúdico, imaginário. E o imaginário é real, faz vínculos, produz centralidades subterrâneas³⁰⁶. Idealizações racionalistas estão presentes, não poderiam se ausentar, mas sua forma de apresentação não é verbal: distribuição de flores, apresentações musicais, troca de livros...

Os eventos não revelam uma ideologia explícita, mas explicitam heterotopias cotidianas inéditas: por vezes assemelham-se ao hedonismo, outras vezes se aproximam da crítica do capital, em alguns momentos a ênfase é na ecologia ou no surrealismo, em outros momentos é a organicidade de uma roda de samba ou o tambor do maracatu que energizam novamente o encontro comunitário. Não há uniformidade, mas as temáticas possuem inúmeros enlaces entre os quais a

³⁰⁴ MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno**: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. São Paulo: Zouk, 2003, p. 131.

³⁰⁵ Sobre o tema ver: SILVA, Juremir Machado. **As tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 22.

³⁰⁶ MAFFESOLI, Michel. **O mistério da conjunção**: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade. Porto Alegre: Sulina, 2005, p.84.

afetividade, o hedonismo e o imaginário tomam a *cena, estetizam a fachada* — “nossa revolução é no corpo”, ainda que os mesmos sujeitos possam ter uma vida cotidiana racionalizada, programada. Não se passou do cinismo político à generosidade ética despolitizada³⁰⁷; os sujeitos são diferentes e comportam leituras díspares que não admitem totalizá-los. Importante a presença ativa de mulheres na organização dos eventos, muitas vezes na exposição irônica, zombeteira e sarcástica do patriarcalismo³⁰⁸: “E quando rolar treta/Não vem homem se meter/As mina se organiza/E consegue resolver/Se envolve, reivindica, expulsa o machão/Cria resistência contra as formas de opressão³⁰⁹”.

Figura 27



Fonte: O próprio autor (2012).

As ocupações não ocorrem apenas em locais idílicos como na beira dos lagos ou praças, alguns eventos como o Vaga Viva procuram obstaculizar o núcleo do “carrocentrismo”, transformando vagas de estacionamento para carros em espaços de permanência na rua: com instrumentos musicais, cartazes, tapetes e demarcações artesanais ocupam as vagas e fazem novo uso delas, reencantando³¹⁰ o urbano. Da mesma forma, movimentos de ciclistas que já transcenderam o pioneiro coletivo Massa Crítica ocupam as faixas de automóveis em coletivos que realizam trajetos por toda a cidade.

³⁰⁷ LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seus destinos nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 281.

³⁰⁸ LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.88.

³⁰⁹ Trecho de músicas do coletivo Putinhas Aborteiras. Os trechos não são fixos e o coletivo altera as músicas em quase todas as apresentações.

³¹⁰ MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995, p.145.

Figura 28



Fonte: O próprio autor (2013).

Os “aparelhos” presentes na Cidade Baixa talvez tornem apta a categoria de “mancha³¹¹” para o bairro, sobretudo as Avenidas João Alfredo e Lima e Silva, o que explica a centralidade que possui em relação a diversos movimentos, servindo como espaço de concentração, saída ou encontro de muitos coletivos. Tendo o lazer noturno como característica, e a predominância de casas noturnas com música ao vivo (sobretudo samba, samba-rock, pagode, rap, reggae e MPB), possui continuidades que possibilitam a semelhança com uma “mancha” de lazer³¹²: possui multiplicidade de espaços físicos análogos que produzem expectativa de encontro ético e estético independente de prévia combinação, pela localização em território relativamente fixo. Optei por aberturas nos espaços inicialmente delimitados para evitar o risco de cair em perspectiva reificadora, restrita e demasiadamente *comunitária* do bairro, como se houvesse laços de reciprocidade significativos vinculados apenas ao compartilhamento territorial³¹³.

Se é verdade que as metrópoles tornam-se agregadas de enclaves com linhas divisórias entre *insiders* e *outsiders*, ferrenhamente disputadas³¹⁴, Porto Alegre ainda mantém espaços de mediação, sempre negociados. Em muitas falas sobre as regras e interações em espaços de exercício livre da cidadania apareciam

³¹¹ MAGNANI, José Guilherme Cantor. Conclusão – Fechando o Circuito. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor et al (orgs.). **Jovens na metrópole**: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2007, p. 251.

³¹² Ibid., p. 251.

³¹³ MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian de Lucca. **Na metrópole**: textos de antropologia urbana. São Paulo: Fapesp, 2008, p.44.

³¹⁴ BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 15.

expressões relacionadas ao capital cultural esperado dos frequentadores (conhecer a história do espaço, a *ancestralidade*), em outras é a ausência de ostentação econômica que se torna distintiva (distinção negativa). Não creio, porém, ser possível a utilização de tais características como forma de diferenciar os espaços. É claro que a ostentação do capital econômico é uma péssima forma de apresentação em espaços livres, visto que o discurso “ambiente” procura se localizar nas franjas e nos interstícios da lógica de consumo, da vida a crédito³¹⁵.

Não é tanto a questão concreta do “capital”, mas a questão ética e estética relacionada. Porto Alegre possui inúmeras casas noturnas onde o poder de compra dos frequentadores é, em si, objeto de atração. O que estou dizendo não é que exista uma regra rígida de faixa econômica nos locais que descrevo (espécie de separatismo econômico invertido), mas que o capital econômico não possui a mesma força presente em outros locais de lazer noturno da capital. Existe uma questão concreta, portanto. E existe, também, uma questão abstrata: a crítica do tempo aponta o consumo irresponsável como uma obviedade social, fazendo com que seus desdobramentos mais fáceis relacionados tanto ao preço como ao estilo das vestimentas esteja em questão, problematizando o ressentimento e o ódio de classe³¹⁶.

Com certeza não tenho como argumentar utilizando a lógica da identidade e nomeando tribos específicas, ainda que possa aproximar muitos locais da estética hippie, punk ou tropicalista e diferenciá-los da estética presente em shopping centers e grandes teatros (em Porto Alegre os grandes teatros tornaram-se uma extensão “cult” do shopping center). A lógica do consumo não é individualizar pela escolha particular da mercadoria, mas dissolver o indivíduo no mar mercadológico, eliminando a diferença heterogênea pela suposta homogeneidade do consumo, *embaçando* as diferenças de classe³¹⁷. Nas entrevistas, a questão estética discutida esteve presente (*foda ver maluco com a polo do cavalinho embarreirando o samba*), sobretudo salientando a importância da criação e do desapego (estampas criativas, roupas artesanais ou vestimentas simples). Penso estar na ética, e não na potência

³¹⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Vida a crédito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 30.

³¹⁶ BAUMAN, Zygmunt. **Mundo consumo**: ética do indivíduo em la aldea global. Barcelona: Paidós, 2010, p. 100.

³¹⁷ BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p.20.

de consumo³¹⁸, a valorização da estética específica destes espaços. É lógico que tais conceitos sempre estão imbricados, mas o objetivo é apenas demonstrar o desencaixe entre grupos que organizam um evento denominado Luau Autônomo Sem Consumismo com a utilização de uma roupa cujo valor se aproxime do salário mínimo de um trabalhador. Esta discussão não está presente apenas em camadas médias, nos tópicos posteriores demonstrarei problematizações semelhantes em expressões de grupos musicais periféricos. Apenas para exemplificar: na Virada Cultural de 2013, em São Paulo, Mano Brown comenta alguns arrastões que ocorriam no centro e pergunta: *Aquela porra daquele Mizuno é 900 pau...quem aqui ganha 900 pau?*³¹⁹

Se no shopping center não é permitido se embriagar fora dos estabelecimentos construídos para isto, não é permitido andar em grupos, pedintes são expulsos e portadores de sofrimento psíquico desacompanhados são convidados a se retirar, nos espaços de exercício livre da cidadania a lógica de respeito com a diferença precisa ser outra para produzir laço social: o acolhimento deve ser universal, não basta tolerar a diferença mantendo a distância espacial. Questões comportamentais como a ajuda ao abuso de psicoativos, compartilhamento de bebidas e a interação com indivíduos cuja forma de expressão não seja usual são formas de interação sempre negociadas, nunca definitivamente encerradas. Reiniciam a cada encontro.

A distensão e o nomadismo contribuem para a impossibilidade de rigidez conceitual. Se é verdade que parte dos frequentadores dos espaços públicos está igualmente presente em casas noturnas onde a questão política do lazer possui menor destaque, a própria presença massiva destes frequentadores torna *naquele momento* a casa noturna um espaço de disputa micropolítica. Mesmo em bares que não possuem música, não são organizados por redes sociais e não possuem dias específicos dividindo esteticamente a semana (como “segunda punk” ou “terça do samba”, por exemplo), pode existir “algo” no espaço que preceda as pessoas que estão ali e contamina o recinto: *não é que o banheiro tenha que ser sujo, é só que nada pode querer ser impecavelmente limpo*. Esta não é uma afirmação negativa sobre a questão higiênica do espaço, mas uma afirmação ética que defende uma estética em que a questão higiênica não pode ser naturalizada no ambiente através

³¹⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010, p. 31

³¹⁹ Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=-RJly1xmN7I>>.

da limpeza realizada pelos trabalhadores do bar: *uma parada é fazer a galera limpar a orla antes de sair, outra coisa é só querer colar em espaço com brilho no chão, até porque né... isso só mostra o número de peão que a casa tem*³²⁰. O público é bastante diferente daquele que pode ser encontrado nas grandes casas noturnas da cidade, bem como em bares de bairros como Auxiliadora, Bela Vista ou Moinhos de Vento: *por ruas mais gentis*³²¹.

Figura 29



Fonte: O próprio autor (2012).

A dinâmica de reterritorialização dos espaços públicos ainda motivou a ocupação de locais cujo desuso anterior parece, agora, inexplicável. Na Rua João Alfredo, o Museu José Joaquim Felizardo possui, atrás do casarão que lhe serve de pórtico, um imenso terreno localizado no meio da Cidade Baixa. Absolutamente inutilizado. Estão sendo organizados piqueniques culturais com músicas ao vivo, troca de livros, exposições abertas e encontros de coletivos que se encerram no horário de início das festas da Cidade Baixa, com boa parte do público apenas se deslocando de um local para outro, conforme os trajetos se desenham ao passar da noite. Vendem-se bebidas e comidas artesanais, mas também há trocas, shows, compartilhamentos, doações... O espaço é mais heterogêneo do que os outros citados, já que está relativamente livre das pautas críticas que caracterizam os locais de maior confronto micropolítico, parecendo mais um espaço de confraternização

³²⁰ Interação ocorrida no momento de recolhimento do lixo na rua após o fechamento do bar Bambu's, no início da manhã.

³²¹ As Pedaladas Peladas, o Massa Crítica e outros coletivos demonstram dissonância crítica generalista com cartazes e cânticos que podem ser exemplificados com os escritos "por ruas mais gentis" espalhados por cartazes e pichações na cidade.

como os grandes parques metropolitanos que reúnem famílias nos finais de semana. O que torna importante sua lembrança é o momento histórico no qual um espaço de convivência desocupado é retomado de forma relativamente livre: não há burocracia, ingresso, vestuário obrigatório, impedimentos para entrada etc., ainda que neste caso exista segurança privada.

Figura 30



Fonte: O próprio autor (2013).

No Bambu's, as relações são outras. Nunca se está totalmente dentro do Bambu's. No centro, nunca se está totalmente fora do largo: é este espaço entre a identidade e a liquidez ou entre a organização e a *con-fusão* que é utilizado para se exercer práticas coletivas que permitem encontros sem esforços violentos de síntese ou projetos de homogeneidade. O controle do espaço torna-se impossível na sua gênese: quando os primeiros eventos da Defesa Pública da Alegria e do Largo Vivo aconteceram, houve muita discussão sobre a legalidade ou não de ocupar a praça, colocar aparelhos de som, realizar espetáculos musicais ou interagir com a estética dos espaços. Dois anos depois, esta já é uma questão superada.

As polícias — sobretudo a guarda municipal — tentaram obstaculizar os eventos, mas como obstaculizar um evento que não possui organizador, dono, proprietário? Como obstaculizar um evento em que os instrumentos musicais, bebidas, alimentos e adornos estavam distribuídos entre todos os participantes? Mais do que isso, a diversificação dos espaços ocupados torna impossível seu controle: será no largo? Na orla? Na praça? Na escadaria? No viaduto? Na avenida? Se Hobbes teve como única paixão o medo³²², aqui a aposta é na segurança da

³²² PENNA, João Camilo. **Escritos da sobrevivência**. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

multidão; a tranquilidade é sempre uma composição efêmera a ser construída no momento do encontro. O medo abstrato dos parques e praças é amenizado pela segurança das redes e objetificado, de forma maniqueísta, na violência policial: *que coincidência/não tem polícia/não tem violência*³²³. Evidentemente, a ausência da presença repressiva estatal não é panaceia para todos os males, a ciência social brasileira já demonstrou a relação do descaso estatal com a formação de milícias, linchamentos etc. O cântico deve ser compreendido apenas no contexto em que foi colocado. A alteração do cenário provoca reflexões fundamentais, o que será discutido no próximo tópico.

³²³ Trecho de cântico captado nas manifestações.

4 ESCUTANDO

4.1 ESCUTANDO O IMAGINÁRIO DO REALISMO PERIFÉRICO: TRANSGRESSÕES FANTÁSTICO/SIMBÓLICAS NO GRUPO RACIONAIS MC'S

Figura 31



Fonte: O próprio autor (2013).

Rato de rua
 Irrequieta criatura
 Tribo em frenética proliferação
 Lúbrico, libidinoso, transeunte
 Boca de estômago
 Atrás do seu quinhão
 Vão aos magotes
 A dar com um pau
 Levando o terror
 Do parking ao living
 Do shopping center ao léu
 Do cano de esgoto
 Pro topo do arranha-céu³²⁴

O cenário da foto acima é bastante nítido para aqueles que estão interessados em expressões culturais produtoras de discursos criminológicos *de rua*, em que a ausência de compromissos institucionais proporciona fala vivaz dos dilemas criminológicos. As roupas são alegóricas: camiseta e *calça extra G*, boné aba reta, tênis All Star e lenço de seda — representando a memória do malandro,

³²⁴ BUARQUE, Chico. Ode aos Ratos. BUARQUE, Chico; LOBO, Edu [Compositores]. In: **Carioca**; São Paulo: Biscoito Fino, p 2006. 1 CD (ca. 40 min). Faixa 3 (3 min 07s).

em quem a seda fazia deslizar a navalha fatal nas disputas dos capoeiras. A presença maciça de homens-meninos lembra a fratria homossexual problematizada por Maria Rita Kehl³²⁵, em constante elaboração e superação.

Os motivos da construção estética, os sentidos da construção do *ethos*, que se revelam possíveis de uma interpretação racional, e a possibilidade de associar cada fragmento visual com uma explicação razoável (o microfone seguro com força de cabeça pra baixo, a postura firme, o olhar agudo etc.) é algo esperado para leitores e pesquisadores do tema: *cenário* comum, *fachada* familiar³²⁶.

A possibilidade de compreender o *cenário* (os aspectos puramente estéticos e estáticos) e a *fachada* (aquilo que se repete na representação que os sujeitos emitem e transmitem) — nos termos de Erving Goffman — é requisito esperado em leitores e pesquisadores da violência, interessados no discurso do outro. Em diálogo com Roland Barthes, é aquilo que nos torna aptos a tentar compreender algo que nos interessa de modo particular, nos seduz a querer saber mais, a continuar olhando o espetáculo. É um *afeto médio* que nos leva a paralisar um pouco o trânsito da visão e fixar, focar, o olhar³²⁷.

Na criação de Barthes, o *studium* — conhecimento prévio somado a certo desejo de ver — é próximo do que Massimo Canevacci³²⁸ chama de “atrator” (quando busca desenvolver “etnografia aplicada aos fetichismos visuais”): o atrator é como um tecido que vai tornando lento o movimento de uma pequena esfera até fazê-la parar, interrompe com suavidade o movimento contínuo da retina e nos faz observar, mais do que olhar: provoca inércia na estimulação visual excessiva de nosso tempo. O tecido não interrompe bruscamente o movimento da retina, ele seduz — no sentido de *paralisar acariciando* a esfera ocular. De alguma forma, o corpo todo se transforma em olho, o corpo todo quer saber. Apenas o corpo inteiro pode *saber* um transe coletivo — qualquer parte do corpo é o corpo inteiro em um transe coletivo. Foi inteiro que tentei participar dos shows de rap que presenciei; a experiência do transe coletivo não é apenas uma confusão de identidades, mas uma confusão de órgãos: *descarga*³²⁹.

³²⁵ KEHL, Maria Rita. **A fratria órfã**: conversas sobre a juventude. São Paulo: Olho d'Água 2008.

³²⁶ GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009, p.29.

³²⁷ BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: 2012, p. 31.

³²⁸ CANEVACCI, Massimo. **Fetichismos visuais**: corpos erópticos e metrôpole comunicacional. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008, p. 39.

³²⁹ CANETTI, Elias. **Masa y poder**. Barcelona: Munchnik, 1981, p. 7.

A associação mais fácil e comum do rap é com o realismo, forma de documentário sonoro da realidade: *voz da periferia, som que vem das ruas* etc. Há um claro preconceito nestas leituras excessivamente lógicas do discurso rap brasileiro, pressupondo incapacidade de criação que não seja mero relato, como se os sujeitos periféricos não fossem capazes de produzir uma obra singular desvinculada da realidade mais próxima do sujeito, como a experiência dos literatos ou dos diretores de cinema, por exemplo.

Existem excelentes textos sobre o discurso realista do rap nacional e do grupo Racionais, especialmente as obras de Daniel Hirata³³⁰, Tiarajú D'Andrea³³¹ e Rogério Silva³³², com diferentes abordagens, mas todas salientando complexidades que transcendem, sem neutralizar, a similaridade com a lógica bélica. Na foto de abertura deste capítulo, há um palhaço sarcasticamente sorrindo, alusão ao título do álbum, *Chora agora, ri depois*, do próprio grupo, inversão do *Smile now, cry later* de Ice Cube e — fugindo um pouco do contexto rap — com os jogos de papéis vinculados à mesma expressão na língua inglesa. Porém, não estamos trabalhando com a lógica linear comum aos trabalhos científicos nos quais uma referência acadêmica vai precedendo outra até chegar ao conceito final ou houver colisão com outras referências acumuladas no sentido contrário. Como refere Barthes, acerca da fotografia, os técnicos aproximam demais, e os teóricos vão excessivamente longe³³³.

Há um gigantesco palhaço (o termo mais aproximado seria *Trump* ou *Bufão*) de olhos vermelhos sorrindo satiricamente no cenário supostamente realista de um palco de rap. Essa cisão, este desencaixe lógico, esta dissonância é o que Barthes denomina *punctum* da fotografia. O *punctum* é um pouco pessoal, o sentimento que provoca é sempre um pouco íntimo, o que por vezes impossibilita inclusive a sua representação: como Barthes, eu não consigo colocar em palavras o sentimento que

³³⁰ HIRATA, Daniel Veloso. *Vida Loka*. In: CABANES, R; et al. **Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011, p.213.

KEHL, Maria Rita. **A fratria órfã: conversas sobre a juventude**. São Paulo: Olho d'Água 2008.

³³¹ D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/>>. Acesso em: 2014-06-24.

³³² SILVA, Rogério de Souza. **A periferia pede passagem: trajetória social e intelectual de Mano Brown**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000879867>> Acesso em: 2014-06-24.

³³³ BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: 2012, p. 31.

algumas fotos de minha mãe — já falecida — provocam. O *punctum* destas fotografias é quase inacessível para mim, o que torna impossível representá-lo para os outros com a linguagem formal de construção textual. Não posso colocar método no inconsciente, mesmo sabendo que só pela linguagem posso acessá-lo.

O que permite dialogar sobre a fotografia que abre o texto é seu caráter público, genérico, não despertando apenas na minha singularidade existencial o sentimento que tento trazer à tona, embora ele não seja — evidentemente — concreto. O que punge, o que fere, o que mortifica, o que para o olhar é o deslocamento da racionalidade que a presença de um palhaço provoca em um cenário realista que serve de palco à uma *fachada* com poucas — muito poucas — alusões simbólicas. Lucia Nagib faz bonita leitura do filme *O invasor*³³⁴, demonstrando que a pretensa aproximação do filme com a realidade (o seu realismo, tornando-o quase documental) esconde uma lógica de produção criativa *fantástica*³³⁵. A estética sugere uma forma documental (câmera na mão, acompanhando o movimento dos personagens), mas a narrativa aproxima-se de uma fábula, elaborando metáforas simbólicas e salientando traços que excedem a expectativa de quem observa uma descrição realista.

Os primeiros álbuns do grupo Racionais eram exatamente aquilo que diziam: o cotidiano da periferia, a violência policial, a ausência de condições mínimas de subsistência orgânica e cultural etc. Tinham a beleza e a importância de um testemunho. Respeitando o realismo que sua lógica estrutural conformava, nenhuma música permitia a exaltação, a alegria, a vitória: o mundo do crime é o caminho para a morte, e o fortalecimento dos “manos” é a única forma de manter-se vivo na selva de pedra. Não faria sentido *glamourizar* o bom malandro se a realidade é sempre sua morte prematura.

Neste caso, o que faz um palhaço sorrindo no fundo do cenário? O palhaço representaria a sedução mortífera do mundo do crime a que estão sempre sendo tentados? Parece leitura excessivamente óbvia, compreensão fácil, preguiçosa. De qualquer forma, o bufão desconcerta a fotografia. Não agride, mas transgride. A transgressão exerceu, neste trabalho, o papel que o *punctum* exerce para Roland Barthes em *A câmara clara*. Lembro que transgressão designa infração, violação —

³³⁴ O invasor. Direção: Beto Brant. Brasil: Europa Filmes, 2001. 1 DVD (97 min).

³³⁵ NAGIB, Lúcia. **A utopia no cinema brasileiro**. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 166.

mas também o *movimento das águas do mar ao invadir um trecho de continente*³³⁶. O mar foi a utopia simbólica do cordel ao cinema novo³³⁷, de Guimarães Rosa a Glauber Rocha, de Antônio Conselheiro a Sergio Bianchi. O mar foi o Outro da construção civilizatória perversa: *o sertão vai virar mar... e o mar vai virar sertão*³³⁸.

É uma imagem simbólica tão forte que contaminou do cinema de Truffaut à tradição musical de Clara Nunes. Provocando um diálogo transdisciplinar, a palavra *punctum* aproxima-se do significado criminológico da palavra *trans-gressão*. Não estou sugerindo uma proximidade mimética, mas uma inspiração. A temática do desvio, da contracultura, da subcultura e da violência provoca interação intensa entre as letras do movimento rap e a criminologia, assim como o cenário de Goffman e o *studium* de Barthes assemelham-se com a construção estética que serve de fundo ao contexto narrado pelo grupo Racionais: o palco, os adornos estéticos, a batida de fundo e toda elaboração figurativa são resultado de uma mensagem que tenta tornar compreensíveis os temas problematizados nas letras das músicas. Ocorre que tornar compreensível não significa, sempre, racionalizar.

Goffman utiliza termos baseados no jogo de cena do teatro para explicar o palco interacional. Utilizarei a menção ao *cenário* e à *fachada*³³⁹, de sua autoria. Toda vez que utilizei a primeira palavra parti do pressuposto de que a compreensão do cenário pelo leitor obedecerá sempre uma lógica mais formal, normalmente literal. Conhecimento prévio equivalente ao *studium* de Barthes, sobretudo porque *fotografia é muito mais teatro do que cinema*³⁴⁰. Olhamos o cenário, observamos a fachada: nosso olhar se direciona para o objeto, é uma seta *na direção do objeto*.

O *punctum*, ao contrário, sai da tela na direção do espectador e o atinge: é uma flecha que *vem do objeto*. As aproximações possíveis do *punctum* com a singularidade do sujeito derivam da necessidade de assumir uma fragilidade, deixar-se atingir. Eu poderia fazer um esforço para não olhar de forma frágil para as fotos de minha mãe, mas desejo ser atingido. Algumas obras, por suas características artísticas, provocam sentimento parecido, mas estimulam a assunção de fragilidades mais genéricas, menos individualizadas — o que possibilita seu uso no trabalho.

³³⁶ HOUAISS, A. VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. M. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

³³⁷ NAGIB, Lúcia. **A utopia no cinema brasileiro**. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 25.

³³⁸ DEUS e o diabo na terra do sol [filme]. Direção: Glauber Rocha. Produção: Luis Augusto Mendes. Intérpretes: Geraldo Del Rey, Yoná Magalhães, Mauricio do Valle, Othon Bastos e outros. Roteiro: Glauber Rocha, Walter Lima Jr. Rio de Janeiro: Copacabana Filmes, 1964. (115 min), preto e branco.

³³⁹ GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009, p.29.

³⁴⁰ BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: 2012, p. 106.

No caso da fotografia que está sendo discutida, preciso aceitar minha incapacidade de interpretação totalizante do fenômeno para poder falar sobre ele, procurando manter uma racionalidade formal de argumentação. Mas esta racionalidade está tensionada com a sua expressão estética. Eu não sei o que o palhaço pode significar, ele desconcerta a interpretação que tenho de um fenômeno artístico que observo há quase duas décadas. O *punctum* é esta confusão de não-saber, é a transgressão do cenário: o *punctum* mortifica o *studium*, confunde a visão da cena, bagunça a fachada — exerce função artística transgressora, *desviando* o foco da carga excessivamente similar à realidade que costuma estar associada ao estilo de música no Brasil.

Não consigo construir um método rígido, por isto tudo foi continuamente adaptado, remodelado, rediscutido. Certamente causou algumas confusões no desenvolvimento do texto, mas foi a forma encontrada para não subdividir de forma excessivamente disciplinar a temática da tese. A utilização do termo transgressão, analogicamente ao termo *punctum* (aquilo que sai da fotografia e atinge o olho, na perspectiva de Barthes), decorre de dois aspectos: o primeiro é a dificuldade em adaptar o termo *punctum* — criado para analisar fotografias — para artes distintas como a música. O segundo é que o prefixo *trans* fornece a possibilidade de problematizar uma espécie de agressão que — como o *punctum* — punge *na direção da obra para o observador* e, ainda (esta é a ideia principal), confunde a alusão essencialista que o termo desvio gruda no indivíduo, separando-o das interações necessárias para sua utilização razoável.

O que transgride no filme *O invasor*³⁴¹, de Beto Brant? Os personagens sombrios? As cenas? O cineasta como produtor da obra? Impossível saber (e talvez desnecessário), mas é absolutamente possível afirmar que há transgressão. Os critérios éticos não estão em consonância com o Direito, a câmera está sempre em movimento, o ódio de classe é continuamente retomado e os estereótipos são permanentemente desconstruídos de acordo com as relações expressas na película. Está em retirar o desvio da carne do sujeito — e colocá-lo na interação — o objetivo de demonstrar a proximidade da categoria visual *punctum* e a palavra transgressão, mantendo funções muito similares. É sempre o leitor que interpreta se a

³⁴¹ Comentário baseado na análise de Lúcia Nagib sobre a película: NAGIB, Lúcia. **A utopia no cinema brasileiro**. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 166.

transgressão está no ato do sujeito que emerge da obra, na obra em si ou no seu criador, como acontece com toda rotulação.

Barthes, comentando uma foto antiga de um sujeito no cadafalso, expressa que *isso está morto e isso vai morrer*³⁴². Esta paralisação do tempo típica da fotografia auxilia muito na reflexão. Na foto que abre esta discussão, os sujeitos no palco estão no momento imediatamente anterior a um assobio que antecede a palavra “subiu” na frase *esse não é mais seu, ó, subiu /entrei pelo seu rádio, tomei/ cê nem viu*³⁴³. A foto é, na verdade, uma impressão de tela retirada de um vídeo. Não é uma fotografia como aquelas comentadas por Roland Barthes. Por outro lado, o recorte de quadros com a posterior colagem no texto mantém a singularidade da fotografia: esta apresentação ocorreu na Virada Cultural de 2013, em São Paulo, mas, na foto que mortifica o tempo (mas não a temporalidade), eles estão a exatos dois segundos de representar a captura mefistofélica pela hipnose que invadiu o rádio: tudo isto em narrativa que se apresenta *documental; realista*. O suposto afastamento que o ódio de classe expresso nas letras poderia causar nas camadas médias e altas é também o que propicia o desejo do contato. Como os personagens *fantásticos*³⁴⁴ que geram medo e admiração, concomitantemente.

Estas desarticulações do formato narrativo linear são provocadas por elementos alegóricos que evitam o moralismo quando apostam numa estética que não *resolve* o conflito. Uma estética simbólica não é suficiente, mas é adequada à tensão do contato com a diferença, pois permite interpretações que horizontalizam o discurso, permitindo a elaboração individual da mensagem e evitando o enquadramento em narrativa realista totalizadora. A construção ética não comporta muitas concessões — como tentarei expor adiante —, mas permite elaboração individual do *acordo*. Neste ponto está a aproximação com a temática da tese: a necessidade de uma negociação coletiva constante como forma micropolítica de fazer frente ao modelo segregacionista. O objetivo não é a substituição, não é um modelo apto para tanto. Também não pode ser um complemento, já que os objetivos são dicotômicos. Não serve como modelo para a política tradicional, já que a

³⁴² BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: 2012, p. 89.

³⁴³ RACIONAIS MC's. Negro Drama. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 5 (5min 19s).

³⁴⁴ Não estou utilizando o termo de forma conceitual, mas desenvolvi a partir da leitura de Nagib, já citada e de TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

estrutura horizontalizada não é compatível. É simplesmente outra coisa, mas *outra coisa* importante para a discussão criminológica.

Como no *Jogo de cena*, de Eduardo Coutinho³⁴⁵, é preciso que nada fique muito claro para que permaneça vivo: Mefisto, aquele cuja metamorfose animal (aranha, cobra, cão, rato, felino) permite a camuflagem que protege e viabiliza o ataque, a transgressão; aquele que na selva de pedra sobrevive na exceção simbólica: “eu vim da selva, sou leão/ sou demais pro seu quintal³⁴⁶”. Um Mefisto lúbrico e libidinoso em constante transformação, como os *Ratos de rua*, de Chico Buarque, por vezes parecendo excessivamente autêntico, quase fantástico como o palhaço que impõe a mais radical dúvida no meio do império do real.

A influência das ideias de Howard Becker e Erving Goffman (e da escola de Chicago como um todo na inspiração metodológica) possibilitou que Gilberto Velho construísse problematizações pertinentes sobre fenômenos semelhantes aos que estão sendo discutidos aqui: Velho mostra como a existência de mediadores culturais (professores, músicos, amigos — *influências*) oferecem a chance de uma inversão para os sujeitos-espectadores contaminados, *espaços de fuga* dos projetos de vida mais prováveis para cada sujeito, disseminando o *desvio* para o corpo social, transgredindo no sentido forte do termo: um desvio que — sendo antropofagicamente internalizado por cada sujeito — possui potência para modificar a cultura.

Metamorfose sempre gradual, lenta e dependente de contextos específicos, especiais *campos de possibilidades*³⁴⁷. Maria Rita Kehl enfatiza a influência do rap na juventude das camadas altas, mostrando como possibilita certa liberação do fetichismo contemporâneo, oferecendo pequena possibilidade de evasão — escape — do modelo urbano asséptico, das cidades de muros. Pertinente às críticas sobre a circularidade da sociedade do espetáculo, na qual a estética (não seria uma *cosmética*³⁴⁸, neste caso?) transgressora pode ser comprada no mesmo shopping

³⁴⁵ O cineasta provoca a confusão do espectador trabalhando com a categoria documental de forma mista entre realidade e ficção. No filme, atrizes narram suas histórias e interpretam histórias de outras atrizes. A montagem posterior do documentário impossibilita qualquer certeza sobre as representações, mas mantendo a intensidade do sentimento de realidade, característica da estética documental.

³⁴⁶ RACIONAIS MC's. Negro Drama. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 5 (5min 19s).

³⁴⁷ VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 132.

³⁴⁸ Faço referência à discussão sobre a passagem da estética da fome no cinema brasileiro para a cosmética da fome, em processo que, ao invés de politizar a arte, apenas estetizou a política.

center que expelle o não-consumidor, porém penso que é uma afirmação excessivamente genérica, impossibilitando a discussão sobre as possibilidades emancipatórias do fenômeno.

Michel Misse demonstrou como proliferam críticas a afirmações teóricas que nunca ninguém fez: *pobreza causa criminalidade, criminoso é Robin Hood etc*³⁴⁹. A curiosa reiteração de discursos críticos questionando falsas relações *deterministas* que não são proferidas talvez esconda, justamente, a pertinência de tais articulações: O criminoso não é Robin Hood, mas a similaridade de tais figuras *dá o que pensar*, assim como a óbvia ausência de determinação direta entre pobreza e crime não deve levar à negação de relações possíveis entre os processos de criminalização e as classes sociais.

Não estou pressupondo uma radical criação ética e estética que transcenda a temporalidade e neutralize os fetiches por todo o corpo social, não seria possível uma inversão cultural tão profunda a partir de uma profusão discursiva ainda tímida. Ocorre que algo está acontecendo na cultura urbana com força suficiente para aglutinar uma série de expressões culturais que, em virtude da criatividade de suas formações estéticas, conseguem efeitos transgressores bastante incisivos e permitem inversões identitárias através de mediadores culturais que emergem da rua com expressões horizontais de apelo ético: o rap, a pichação, o exercício livre da cidadania, as zonas livres de interferência etc.

A leitura do rap como narrativa puramente realista impede a observação de alegorias simbólicas que auxiliam na compreensão de formas de mediação social baseadas no expressionismo. A necessidade de recepção da comunicação ameniza a verticalização discursiva, posto que se abre espaço para a elaboração individual da mensagem. Como os espaços discutidos nos capítulos anteriores, não é passível de uma interpretação racionalizante. O esforço que faço aqui advém da necessidade de utilização da linguagem formal para problematizar academicamente o fenômeno, mas sem esquecer o tanto que se perde nesta tarefa. A correção do material escrito, durante todo o trabalho, foi sempre a angústia de me deparar com o que há de intraduzível nestas expressões.

³⁴⁹ MISSE, Michel. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas. **Série Estudos**, n. 91. Rio de Janeiro, 1995.

Como integrar a leitura de Maria Rita Kehl sobre a eficácia do discurso do grupo em evitar que os jovens se choquem de maneira suicida contra o genocídio estatal, através de músicas nas quais a narração é o planejamento de um assalto a banco mal sucedido e nas quais a morte é trágica e não dramática (o que inclui seu aspecto sedutor e prazeroso)? Lembro-me do palhaço, da sinuosidade, das afirmações dúbias, do jogo existencial. O discurso não é pacífico, não propõe a manutenção de uma conformidade ingênua com a ética do trabalho e da superação. O discurso é sincero e realista neste ponto, o fantástico é a própria realidade. A extrema probabilidade da morte no jogo trágico em que os sujeitos periféricos estão envolvidos não é nunca velada: está sempre sendo exposta, demarcada.

Deste jogo somos todos participantes (manos e playboys, homens e mulheres, adultos e crianças); não é possível delimitar se os *campos de possibilidades* são mais ou menos abertos do que no período problematizado por Gilberto Velho³⁵⁰, mas a proposta simbólica facilita o diálogo com trajetórias plurais, fazendo com que a inversão torne-se um acontecimento comum: ainda que passageiro, ainda que similar ao fetiche, ainda que se conforme na semana seguinte. Como nos espaços problematizados nos capítulos anteriores, a negociação é permanente, a mediação é intensa, a conformidade sempre retorna. Não estou sustentando a existência de um cenário idílico para encontros culturais que desarticulem o empresariado moral, mas a assunção de mediadores periféricos nada ingênuos, como não o são os mediadores de camadas médias. Lembro-me do palhaço, inversão clássica na qual a inconsistência racional da mensagem é o que mantém a força do espetáculo. De alguma forma, os grupos de rap saíram do relato para a narração etnográfica dentro da ótica da criação: mais próximos dos últimos documentários de *provocação da verdade* (colocando em crise a representação) de Eduardo Coutinho do que do *cinema verdade* (desejo de a-presentação integral do objeto) da narrativa documental clássica.

No último show em Porto Alegre os membros do grupo entraram em cena com máscaras da morte, caveiras montadas em motos potentes (*uma novecentas/ azul novinha*³⁵¹). Há uma década, com o sol já nascendo, champanhes foram estouradas no palco, abrindo o espetáculo. No palco deviam estar presentes mais

³⁵⁰ VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 132.

³⁵¹ RACIONAIS MC's. Estilo Cachorro. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 6 (6min 29s).

de trinta *manos*. Todos os shows possuem esta *fachada*: a fratria em comunhão, a fratria em rito. A aceitação do trágico³⁵² *suporta* a festa. O bufão não oferece respostas, o bufão sabe que não existe o mundo imaginário e o mundo real. O que não leva para a indiferença ética porque a dúvida não é colocada na importância da palavra do outro, mas volta-se para a própria construção subjetiva — permitindo os escapes, as inversões de trajetória. É muito mais uma responsabilidade ética pela decisão de vida do que uma indefinição moral: “cada lugar um lugar/ cada lugar uma lei/ cada lei uma razão/ eu sempre respeitei³⁵³”.

4.2 ESCUTANDO SUJEITOS PERIFÉRICOS: A VIDA EM CRISE COMO LAÇO COMUNITÁRIO NAS COMPOSIÇÕES DO GRUPO RACIONAIS MC'S

*Compro uma pistola do vapor/ Visto o jaco
Califórnia azul/ Faço uma mandinga pro
terror/ E vou...³⁵⁴*

Irei descrever de forma linear algumas das intenções do projeto³⁵⁵ do grupo Racionais MCs nos álbuns de estreia, com o propósito de deixar as temáticas problematizadas *i-mediatas*³⁵⁶. Por isto, o tópico está repleto de citações das letras das músicas. Ainda que a escrita fique pouco fluida, creio que evito uma exposição excessivamente interpretativa. A questão da mediação nunca é resolvida definitivamente, a própria escolha do grupo já é reflexo da construção de uma ponte acadêmica entre o discurso profano e o discurso cientificamente legitimado. A produção e difusão independentes dos grupos de rap diminuem a cooptação da indústria cultural e eliminam, relativamente, a necessidade de atender ao empresariado moral. Ocorre que a análise acadêmica retoma a questão da mediação, já que a exposição do projeto ético desenvolvido pelos sujeitos periféricos aparece aqui *re-presentado* dentro de uma construção acadêmica prévia. O

³⁵² Sobre o tema ver: LEFRANC, Jean. Compreender Nietzsche. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 77; MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno**: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. São Paulo: Zouk, 2003; NIETZSCHE, F. W. **Ecce Homo**: de como a gente se torna o que a gente é. Trad. Marcelo Backes. Porto Alegre: L&PM, 2003; NIETZSCHE, F. W. **Genealogia da Moral**: uma polêmica. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

³⁵³ RACIONAIS MCs. Fórmula Mágica da Paz. KL Jay e Mano Brown [Compositores]. In: **Sobrevivendo no inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 11 (10min 46s).

³⁵⁴ Música de Criolo intitulada Duas de Cinco. Não gravada em álbum. Disponível em: < <http://criolo.net/>>.

³⁵⁵ VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 13-40.

³⁵⁶ PENNA, João Camilo. **Escritos da sobrevivência**. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

problema permanece, portanto. O intuito é apenas amenizar a influência da exposição academicista, psicologizante ou demasiadamente sociológica³⁵⁷.

A primeira música do grupo Racionais gravada em estúdio denomina-se “Pânico na Zona Sul³⁵⁸” e evoca a criminalização e o extermínio causados pelos milicianos (na verdade, justiceiros, já que “milícia” envolve uma organização um pouco mais complexa) e pela polícia na Zona Sul de São Paulo, sobretudo no Capão Redondo. A expressão “cheia de razões” refere-se tanto à substituição da legitimidade legal pela violência armada quanto aos argumentos realmente expressos pelos agentes de criminalização secundária e reiteradamente legitimados pela mídia e pelos operadores jurídicos. A afirmação “ninguém quer ouvir a nossa voz” precede as expressões “cheios de razões” e “calibres em punho”: “E nós estamos sós/ Ninguém quer ouvir a nossa voz/ Cheios de razões/ Calibres em punho/ Dificilmente um testemunho vai aparecer/ E pode crer a verdade se omite/ Pois quem garante o meu dia seguinte?³⁵⁹”. Em um espaço de exceção, “a polícia não demonstra sequer vontade de resolver ou apurar a verdade³⁶⁰”: vidas matáveis³⁶¹.

O tratamento de inimigo dispensa qualquer mediação legal (“eu não sei se eles estão ou não autorizados/ a decidir o que é certo ou errado/ inocente ou culpado/ retrato falado/ não existe mais justiça ou estou enganado?³⁶²”), sendo impossível sequer lembrar-se de todos os que foram exterminados no genocídio em ato nas periferias brasileiras e latino-americanas (“se eu fosse lembrar de todos que se foram/ o meu tempo não daria pra falar³⁶³”). Por isso o papel do grupo no projeto ético é contar a “realidade das ruas”, iniciando um processo não colaboracionista, realista, psicanalítico, radical e extremista: terão que ser “perseguidos e esclarecidos/ tudo e todos/ até o último indivíduo³⁶⁴”. O processo é de esclarecimento: “Talvez a base disso tudo esteja em vocês mesmos/ e a

³⁵⁷ VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p.22.

³⁵⁸ RACIONAIS MC's. Pânico na Zona Sul. Mano Brown [Compositor]. In: **Holocausto urbano**; São Paulo: Zimbabwe, p 1990. 1 CD (ca. 30 min). Faixa 1 (4 min 26s).

³⁵⁹ Ibid.

³⁶⁰ Ibid.

³⁶¹ AGAMBEM, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 90.

³⁶² RACIONAIS MC's. Pânico na Zona Sul. Mano Brown [Compositor]. In: **Holocausto urbano**; São Paulo: Zimbabwe, p 1990. 1 CD (ca. 30 min). Faixa 1 (4 min 26s).

³⁶³ Ibid.

³⁶⁴ Ibid.

consequência é o descrédito de nós negros/ por culpa de vocês que não se valorizam³⁶⁵”.

Os negros colaboracionistas aparecem, na leitura do grupo, implicados com a mídia, a polícia, a burguesia e o “poder”, no holocausto urbano das periferias brasileiras: “a burguesia/ conhecida como classe nobre/ tem nojo e odeia a todos nós/ negros pobres³⁶⁶”. Daí a importância de radicalizar a separação, apontando o discurso para os “aliados” (“ei, Mano, dê-nos ouvidos”), e não para os governantes, a burguesia ou os intelectuais.

O projeto é separatista, investe toda potência discursiva na heterogeneidade forçada e violenta que caracteriza o processo de exclusão do negro³⁶⁷ na sociedade brasileira e que não admite tergiversações e adiamentos típicos da lógica discursiva da integração homogênea (“não fique parado/ será que você é capaz de lutar/ é difícil, mas não custa tentar³⁶⁸”). O *sentido disto tudo está em você mesmo* e no respeito aos irmãos de sofrimento, aqueles que sobrevivem nas periferias brasileiras e radicalizam o projeto de manutenção da heterogeneidade que não admite a denegação ou *diluição* da diferença: “Hey boy/ o que você está fazendo aqui/ meu bairro não é seu lugar/ e você vai se ferir³⁶⁹”. O grupo, formado no final da década de 1980 e início da década de 1990, exalta no álbum *Hey boy* a precocidade do discurso no qual a questão geracional ainda estava posta (posteriormente, emitiram diversas declarações renegando tanto a música “Hey boy” como “Mulheres vulgares”):

E muitas vezes não tem jeito/ a solução é roubar/ e os seus pais acham que a cadeia é nosso lugar/ seus pais dão as costas/ para o mundo que os cercam/ ficam com o maior e melhor /e para nós nada resta³⁷⁰.

O patriotismo deve ser substituído por outra lógica de pertencimento, consciente da história violenta do lugar e da indiferença com o sofrimento negro

³⁶⁵ RACIONAIS MC's. Beco sem saída. Edy Rock/ KLJ [Compositores]. In: **Holocausto urbano**; São Paulo: Zimbabwe, p 1990. 1 CD (ca. 30 min). Faixa 2 (4 min 48s).

³⁶⁶ Ibid.

³⁶⁷ Efetivamente do homem negro, considerando-se o pacto homossexual que caracteriza essa fase da obra musical do grupo.

³⁶⁸ RACIONAIS MC's. Beco sem saída. Edy Rock/ KLJ [Compositores]. In: **Holocausto urbano**; São Paulo: Zimbabwe, p 1990. 1 CD (ca. 30 min). Faixa 2 (4 min 48s).

³⁶⁹ RACIONAIS MC's. Hey boy. Mano Brown [Compositor]. In: **Holocausto urbano**; Zimbabwe, p 1990. 1 CD (ca. 30 min). Faixa 3 (5 min 11s).

³⁷⁰ Ibid.

(“com nossa vida ninguém se importa/ e ainda querem que sejamos patriotas³⁷¹”). Tal consciência não implica na rejeição ao lugar (“por que esse é o meu lugar/ e eu o quero mesmo assim³⁷²”), mas na demarcação de uma divisão ética, espacial e estética precisa: *da ponte pra cá e da ponte pra lá*. Tal demarcação decorre da situação diversa na qual estão implicados, na qual “continuar vivo é uma batalha³⁷³” e é preciso estar “sempre quente³⁷⁴”. Ainda assim, não cabe vitimização; o projeto é ativo e não admite ressentimento³⁷⁵, pois exige luta, batalha e revolta ativa cujo cerne é “não tenha dó de mim³⁷⁶”.

*Racistas otários*³⁷⁷ sucede, no álbum *Holocausto urbano*, a música “Mulheres vulgares³⁷⁸”. A similaridade entre o “racista” e a mulher “vulgar” estaria na superficialidade de suas valorações, todas neutralizadoras de suas consequências fratricidas (“capa de revista/ pôster/ viagem pra Europa³⁷⁹”), denegando as relações com a história sofrida de que fazem parte, fraternamente. O traficante inescrupuloso e o policial fecham o grupo indesejado daqueles que colaboram diretamente com o holocausto urbano (“justiça/ em nome disso eles são pagos³⁸⁰”). Como toda definição estrita, o custo de uma fronteira ética rígida é o flerte com o extremismo.

O projeto de relacionar o cotidiano periférico com o sistema prisional — denunciando a lógica segregacionista como um arranjo político imbricado com o sistema jurídico — aparece desde o primeiro álbum (“então eu digo meu rapaz/ esteja constante ou abrirão o seu bolso/ e jogarão um flagrante/ num presídio qualquer/ será um irmão a mais/ racistas otários nos deixem em paz³⁸¹”), conjuntamente com a expressão da consciência sobre o genocídio da raça negra (“e nossos ancestrais/ por igualdade lutaram/ se rebelaram e morreram/ e hoje o que

³⁷¹ RACIONAIS MC's. Hey boy. Mano Brown [Compositor]. In: **Holocausto urbano**; Zimbabwe, p 1990. 1 CD (ca. 30 min). Faixa 3 (5 min 11s).

³⁷² Ibid.

³⁷³ Ibid.

³⁷⁴ Ibid.

³⁷⁵ Ainda que inexista conceito consensual sobre o termo, estou utilizando a leitura de Maria Rita Kehl em: KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 4 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

³⁷⁶ RACIONAIS MC's. Hey boy. Mano Brown [Compositor]. In: **Holocausto urbano**; Zimbabwe, p 1990. 1 CD (ca. 30 min). Faixa 3 (5 min 11s).

³⁷⁷ RACIONAIS MC's. Racistas otários. Mano Brown e Ice Blue [Compositores]. In: **Holocausto urbano**; Zimbabwe, p 1990. 1 CD (ca. 30 min). Faixa 5 (5 min 46s).

³⁷⁸ RACIONAIS MC's. Mulheres vulgares. Edy Rock e KLJ [Compositores]. In: **Holocausto urbano**; Zimbabwe, p 1990. 1 CD (ca. 30 min). Faixa 4 (4 min 50s).

³⁷⁹ Ibid.

³⁸⁰ RACIONAIS MC's. Racistas otários. Mano Brown e Ice Blue [Compositores]. In: **Holocausto urbano**; Zimbabwe, p 1990. 1 CD (ca. 30 min). Faixa 5 (5 min 46s).

³⁸¹ Ibid.

fazemos?³⁸²) e a percepção dos estereótipos político/etiológicos da contemporaneidade (“enquanto você sossegado foge da questão/ eles circulam na rua com uma descrição que é parecida com a sua/ cabelo, cor e feição/ será que eles veem em nós um marginal padrão?³⁸³”). “Racistas otários” termina com a negação sarcástica do hibridismo cordial projetado desde Gilberto Freyre (no caso específico do autor, necessário invocar o tempo no qual escreveu e a mudança política presente em *Sobrados e mucambos*): “O Brasil é um país de clima tropical, onde as raças se misturam naturalmente e não há preconceito racial”.

Neste contexto, uma das saídas é a “vida bandida”, que carrega consigo a garantia de que não serão “engraçados dessa vez” e irão manter “afro dinamicamente” a voz ativa e a honra viva de figuras como Nelson Mandela e Malcolm X: “negros até os ossos, um dos nossos; de sangue e coração³⁸⁴”. No primeiro álbum, a ideia de um líder ainda estava candente, um líder de “crédito popular”, consciente da história de exploração da raça negra (“400 anos depois... tudo igual/ bem vindos ao Brasil colonial e tal³⁸⁵”) e disposto a ter disposição para a revolução simbólica que estavam iniciando (“planejam nossa restrição/esse é o título/ da nossa revolução³⁸⁶”). Revolução pela “cultura, educação, livros e escolas”, mas sabedores da limitação do modelo progressista: “contra os racistas otários é química perfeita/ inteligência e um cruzado de direita/ será temido e também respeitado/ um preto digno/ e não um negro limitado³⁸⁷”.

O projeto “malicioso”, mas “realista”, possui alicerces em todos os aspectos do cotidiano, no viver *um dia após o outro dia* das periferias brasileiras, das negociações tensas do comércio de drogas aos fins de semana de lazer:

Eles também gostariam de ter bicicletas/de ver seu pai fazendo cooper /tipo atleta/ gostam de ir ao parque e se divertir/ e que alguém os ensinasse a dirigir/ mas eles só querem paz e mesmo assim é um sonho/ fim de semana no parque Santo Antônio³⁸⁸.

³⁸² RACIONAIS MC's. Racistas otários. Mano Brown e Ice Blue [Compositores]. In: **Holocausto urbano**; Zimbabwe, p 1990. 1 CD (ca. 30 min). Faixa 5 (5 min 46s).

³⁸³ Ibid.

³⁸⁴ RACIONAIS MC's. Voz ativa. Mano Brown [Compositor]. In: **Escolha seu caminho**; Zimbabwe, p 1992. 1 CD (ca. 23 min). Faixa 1 (5 min 09s).

³⁸⁵ Ibid.

³⁸⁶ RACIONAIS MC's. Negro limitado. Edy Rock e Mano Brown [Compositores]. In: **Escolha seu caminho**; Zimbabwe, p 1992. 1 CD (ca. 23 min). Faixa 4 (6 min 25s).

³⁸⁷ Ibid.

³⁸⁸ RACIONAIS MC's. Fim de semana no parque. Mano Brown [Compositores]. In: **Raio X do Brasil**; Zimbabwe, p 1993. 1 CD (ca. 38 min). Faixa 2 (7 min 48s).

Os relatos são ambíguos como a vida; não permitem fechamento (exceto aquele fechamento limiar que envolve a sobrevivência de um povo em extermínio constante). Por vezes expressam que “na periferia a alegria é igual”, outras vezes demarcam o corte, a separação: “Tem um corpo no escadão/ a tiazinha desce o morro/ polícia, a morte/ polícia, socorro³⁸⁹”. A música (“Fim de semana no parque”) inicia exaltando uma tentativa humilde de lazer, um final de semana no parque. Termina com “famílias destruídas” e um “final de semana trágico”: “mas o sistema quer isso/ e a molecada tem que aprender/ fim de semana no Parque Ipê³⁹⁰”.

O discurso é confuso, inseguro em 1992. Por vezes a mulher é mencionada como se nenhuma importância tivesse, mas é significativa a ponto de merecer duas músicas e duas faixas em que o contexto de ausência de lazer, dominação econômica, violência de Estado, precariedade social, subcidadania e história de sofrimento tensiona a afetividade até misturar-se e incorporar-se de forma ressentida ao machismo patriarcal: “No rebanho de fêmea ela é a fêmea pior/ também a pedra branca no jogo de dominó/ ás do baralho/ papagaio sem língua/ árvore sem galho/ repentista sem rima³⁹¹”. Ao mesmo tempo, a representação de alpinismo social e ausência de ética colocada sobre o feminino provoca tensão mortífera no pacto homossexual, o que talvez tenha relação com a rigidez ingênua e totalitária com que demarcam o gênero: “mestiça, negra ou branca sempre sai uma vagabunda/ mesmo sendo de mil anos, confie apenas 50%³⁹²”. Não tendo importância ética e não sendo capaz de cumplicidade, o que sobraria para a “mulher vulgar” seria a satisfação sexual do homem, típica do patriarcalismo colonial, mas o comportamento da fratria também não deve ser aquele do “Don Juan das vagabundas³⁹³”; o “bom malandro” deve exercer seu autocontrole e evitar a sedução mortífera do jogo do feminino. A importância essencial e inafastável da relação entre os gêneros é denegada: a negação já é a expressão da sua potência. “Parte II” é a letra em que o grupo parece mais imaturo. Não enfrenta as inúmeras questões colocadas em quase todas as músicas, sobretudo a representação da mãe como figura simbólica fundamental

³⁸⁹ RACIONAIS MC's. Fim de semana no parque. Mano Brown [Compositores]. In: **Raio X do Brasil**; Zimbabwe, p 1993. 1 CD (ca. 38 min). Faixa 2 (7 min 48s).

³⁹⁰ Ibid.

³⁹¹ RACIONAIS MC's. Parte II. Edy Rock [Compositor]. In: **Raio X do Brasil**; Zimbabwe, p 1993. 1 CD (ca. 38 min). Faixa 3 (5min 32s).

³⁹² Ibid.

³⁹³ Ibid.

para a constituição de qualquer sujeito, principalmente de irmãos tão carentes da figura materna num universo de morte ou desaparecimento precoce dos pais.

Como o adolescente que teme pensar no relacionamento sexual dos pais, o grupo diferencia a mãe das *outras mulheres*. A mãe é alento e cumplicidade. A mulher é risco e imprevisibilidade. A mãe não abandona. A mulher rejeita: “ela te troca, te troca por outro/ fique de olho na sua mulher, fique atento³⁹⁴”. Ainda assim, em um discurso demarcado pela cisão entre homem e mulher, ela paradoxalmente vale a vida do irmão, já que “mulher de mano é a mesma coisa que homem”, se aproximando, de alguma forma, da figura da mãe. Se envolver com ela “é mancada de canalha/ cuzão que sempre deu falha/ merece tomar salva de bala na cara³⁹⁵”. A mulher é simbolizada como enigmática, ameaçadora, causadora de desamparo e conflito na fratria. Ao mesmo tempo, é parte da expectativa de vida de todo bom ladrão: “Têm poucos bens mais que nada/ um fusca 73 e uma mina apaixonada; ele é feliz e tem o que sempre quis/ uma vida humilde/ porém sossegada³⁹⁶”.

O dinheiro exerce o mesmo fascínio mortífero da figura feminina (“tudo bem, até aí nada posso dizer/um cara de destaque também quero ser³⁹⁷”), sendo necessário estabelecer um limite ético que interdite possíveis fraturas da fratria na selva da competição financeira: “ele disse que a amizade é pouca/ disse mais, que seu amigo é dinheiro no bolso³⁹⁸”. O traficante de “estilo peculiar” é semelhante à “mulher vulgar” no potencial de quebra do laço social periférico, pois “não precisa mais dos aliados/ negociantes influentes estão ao seu lado³⁹⁹”.

Sua proximidade é com o terrorismo de Estado e as razões de mercado (“o tal do vírus dos negócios/ muita perícia/ ele dá baixa/ ele ameaça/ truta da polícia⁴⁰⁰”). O final é sempre trágico: “daqui apenas posso ver uma fita amarela/luzes azuis e vermelhas piscando em volta dela⁴⁰¹”. Nada mais distante da fita amarela de Noel Rosa, em que a morte é só a demarcação de uma vida onde o amor, a música e os laços sociais eram intensos, ainda que em uma condição social precária (“quando eu

³⁹⁴ RACIONAIS MC's. Parte II. Edy Rock [Compositor]. In: **Raio X do Brasil**; Zimbabwe, p 1993. 1 CD (ca. 38 min). Faixa 3 (5min 32s).

³⁹⁵ Ibid.

³⁹⁶ RACIONAIS MC's. Mano na porta do bar. Mano Brown e Edy Rock [Compositores]. In: **Raio X do Brasil**; Zimbabwe, p 1993. 1 CD (ca. 38 min). Faixa 4 (6min 13s).

³⁹⁷ Ibid.

³⁹⁸ Ibid.

³⁹⁹ Ibid.

⁴⁰⁰ Ibid.

⁴⁰¹ Ibid.

morrer/ não quero choro nem vela/ quero uma fita amarela/ gravada com nome dela⁴⁰²). A desagregação dos laços comunitários periféricos no período intervalar da abertura democrática é tema amplo de debates, mas a construção de Angelina Peralva em *Violência e democracia* (no caso brasileiro) e de Zygmunt Bauman em *Globalização* (com maior abrangência) demonstram alguns fatores que conduziram à uma intensificação da leitura do cotidiano — sobretudo periférico — como um espaço de competição onde a manutenção de elos sociais não consegue emergir⁴⁰³.

Individualismo ainda exacerbado pelo abandono à própria sorte em que estão as periferias (“um pedaço do inferno aqui é onde eu estou/até o IBGE passou aqui e nunca mais voltou⁴⁰⁴”), espécie de continuidade e complemento do sistema prisional (“só quer viver em paz/ dizer ao crime nunca mais/ pois sua infância não foi um mar de rosas não/ na FEBEM, lembranças dolorosas então⁴⁰⁵”), principal característica do projeto civilizatório do grupo: mostrar a continuidade e as interações entre as periferias e o cárcere — o que até o momento inexistia na música brasileira, pelo menos como projeto artístico/ético. As tentativas de rompimento com a marginalidade estrutural que subjetiva as vidas matáveis (“o que eles querem é mais um pretinho na FEBEM⁴⁰⁶”) são sinuosas, tensas, difíceis de serem contrapostas (“A justiça criminal é implacável/ tiram sua liberdade, justiça e moral/ e mesmo longe do sistema carcerário/ te chamarão para sempre/ de ex-presidiário⁴⁰⁷”). A rotulação que obstaculiza o rompimento com os aliados do crime, a polícia que age como inimiga e a ausência de qualquer amparo estatal conduzem à estratégia individual de segurança (“a minha segurança eu mesmo faço”) que invariavelmente encontra um fim trágico:

Homem mulato, aparentando entre vinte e cinco e trinta anos é encontrado morto na estrada M-BOI Mirim, sem número. Tudo indica ter sido um acerto de contas entre quadrilhas rivais. Segundo a polícia, a vítima tinha vasta ficha criminal⁴⁰⁸.

⁴⁰² PAGODINHO, ZECA. Fita Amarela. ROSA, Noel [Compositor]. In: **Noel Rosa: cem anos de celebração**. Som Livre, 2010. Faixa 2 (2m 09s).

⁴⁰³ Sobre o tema ver: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

⁴⁰⁴ RACIONAIS MCs. Homem na Estrada. Mano Brown [Compositor]. In: **Raio X do Brasil; Zimbabwe**, p 1993. 1 CD (ca. 38 min). Faixa 5 (8min 42s).

⁴⁰⁵ Ibid.

⁴⁰⁶ Ibid.

⁴⁰⁷ Ibid.

⁴⁰⁸ Ibid.

A destruição rotineira e cotidiana não pode ser negada por um membro da fraternidade (“Me causa raiva e indignação/a sua indiferença quanto à nossa destruição”), traição que tem como consequência o julgamento realizado pela fratria: “De que valem roupas caras/ se não tem atitude? /de que vale a negritude/ se não pô-la em prática? /a principal tática/herança da nossa mãe África/ a única coisa que não puderam roubar⁴⁰⁹. No álbum posterior, *Sobrevivendo no inferno*, o primeiro a ganhar notoriedade nacional e alguma dimensão internacional, o discurso tornou-se mais complexo, o que inclui os paradoxos relacionados à utilização da violência como resistência social e racial tanto simbólica (“Meu estilo é pesado e faz tremer o chão/ minha palavra vale um tiro/ tenho muita munição⁴¹⁰”) como realista (“Se eu fosse aquele cara que se humilha no sinal, por menos de um real/ minha chance era pouca/ mas e se eu fosse aquele moleque de touca/ que engatilha e enfia o cano dentro da sua boca?⁴¹¹”). O relato dos espaços de exceção periféricos permanece, assim como a crítica aos inimigos comuns da fratria (“O homem me deu a favela, o crack, a traiagem, as armas, as bebidas, as putas... Eu? Eu tenho uma bíblia velha, uma pistola automática e um sentimento de revolta. Eu tô tentando sobreviver no inferno⁴¹²”).

A entonação e o timbre que antes lembravam um pedido de ajuda próximo da vitimização agora aparecem com potência, disposição e expectativa de vitória pela palavra ou pela arma: “Minha intenção é ruim/ esvazia o lugar/ eu tô em cima/ eu tô afim/ um, dois pra atirar⁴¹³”. O preto “100% veneno”, com arma, missão e esclarecimento. O “preto” integralmente disposto a levar a guerra até o fim (“Um sádico, um anjo, um mágico/ juiz ou réu/ um bandido do céu/ malandro ou otário/ padre sanguinário/ franco atirador se for necessário/ Revolucionário, insano ou marginal/ antigo e moderno/ imortal⁴¹⁴”).

Violentemente pacífico, com estratégias de sabotagem à leitura do Brasil cordial, “terroristas da periferia”, tendo como armas tanto o “rap venenoso” como

⁴⁰⁹ RACIONAIS MC's. Homem na Estrada. Mano Brown [Compositor]. In: **Raio X do Brasil; Zimbabue**, p 1993. 1 CD (ca. 38 min). Faixa 5 (8min 42s).

⁴¹⁰ RACIONAIS MC's. Capítulo 4, Versículo 3. Mano Brown [Compositor]. In: **Sobrevivendo no inferno; Cosa Nostra**, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 3 (8min 05s).

⁴¹¹ Ibid.

⁴¹² RACIONAIS MC's. Genesis (intro). Mano Brown [Compositor]. In: **Sobrevivendo no inferno; Cosa Nostra**, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 3 (21s).

⁴¹³ RACIONAIS MC's. Capítulo 4, Versículo 3. Mano Brown [Compositor]. In: **Sobrevivendo no inferno; Cosa Nostra**, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 3 (8min 05s).

⁴¹⁴ Ibid.

“uma rajada de PT”. Em 1997 a situação de vida matável⁴¹⁵ da fratria continuava igual: “Ó os caras... só pele e osso/ no fundo do poço/ cheio de flagrante no bolso⁴¹⁶”). O vício continuava sendo um dos inimigos comuns da fraternidade, como os policiais (“Um dia um PM negro veio embaçar/ e disse pra eu me pôr no meu lugar/ eu vejo um mano nessas condições/ Não dá/ será assim que eu deveria estar?⁴¹⁷”), os traficantes (“Contamina seu caráter/ rouba sua alma/ depois te joga na merda sozinho/ transforma um Preto Tipo A/ num neguinho⁴¹⁸”) e as “mulheres vulgares” (“Só mina de elite, balada, vários drink/ puta de boutique, toda aquela porra/ sexo sem limite, Sodoma e Gomorra⁴¹⁹”). A fratria continuava sem pátria e sem mátria: órfã. Precisando de limite, interdição, pertencimento, laço ético, amparo e identificação para continuar “sobrevivendo”:

Permaneço vivo, não sigo a mística/ vinte e sete anos contrariando estatística/ seu comercial de tevê não me engana/ não preciso de status nem fama/ Eu sou apenas um rapaz latino-americano/ apoiado por mais de 50 mil manos/ efeito colateral que seu sistema fez/ Racionais, Capítulo 4, versículo 3⁴²⁰.

O projeto da irmandade órfã começava a surtir efeito, agora englobando mais do que adolescentes da periferia precocemente tentando articular suas concepções éticas e pressupostos existenciais, incluindo o trabalhador da ralé periférica que “trampa” embaixo do carro sujo de óleo, o advogado que defende pobre no tribunal, o ladrão que tenta reconstruir sua vida na condicional, o estudante que no quarto de madeira lê à luz de velas, o mano que enquadra o carro forte com sangue nos olhos, o “irmão” que entrega envelope o dia inteiro no sol, o desempregado que vende chocolate no sinal ou o preso conectado ao mundo por um rádio velho. O projeto é pura expansão e acumulação de sujeitos: desconstrução tímida do fechamento comunitário e pequena abertura para a mediação. Estão nestas brechas as identificações aparentemente contraditórias entre sujeitos de camadas distintas.

Começa a aparecer uma mediação que atinge da ralé periférica à classe trabalhadora em ascensão e, em alguns casos, até a classe média tradicional: um

⁴¹⁵ AGAMBEM, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 90.

⁴¹⁶ RACIONAIS MCs. Capítulo 4, Versículo 3. Mano Brown [Compositor]. In: **Sobrevivendo no inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 3 (8min 05s).

⁴¹⁷ Ibid.

⁴¹⁸ Ibid.

⁴¹⁹ Ibid.

⁴²⁰ Ibid.

diálogo violento já é um contato, uma tentativa de interação. As relações não acontecem apenas na homogeneidade heterogênea que sintetiza tudo, mas também na heterogeneidade homogênea que permite a convivência de opostos. É o rompimento com a lógica denegatória do Brasil cordial e, ao mesmo tempo, a aproximação com o universo crítico dos jovens de variadas camadas urbanas, amenizando a fragmentação de classe que caracterizava o grupo. A ameaça da violência que podem perpetrar ao saírem do espaço sitiado, ao invés de separar, une o jovem periférico e o playboy; ambos atingidos pela lógica segregacionista da metrópole urbana. É evidente que existe diferença enorme entre os obstáculos ao encontro nas camadas econômicas, mas a década posterior demonstrou (como defendido nos capítulos anteriores) que os jovens das camadas médias urbanas também já não suportam o modelo de enclaves fortificados das metrópoles contemporâneas.

A violência é cada vez mais tolerada, mas com a cisão racial e social que já estava presente no álbum anterior, afirmação não denegatória do ódio de classe: “Playboy forgado, de brinco, cú, trouxa/ roubado dentro do carro na Avenida Rebouças/ Correntinha das moça/ madame de bolsa, dinheiro/ não tive pai, não sou herdeiro⁴²¹”. A droga começa a ganhar ambivalência (“veja bem, veja bem/ ninguém é mais que ninguém/ eles são nossos irmãos também⁴²²”), mas continua como um objeto relacionado ao enfraquecimento do projeto construído pelo grupo (“Mas de cocaína e crack/ whisky e conhaque/ os manos morrem rapidinho sem lugar de destaque⁴²³”). A relativização continua; a flexibilidade de preceitos éticos não pode tornar-se indiferença, mas também não pode aproximar-se do moralismo (“quem sou eu pra falar/ de quem cheira ou quem fuma/ nem dá/ nunca te dei porra nenhuma⁴²⁴”). O roubo também já não é mais visto como uma estratégia errada, mas como uma conduta de vida que deve ser tensionada com hipóteses concretas (“Putá, aquele mano era foda/ só moto nervosa/ só mina da hora/ só roupa da moda/ Deu uma pá de blusa pra mim/ naquela fita, na boutique do Itaim/ Mas sem essa de sermão, mano/ eu também quero ser assim/ vida de ladrão não é tão ruim⁴²⁵”).

⁴²¹ RACIONAIS MC's. Capítulo 4, Versículo 3. Mano Brown [Compositor]. In: **Sobrevivendo no inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 3 (8min 05s).

⁴²² Ibid.

⁴²³ Ibid.

⁴²⁴ Ibid.

⁴²⁵ RACIONAIS MC's. Eu tô ouvindo alguém me chamar. Mano Brown [Compositor]. In: **Sobrevivendo no inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 4 (2min 12s).

A decisão de ter “vida de ladrão⁴²⁶” não retira o irmão da fratria, não é uma decisão que coloque em risco a irmandade (“Pensei, entrei/ no outro assalto eu coleí e pronto⁴²⁷”). No *ethos* remodelado pelo grupo, está em pior situação o trabalhador negro e pobre que defende o patrimônio do playboy (“não vai dar mais pra ser super herói/ se o seguro vai cobrir/ foda-se daí”) do que o bom ladrão com “moral na quebrada” (“ladrão dos bons/ especialista em invadir mansão/ comprava brinquedo à revelia/ chamava molecada e distribuía⁴²⁸”). Mas, a própria música desfaz a ilusão e retorna ao problema ético inicial (“o cara é gente fina/ mas eu sou melhor/ eu aqui na pior/ e ele tem o que eu quero/ joia escondida e uma 380⁴²⁹”): a dissolução da fratria.

Neste momento agônico, a vida inteira é apresentada como forma de reconstituir o laço ético ameaçado (“Lembro que um dia o Guina me falou/ que não sabia bem o que era amor⁴³⁰”), descrevendo o início na vida do crime, os primeiros relacionamentos e discussões existenciais (“Longe dos cadernos/ bem depois/ a primeira mulher e o 22/ prestou vestibular no assalto do busão/ numa agência bancária se formou ladrão/ não se sente mais inferior, neguinho/ agora eu tenho meu valor⁴³¹”). Tudo isto para retomar as estratégias de resistência periféricas e questionar a viabilidade do projeto:

Ele tinha um certo dom pra comandar/ linha de frente em qualquer lugar/ condição de ocupar um cargo bom e tal/ talvez em uma multinacional/ pensando bem que desperdício/ aqui na área acontece muito disso/ inteligência e personalidade/ mofando atrás da porra de uma grade⁴³².

A memória em crise da vida que se esvai relembra que “algum dinheiro já resolvia o problema⁴³³”, que o fortalecimento moral era tão importante quanto a acumulação econômica e que houve tempo para refletir sobre a necessidade de retomar uma vida mais serena e fortalecer o laço com os irmãos de sofrimento, criando espaço de tranquilidade e segurança: “Maior medo que eu tinha era a decepção/ a traiagem, a pilantragem, a traição/ meus aliados, meus manos, meus

⁴²⁶ RACIONAIS MC's. Eu tô ouvindo alguém me chamar. Mano Brown [Compositor]. In: **Sobrevivendo no inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 4 (2min 12s).

⁴²⁷ Ibid.

⁴²⁸ Ibid.

⁴²⁹ Ibid.

⁴³⁰ Ibid.

⁴³¹ Ibid.

⁴³² Ibid.

⁴³³ Ibid.

parceiros/ querendo me matar por dinheiro⁴³⁴). A música deixa aberta a possibilidade de uma nova esperança, alguma expectativa, mas na situação concreta da repetição trágica e sintomática do destino esperado aos “manos” (“Sinto a roupa grudada no corpo/ eu quero viver, não posso estar morto/ mas se eu sair daqui eu vou mudar/ eu tô ouvindo alguém me chamar⁴³⁵”). A letra posterior narra um dos destinos prováveis do “bom ladrão”, baleado em “Eu tô ouvindo alguém me chamar”. “Rapaz comum” começa dando a impressão de que o protagonista está sendo carregado; espécie de hibridismo entre sonho, ilusão, agonia e desespero. O novo momento agônico traz à tona a principal figura para os irmãos, a lembrança da mãe (“No rosto de uma mãe que chora baixinho/ que nunca deixou faltar, ficar sozinho/ me ensinou o caminho, desde criança/ minha infância eu guardo na lembrança/ na esperança da periferia eu sou mais um: rapaz comum⁴³⁶”).

E, novamente, o discurso retoma o projeto ético e realiza balizamento das formas de socialidade da “ponte pra cá” (“Uma bala vale por uma vida do meu povo/No pente tem quinze/ sempre há menos no morro/ e então? ⁴³⁷”), perguntando quantos manos comuns já se foram, quantos pretos pobres com menos de quinze anos foram mortos e como é possível aceitar um contexto em que é “normal ver um mano coberto de jornal”. E recomeça o apelo: “Quem entra tem passagem só de ida/ me diga: que vantagem isso traz?/ me diga: que adianto isso faz?/ a vida na selva é assim, predatória/ preserve a sua glória⁴³⁸”. A tentativa é demarcar mais uma vez a opção política pela definição das vidas matáveis⁴³⁹ e, sobretudo, ressaltar o contexto no qual as vidas matáveis (“perder um filho dessa forma é foda⁴⁴⁰”) são os rapazes comuns das periferias, os manos:

(...) um corpo a mais no necrotério/ é sério/ um preto a mais no cemitério/ é sério; mais uma mãe que não se conforma/perder um filho dessa forma é

⁴³⁴ RACIONAIS MC's. Eu tô ouvindo alguém me chamar. Mano Brown [Compositor]. In: **Sobrevivendo no inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 4 (2min 12s).

⁴³⁵ RACIONAIS MC's. Rapaz Comum. Edy Rock [Compositor]. In: **Sobrevivendo no inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 5 (6min 22s).

⁴³⁶ Ibid.

⁴³⁷ Ibid.

⁴³⁸ Ibid.

⁴³⁹ AGAMBEM, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 90.

⁴⁴⁰ RACIONAIS MC's. Rapaz comum. Edy Rock [Compositor]. In: **Sobrevivendo no Inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 5 (6min 22s).

foda/quem se conforma; não sou o último/nem muito menos o primeiro/ a lei da selva é uma merda/ e você é o herdeiro⁴⁴¹.

Herdeira de uma história de “lágrimas, sangue, vidas, glórias, abandono, miséria, ódio, sofrimento, desprezo, desilusão e ação do tempo”, a mistura de toda essa química pode conduzir à morte, ao crime ou à prisão: “pronto, eis um novo detento⁴⁴²”. O projeto de interpretação da realidade proposto pelo grupo auxilia a criar uma metaleitura que interliga todos os dramas dos negros do Brasil e associa as instituições de sequestro, o sistema de justiça, o sistema político e a luta de classes. O projeto é ambicioso, a justificativa é contundente: “Ratátátá/ preciso evitar/ Que um safado faça a minha mãe chorar⁴⁴³”.

O cotidiano dos rapazes comuns é tão comum que pode ter sido escrito por qualquer um dos irmãos de sofrimento: a letra é de Jocenir Prado, mas poderia ser de Brown. Há heterogeneidade: “cada detento uma mãe, uma crença/ cada crime, uma sentença/ cada sentença um motivo, uma história/ de lágrimas, sangue, vidas e glórias⁴⁴⁴”. Não é uma instituição total nos moldes de Goffman, está em relação direta com a periferia, é porosa, híbrida. Os problemas da periferia são os problemas da cadeia, os problemas da cadeia são os problemas da favela: “esses papo me incomoda, se eu tô na rua é foda/ O mundo roda, ele pode vir pra cá/ Não, já, já o meu processo tá aí/ eu quero mudar/ eu quero sair⁴⁴⁵”.

Em música sobre uma instituição de sequestro, Brown começa a citar inúmeros bairros periféricos, colocando o elemento da complementaridade entre prisão e periferia. Um “ladrão sangue bom” para o Estado é “um número” ou “uma sentença”. Como na periferia, a segurança é no máximo uma perfectibilização trágica: “lealdade é o que todo preso tenta/ conseguir a paz de forma violenta⁴⁴⁶”. O processo não é cordial, não elimina a necessidade de violência, não converge na síntese, mas na divergência. Não se trata de produzir violência, mas de não ser ingênuo (“se tomar um soco, devolve⁴⁴⁷”) e responder ao cotidiano genocida:

⁴⁴¹ RACIONAIS MC's. Rapaz Comum. Edy Rock [Compositor]. In: **Sobrevivendo no inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 5 (6min 22s).

⁴⁴² RACIONAIS MCs. Diário de um Detento. Jocenir Prado [Compositor]. In: **Sobrevivendo no Inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 7 (9min 37s).

⁴⁴³ Ibid.

⁴⁴⁴ Ibid.

⁴⁴⁵ Ibid.

⁴⁴⁶ Ibid.

⁴⁴⁷ Mano Brown, citado por Maria Rita Kehl em: KEHL, Maria Rita. Radicais, Raciais, Racionais: a grande fratria do rap na periferia de São Paulo. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 3, Sept.

“Ratátátá/ caviar e champagne/ Fleury foi almoçar/ que se foda minha mãe/ cachorros assassinos, gás lacrimogêneo/ quem mata mais ladrão ganha medalha de prêmio⁴⁴⁸”. A música termina com a frase que poderia ser dita em uma abordagem na favela, uma operação no baile (“lota os pagode rumo à cadeira elétrica⁴⁴⁹”), um julgamento no tribunal ou no testemunho de um massacre: “Mas quem vai acreditar no meu depoimento?/ Dia 03 de Outubro, Diário de um Detento⁴⁵⁰”.

A música que sucede “Diário de um detento” começa com uma descrição: “Este lugar é um pesadelo periférico/ fica no pico numérico de população⁴⁵¹”. Não creio ser coincidência “Periferia é periferia” estar logo após “Diário de um detento”; a proximidade das músicas acompanha a proximidade dos territórios e a lógica da construção discursiva do grupo: demonstrar a similaridade entre as instituições de sequestro e os espaços de depósito dos refugos humanos no espaço urbano, ambos a-bandonados⁴⁵². Começa, novamente, com a lembrança da herança mítica e da função materna: “herdeiro de mais uma Dona Maria/ cuidado, senhora, tome as rédeas da sua cria⁴⁵³”. A matéria não é o oposto da fratria, mas há uma relação que depende do precário equilíbrio de ambas. Tudo isto em um contexto ancestral que repete, sintomaticamente, as mesmas questões: “se a escravidão acabar pra você/ vai viver de quem/ vai viver de quê?⁴⁵⁴”. É guerra, é selva, é pesadelo: “nas ruas áridas da selva/ já vi lágrimas demais/o bastante para um filme de guerra⁴⁵⁵”. O escravo urbano com “sangue no olho e impiedoso” sabe que sua raça está morrendo, não pode ser ingênuo, mas também não pode ser pacífico demais, não pode esquecer-se do projeto e não pode ser inofensivo.

Aumentando a complexidade, a ambivalência continua em um processo de intensidade que só exclui a violência contra os irmãos: “pedir dinheiro é mais fácil

1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de junho de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000300013>.

⁴⁴⁸ RACIONAIS MC's. Diário de um Detento. Jocenir Prado [Compositor]. In: **Sobrevivendo no Inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 7 (9min 37s).

⁴⁴⁹ RACIONAIS MC's. Jesus Chorou. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 4 (7min 52s).

⁴⁵⁰ RACIONAIS MC's. Diário de um Detento. Jocenir Prado [Compositor]. In: **Sobrevivendo no Inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 7 (9min 37s).

⁴⁵¹ RACIONAIS MC's. Periferia é periferia. Edy Rock [Compositor]. In: **Sobrevivendo no Inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 8 (5min 59s).

⁴⁵² AGAMBEM, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 91.

⁴⁵³ RACIONAIS MC's. Periferia é periferia. Edy Rock [Compositor]. In: **Sobrevivendo no Inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 8 (5min 59s).

⁴⁵⁴ Ibid.

⁴⁵⁵ Ibid.

que roubar, mano/ roubar é mais fácil que tramar, mano/ é complicado, o vício tem dois lados/ depende disso ou daquilo, ou não/ tá tudo errado⁴⁵⁶". O compromisso ético decorrente do extermínio é o único que sempre prevalece:

(...) fico triste por saber e ver/ que quem morre no dia a dia é igual a eu e a você/ e a maioria por aqui se parece comigo/ mães chorando, irmãos se matando, até quando?/ em qualquer lugar, é gente pobre.

A música termina, mais uma vez, com um apelo: deixe o crack de lado, "escute o meu recado⁴⁵⁷". Quase todos os grupos de rap nacional possuem músicas com o relato amplo de uma noite de lazer, narrando desde a saída até o retorno para casa; a convivência com a rua é um pressuposto. Como o *rolê* para os pichadores. A música do grupo Racionais que mais se enquadra nesta definição chama-se "Em qual mentira eu vou acreditar" ("Zona Norte a bandidagem curte a noite toda⁴⁵⁸") e passa pela apreciação do funk ("Tô devagar/ tô a cinquenta por hora/ouvindo funk do bom/minha trilha sonora⁴⁵⁹"), a seletividade do sistema penal ("eu me formei suspeito profissional/ bacharel pós-graduado em tomar geral⁴⁶⁰"), o preconceito cordial ("escuta aqui, o primo do cunhado do meu genro é mestiço/ racismo não existe/ comigo não têm disso⁴⁶¹") e as "mulheres vulgares":

(...) eu ouvindo James Brown/ cheio de pose/ ela pergunta se eu tenho o quê?/ Guns'n Roses?/ A mina quase histérica/ meteu a mão no rádio/ e pôs na Transamérica/ Como é que ela falou/ só se liga nessa, que mina cabulosa, olha só que conversa/ que tinha bronca de neguinho de salão/ que a maioria é maloqueiro e ladrão.

O tráfico de drogas também é referido ("um irmão muito sério/ em frente à garagem/ outro com a mão na cintura/ em cima da laje⁴⁶²"), sempre com o recurso da ironia ("esse cara é dentista, sei lá/ diz que a firma dele chama Boca S.A⁴⁶³"), mas sintomaticamente termina sinalizando o reiterado apelo ao cuidado com os inimigos da fratria: "a noite tá boa, a noite tá de barato, mas puta ("mulheres

⁴⁵⁶ RACIONAIS MC's. Periferia é periferia. Edy Rock [Compositor]. In: **Sobrevivendo no Inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 8 (5min 59s).

⁴⁵⁷ Ibid.

⁴⁵⁸ RACIONAIS MC's. Em qual mentira vou acreditar? Edy Rock e Mano Brown [Compositores]. In: **Sobrevivendo no Inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 9 (7min 42s).

⁴⁵⁹ Ibid.

⁴⁶⁰ Ibid.

⁴⁶¹ Ibid.

⁴⁶² Ibid.

⁴⁶³ Ibid.

vulgares”), gambé (policial) e pilantra é mato⁴⁶⁴. O que possibilita o *rolê* é a malandragem aprendida desde moleque:

Aquele moleque, que sobrevive como manda o dia a dia/Tá na correria, como vive a maioria/Preto desde nascença, escuro de sol/Eu tô pra vê ali igual, no futebol/Sair um dia das ruas é a meta final/Viver decente, sem ter na mente o mal/Tem o instinto que a liberdade deu/Tem a malícia, que cada esquina deu/Conhece puta, traficante e ladrão/Toda raça, uma par de alucinado e nunca embaçou/Confia neles mais do que na polícia/confiar em polícia? /Eu não sou louco⁴⁶⁵.

Reminiscência do malandro recorrente nas letras de samba, mas com outra intensidade de sofrimento (“A noite chega e o frio também/sem demora, a pedra e o consumo aumentam a cada hora/pra aquecer ou pra esquecer, viciar/deve ser pra se adormecer/pra sonhar, viajar na paranoia, na solidão/um poço fundo de lama, mais um irmão⁴⁶⁶”). Com menos de doze anos, o menino protagonista da música “Mágico de Oz” já “viveu mais que muito homem⁴⁶⁷”. O grupo elabora novamente a relação do traficante com os inimigos da fratria, aquele que “por dinheiro e fama⁴⁶⁸” traz o crack para a periferia. Borda novamente a relação entre o tráfico (forma de produzir a estetização consumista) e as “mulheres vulgares” (“Só bagaceira, só/ o dia inteiro, só / como ganha o dinheiro?/ vendendo pedra e pó/ rolex, ouro no pescoço à custa de alguém/ uma gostosa do lado/ pagando o pau pra quem? ⁴⁶⁹”) e com os policiais (“a polícia passou e fez o seu papel/dinheiro na mão/corrupção à luz do céu⁴⁷⁰”). Não cansam de repetir, insistem no convencimento horizontal e na necessidade de manter o pacto (“história chata, mas cê tá ligado, é bom lembrar/ quem entra... é um em cem pra voltar⁴⁷¹”).

A música que fecha o álbum chama-se “Fórmula mágica da paz”. É um sample da música “Attitudes” do grupo americano The Bar Keys e mantém uma melodia lenta, com tom nostálgico. É a música do grupo que mais lembra o “Mistério

⁴⁶⁴ RACIONAIS MC's. Em qual mentira vou acreditar? Edy Rock e Mano Brown [Compositores]. In: **Sobrevivendo no Inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 9 (7min 42s).

⁴⁶⁵ RACIONAIS MC's. Mágico de Oz. Edy Rock e KL Jay [Compositores]. In: **Sobrevivendo no Inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 10 (8min 18s).

⁴⁶⁶ Ibid.

⁴⁶⁷ Ibid.

⁴⁶⁸ Ibid.

⁴⁶⁹ Ibid.

⁴⁷⁰ Ibid.

⁴⁷¹ Ibid.

do samba⁴⁷²”, com a favela vista como local de retorno e tranquilidade (“na roda da função, mó zoeira/tomando vinho seco, em volta da fogueira/a noite inteira, só contando história/sobre o crime, sobre as treta na escola”). Repassa todos os temas: as mulheres (“nada de roupa, nada de carro, não tem ibope, não tem rolê, sem dinheiro... sendo assim, sem chance, sem mulher... você sabe bem o que ela quer”), a morte precoce (“muito velório rolou de lá pra cá... qual a próxima mãe que vai chorar?”), a autoproteção (“morrer é um fator, mas conforme for... tem no bolso, na agulha e mais cinco no tambor”), a nostalgia de criança (“época de pipa, o céu tá cheio/quinze anos atrás eu tava ali no meio”), a ligação entre prisão e periferia (“uma pá de mano preso chora solidão/uma pá de mano solto sem disposição”), a droga (“rádio tênis calça... acende num cachimbo, virou fumaça”), a potência da fratria (“e aí Mano Brown, cuzão, cadê você?/seu mano tá morrendo/ o que você vai fazer?”), a ambivalência que sempre retorna confundindo os códigos do laço comunitário (“preto, branco, polícia, ladrão ou eu?/quem é mais filha da puta eu não sei”) e o racismo genocida (“dois de novembro era finados/eu parei em frente ao São Luís do outro lado/e por mais de meia hora olhei um por um/ e o que todas as senhoras tinham em comum?/ o rosto humilde, a pele escura, o rosto abatido pela vida dura”).

Ao final, provocam uma reflexão triste, como se o projeto ético não tivesse mais esperança alguma (“assustador é quando se descobre/que tudo deu em nada/e que só morre pobre/a gente vive se matando irmão/ por quê?/não me olhe assim/eu sou igual a você”). Mas o rap não pode abrir mão do seu projeto: “descanse o seu gatilho/descanse o seu gatilho/que no trem da malandragem/meu rap é o trilho”. Trilho que o manteve vivo (“cheguei aos 27, sou um vencedor”): “mais um sobrevivente”. O álbum encerra bordando novamente o elo entre periferia e prisão (“eu vou mandar um salve pra comunidade do outro lado do muro/as grades nunca vão prender o pensamento mano”) e conclamando aos “aliados espalhados por todas as favelas do Brasil” que continuem fazendo do rap... “a trilha sonora do gueto”: apelo e esperança para a continuidade do projeto de socialidade profano.

⁴⁷² VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. 4 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 2002.

5 CENÁRIO: FECHAMENTO

5.1 TRANSGRESSÃO (“AÇÃO DE PASSAR DE UMA PARTE À OUTRA”): DOS ENCLAVES FORTIFICADOS AO EXERCÍCIO LIVRE DA CIDADANIA

O processo de fragmentação urbana e separação da diferença não é orquestrado, projetado de forma totalitária por poderes concretos e determinados. Compreende uma série complexa de imagens, arquiteturas, decisões públicas, decisões privadas, discursos latentes, subjetivações, resistências, transgressões, reconstruções... O objetivo da tese nunca foi determiná-lo ou expressá-lo em indicadores. Não por ser um projeto impertinente; a demonstração fática do exercício de poder é sempre um projeto pertinente. Ocorre que incorporei a segregação penitenciária e a cidade de muros como um pressuposto do trabalho.

No intervalo entre a construção do anteprojeto de pesquisa, defesa do projeto de tese e escrita final do trabalho certamente houve transformações nos índices de confinamento e na estética de muros das metrópoles, mas não creio que tais deslocamentos tenham qualquer possibilidade de refutar o pressuposto da tese: a manutenção de uma lógica de separação da diferença nas metrópoles urbanas. Pressuposto incorporado no problema de pesquisa e nas hipóteses da tese: tendo a segregação como modelo, seria possível visualizar resistências e contrarracionalidades desviantes a este processo na esfera não-institucional, *profana?*

Durante a pesquisa me deparei com um dos principais equívocos metodológicos do projeto de tese: a redução espacial do campo de pesquisa e a definição de uma única forma de observação. O objetivo, na escrita do projeto, era me proteger dos riscos de realizar trabalho de campo sem conhecer profundamente a prática metodológica da etnografia e da observação participante. Todos os integrantes da banca de qualificação sugeriram que seria mais interessante criar um método novo⁴⁷³ do que amenizar o problema restringindo as probabilidades de erro.

O equívoco da redução espacial apareceu em menos de um mês de observação: o trânsito pelo espaço urbano era obviamente muito mais importante do que a permanência para o meu objeto (desvio urbano), ao contrário do que acontece

⁴⁷³ Ruth Gauer sugeriu abandonar a redução espacial ou ampliá-la; Michel Misse sugeriu criar outras categorias e descentralizar o objeto.

na antropologia urbana (a demarcação das continuidades é fundamental). A ausência de polifonia⁴⁷⁴ metodológica, porém, foi o que mais me fragilizou: havia feito um recorte espacial que era capaz de absorver a presença inconstante de públicos distintos, mas estava escrevendo uma tese de doutorado, não um guia turístico. Precisava de mais material de análise do que observação dos espaços. A crítica, bastante presente na sociologia e na criminologia crítica, sobre os autores denominados pós-modernos, que defendem a utilização plural de materiais diversos na construção científica, havia podado meu interesse em diversificar os objetos de análise.

Ocorre que só seria possível analisar de forma séria a pertinência da hipótese de resistência profana ao modelo de restrição do encontro, em voga nas grandes cidades, se compreendesse minimamente a importância disto para além das camadas médias e altas, já que só há diferença propriamente dita se houver possibilidade radical de encontro. Estava internalizada em meu projeto a lógica intelectualista: os jovens das camadas médias estariam transgredindo o projeto do empresariado moral porque propiciariam, com suas práticas *festivas*, espaços onde a ralé periférica poderá estar presente, já que são espaços livres. A questão que o meu *ethos* burguês não permitiu que viesse à tona no momento adequado era óbvia: por que jovens da periferia teriam algum interesse em interagir com jovens de camadas médias?

O espaço definido no projeto permitiu interações com sujeitos de variadas camadas sociais, mas não era o suficiente para compreender efetivamente a importância de espaços de exercício livre da cidadania para os novos “batalhadores”⁴⁷⁵ que estão em zonas econômicas movediças. As entrevistas realizadas nos espaços permitiram descobertas muito importantes, mas precisava de maior concretude. Comecei marcando algumas entrevistas mais longas em outros espaços, uma delas reproduzida quase na íntegra, no segundo capítulo. Ocorre que esses jovens adultos estão em uma zona insegura que mistura alguma possibilidade de alpinismo social com alta vulnerabilidade às instâncias de controle, e as minhas perguntas envolviam, evidentemente, a descrição de uma série de comportamentos inadequados para o empresariado moral.

⁴⁷⁴ MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007.

⁴⁷⁵ SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012.

O resultado, não previsto, foi a negação da publicação integral das entrevistas e da identificação dos participantes, sobretudo quando explicava a eles que o trabalho poderia ser facilmente encontrado através de qualquer mecanismo de busca virtual. Por outro lado, me ofereceram uma saída: a música é um marcador social muito importante e foi uma forma reiteradamente utilizada para salientar o que era dito. Oferece metáforas, expressa e absorve significados. Na insegurança em que estava, precisava de um estilo musical cuja ancestralidade não fosse tão estruturante como o samba (já que estava mapeando, sobretudo, a inovação), mas também não poderia procurar segurança interpretativa em um gênero tão excessivamente movediço como o funk⁴⁷⁶. A estrutura mais racional do rap, somado ao conhecimento prévio que possuía⁴⁷⁷, me ofereceu um caminho. A bagagem que possuía, porém, era excessivamente descentralizada (o rap nacional possui contemporaneamente material infinito de análise). Escolhi o grupo mais significativo para os grupos sociais que observei nos espaços de exercício livre da cidadania, visto que sua maior difusão e história descentralizaram o estilo musical mais comumente associado às camadas periféricas.

Analisei todas as letras dos dois primeiros álbuns no capítulo anterior, pois representam a tentativa mais clara de demarcação de um projeto ético importante para que pudesse, agora, demonstrar a convergência dos álbuns recentes com a tentativa das camadas médias de usar a cidade como espaço de convivência, ainda que com sentidos diferentes (“você sai do gueto... mas o gueto nunca sai de você, morô?”⁴⁷⁸). No capítulo anterior demonstrei o projeto do grupo em deixar demarcada a relação entre cárcere e periferia. Tal relação é impossível de ser obstaculizada apenas por políticas centralizadas de integração social, sobretudo com a manutenção crescente do número de sequestros estatais. A descarcerização é fundamental para qualquer tentativa de desvinculação entre periferia e prisão, já que

⁴⁷⁶ Sobre a impossibilidade de descrever racionalmente o funk, sugiro *O mundo funk carioca*, de Hermano Vianna, *Escritas da sobrevivência*, de João Camilo Penna e *A conveniência da cultura*, de George Yúdice.

VIANNA, Hermano. **O mundo funk carioca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

PENNA, João Camilo. **Escritas da sobrevivência**. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

⁴⁷⁷ Passei a infância e boa parte da juventude na cidade de Pelotas, interior do Rio Grande do Sul com grande presença de descendentes de escravizados. A cidade é marcada, também por isto, pela presença significativa do samba e do rap. O rap nacional tornou-se a trilha sonora de toda minha juventude. No livro *Criminologia cultural e rock* esbocei uma primeira tentativa de análise.

⁴⁷⁸ RACIONAIS MC's. Negro Drama. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 5 (5min 19s)

a seletividade penal sempre será estrutural. O “gueto”⁴⁷⁹ e a prisão são porosos, e tal similaridade é observada também nos *rolês* da periferia para as zonas centrais e boêmias.

Na primeira batalha de MC’s⁴⁸⁰ em que estive presente, no centro de Porto Alegre, sofri duas “revistas” seguidas. A primeira durante a batalha, situação pela qual todos os participantes passaram. A segunda quando me dirigia para a Cidade Baixa, na companhia de parte do público da batalha, em espécie de “brete” realizado pela Brigada Militar em ruas que levavam do Mercado Público até a Avenida João Pessoa. Nas duas abordagens, a pergunta “vem daonde?” foi feita. Talvez pela presença de muitos jovens da zona metropolitana de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Cachoeirinha, Gravataí e Canoas. Outra hipótese, defendida com mais ênfase pelos informantes, é que a pergunta se referia à “qual quebrada” eu saía. A surpresa em ouvir “Porto Alegre, Petrópolis⁴⁸¹” estampou-se no rosto dos dois Policiais Militares. Creio que ser branco e não estar travestido de “mano” me livrou de maiores explicações. Na segunda revista, a carteira da OAB ainda mereceu a distinção de uma pergunta extra pelo policial militar: “e tá fazendo o quê aqui o advogado?”

A foto abaixo foi tirada ao lado do Mercado Público de Porto Alegre. Em espaço bastante próximo, ocorreram algumas ocupações discutidas no segundo capítulo. Acampamentos de camadas médias e eventos culturais relacionados a sujeitos periféricos ocorrem em espaços centrais contíguos e realizam trajetos que convergem tanto na aglutinação inicial como no destino final, revelando brechas nos enclaves da *cidade de muros*. Em ambos os casos, a repressão atuarial esteve presente.

⁴⁷⁹ Faço menção à noção de gueto utilizada no rap nacional há mais ou menos duas décadas, não à noção de Wacquant. Sobre o significado do termo para o autor, ver: WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan 2005.

⁴⁸⁰ Inspirada na “rinha de MC’s”, evento parecido com as disputas dos repentistas, mas cujo estilo musical é o rap.

⁴⁸¹ Em Porto Alegre, o bairro Petrópolis corresponde às camadas médias urbanas.

Figura 32



Fonte: O próprio autor (2014).

Importante ressaltar que — exceto a violência simbólica evidente em ser revistado sem nenhum motivo — nos dois eventos os policiais estavam identificados, e não houve nenhum “excesso” na abordagem. Não visualizei, igualmente, nenhum “excesso” nas abordagens que ocorriam ao redor. Pela forma com que fui abordado, creio que o objetivo dos policiais era a identificação e a verificação de porte de arma. Nos shows dos Racionais MC’s, por exemplo, a abordagem é muito mais rigorosa na entrada: pelo menos três abordagens (duas da Polícia Militar e uma da segurança privada), incluindo toque nos genitais, detectores de metais, retirada dos calçados, bonés e demais vestimentas sobressalentes etc.

Nas duas batalhas de MC’s houve o trânsito dos participantes para a Cidade Baixa após a divulgação dos resultados, o que é um fato importante. Em primeiro lugar, porque já estavam em espaço utilizado repetidamente como local de práticas de exercício livre da cidadania, como exposto no segundo capítulo (centro de Porto Alegre, onde ocorreram inúmeras ocupações de jovens das camadas médias). Em segundo lugar, porque o trânsito ocorreu na direção da Cidade Baixa, vista por muitos entrevistados como um espaço que vem deixando de ser plural

(“aburguesando-se; coxinizando-se”⁴⁸²). Fazendo metáfora entre a ascensão dos “batalhadores”⁴⁸³ e do grupo Racionais, possível afirmar que o orgulho da periferia não implica na permanência separatista (“mas aê, se tiver que *voltar* pra favela... eu vou voltar de cabeça erguida⁴⁸⁴”), mas na disposição em transitar por espaços de mediação, mantendo a estética e a identificação características do *gueto* (“Vários Opalas, mó carreatá/ e eu logo atrás da primeira barca Diplomata/ Tô dirigindo ali no volante/ Opala cinza escuro/ 2PAC no alto falante⁴⁸⁵”): convívio que não neutraliza a diferença.

Uma das principais reclamações dos moradores do bairro Cidade Baixa durante o carnaval é o “excesso” de “gente de tudo que é lugar⁴⁸⁶”. A aparente repulsa demonstra, também, a presença regular de “gente de tudo que é lugar”; posto que é apenas “excessiva” no carnaval. No documentário inserido no DVD “Mil trutas, mil tretas⁴⁸⁷”, Mano Brown caminha com alguns “manos” por um bairro de classe média de São Paulo, identificando a “frieza” do espaço, sem criança correndo, gente na rua, risadas... Menciona que pode chegar um policial a qualquer momento perguntando o que fazem ali, cuja resposta já está preparada: “tô na cidade de São Paulo⁴⁸⁸”. A possibilidade de transitar fora da “quebrada” não implica na negação da comunidade, mas na assunção de espaços onde a heterogeneidade pode encontrar-se: convivência de antagonismos. O fenômeno dos *rolezinhos* só veio confirmar a ânsia pelo contato observada em expressões culturais periféricas.

O exercício livre da cidadania, por parte dos sujeitos das camadas médias, implica na convergência dos projetos de sociabilidade. Ao contrário dos “batalhadores” acostumados a serem barrados em inúmeros espaços, nas camadas médias o contato é uma opção: existem inúmeros espaços fechados cuja seletividade da segurança privada, a estética dos estabelecimentos e o valor dos produtos podem manter a homogeneidade burguesa. Mas há, em outros espaços, uma opção pelo encontro e, mais do que isso, a organização de eventos construídos

⁴⁸² Expressões mencionadas inúmeras vezes por entrevistados.

⁴⁸³ SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012.

⁴⁸⁴ RACIONAIS MCs. Negro Drama. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 5 (5min 19s)

⁴⁸⁵ RACIONAIS MC's. A vítima. Edi Rock [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 6 (4min 59s)

⁴⁸⁶ Comentário extraído das páginas dos eventos ocorridos no carnaval, na rede social Facebook.

⁴⁸⁷ MIL trutas, mil tretas. Direção: Ice Blue, Mano Brown, Roberto T. Oliveira. São Paulo: Imovision, 2006. 1 DVD (226 min), NTSC, cor.

⁴⁸⁸ Ibid.

tendo como pressuposto a necessidade de mediação cultural. Não são apenas espaços tradicionalmente construídos para o lazer e o comércio aos finais de semana, como os grandes parques metropolitanos. São eventos muitas vezes organizados de forma ativa por estudantes secundaristas e universitários que poderiam optar livremente pela segregação.

Não estou expressando expectativa definitiva acerca de um futuro libertário e amplamente democrático. Se posso discutir tais formas de construção de socialidade pela ótica criminológica é justamente porque permanecem nas margens, nas franjas de uma organização social conflituosa e segregada. Ocorre que a opção metodológica por grupos e espaços fechados (bem como por objetos unitários separados por classes econômicas) acaba velando inúmeros fenômenos urbanos que — ainda que desviantes — anunciam a coexistência de projetos de socialidade díspares, mas convergentes em pautas específicas (ainda que abstratas). Se contemporaneamente a segurança está vinculada à ausência de contatos sociais em que a heterogeneidade possa manifestar-se, a conduta de um sujeito pertencente às camadas médias, que consiste em colocar o corpo na rua, expondo sua carne ao encontro sem nenhuma forma de prevenção violenta (policial, militar ou privada), consiste em uma inovação do ponto de vista criminológico. E inovação é desvio: produção de novas formas de controle e legitimidade diversas daquelas propostas pelo empresariado moral.

5.2 TRANSGRESSÃO (“AVANÇO DO MAR SOBRE ÁREAS LITORÂNEAS”): O AVANÇO DA AFETIVIDADE SOBRE A ARIDEZ URBANA

*Eu te esperei minha querida/mas só te beijei
depois da vida⁴⁸⁹.*

Esta letra de Nelson Cavaquinho possui apenas dois parágrafos. É uma fotografia do amor, e não é possível que seja outra coisa. E são apenas dois parágrafos. Sem *introdução*, porque não precisa. Um homem ama uma mulher por toda a mocidade, mas, por algum motivo, só satisfaz o desejo de beijá-la quando ela morre, no funeral. São apenas dois parágrafos, todos eles sobre um amor pousado com beleza no narrador. Não sabemos se era um amor correspondido, sequer

⁴⁸⁹ VIOLA, Paulinho da. Depois da Vida. CAVAQUINHO, Nelson [Compositor]. In: **Paulinho da Viola**; São Paulo: EMI, p 1971. 1 CD (ca. 40 min). Faixa 6 (2min 54s).

sabemos se foi um amor declarado. Só sabemos que o protagonista ama, e que o seu amor morreu antes de receber um primeiro beijo. Apenas o lábio do protagonista ainda mantinha calor quando houve o beijo. De alguma forma, o único beijo não aconteceu. Mas o amor aconteceu.

Na canção “Eu te Amo”⁴⁹⁰, de Chico Buarque, todo calor é trocado em uma confusão de veias que confunde até a direção do sangue: “Se nós nas travessuras das noites eternas/ Já confundimos tanto as nossas pernas/ Diz com que pernas eu devo seguir/ Se entornaste a nossa sorte pelo chão/ Se na bagunça do teu coração/ Meu sangue errou de veia e se perdeu”. Há muito calor na canção de Chico Buarque, uma canção de amor tão consagrada como a letra de Nelson Cavaquinho. Metáforas afetivas que ressaltam a importância do sentimento para o sujeito. Há o amor, a necessidade de amor. Somos facilmente tocados por palavras que, colocadas em certa ordem lógica, representem o amor: como uma fotografia consegue captar o *espanto em si*, onde *um cachimbo é sempre um cachimbo*, na brincadeira de Barthes com Foucault⁴⁹¹.

A questão não é a existência de fidelidade, reciprocidade, lealdade, generosidade ou correspondência do amor. Na verdade não há uma questão, há uma imagem afetiva. Um amor não precisa ser recíproco, leal, generoso ou, de alguma forma, correspondido. Amar já é uma resposta positiva da demanda de amor, mesmo que não exista — sequer — troca de calor entre os corpos. As duas canções trabalham com a imaginação para seduzir o ouvinte, dependem da percepção daquilo que toca no amor, fazendo com que o ouvinte sinta o amor que está ali. Na primeira letra não acontece uma das imagens mais significativas do amor: o beijo como troca de afetos. Na segunda letra há intensa troca de afetos, convivência, fluidos, sangue. A rejeição não mata o amor na letra de Chico Buarque, como a morte também não mata o amor na canção de Nelson Cavaquinho. De alguma forma, a desilusão amorosa é, em si, amor que existiu — pelo menos na forma da ilusão. Há, nos dois casos, espaço para o amor.

As letras do grupo Racionais expressam sentimentos contraditórios sobre a figura da mulher, seguidamente retratada como espelho legitimador do baixo prestígio social com que são etiquetados, aparecendo como representação de um

⁴⁹⁰ BUARQUE, Chico. Eu te amo. BUARQUE, Chico; JOBIM, Antônio Carlos [Compositores]. In: **Vida**; São Paulo: Universal Music, p 1980. 1 CD (ca. 45 min). Faixa 3 (5min 05s).

⁴⁹¹ FOUCAULT, Michel. **Isto não é um cachimbo**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

desprestígio social que não permite sublimações comuns ao samba, como fez Noel Rosa em “Filosofia”, por exemplo: “Mas a filosofia hoje me auxilia /A viver indiferente assim/Nesta prontidão sem fim/Vou fingindo que sou rico/ Pra ninguém zombar de mim⁴⁹²”. Nas primeiras letras do Racionais nada parece deixar espaço para a criação imaginária, não há como falsear o contexto no qual o amor pode se manifestar no tempo necessário do *acontecimento do amor*.

Talvez por isto o tom rude em que o tema é resolvido ainda antes da ilusão amorosa que poderia se desvanecer, desiludir. Tudo é relação de forças, poder, dominação: “Fale o que quiser, o que é, é/Verme ou sangue-bom tanto faz pra mulher/Não importa de onde vem, nem pra quê/ Se o que ela quer mesmo é sensação de poder⁴⁹³”. A ideia do amor está presente, mas na forma abortada daquilo que já não poderia ser quando chega seu tempo. O amor é sempre expresso no formato do amor pela mãe, enlace de afeto e gratidão. Pousada em memória, presente ou distante. Amor que precisa ser sempre lembrado, posto que raro amor.

Impossível não fazer a associação da mãe iludida de “Meu guri⁴⁹⁴” — canção de Chico Buarque — com o guri que responde à demanda de amor em Negro Drama⁴⁹⁵, mas não pode aceitar a opressão do Brasil cordial perceptível em cada passo cotidiano, laço de afeto e política expresso em poesia:

Me perdoe, me perdoe mãe/Se eu não tenho mais o olhar/Que um dia foi te agradar com cartaz escrito assim /12 de maio em marrom, um coração azul e branco em papel crepom/Seu mundo era bom/Pena que hoje em dia só encontro/No seu álbum de fotografia/Juro que vou te provar que não foi em vão/Mas cumprir ordem de bacana não dá mais não⁴⁹⁶.

O guri de Chico Buarque já não suportava o modelo do *tipo otário* da falsa corrida individualista contemporânea no seu formato pseudo-legalista, mas nunca

⁴⁹² BUARQUE, Chico. Filosofia. ROSA, Noel [Compositor]. In: **Sinal Fechado**; São Paulo: Universal Music, p 1974. 1 CD (ca. 35 min). Faixa 3 (2min 20s).

⁴⁹³ RACIONAIS MCs. Vida Loka – Parte I. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 4 (5min 03s).

⁴⁹⁴ “Chega suado e veloz do batente/ E traz sempre um presente pra me encabular/ Tanta corrente de ouro, seu moço/ Que haja pescoço pra enfiar/ Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro/ Chave, caderneta, terço e patuá/ Um lenço e uma penca de documentos/ Pra finalmente eu me identificar”. BUARQUE, Chico. O meu guri. BUARQUE, Chico. [Compositor]. In: **Almanaque**; São Paulo: Universal Music, p 1981. 1 CD (ca. 35 min). Faixa 3 (3min 58s).

⁴⁹⁵ RACIONAIS MC's. Negro Drama. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 5 (5min 19s)

⁴⁹⁶ RACIONAIS MC's. Eu sou 157. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 9 (8min 49s).

perdeu o afeto. Os presentes, os adornos e a identificação roubada que proporcionou à sua mãe não permitem o fechamento estético na figura do *terror* que os símbolos contemporâneos atribuem aos crimes patrimoniais, e sequer a morte trágica do personagem retira o tom consolador da música, entoada sem ressentimento⁴⁹⁷ — como nas cantigas de um samba antigo de Nelson Cavaquinho. Porém, agora adulto (Negro Drama), é outra sua forma de expressão do cotidiano: seca, ameaçadora, direta. Não é um ressentimento inconsciente mais adequado ao que a cultura popular chamaria de recalque, mas uma reação consciente e ética ao cenário que desconstrói, destroça a dimensão do amor romântico.

Neste jogo pouco afetuoso, o “bom malandro” deve estar sempre esperto para colocar a carta certa, conquistar e sair de cena antes de esquecer que o compromisso verdadeiro é com os *irmãos*: “Ouve e dá razão enquanto ela fala/E fala, cai no canto da sereia/Vê que ele é firmão igual um prego na areia/Prego, jogou o ego, dentro de um buraco/Um bon vivant jamais mostra o ponto fraco⁴⁹⁸”. Este excesso de pragmatismo, esta necessidade de atenção constante não favorecem a quietude contemplativa de um amor delicado. A ascensão econômica ilegítima (juridicamente, é claro) possibilita transitar utilizando os signos adequados ao *estilo cachorro*, e a negação da postura moralista legítima eticamente esta utilização, permitindo que o sujeito apenas simbolize a ostentação como forma de conquista (sem que ela ornamente todo o sentido de sua existência) das “mulheres vulgares”, mas este ainda não é o espaço do amor⁴⁹⁹; o amor precisa sair do espaço da razão, do cálculo: *perder a noção da hora, jogar tudo fora*⁵⁰⁰. O discurso que está em relação direta com o projeto discutido no capítulo anterior demonstra a necessidade de manter-se sempre atento na relação com o jogo do feminino (“malandro que é malandro não perde o controle⁵⁰¹”).

⁴⁹⁷ Ainda que inexista conceito consensual sobre o termo, estou utilizando a leitura de Maria Rita Kehl em: KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 4 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

⁴⁹⁸ RACIONAIS MC's. *Estilo cachorro*. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 6 (6min 29s).

⁴⁹⁹ Amor e afeto são palavras que contêm inúmeros significados populares e acadêmicos e não quero restringir nenhum deles, mas desenvolvi a problematização com base nos argumentos de Barthes em: BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 173.

⁵⁰⁰ BUARQUE, Chico. *Eu te amo*. BUARQUE, Chico; JOBIM, Antônio Carlos [Compositores]. In: **Vida**; São Paulo: Universal Music, p 1980. 1 CD (ca. 45 min). Faixa 3 (5min 05s).

⁵⁰¹ Frase do sambista Moreira da Silva. Vide: MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos**. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Sociologia: IUPERJ, Brasil, 1999, p. 272.

A questão do amor permanece contundente como navalha na carne: por que o “bon vivant” periférico não pode expressar seu ponto fraco como os personagens desiludidos pela morte e pelo abandono de Chico Buarque e Nelson Cavaquinho? Porque “a guerra esfrangalha, a guerra eviscera. A guerra calcina. A guerra esquarteja. A guerra *devasta*”, lembra Susan Sontag⁵⁰². Neste cenário de guerra, não há espaço para o amor. “Não existe amor em SP”, responde Criolo⁵⁰³: “Os bares estão cheios de almas tão vazias/ A ganância vibra, a vaidade excita/ Devolva minha vida e morra afogada em seu próprio mar de fel/ Aqui, ninguém vai pro céu”. Existe alguma coisa, existe esse jogo especular de construção estética que batalha conquistas na guerra, mas que não conquista nada, porque não há tempo: “Mulheres vulgares, uma noite nada mais⁵⁰⁴”.

Se no primeiro disco em que a temática é exposta a cena explora dois amigos conversando ao telefone com um claro ressentimento pelo tratamento que lhes é dispensado pelas “mulheres vulgares”, no último disco o contexto é de ostentação dos signos que atraem o mesmo *tipo* de mulher. Desnecessário avaliar se a modificação está relacionada — ou não — com a ascensão do próprio grupo musical, pois claramente é atribuída a um *estilo* que transcende biografias individuais. O posicionamento altivo não é exatamente causa ou consequência da conquista de alguns *tipos* de mulheres, o posicionamento altivo é a própria regulação da fratria⁵⁰⁵: ela deve ser altiva como um leão na selva ou um soldado na guerra. Se este *ethos* com “naipe de artista e pique de jogador⁵⁰⁶” serve como trampolim para uma etiqueta conquistadora, importante lembrar que a construção deste personagem deve manter como foco a conservação da fratria, não o empoderamento meramente especular da sedução.

Os dispositivos de sexualidade que arditamente provocam sensação de liberdade⁵⁰⁷ não deixam de estar presentes deste lado da ponte. Ocorre que se manifestam de forma diversa. Como todo dispositivo, precisam de pontos de apoio

⁵⁰² SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p.90

⁵⁰³ CRIOLO. Não existe amor em SP. Criolo [Compositor]. In: **Nó na orelha**; Oloko Records, p. 2011. 1 CD (ca. 40min). Faixa 3 (4min 47s).

⁵⁰⁴ RACIONAIS MC's. Mulheres vulgares. Edy Rock e KLJ [Compositores]. In: **Holocausto urbano**; Zimbabwe, p 1990. 1 CD (ca. 30 min). Faixa 4 (4 min 50s).

⁵⁰⁵ O termo fratria, neste contexto, advém de KEHL, Maria Rita. **A fratria órfã**: conversas sobre a juventude. São Paulo: Olho d'Água 2008.

⁵⁰⁶ RACIONAIS MC's. Estilo cachorro. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 6 (6min 29s).

⁵⁰⁷ FOUCAULT. Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998, p. 170.

que não estão bem definidos neste contexto. Aparece ruidosamente nas letras a mulher “hipersexualizada”, procurando romper os limites éticos da fratria; mas também está presente o irmão adornado com o *ethos*⁵⁰⁸ *ladrão*⁵⁰⁹, que atrai todos os desejos femininos (e neste caso deve fazer bom uso deste atributo, desde que não viole o laço ético da fratria). Se podemos observar patriarcalismo e gestão da sexualidade feminina, podemos também observar uma biopolítica profana, na qual o *vacilo* da mulher não está no exercício dos corpos e seus prazeres, mas na utilização perversa do sexo como forma de destituição do laço social periférico, o que é uma questão de vida ou morte — de sexo e de sangue⁵¹⁰.

O ascetismo não transparece em uma moral sexual repressora, mas em um exercício seletivo da sexualidade de acordo com atributos financeiros do parceiro sexual. Os dispositivos de sexualidade não deixam de manifestar sua presença pela ausência de instituições que ativem diretamente seus dispositivos; a normalização transcende o prédio público, mantendo a produção de subjetividade necessária para a utilização do conceito. Se “era muito cedo pra pensar em sexo⁵¹¹”, isto não é uma consequência da pastoral da carne, mas da pastoral do fetiche do capital. O problema não é o exercício sexual, mas o disciplinamento monetário, a contaminação de uma organização de sociabilidade que não deve ser guiada pela moeda, mas pela crítica do pertencimento a um legado no qual a moeda compra a carne negra e, por isto, logicamente não pode ser critério de afetividade. E inclusive o sexo casual possui afetividade – neutralizada pelo conteúdo impessoal do dinheiro.

O sexo não pode entrar no jogo de poder da moeda, não pode colocar em risco a vida dos irmãos: “jogar pra perder, parceiro, não é comigo⁵¹²”. O “pique de jogador” só pode ser exercido como ressentimento comum a ser problematizado (e

⁵⁰⁸ VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 60.

⁵⁰⁹ “Hoje eu sou ladrão/ artigo 157/ as cachorra me amam/ os playboy se derretem”. RACIONAIS MC's. Eu sou 157. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 9 (8min 49s).

⁵¹⁰ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

⁵¹¹ RACIONAIS MC's. Em qual mentira vou acreditar? Edy Rock e Mano Brown [Compositores]. In: **Sobrevivendo no Inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 9 (7min 42s).

⁵¹² RACIONAIS MC's. Estilo Cachorro. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 6 (6min 29s).

talvez superado), nunca como humilhação do *ethos*⁵¹³. A moeda obtida com o trabalho é valorizada, mas não pode estar presente como condição existencial. A moeda obtida ilicitamente é igualmente valorizada: a questão não está na obtenção ou no uso do capital, mas no uso da carne. Se é a moeda que compra a carne negra, então a quantidade de moedas não pode servir como parâmetro de classificação, ainda que sirva como forma de conquista de prazeres pelo *bom jogador* — espécie de delator ao contrário.

Está do lado de lá da ponte, mas depois de *estourar um banco* não há problema em “fumar maconha com os gadinho do condomínio lá em Fernando de Noronha⁵¹⁴”: o que era o ressentimento social das gerações passadas agora é canalizado para fora do sujeito, podendo gerar vingança exercida com a mesmas armas do agressor, desde que não seja esquecido de que lado da ponte se está. O ressentimento como afeto que fere o próprio sujeito é invertido pela força anímica do ódio de classe e instrumentalizado como gozo, ainda que perverso.

Esta chave de leitura foi muito bem exposta por Maria Rita Kehl quando problematizou o risco da exclusão do feminino no pacto homossexual da fratria, gerando fanatismo. Porém, a suposição não é confirmada com o movimento que ocorre no rap nacional da década de 1990 até 2013, em que inúmeras compositoras e letristas passam a interagir no movimento hip hop, numa sociabilidade horizontal que refuta a hipótese da intolerância e reafirma o convívio com o semelhante na diferença⁵¹⁵. A suposição também foi negada pelo próprio grupo quando expresso que “Mulheres vulgares” é a música que menos representa o coletivo contemporaneamente⁵¹⁶.

A questão ética é problematizada, mas nunca resolvida, no mesmo sentido em que o traficante aparece como inimigo capitalista, mas também é enunciado como irmão de fé. A lealdade não resolve nada e não é sinônimo de fidelidade, mas

⁵¹³ VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 60.

⁵¹⁴ RACIONAIS MCs. Eu sou 157. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 9 (8min 49s).

⁵¹⁵ KEHL, Maria Rita. **A fratria órfã**: conversas sobre a juventude. São Paulo: Olho d'Água 2008, p.92.

⁵¹⁶ “Há algumas músicas no nosso trabalho que não cabem mais. São faixas que não se encaixam mais no momento, no que nós somos hoje. Embora sejam músicas que marcaram nossa história, nós não conseguimos mais cantá-las” KL JAY. “Estamos juntos há 400 anos, é coisa de outras vidas”, diz KL Jay sobre turnê de 25 anos dos Racionais MC's: Depoimento. [9 de maio de 2014]. Universo Online. Entrevista concedida a Luciana Rabassallo e Cláudia Assef. Disponível em: <<http://virgula.uol.com.br/musica/black-music/estamos-juntos-ha-400-anos-e-coisa-de-outras-vidas-diz-kl-jay-sobre-turne-dos-racionais>>.

abre espaço para que o amor possa sobreviver, ainda que na problematização da sua inexistência — quando já existe: “sim, eis o futuro chegou e agora/mas sem amor favela chora⁵¹⁷”.

Nos espaços trabalhados no segundo capítulo tentei fazer algumas entrevistas fechadas, mas era como se tentasse aprisionar água nas páginas. Frases como “Rebele-se”, “ame afú”, “por uma cidade coletiva” ou “mais amor” são vistas em pichações, faladas em microfones improvisados, inscritas em cartazes... Não são duráveis, tais modelos de apresentação caracterizam-se justamente pela efemeridade, mas não apenas o que é durável está livre da frivolidade e da superficialidade⁵¹⁸.

Os espaços estão interligados por redes virtuais⁵¹⁹ (Cidade Baixa Livre, Ocupa Cidade Baixa, Largo Vivo etc.), redes de afinidade musical (as bandas circulam por casas noturnas e espaços abertos, estimulando o trânsito do público) e redes estéticas/éticas. A grande maioria dos entrevistados fez referência à liberdade de ação destes espaços, bares e casas noturnas: a característica de ser um local para conversar (Bambu’s), dançar (Odomodê) ou viajar (espaços públicos) libera os frequentadores da obsessão narcísica da conquista meramente especular.

Não é um interdito ou uma razão ascética, muito pelo contrário, os relacionamentos são valorizados e esperados, mas “a gente sai para uma infinidade de maravilhas”. A característica das bandas (*covers* de Beatles, Chico Buarque, Cartola, Tim Maia, Cazuza...) provoca aglutinações e cria enlaces que vão se desenvolvendo com o passar do tempo, de forma que a abertura para o desconhecido possui a barreira ética da afinidade com o espírito⁵²⁰ dos espaços, incentivando o contato sem pressa, a dança lúdica, a *descarga* afetiva de Elias Canetti⁵²¹, a conversa não programada... O sucesso da banda Los Hermanos, em que a presença da afetividade é o laço geral entre as composições, centrifugando

⁵¹⁷ RACIONAIS MC's. Inimigo é de Graça. Ice Blue [Compositor]. In: **Tá na chuva**; EMI, p 2009. 1 CD (ca. 65 min). Faixa 6 (4min 19s).

⁵¹⁸ LIPOVETSKY, Gilles. A sociedade da decepção. Barueri, Manole, 2007, p. 55.

⁵¹⁹ Grupos citados apenas para exemplificar, já que são incontáveis os espaços de divulgação e organização de ocupações na rede social Facebook.

⁵²⁰ Utilizo a palavra no sentido comum utilizado no Brasil, creio que seja mais interessante que as inúmeras traduções da palavra presentes em Michel Maffesoli.

⁵²¹ CANETTI, Elias. **Masa y poder**. Barcelona: Munchnik, 1981, p. 7.

todas as letras, salienta a irrupção e valorização de afetos cujo discurso *pós-moderno* previa há pelo menos duas décadas⁵²².

Existe troca constante entre as tribos que não respeitam classificações econômicas e produzem o cimento maleável da agregação pelo emocional, pela sensação tátil: “nebulosa afetual⁵²³”. É um erro pensar que esta é uma característica apenas das camadas médias, e que o hedonismo está acima ou abaixo da questão de classe, o espaço social não é uma estante. A intervenção espacial lírica (a música no caso das casas noturnas, as instalações nos espaços abertos, a ancestralidade nos espaços antigos) suspende a realidade e cria um ambiente que embaça a individualização, estabelecendo compartilhamento poético que permite variação existencial em harmonia com certa organicidade. É a necessidade de busca de algum contato afetivo — mais do que de resgate — das tribos contemporâneas que torna especial e heterotópica a efervescência noturna. A noite não é uma condição lírica, mas a normalização do diurno torna o período noturno o momento mais propício para a suspensão dos assujeitamentos. A suspensão pode ser libertadora, ainda que também liberte os gozos perversos e a experiência narcísica (“mas já têm pessoal colando que acha já que pode tudo, tal... como é que pode tudo?⁵²⁴”). Se as tentativas de encontro expressam certa liberdade existencial disposta a regular de forma alternativa a socialidade, ainda falta a produção de interditos horizontais como aqueles debatidos no capítulo anterior. O desafio da disposição ao encontro e do controle profano é comum tanto às camadas médias quanto aos sujeitos periféricos, ainda que expressem tensões diferentes.

O transe coletivo, a descarga, coloca um novo componente, produz outra coisa em relação ao cotidiano. A dissolução das individualidades na massa — diluição das heterogeneidades na instantaneidade da homogeneização provocada pelo compartilhamento interacional — é experiência buscada em grande parte dos eventos. Este efeito instantâneo já é uma forma de mediação. O poema presente nas músicas, por exemplo, é expressão subjetiva que oferece a realidade

⁵²² Discussão iniciada na dissertação de mestrado “A criminologia nos entre-lugares” a partir da obra de Michel Maffesoli, *A violência totalitária*, cuja primeira edição foi publicada em 1979.

LINCK, José Antônio Gerzson. **A criminologia nos entre-lugares: diálogos entre inclusão violenta, exclusão e subversão contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010; MAFFESOLI, Michel. **A violência totalitária**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

⁵²³ MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998, p. 103.

⁵²⁴ Fala de participante de ocupação noturna ocorrida próxima à Usina do Gasômetro, na orla do Guaíba.

pressuposta que motivou o autor, mas oferece a todos os presentes, amenizando o individualismo através da diluição na massa. A concepção mítico-mágica da poesia é instrumento privilegiado que intervém nas relações do cotidiano e altera a percepção da realidade objetiva. A identificação lírica recompõe o processo de homogeneização efêmera, ainda que no momento seguinte o efeito se desfaga, estabelecendo novamente a diferenciação individual⁵²⁵.

O poema expressa a intenção poética de promover a aproximação/integração dos indivíduos isolados em sua experiência pessoal para vivenciar os valores intrínsecos do ser humano numa experiência existencial compartilhada, propiciada pela intervenção poética no processamento da realidade objetiva. A poesia, assim concebida, constitui um instrumento mágico capaz de neutralizar o processo de diferenciação do cotidiano e redimensionar a experiência humana de ser e estar no mundo⁵²⁶.

Ao contrário do que grande parte da crítica sugere acerca dos movimentos contemporâneos, sustentando que a estética festiva deriva da ausência de objetivos e compromissos políticos, a pesquisa de campo indica que a questão não é a genérica aparência festiva que pode significar um número infinito de coisas; mas a estética e a ética específicas, do modelo festivo específico, que caracterizam tais ajuntamentos coletivos na contemporaneidade.

Em grande parte deles, a representação imaginária (aquilo que é expresso como intenção simbólica) do afeto coletivo é responsável pelo que a crítica chama de “festa”; comprometimento com dinâmica tribal, que, ao menos durante o rito, produz organicidade. Não há — e nem seria positivo que houvesse — permanência, são eventos fugazes. É justamente a efemeridade que obstaculiza a produção de uma homogeneidade totalitária que poderia tentacular e sintetizar as heterogeneidades. “Mais amor⁵²⁷” diz Mano Brown na periferia de São Paulo, “mais amor” dizem os cartazes pendurados no centro de Porto Alegre, “mais amor” diz Criolo no bar Opinião, “mais amor” gravam os pichadores na Avenida Mauá, “mais amor” escrevem os frequentadores na Cidade Baixa, “mais amor” escrevem os

⁵²⁵ SILVA, Anazildo V. A lírica buarqueana. In: FERNANDES, Rinaldo de (org.). **Chico Buarque: o poeta das mulheres, dos desvalidos e dos perseguidos**. São Paulo: LeYa, 2013, p. 51.

⁵²⁶ *Ibid.*, p. 47.

⁵²⁷ “Eu sou rebelado. Se falar de amor é rebelião, eu tô nessa, entendeu?” BROWN, Mano. **Dossiê Racionais MC’s: Depoimento**. [julho de 2014]. Revista Cult 192. Entrevista concedida a Endrigo Chiri Braz.

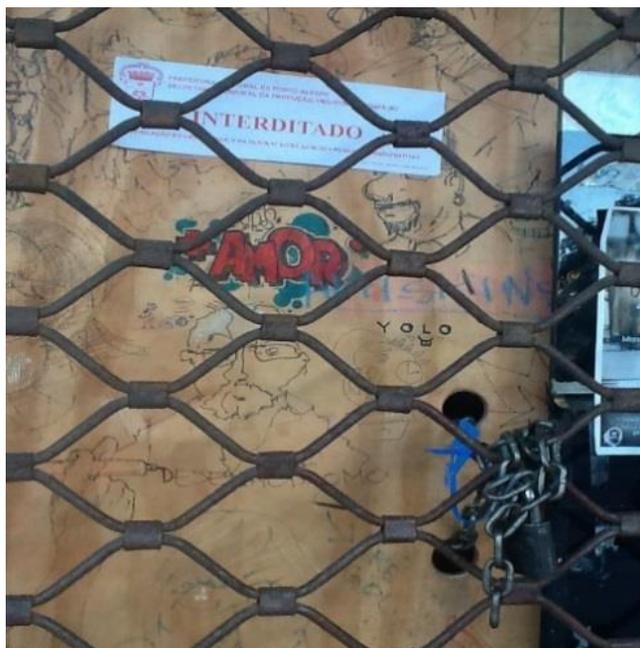
jovens nas barracas das ocupações, “mais amor” está gravado nas portas do Bambu’s: mais amor... por mais que o empresariado moral tente interdita-lo.

Figuras 33



Fonte: próprio autor (2012).

Figura 34



Fonte: Jornal Tabaré (2014).

Figura 35



Fonte: próprio autor (2014).

5.3 TRANSGRESSÃO (“AVANÇO DO MAR SOBRE ÁREAS LITORÂNEAS”): O AVANÇO DA MEDIAÇÃO CULTURAL SOBRE O CONTROLE VERTICALIZADO

Como demonstrou Marco Polo, de Italo Calvino⁵²⁸, tanto da periferia para o centro, quanto do centro para a periferia (incluindo os trajetos descentralizados que transcendem a métrica espacial) é necessária certa sinuosidade, traquejo e capacidade de camuflagem (lembro-me da alegoria mefistofélica de Lúcia Nagib discutida no capítulo anterior), no trânsito entre os espaços urbanos: certa intensificação do exercício de alteridade.

Na refutação da normalização vertical é preciso inexistir moralismo e é imprescindível a existência de uma ética. A fala do grupo Racionais serpenteia por terreno onde a responsabilidade ética não pode ser esquecida, e a horizontalidade é condição de escuta. Transita em local de difícil harmonização, a construção de um discurso em que apareça a questão do abandono social ou familiar, da irmandade órfã e do empoderamento, um discurso que produza pressupostos argumentativos: “Família brasileira, dois contra o mundo/Mãe solteira de um promissor

⁵²⁸ CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

vagabundo/Luz, Câmera e ação/Gravando a cena vai um bastardo/Mais um filho pardo, sem pai⁵²⁹.

O discurso moralista não funciona neste espaço, não existe autoridade que irradie suficiente carga normativa ou universalidade, há crise de legitimidade. É necessário posicionar-se como irmão para que a igualdade de condições deixe clara a compreensão dos ressentimentos e estabeleça um primeiro acordo argumentativo: nós sofremos isto que nós sofremos. Todo pensamento a ser colocado em discussão nas músicas rap impescinde deste primeiro acordo: “(Se) Você não sabe de onde eu vim/ você não sabe o que é sofrer⁵³⁰”.

A aceitação do “estilo cachorro” não se trata de compatibilização entre os valores do senhor e do escravo, pois o componente consumo, como critério de classificação contemporâneo, é percebido e renegado pelo grupo, nunca denegado, embora o manejo estratégico da compreensão sobre as consequências da estética especular consumista possa ser utilizado pelo *filho de escravo que não teve direito à indenização*⁵³¹, agora com o horizonte de uso limitado ao inimigo representado, aqui, pela “*mulher vulgar*”. Jessé Souza tensiona a relação entre o senhor e a precariedade dos dependentes livres na história brasileira, na qual a manutenção da frágil condição estrutural do dependente livre era vinculada à identificação com o senhor que lhe emprestava seu poder e — logo — com a dominação social que garantia este mesmo poder a ambos⁵³².

O “bom malandro” é diferente do *dependente livre*, pois não está pairando por terreno em que a fragilidade das balizas sociais poderia lhe conferir algo de legítimo. Ele recebe, compreende e aceita a rotulação de transgressor. Inverte a valoração do etiquetamento, mas não denega. É mais astuto, inclusive, do que o ressentido periférico problematizado por Jessé Souza⁵³³. O ressentimento⁵³⁴ é uma chave de leitura muito importante, mas subvalorizada por leituras que pressupõem neste sentimento uma completa inconsciência do sujeito. A indumentária está contornada

⁵²⁹ RACIONAIS MC's. Negro Drama. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 5 (5min 19s).

⁵³⁰ RACIONAIS MC's. Mente do Vilão. Mano Brown [Compositor]. In: **25**; São Paulo: Radar Records, p 2014. 1 CD (ca. 71 min). Faixa 10 (5 min 03s).

⁵³¹ MIL trutas, mil tretas. Direção: Ice Blue, Mano Brown, Roberto T. Oliveira. São Paulo: Imovision, 2006. 1 DVD (226 min), NTSC, cor.

⁵³² SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

⁵³³ Ibid., p. 139.

⁵³⁴ KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 4 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

por aspectos do consumo, mas apresenta distinções que refletem e são reflexos de diferenciais identitários bastante relevantes:

Impressiona no estilo de patife/Roupa de shopping, artigo de grife/Sempre na estica, cabelo escovinha/Montado numa noventa e nove/ azul novinha/Anel de ouro combinando com as correntes/Relógio caro, é claro, de marca quente/Anda só no sossego, sem muita pressa/Relaxa a mente, se não estressa/No momento o que interessa/ ele já tem/Uma Kawasaki/e liberdade meu bem⁵³⁵.

Não há problema em atuar no *estilo cachorro*, não faria sentido moralizar este tipo de interação. O problema não é, evidentemente, o produto. O problema é a relação entre os “irmãos”, decorrente da captura pela lógica de consumo que valora o humano pelo produto que veste. A negação ética é direcionada à forma de trabalho oferecida ao negro, não ao capital proporcionado pelo trabalho. Discussão que já estava presente nas obras de Florestan Fernandes:

Na realidade, a pauperização, acarretada pela inadaptação social, e anomia, causada pela organização familiar disfuncional, condicionam-se mutuamente. A submersão na lavouras de subsistência e a concentração nas então nascentes “favelas” das cidades, seriam, para Florestan, antes que fuga da realidade, uma espécie de “desespero mudo”. O conteúdo irracional dessas escolhas, já que para ele não era passividade ou indiferença o que estava na raiz do comportamento do negro, mas ‘escolha’, ainda que uma escolha desesperada, sem dúvida, uma espécie de protesto mudo e inarticulado na própria autocondenação ao ostracismo, à dependência e à autodestruição, era claro para Florestan. No contexto dominante de extrema privação, os códigos desviantes da norma apareciam como afirmação de individualidade e até de heroísmo. Para não ser otário, condenado aos serviços de negro, invariavelmente perigosos e humilhantes, os destinos de vagabundo, ladrão ou prostituta ofereciam perspectivas comparativamente maiores⁵³⁶.

Abandonados em todo o processo histórico que sucede a abolição formal da escravatura⁵³⁷, a mistura da rejeição ao trabalho indigno com a ausência de adaptação adquirida para os trabalhos intelectuais forma terreno apto para o pensamento sobre as relações sociais de produção. A crise pode não obter — mas ao menos provoca — a crítica.

⁵³⁵ RACIONAIS MC's. Estilo cachorro. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 6 (6min 29s).

⁵³⁶ SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 157.

⁵³⁷ Sobre o tema ver: ZALUAR, Alba. **Da revolta ao crime S.A.** São Paulo: Editora Moderna, 1996, p. 80-95.

Desde cedo a mãe da gente fala assim: 'filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor.' Aí passado alguns anos eu pensei: Como fazer duas vezes melhor, se você tá pelo menos cem vezes atrasado pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses... por tudo que aconteceu? duas vezes melhor como? Quem inventou isso aí? Quem foi o pilantra que inventou isso aí? Acorda pra vida rapaz"⁵³⁸.

O diálogo é horizontal, deve estar disposto às construções estéticas diversas. Porém a manutenção da fratria exige compromisso em relação aos irmãos e liberdade em relação à lógica do consumo valorizada pelas “mulheres vulgares”, o que implica afirmação de ética que transcenda o sujeito-consumidor sem negar a existência do consumismo; deve-se aprender a viver na selva de pedra: “Seu jogo é sujo e eu não me encaixo/Eu sô problema de montão de carnaval a carnaval/Eu vim da selva, sou leão/Sou demais pro seu quintal⁵³⁹”. Os riscos advindos da ascensão econômica criminalizada — e que por vários fatores aumentam o prestígio social — não são assumidos em nome da conquista feminina, mas atinentes a um *ethos* etiquetado positivamente (também) por um *tipo* de mulher: “Hoje eu sou ladrão, artigo 157/ As cachorra me amam/ Os playboy se derretem/ Hoje eu sou ladrão, artigo 157/ A polícia bola um plano/ Sou herói dos pivete⁵⁴⁰”.

O encontro face a face é precedido de significações que estão em luta no *momento* do encontro, em que o sujeito concreto pode reforçar ou equilibrar as significações passadas que projetam o futuro do *encontro* presente. O “playboy” possui formas de caminhar, falar e vestir que fornecem um mapa de possibilidades para o encontro que está por vir e, desta forma, é parte ativa do próprio contato. O “playboy” não possui ontologicamente tais características, mas o processo social e histórico vincula o sujeito às identidades possíveis — sendo que a maioria delas está mais próxima do senhor de engenho e do patrão do que de um irmão de sofrimento.

A afirmação da multiplicidade identitária é importante, sobretudo na contemporaneidade, mas isto não torna os rótulos presentes menos relevantes nas representações sociais. A etiqueta “playboy”, portanto, não é um atributo intrínseco a sujeitos sociais, mas uma expectativa a ser confirmada, um dado de realidade para o encontro futuro. O mesmo ocorre com as “mulheres vulgares”, embora não ocorra

⁵³⁸ As palavras são de Mano Brown no show *Mil trutas, mil tretas*. MIL trutas, mil tretas. Direção: Ice Blue, Mano Brown, Roberto T. Oliveira. São Paulo: Imovision, 2006. 1 DVD (226 min), NTSC, cor.

⁵³⁹ RACIONAIS MC's. Negro Drama. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 5 (5min 19s).

⁵⁴⁰ RACIONAIS MC's. Eu sou 157. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 9 (8min 49s).

com o delator por sua característica ainda mais traiçoeira. Ao contrário da “mulher vulgar”, o delator era um irmão da fratria, motivo que torna sua existência insuportável: figura taciturna, nunca transparente, utiliza a semelhança como disfarce contra os *irmãos*.

A produção de fronteiras discursivas entre a figura feminina representada pela mãe solteira (mulher de fé) e as “mulheres vulgares” não é mera manutenção do patriarcalismo e gestão de sexualidade. O patriarcalismo teria de ser problematizado frente às inúmeras outras questões que incluem, sobretudo, a ausência do pai. O que não significa, evidentemente, que a função paterna não possa estar presente no discurso materno. Ocorre que a vinculação das “mulheres vulgares” ao *ethos* burguês subentende a legitimação de um estado de coisas que é o *sofrimento em si* desta parcela populacional. As “mulheres vulgares” estão do outro lado da ponte, junto com o “playboy”: “Playboy bom é chinês, australiano/fala feio e mora longe/ não me chama de mano⁵⁴¹”. A única situação pior é a do delator, posto que erra do lado de cá da ponte: “Falador passa mal, rapaz⁵⁴²”.

O delator, a “mulher vulgar” e o playboy são mais do que inimigos na lógica de guerra que contextualiza o discurso rap. O delator fez parte da fratria, o playboy está em horizontalidade etária e a “mulher vulgar” é uma “mina de fé” a menos. É a proximidade — não a distância — com as características da fratria que os torna tão desprezíveis. No discurso, o inimigo está posto e deve ser evitado. O delator, a “mulher vulgar” e o playboy poderiam estar da ponte para cá, mas optaram pelo outro lado, talvez por isto sejam tão problematizados. A “mulher vulgar” não é vulgar por exercer sua sexualidade, mas por julgar os irmãos com base no padrão imposto pelo *ethos* burguês, presente do “outro lado da ponte”. Mesmo julgamento “cosmético” que extermina cotidianamente a população negra. Por vezes o policial é incluído no discurso, já que muitas vezes é mestiço ou negro, pobre e jovem: inimigo na trincheira.

Ocorre que o simbolismo presente na farda é forte o suficiente para que a existência concreta do homem que veste o uniforme seja desconsiderada, inclusive pela conversão que ocorre na instituição que agora representa. Michel Misse explora o processo de construção social que produz a imagem negativa da polícia e do

⁵⁴¹ RACIONAIS MC's. Da ponte pra cá. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 10 (7min 50s).

⁵⁴² ORIGINAIS DO SAMBA. Falador passa mal. In: **É preciso cantar**; RCA, 1979. 1 disco sonoro. Lado B, faixa 3.

delator pelas arbitrariedades exercidas na negociação ilegal das acusações sociais, mostrando que há interação entre o modelo processual, o modelo de segurança pública e as representações sociais produzidas neste trajeto — demonstrando que a *lei do silêncio* é muito mais do que um emudecimento produzido por ameaças do crime organizado⁵⁴³.

Se as condições de percepção da vida cotidiana⁵⁴⁴ são formas de racionalização transmitidas pelas gerações passadas e dependentes de processos de objetivação presentes, os quais institucionalizam normas de conduta, a composição de um tempo histórico de enfraquecimento da legitimidade estatal somada a uma geração de meninos órfãos (fática e/ou simbolicamente) produz uma crise e uma possibilidade. O desamparo pode transformar a crise em crítica e ser a oportunidade para produção de normas sociais horizontalizadas: transformar a catástrofe em construção de sociabilidade é um esforço bastante visível no discurso do rap nacional.

A ambivalência presente no discurso do grupo Racionais sobre a figura do “bom malandro” reflete a valorização da malandragem boêmia já exaustivamente discutida nas letras de samba, mas evitando exasperar dicotomia moralista entre o malandro e o trabalhador; dicotomia sempre superficial e em contato com as leituras deterministas do negro como ávido por sexo ou indolente⁵⁴⁵.

É evidente que a tensão está sempre sendo problematizada com inúmeras matizes, dependendo da personalidade do sujeito que é representado na música; o que, aliás, é responsável pelo seu potencial antropológico. Em letra bastante

⁵⁴³ MISSE, Michel. **Acusados e acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008, p. 29.

⁵⁴⁴ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 86.

⁵⁴⁵ “A anomia familiar fechava o círculo vicioso. Florestan aponta a posição peculiar do sexo no mundo negro como uma das causas principais da anomia nesta esfera. Já o próprio excesso de pessoas morando nos cortiços e barracos de favelas, facilitava todo tipo de relação incestuosa ou abusiva (os garotos sexualmente abusados pelos mais velhos). O filho natural e a mãe solteira, quase sempre jovem, eram os produtos mais comuns deste tipo de convivência. E nesse contexto que Florestan inverte a mistificação popular do negro ou da mulata como ávidos por sexo. Na realidade, o sexo se erige na única are de livre exercício das aptidões humanas, para esses grupos excluídos e marginalizados de tudo, menos do sexo (e do futebol, diríamos hoje), constituindo-se, então, no centro único que atrai todas as atenções e esforços. O vício do álcool e também percebido por Florestan como o sexo, como um fator de desorganização e autodestruição. As entrevistas tendem a compor um quadro em que a sucessão de insucessos sociais e pessoais montam um contexto no qual o alcoolismo se converte no sucedâneo do suicídio, quando o protesto contra a adversidade, percebida como fatalidade natural e até justa e inevitável, se vira contra a própria pessoa.” SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

reflexiva, um “bom malandro” está baleado e em espécie de transe que antecede a morte, repensando sua biografia:

Nunca mais vi meu irmão/ Diz que ele pergunta de mim, não sei não/ A gente nunca teve muito a ver/ outra ideia, outro rolê/ Os malucos lá do bairro/ Já falava de revolver, droga, carro/ Pela janela da classe eu olhava lá fora/ a rua me atraía mais do que a escola/ Fiz 17, tinha que sobreviver/ Agora eu era um homem, tinha que correr/ No mundão você vale o que tem/ eu não podia contar com ninguém/ Cuzão, fica você com seu sonho de doutor!/ Quando acordar cê me avisa, morô?/ Eu e meu irmão era como óleo e água/ Quando eu saí de casa trouxe muita mágoa/ Isso há mais ou menos seis anos atrás/ Porra, mó saudade do meu pai⁵⁴⁶.

Está recalcada na discussão a ambivalência própria da cultura nacional sobre os conteúdos normativos que, de certa forma, interagem com o próprio extermínio que está sendo problematizado pelo grupo⁵⁴⁷. Ocorre que esta música não é direcionada para bibliotecas, não está colocando em discussão a longa e importante tarefa de pensar a manutenção do controle autoritário através de ambivalências perversas que se apresentam generosas. A música é direcionada para a reflexão de uma parcela populacional específica e solicita a escuta de uma narrativa que pode oferecer um questionamento ético para situações individuais fáticas. Não significa que exista barreira socioeconômica para a escuta, mas é necessária a compreensão de um contexto social e afetivo que possa oferecer alguma tradução ao que está sendo dito.

Por onde se produz a identificação através de um abismo de diferenças, que faz com que adolescentes ricos ouçam e (por que não?) entendam o que estão denunciando os Racionais, e uma mulher adulta de classe média receba a bofetada violenta do rap não como um insulto mas como um desabafo compartilhado, não como uma provocação pour épater, mas como uma denúncia que a compromete imediatamente com eles? Se eles não me autorizam, vou ter que forçar a entrada. A identificação me facilita as coisas; aposto no espaço virtual, simbólico, e portanto inesgotável, da fratria e me passo para o lado dos manos, sem esquecer (nem poderia) a minha diferença – é de um outro lugar, do “meu” lugar, que escuto e posso falar dos Racionais MC’s. É porque eles falam diretamente não apenas à minha má-consciência de classe média esquerdista, mas ao mal-estar que sinto por viver num país que reproduz diariamente, numa velocidade de linha de montagem industrial, a violenta exclusão de milhares de jovens e crianças que, apesar dos atuais discursos neoliberais que enfatizam a competência e

⁵⁴⁶ RACIONAIS MC’s. Eu tô ouvindo alguém me chamar. Mano Brown [Compositor]. In: **Sobrevivendo no inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 4 (2min 12s).

⁵⁴⁷ PERALVA, Angelina. **Violência e democracia**: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.186.

o esforço individual, não encontram nenhuma oportunidade de sair da marginalização em que se encontram⁵⁴⁸.

A base que estrutura a composição das letras não é o sujeito de direito universal da modernidade, mas uma sociedade fraturada na qual a escolha de um *lado da ponte* nada mais é do que o exercício crítico mínimo exigido pela responsabilidade ética. O direito só pode ser imposto através de uma dissimetria em que a guerra constrói as palavras que serão utilizadas na própria guerra. Não se trata de administrar a linguagem dentro da guerra, como um cidadão civilizado que de repente percebe-se em um *front*, mas de um *mano* cuja linguagem já emerge no meio da guerra. Se é um discurso crítico, tal discurso decorre de uma vida em crise, que produz uma responsabilidade com os *irmãos de sofrimento*. É necessário o estabelecimento de um *proceder* que negue a falácia da igualdade jurídica e produza *outra forma* de regular a sociabilidade⁵⁴⁹. *Outra forma* de regular a sociabilidade é justamente a característica mais visível nos espaços que observei no segundo capítulo, ainda que *outra forma* possa significar uma infinidade de esforços.

A utilização contemporânea do espaço público como festa/manifestação possui uma heterogeneidade homogênea, mas instável, dependendo de permanente mediação societal: o uso relativamente harmônico do espaço (os objetivos simbólicos e concretos) produz homogeneidade, assim como os organizadores, os meios de divulgação (redes sociais), a estética construída e a música fortalecem o laço comunitário, mas a ausência de obstáculos concretos e a proeminência da lógica pós-moderna de identificação (diversa da lógica especular da identidade) favorecem a força da heterogeneidade, ainda que na forma da convivência de antagonismos. A tensão entre a manutenção da diferença individualista e a força comunitarista não cessa, como nos bailes de Hermano Vianna⁵⁵⁰.

A ausência de vigilância, combinada com o livre acesso, produz sensação de instabilidade: nada está definitivamente combinado — nem o uso, nem a função, nem os grupos, nem o horário, nem o local das práticas (alimentação, sanitários, uso de psicoativos...), nem a identificação e nem o policiamento (sobretudo a presença negativa do policiamento, sob a forma da repressão). Em regra, as manifestações festivas contemporâneas configuram uma heterogeneidade homogênea instável: há

⁵⁴⁸ KEHL, Maria Rita. *A fratria órfã: conversas sobre a juventude*. São Paulo: Olho d'Água 2008.

⁵⁴⁹ HIRATA, Daniel Veloso. In: CABANES, R; et al. **Saídas de emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011, p.213.

⁵⁵⁰ VIANNA, Hermano. **O mundo funk carioca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

diferença cultural e há risco, ao menos simbólico, de violência. A argumentação de que há risco de violência em qualquer local é excessivamente retórica, e não está em consonância com o universo simbólico que relaciona segurança com controle. É evidente que os participantes sentem-se seguros, já que estão ali, mas não existe nada além do aspecto sensorial que lhes prometa esta segurança.

Nos espaços públicos que estão sendo ocupados o público é heterogêneo: a presença de moradores de rua, artesãos, curiosos, moradores das redondezas, pedintes e portadores de transtornos mentais relativiza a homogeneidade provocada pela modelação estética do espaço. Como os espaços não possuem nenhum tipo de controle na entrada ou na saída, há presença constante de negociações durante toda a duração dos eventos. Os fantasmas urbanos estão todos ali e precisam ser desconstruídos por quem estiver disposto a permanecer no local. Não significa que as negociações sejam sempre harmônicas: a presença de desentendimentos não é constante, mas ocorre. A liberdade necessita da instabilidade para que possa se consolidar.

É necessário que exista um ambiente intraduzível, um espaço intersticial que não permita que a tradução se totalize. O entre-lugar reinscreve e inscreve, concomitantemente, o sujeito no espaço. É necessário que todo aquele que queira passar por ele e cruzar seu caminho dialogue, encontre um pedaço de existência no outro e o interrogue. Não há placas estabelecendo *a priori* a forma ou a localização das práticas, tudo está em permanente negociação: o espaço para sentar, o compartilhamento ou a negação das trocas, o recolhimento do lixo e a produção sonora estão em aberto e, necessariamente, precisam de negociação.

As casas noturnas, por sua vez, possuem variação entre si e não podem ser analisadas tão genericamente. Utilizarei como exemplo a casa noturna Batemacumba, situada na Cidade Baixa, em Porto Alegre: localiza-se em uma zona boêmia que já foi periferia urbana, costuma ter como atração bandas que realizam *cover* de artistas relativamente críticos e que investem na expressão artística popular (Chico Buarque, Cartola, especiais de reggae e rap... etc.). Há necessidade de identificação na entrada (identidade) e pagamento na saída; clientes desconhecidos ainda passam por revista ao ingressarem. O espaço regula a homogeneidade do público através do aspecto econômico (riqueza material — os valores da entrada e da bebida são relativamente altos) e cultural (riqueza imaterial — ninguém iria a um show de uma banda *cover* do Chico Buarque se não possuísse

o capital cultural que lhe dá significado). Há alguma potência crítica nas letras das bandas, provocam relativo transe coletivo (tornando intensos os encontros) e os códigos de consumo refletem diversidade.

As casas noturnas não são todas iguais, possuindo diferentes recepções à força estruturante da intervenção poética e ao redimensionamento efêmero da experiência existencial. O termo “casa noturna” é só uma classificação administrativa que vela a oceânica diferença entre as propostas de convivência nos espaços noturnos de exercício relativamente livre da cidadania. Algumas casas noturnas exercem função estabilizadora e propulsora de circuitos em Porto Alegre, função semelhante ao que o Massa Crítica possibilita, embora as práticas sejam, evidentemente, dicotômicas. Ambos exercem prática política no próprio meio de suas manifestações — o meio é a mensagem, condensa a política. Os ciclistas exercem a ocupação do espaço urbano no momento em que se manifestam (trânsito nas bicicletas), assim como as ocupações festivas de espaços públicos provocam o encontro com a diferença na própria forma da manifestação (ocupação).

Ocorre que nas casas noturnas é necessário identificar-se, existem seguranças, existem câmeras, as práticas são determinadas (não é possível levar suas próprias bebidas ou sentar-se no chão, por exemplo) e o horário é restrito (das 23h às 6h, em regra). A soma de todos estes fatores provoca uma característica de homogeneidade heterogênea estável: não há radicalidade nas diferenças, não há antagonismo de opostos e espera-se que qualquer confronto mais exaltado seja estabilizado pelos seguranças privados. É um local homogêneo que tolera e recebe a heterogeneidade, mas com restrições derivadas do próprio mecanismo utilizado para exercer suas funções.

De certa forma, são espaços que dão vazão à uma força contra o poder, mas que não são protagonistas ou detentoras de tais resistências, embora possuam as potencialidades para sua difusão e possam servir como instrumento libertário de exercício político. Evidentemente, não são a panaceia de coisa alguma, apenas espaços aptos a refletir proliferações de forças ainda difusas de produção e resistência cultural, nas quais o processo é o próprio produto político⁵⁵¹. Outros espaços — como o Afro-Sul Odomodê (ênfase na ancestralidade de expressões culturais africanas) e os encontros, com certo espírito surrealista, das Festa Festa

⁵⁵¹ CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p.119.

Da Da e do Gera-Amor⁵⁵² — oferecem práticas de lazer que diferem em inúmeros aspectos, mas são igualmente caixas de ressonância de correntes culturais desviantes da sociedade de consumo e do modelo de segregação urbana contemporâneo.

A ocupação em trânsito nas ruas, fazendo os automóveis obedecerem à velocidade das bicicletas, institui uma proposta que é o próprio ato no qual está expressa. No mesmo sentido, certa dissolução do individualismo que músicas como “Ole olá⁵⁵³” e “Vai Passar⁵⁵⁴” provocam em muitas ocupações e casas noturnas está conectada com o momento histórico que as bandas evocam, fazendo uma alusão à reinscrição temporal da letra e da melodia, e não à lembrança nostálgica de um momento já encerrado em seu período histórico. São formas diferentes de horizontalidade e prática política, mas possuem a característica comum de manter acesa uma ideia difusa de emancipação e firme um laço também difuso de socialidade. Porém, é justamente a abstração que garante a permanência e a potência transgressora das manifestações. Planos de ação e imperativos de produtividade são a forma mais fácil de desarticulação da característica rizomática das manifestações festivas:

Cara... todo dia que rola ocupação aqui têm uma política concreta sendo feita. É importante discutir a continuidade, sobretudo para os morador da rua, os malucão que sempre colam e tal...a gente vai e eles ficam...não to pagando generosidade, eu gosto disso, mas acho que a raça tá esperta na permanência, começou com o lixo, vai vendo, não sobra mais nenhum aqui... pessoal já tá se organizando pra vir na semana ver os morador da praça... sei lá, o amor vai indo nessa corrente toda. Só não dá pra vir querendo organizar tudo, ser o mais pica do universo, resolver o mundo, vai virar treta. Mas a parada é isso aqui... quem quiser vai fazendo outras coisas com o seu pessoal, é público aqui né não? Quer fazer outra coisa faz, não tem dono⁵⁵⁵.

Os grupos são distintos, mas o laço epidérmico não é conflitante com a harmonia em torno de pautas comuns como o valor e a forma do transporte público, a repressão cultural e o apoio a figuras da grande política que estão identificadas com o modelo micropolítico ambiente. Não creio que exista algum risco de

⁵⁵² Festas irregulares que ocorrem normalmente em espaços de exercício livre da cidadania em Porto Alegre.

⁵⁵³ BUARQUE, Chico. Ole Olá. BUARQUE, Chico [Compositor]. In: **Chico Buarque de Hollanda**; São Paulo: Universal Music, p 1966. 1 CD (ca. 40 min). Faixa 10 (3min 03s).

⁵⁵⁴ BUARQUE, Chico. Vai Passar. BUARQUE, Chico; HIME, Francis [Compositores]. In: **Chico Buarque**; São Paulo: Universal Music, p 1984. 1 CD (ca. 45 min). Faixa 10 (6min 14s).

⁵⁵⁵ Diálogo realizado na Praça do Aeromóvel no início da manhã, ao final de uma ocupação.

cooptação política dos coletivos, sua forma de organização é absolutamente avessa ao verticalismo da política partidária tradicional, ainda que figuras da política municipal estejam presentes em muitos eventos.

A horizontalidade dos espaços não significa harmonia orgânica totalizadora. Apenas para ilustrar: na Festa Festa Da Da, que ocorreu concomitantemente na Avenida João Pessoa (dentro e fora de um estabelecimento) e na Redenção, no início de 2014, houve manifestação que recebeu diferentes leituras do público presente: um jovem — acompanhado de dois amigos — defecava e vomitava tudo que conseguia. Depois, ingeria — processo cíclico. A repetição durou em torno de duas horas, e não consegui compreender o sentido. Parte do público repeliu a prática e afastou-se, mas ninguém entrevistou. Outros salientaram a radicalidade ofensiva do ato como um grito inarticulado que defende intransigentemente algo que está corroendo o corpo social e só poderia ser expresso daquela forma, justificando a impossibilidade de explicação racionalista da intervenção. Ambos os grupos, porém, salientavam que só em espaços como este um evento festivo poderia respeitar intervenção agressiva sem tentativas de sufocá-la com palavras ou gestos de intimidação: a liberdade precisa aceitar alguma turbulência e instabilidade para manter o sentido.

Este não é um processo pacífico, isento de contradições e lutas. Apenas para exemplificar: um dos coletivos (Sete/Nove) responsáveis — em Porto Alegre — pela organização de inúmeros eventos abertos, identificados com a temática hedonista e o uso libertário dos espaços públicos, organizou um evento denominado “Selva”.

Figura 36



Fonte: <http://sabotesetenove.tumblr.com/> (2013).

As fotos da divulgação incluíam desde o *blackface* (pintura do corpo branco com tintas pretas, tema de crítica dos movimentos negros desde a década de 60) até a utilização de mulheres estetizadas como “isca” (incluindo contas no Instagram denominadas “Isstagram”, nas quais mulheres eram fotografadas de forma objetificada em festas do próprio coletivo) para atrair o público. Ativistas vinculados ao feminismo e ao movimento negro tentaram diálogo e não obtiveram sucesso na tentativa de obstaculizar a divulgação da festa. No dia do evento, realizaram um escracho em frente à redenção (local marcado), que terminou com agressões e a intervenção da Brigada Militar. Não há nenhuma homogeneidade nestes processos, mas uma regular negociação ética, estética e territorial. Grupos como o Coletivo Negração tentaram barrar o evento com músicas (“Felicidade hoje é fantasia/ O povo canta mesmo sem saber/ Que a favela virou poesia/ Na boca de quem nunca soube o que é sofrer⁵⁵⁶”) e cânticos:

O Sete/Nove não é amor/ o Sete/nove é opressor/ o teu racismo/ ele é velado/ não quero isso num espaço libertário/ o corpo é meu/ quero respeito/ chega de foto da minha bunda e do meu peito/ libertário, libertário tu não és/ libertário é outra coisa, tu só quer comer mulher/ sofro racismo todo dia/ ser negro não é fantasia/ em festa hype mulher é isca/ nessa esquerda só tem machista/ Ei, machista vai tomar polícia!/ Não vai tomar no cú/ porque no cú é uma delícia!⁵⁵⁷

A Avenida João Pessoa, tradicional espaço de comícios políticos, estava suportando uma cena horizontal de política espraiada em híbridas manifestações que por vezes parecem uma festa, por vezes parecem uma passeata e por vezes parecem um encontro de lazer, mas demarcam também uma atuação política que, talvez, não esteja em consonância com o modelo tradicional, mas não pode substituí-lo, não há esta pretensão e não possui oposição absoluta em relação a ela.

Em locais como o Bambu's, onde há grande porosidade entre o espaço interno e a rua, a instabilidade está presente, mas pode ser dirimida por outras características: há homogeneidade heterogênea relativa, ou seja, há variação de classe social, faixa etária, *ethos*, ausência de seguranças, câmeras de vigilância e obstáculos materiais entre a rua e o bar, mas o público é majoritariamente

⁵⁵⁶ FILME, Geraldo. Tristeza do sambista. Oswaldo Arouche & Walter Pinh [Compositores]. In: **Geraldo Filme**. São Paulo: Eldorado p. 2003. São Paulo. 1 CD (ca. 37 min). Faixa 4 (2min 48s)

⁵⁵⁷ Parte do ocorrido pode ser verificado em: < <http://www.youtube.com/watch?v=wanJa71n5k8>>

conhecedor da historicidade do espaço e da aproximação e/ou tolerância com estéticas contraculturais.

A familiaridade no tratamento dos donos do estabelecimento com o público e a reiteração de encontros sucessivos entre os frequentadores produz estabilidade no local: “haverá sempre alguém para ajudar⁵⁵⁸”. Esta homogeneidade, porém, é relativa. Os preços não determinam absolutamente o público (as bebidas não são muito baratas, mas é possível se alimentar ou beber com menos de dez reais), não há música ou estética diretamente relacionada com alguma tribo ou *ethos* urbano e fica em local intermediário entre o centro e o bairro.

Na sexta-feira, o local adquire instabilidade e torna-se mais próximo de uma heterogeneidade relativamente homogênea, instável, pois o laço estético contracultural é apenas relativamente próximo ao *ethos* do espaço e há uma avenida — tradicional *corte* urbano — entre o público punk e os frequentadores mais contumazes que ficam em frente ao bar. Neste caso, a totalidade comum ao ambiente torna-se excessivamente porosa e aumenta a instabilidade, aproximando-se das ocupações de espaços públicos abertos. Os donos do estabelecimento não poderiam controlar focos de instabilidade, e a hibridez dos frequentadores desloca os pontos de apoio: como o banheiro fica ao fundo do bar, o público de ambos os lados da via está em constante trânsito, possibilitando enfrentamentos mais radicais (no sentido simbólico da violência).

Em outros espaços é a ênfase na territorialidade que é destacada — em diversas apresentações do Maracatu Truvão no espaço cultural Afro-sul/Odomodê, o referente da ancestralidade é salientado: “neste chão aqui”; “há tantos anos pisando nessa terra aqui, nesse quadrado aqui⁵⁵⁹”. Nas escolas de samba de Porto Alegre as festas de domingo situam-se na mesma lógica coletiva: há grande porosidade e trânsito, mas o aspecto territorial é salientado incessantemente nos microfones, nos grafites das paredes, na estetização do espaço...

A Parada, ao contrário, possui uma heterogeneidade relativamente homogênea e com grande instabilidade: não sabemos quem são os outros compradores, não há restrição para ingresso (uma parada de ônibus é um local aberto, antes de qualquer coisa) e normalmente todos estão com o mesmo objetivo

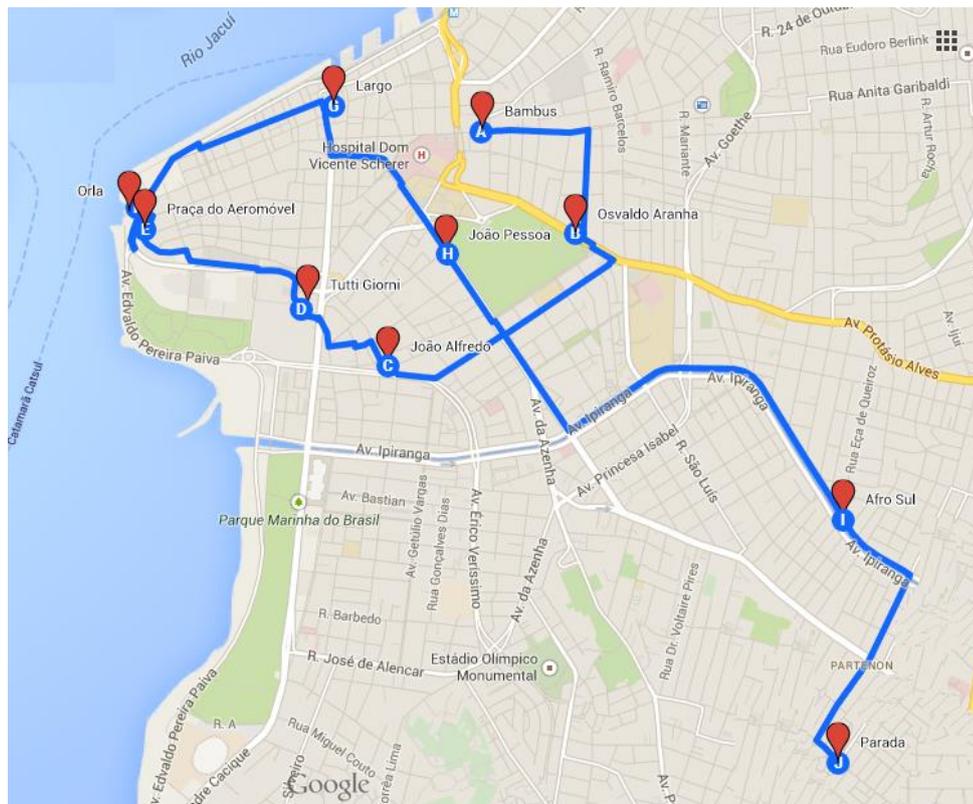
⁵⁵⁸ Explicação de um grupo para o *laço* presente no local.

⁵⁵⁹ Fala do grupo Maracatu Truvão, pronunciada em locais como a orla do Guaíba e o espaço cultural Afro-Sul/Odomodê.

utilitário: sair do espaço com seu tóxico de eleição. Existe certa aliança entre os comerciantes e os vendedores, mas excessivamente frágil. A polícia aparece como um inimigo comum que faz elo entre os consumidores, forma efêmera de produção de identificações que reduz a vulnerabilidade. O espaço-tempo é muito tênue e contraído para que possa promover encontros afetivos complexos.

A possibilidade de repressão policial e o clima truculento que a hipótese induz traz grande instabilidade ao local, embora decorra quase exclusivamente da intervenção policial projetada retrospectivamente. Esta caracterização só faz algum sentido para o observador não-morador, já que nas casas das quadras ao redor tudo parece acontecer com tranquilidade: moradores penduram roupas, lavam os carros, tomam chimarrão na varanda, observam os passantes... Há alguma naturalização da violência, mas a tensão está localizada com mais intensidade nos cinco metros quadrados da Parada e no trânsito dos meninos que fazem a *função* no varejo. Após a realização das trocas, o público que estava na Parada pode retornar ao seu cotidiano normal, e aquilo que fica no espaço é a espera da próxima troca, da próxima batida policial e dos próximos contatos paradoxalmente efêmeros e constantes: o espaço exerce sua atual função há mais de uma década em Porto Alegre. Não é apenas o lucro do comércio e o prazer dos clientes que mantêm sua existência, mas também a função centrífuga que exerce: o local aglutina frequentadores de todos os espaços mencionados no tópico.

Figura 37



Fonte: O próprio autor⁵⁶⁰ (2014).

A valorização do onírico coletivo em manifestações cotidianas é fato presente, ressurgimento comunitário que produz interdições, mas não denega o prazer terreno. O esforço tanto dos sujeitos periféricos quanto dos coletivos das camadas médias procura regular a socialidade de forma não institucional e não verticalizada. Suas estratégias não são estanques, mas porosas: hibridizam-se, renascem novas⁵⁶¹.

5.4 TRANSGRESSÃO (“AÇÃO DE PASSAR DE UMA PARTE À OUTRA”): A CRIMINOLOGIA COMO COMPOSIÇÃO DE TRÂNSITOS ENTRE MOVIMENTOS CULTURAIS CONTEMPORÂNEOS

João Camilo Penna⁵⁶² tensiona ao máximo — e minuciosamente — a questão da mediação nas metrópoles contemporâneas com formas muito mais duras de

⁵⁶⁰ Mapa alterado pelo autor com o objetivo de impossibilitar a localização exata da Parada.

⁵⁶¹ MAFFESOLI, Michel. **O ritmo da vida: variações sobre o imaginário pós-moderno**. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 101.

⁵⁶² PENNA, João Camilo. **Escritos da sobrevivência**. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

testemunho: os conflitos éticos envolvidos nos testemunhos dos sobreviventes dos campos circunscritos pela gestão nazista, a questão antropológica e identitária da mediação entre cultura oral e codificação letrada na colonizada e escravizada América Hispânica, a diferença entre o antropólogo transcritor e o informante, o nascimento do sujeito carcerário como mediador transcultural após o massacre do Carandiru, o papel dos mediadores na profusão do samba, o papel dos autorizadores cultos na escrita carcerária (sobretudo médicos e juristas), a mediação como integração perversa, os inúmeros casos de retorno do real na estetização da violência musical como forma de subjetivação, fuga e mediação (Tupac Shakur e Sabotage, por exemplo), a incrível subjetivação efêmera de Sandro do Nascimento no episódio que ficou conhecido como Ônibus 174, a importância da referência à mediação não-assimilável de grupos como Racionais MC's. Faço o destaque do livro *Escritas da sobrevivência* para ressaltar as infinitas nuances que podem ser focalizadas no tema da mediação, em um primeiro esforço de síntese da tese. Particularmente, gostaria de sustentar o papel do criminólogo como mediador de discursos de resistência ao poder produzido em esferas sociais distintas, constituindo espaços de mediação.

Grande parte dos testemunhos produzidos nos campos de concentração nazistas foi produzido como escoamento de uma situação de sobrevivência excepcional, decorrente da desobediência sutil das ordens recebidas (os obedientes pereciam rapidamente) e dos processos de subjetivação presentes em zona cinzenta, onde o colaboracionismo com o massacre era a sobrevivência possível. O testemunho, ainda que escrito pelo sobrevivente, precisava testemunhar a vida do *muçulmano*: daquele que efetivamente foi humilhado até o fundo da sua existência, até deixar de ser humano, até a não-sobrevivência que antecedeu sua morte⁵⁶³.

Por isto, o constrangimento do *testemunhar*: aquele que sobreviveu está no lugar de outro, *provavelmente melhor*. É a este outro, incrivelmente obediente, ético e não-colaboracionista que o testemunho pretende dar voz. A ilegitimidade da sobrevivência daquele que testemunha é neutralizada pela necessidade de exercer o papel de ventríloquo privilegiado daqueles que submergiram: o testemunho é um legado, aquele que fala é um representante, de-legado a re-presentar o ausente. É

⁵⁶³ Sobre o tema ver: AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha. Homo Sacer III. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, especificamente na leitura de PENNA, João Camilo. *Escritas da sobrevivência*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

sempre um pseudo-testemunho, uma fala presente no intervalo que separa (pela morte) o ausente daquele que testemunha. Aquele que morreu não poderia testemunhar, pois o início da sua ausência ocorreu muito antes da morte orgânica, quando seu corpo já estava dissociado do processo de subjetivação.

O momento/objeto do testemunho é, necessariamente, aquele que nunca poderia ser descrito. A culpa do sobrevivente não está em testemunhar a morte, mas em poder testemunhar sobre os longos momentos que antecederam a morte e que são, inclusive para ele, inimagináveis — por este momento, ele nunca passou. O que é testemunhado não é a verdade, esta não foi vista pelos sobreviventes: o testemunho versa sobre o silêncio, é uma fala que escuta o silêncio do *muçulmano*. O colaboracionista não pode ser julgado, o campo de concentração necessariamente anula todas as categorias que teríamos para julgá-lo. O testemunho é sobre a dessubjetivação daqueles que seguiram as ordens do campo, e não conseguiram ou não quiseram *excepcionar-se* no colaboracionismo ao extermínio de que eram vítimas diretas, ainda que seja preciso ter sempre em mente que o carrasco era um carrasco, e a vítima uma vítima⁵⁶⁴.

Na análise de Penna, a legítima e compreensível autoindulgência ao colaboracionismo aparece apenas posteriormente ao evento concentracionário. A violência da exceção não permite o afloramento da questão ética no momento em que eclode — momento excessivamente excepcional. A mesma questão ética (ainda que transitando por um discurso protojurídico) aparece no discurso do grupo Racionais MC's, no qual o colaboracionismo é julgado e condenado por um "júri racional":

Aqui é o Mano Brown, descendente negro atual/ Você está no júri racional e será julgado, otário/por ter jogado no time contrário/ O nosso júri é racional, não falha/ Não somos fã de canalha/ Gosto de Nelson Mandela, admiro Spike Lee/ Zumbi, um grande herói, o maior daqui/ Ovelha branca da raça, traidor / Vendeu a alma ao inimigo, renegou sua cor/ Mas nosso júri é racional, não falha/ Por quê? Não somos fã de canalha/ Por unanimidade, o júri deste tribunal declara a ação procedente/ E considera o réu culpado/ Por ignorar a luta dos antepassados negros/ Por menosprezar a cultura negra milenar/ Por humilhar e ridicularizar os demais irmãos/ Sendo instrumento voluntário do inimigo racista/ Caso encerrado⁵⁶⁵.

⁵⁶⁴ PENNA, João Camilo. **Escritas da sobrevivência**. Rio de Janeiro: 7letras, 2013, p.87.

⁵⁶⁵ RACIONAIS MC's. Júri Racional. Edi Rock [Compositores]. In: **Raio X do Brasil**; Zimbabwe, p 1993. 1 CD (ca. 38 min). Faixa 6 (4min 50s).

O terreno infértil do campo de concentração nazista não é o mesmo terreno dos campos abertos do Capão Redondo, embora as questões bio e tanatopolítica⁵⁶⁶ estejam postas. O espaço simbólico é pequeno, mas permite a produção de algum laço imaginário, não é uma zona cinzenta que neutralize absolutamente os ímpetos éticos. É esta a chance, a esperança contida no discurso rap: *não existe amor em SP*⁵⁶⁷ é, concomitantemente, julgamento e expectativa. O *muçulmano* é o modelo a ser evitado pela fratria:

Só pele e osso/ no fundo do poço/ cheio de flagrante no bolso; Cê tem que vê/ Pedindo cigarro pros tiozinho no ponto/ Dente tudo zoado/ Bolso sem nenhum conto/ O cara cheira mal/ As tia sente medo/ Muito louco de sei lá o quê/ logo cedo/ Agora não oferece mais perigo/ Viciado, doente, fudido/ Inofensivo⁵⁶⁸.

O *mano* inofensivo e dócil, dessubjetivado pela toxicomania e problematizado por Florestan Fernandes e Jessé Souza: a ralé periférica na fronteira entre bio e tanatopolítica. O que difere o discurso rap da explanação intelectual de Florestan Fernandes (e também da releitura de Jessé Souza) é a tentativa de empoderamento presente no rap, decorrente do objetivo diverso de seu esforço civilizatório — além de demonstrar a conservação (*filho de escravo que sofreu*⁵⁶⁹), o discurso precisa da inovação, necessita demonstrar o potencial de resistência, carece da esperança em uma subjetivação indócil, indisciplinada: ofensiva.

A aproximação da zona cinzenta dos campos de concentração SS com os campos de concentração a céu aberto existentes no Brasil⁵⁷⁰ contemporâneo pode servir como metáfora, nunca como metonímia. Os negros estavam sujeitos a diversos estados de desânimo, desalento e indiferença, que paralisavam a vontade individual e sufocavam o querer coletivo. Mesmo os “malandros” sabiam muito bem

⁵⁶⁶ AGAMBEM, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 149.; FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998, p. 147.

⁵⁶⁷ CRIOLO. Não existe amor em SP. Criolo [Compositor]. In: **Nó na orelha**; Oloko Records, p. 2011. 1 CD (ca. 40min). Faixa 3 (4min 47s).

⁵⁶⁸ RACIONAIS MC's. **Capítulo 4, Versículo 3**. Mano Brown [Compositor]. In: Sobrevivendo no Inferno; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min). Faixa 3 (8min 05s).

⁵⁶⁹ Palavras de Mano Brown, citado por: KEHL, Maria Rita. Radicais, Raciais, Racionais: a grande fratria do rap na periferia de São Paulo. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 3, Sept. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de junho de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000300013>.

⁵⁷⁰ MENEGAT, Marildo. Prisões a céu aberto. In: BATISTA, Vera Malaguti; ABRAMOVAY, Pedro Vieira. **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, p. 207-224.

que roubavam porque tinham de se defender, mas mantinham apego aos padrões de moralidade que tinham de transgredir para sobreviver. As letras de samba estão fartas de exemplos⁵⁷¹. A burguesia brasileira, porém, sustentou outro discurso:

Perguntamos: “por que não aceitam empregados de cor? Por causa do público? Resposta: “Não é tanto por causa do público. No nosso ramo isso teria pouca importância. É por causa do próprio serviço. Eu preciso de gente que tenha certas qualidades. Primeiro que tudo, precisa ser uma pessoa honesta e em quem se possa confiar. A maioria dos negros não tem noção de responsabilidade e são capazes de avançar no que não é deles. Depois, numa casa que trabalha com peças, de automóveis, as peças precisam ser cuidadosas. As peças não podem ser tiradas de lugar e depois encostadas em qualquer parte. Elas precisam voltar para o seu lugar. A ordem é essencial numa casa dessas. Isso é uma coisa impossível de obter com os pretos, que são muito relaxados. Outra coisa muito importante é a limpeza. A pessoa precisa ser muito asseada. Não só por causa dos fregueses, mas por causa do serviço. É preciso muito cuidado no trabalho com as peças. Os pretos quase sempre são muito sujos. A quarta qualidade é a instrução. Para trabalhar no meu serviço, a pessoa precisa saber ler, escrever e fazer contas. Sem isso, não pode fazer as notas. É difícil encontrar pretos com instrução suficiente⁵⁷².

A política escravocrata brasileira sempre procurou impedir qualquer forma organizada, familiar ou comunitária, da parte dos escravos. Florestan não atribui à passividade ou à indiferença o desespero mudo que mantinha o negro no ostracismo e pauperização, mas a uma escolha racional. Para não ser otário, condenado aos perigosos e humilhantes trabalhos de negro, os destinos de vagabundo, ladrão ou prostituta ofereciam perspectivas comparativamente maiores e tinham como consequência, frequentemente, famílias monoparentais e desorganização social⁵⁷³. Mesmo o alcoolismo se converte em protesto contra a adversidade que se vira contra a própria pessoa (ressentimento)⁵⁷⁴. A análise de Jessé Souza sobre a ralé periférica contemporânea não destoa muito do relato de Florestan Fernandes:

A família típica da ralé é monoparental, com mudança frequente do membro masculino, enfrenta graves problemas de alcoolismo, de abuso sexual

⁵⁷¹ A análise é densa e minuciosa em FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume I. São Paulo: Dominus, 1965, p. 176.

⁵⁷² O segundo volume do livro de Florestan Fernandes é repleto de exemplos do que foi sustentado no primeiro volume, sobretudo as entrevistas com donos de comércio e escritórios: FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume II. São Paulo: Dominus, 1965, p. 119.

⁵⁷³ Utilizo o significado de Florestan Fernandes acima citado, mas possível dialogar com COHEN, Albert K. **Transgressão e controle**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968, p. 32.

⁵⁷⁴ SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 157.

sistemático e é caracterizada por uma cisão que corta essa classe ao meio entre pobres honestos e pobres delinquentes⁵⁷⁵.

O discurso rap, porém, floresce no campo da superação e não admite a sustentação de uma leitura melancólica: é preciso demonstrar força, o discurso é precisamente posicionado, absolutamente parcial. Ao contrário do informante antropológico objetivado, do intelectual bem intencionado e da vítima passiva, o sujeito rap está no controle do seu próprio discurso e compreende isto, não pode admitir neutralidade. O próprio Florestan Fernandes percebeu a importância de rechaçar a integração harmônica e manter no intelectual e no artista (branco ou negro), preocupado com as questões raciais, um posicionamento de luta para que o negro seja aceito como negro, irrefutavelmente negro, herdeiro de negros e heterogêneo em relação à burguesia branca brasileira: sem concessões, acordos e hibridismos colaboracionistas⁵⁷⁶ — *negro cem por cento*, nas palavras de Mano Brown. A estratégia ratifica a diferença racial, mas o objetivo é a demonstração de suas consequências fáticas no tempo presente: o laço da fraternidade.

A estrutura representativa vertical, típica do intelectual de esquerda, parte do pressuposto de autorização profana do discurso acadêmico por proximidade solidária ou da autorização intelectual do discurso profano por avaliação acadêmica: o intelectual fala pelo subalterno ou autoriza que determinado ponto do discurso profano seja dito i-mediatemente por meio de um parêntese aberto na linguagem acadêmica. O acadêmico substitui o subalterno, coloca-se no seu lugar e enuncia a sua verdade. O sujeito rap não admite esta identificação. Ao contrário, não permite, não presume e não nos convida a identificarmos-nos com ele: “Playboy bom é chinês, australiano/ Fala feio e mora longe, não me chama de mano⁵⁷⁷”. É esta a negação irreduzível que Hermano Vianna preferiu não privilegiar na história do samba, propondo apenas uma nova leitura integradora, violentamente includente. A mediação criminológica possui um vasto terreno na construção de uma heterogeneidade que não inclui o que não quer ser incluído, negando a síntese em nome da complexidade. Um discurso não precisa ser dócil para servir como mediação. Como mediador criminológico, não é preciso eleger apenas os discursos

⁵⁷⁵ SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 51.

⁵⁷⁶ FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007, p. 220.

⁵⁷⁷ RACIONAIS MC's. Da ponte pra cá. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 10 (7min 50s).

neutros, declaradamente integracionistas. A violência da palavra já constitui uma forma de mediação, não necessariamente *integradora*.

Nada impede a leitura intelectual dos discursos profanos, não há necessidade do *ato de autorização*, é dispensável a harmonização discursiva. Da mesma forma que o discurso rap invade o nosso fechamento burguês (*entrei pelo seu rádio, tomei/cê nem viu*⁵⁷⁸), podemos invadir o seu discurso e especular — criando — suas razões. Em um primeiro momento, não é preciso que façam concessão alguma, como não é preciso que façamos concessões: os discursos estão posicionados em uma posição de alteridade e antagonismo das diferenças.

Da mesma forma, a questão urbana não possui dono, não é um monopólio. As vulnerabilidades são sempre diversas, assim como a seletividade penal se manifesta de formas variáveis. A posição vertical de intelectual, na qual estou posicionado é efêmera, se esvanecerá no primeiro passo fora do apartamento no qual construo este tópico. A ideia de que a polícia é exclusivamente mecanismo de defesa classista funciona na análise estrutural, mas degela quando o acadêmico se coloca em posição minimamente indócil — o que ficou bastante claro nas manifestações de junho de 2012/2013, mas é nítido para quem utiliza a cidade como um espaço a ser vivido: “começa caminhando na rua, irmão⁵⁷⁹”. É lógico que o poder judiciário constitui novo filtro de vulnerabilidade que contém a criminalização e que as polícias exercem violências diferentes na periferia (alta intensidade) e no centro da cidade, mas a divagação de que a polícia como força armada da burguesia reflita consciência de classe não resiste ao contato com a complexidade: as camadas médias não nutrem tanto desejo pela manutenção da lógica segregacionista como algumas leituras críticas deixam transparecer, e os sujeitos periféricos não são apenas acumuladores de ódio classista, mesmo quando a forma de mediação cultural proposta é violenta.

“Os brancos já entenderam isso⁵⁸⁰”, como disse Brown. O intelectual está protegido da violência urbana e pode dissertar com tranquilidade sobre a irrefutável vulnerabilidade da população periférica, mas se optar por ser minimamente indócil e

⁵⁷⁸ RACIONAIS MC's. Negro Drama. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 5 (5min 19s).

⁵⁷⁹ Sugestão de um informante para compreender as violências em espaços urbanos de exercício livre da cidadania.

⁵⁸⁰ SILVA, Rogério de Souza. **A periferia pede passagem**: trajetória social e intelectual de Mano Brown. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000879867>> Acesso em: 2014-06-24.

efetivamente con-viver nas ruas da cidade, terá de reformular um pouco suas definições, a começar pela suposição de respeito da polícia às classes privilegiadas (a seletividade é óbvia, mas o respeito é uma segunda questão): “Que coincidência/ não tem polícia/ não tem violência⁵⁸¹”.

A mesma coisa ocorre no tema da inovação: se a nova classe média é uma nova classe trabalhadora, então a única coisa que teríamos a fazer seria repetir melancolicamente a afirmação sobre a manutenção do conservadorismo classista na nomeação *tergiversadora* de uma classe que trabalha dezesseis horas por dia como *média* e ressaltar o déficit civilizatório do “desejo de consumo” em vez da produção de uma outra lógica de troca? Penso que tal abordagem significa o abandono de qualquer mediação realista no contexto contemporâneo. O funk, o samba e o rap estão fortemente ligados ao desejo de ostentação de classe e tal desejo não é *menor* que a efetividade de tal ascensão (o meio é a mensagem):

Nos últimos tempos, tenho feito músicas estilo ‘a vida imita a arte’ e vice-versa. Obra de ficção. Essa autoafirmação do rap, de falar de si mesmo — ‘tenho isso e aquilo’ —, é a arte do blefe. Já era assim antes: todo mundo pobre e cantando que estava com guarda-roupa cheio. O rap é a arte do blefe⁵⁸².

A indefinição epistemológica da criminologia pode ser apta a problematizar a violência do discurso periférico como forma de mediação cultural e construção societal horizontalizada, em combinações e fusões com propostas alternativas de socialidade presentes nas camadas médias, evitando a leitura do conflito social como algo exclusivamente referente às questões de classe. Os movimentos culturais admitem inúmeros campos de possibilidades:

Os indivíduos se deslocam entre contextos hierarquizantes/holistas e individualizantes/igualitários. Partilham e acionam esses códigos em situações, momentos e planos diferentes de suas trajetórias. O individualismo moderno, metropolitano, não exclui, por conseguinte, a vivência e o englobamento por unidades abrangentes e experiências comunitárias, permite e sustenta maiores possibilidades de trânsito e circulação, não só em termos sociológicos, mas entre dimensões e esferas simbólicas. Saliente-se que a intensa participação em, por exemplo, rituais comunitários, em algum nível desindividualizantes, com foco numa identidade coletiva, não elimina o nível de escolha, de opção de um

⁵⁸¹ Cântico popular presente em ocupações e manifestações em Porto Alegre contemporaneamente.

⁵⁸² BROWN, Mano. “Os quatro pretos mais perigosos do Brasil”: Depoimento. [novembro de 2013]. Universo Online. Entrevista concedida a André Cavalcante. Disponível em: <<http://rollingstone.uol.com.br/edicao/edicao-86/racionais-mcs-quatro-pretos-mais-perigosos-do-brasil?page=6>>.

indivíduo/sujeito lidando com um repertório finito, mas com um extenso elenco de combinações⁵⁸³.

A hipótese salienta o potencial da criminologia como campo de saber que investiga e, ao mesmo tempo, produz mediações culturais. O criminólogo pode ser agente que transita por campos socioculturais díspares, exercendo *função-autor* criativa em contato direto tanto com agrupamentos coletivos como com artefatos culturais produzidos em variadas camadas sociais. Não se trata de propor outra criminologia, refutando as demais, mas apresentar novas composições criminológicas aptas a produzir conhecimento, em vez de apenas acumular aqueles produzidos por outros campos de saber. Não é uma substituição das criminologias propositivas preocupadas com as políticas públicas de segurança, mas a produção de criminologias atentas às propostas que não veem apenas no Estado construções de socialidade aptas a responder ao modelo segregacionista presente nas metrópoles urbanas contemporâneas.

⁵⁸³ VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 122.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa compôs discursos críticos ao modelo segregacionista das metrópoles contemporâneas, a partir da descrição de expressões culturais produzidas em camadas sociais distintas. Descreveu espaços de exercício livre da cidadania em Porto Alegre, discutindo seus objetivos, conflitos e tensões com o modelo urbano dos enclaves fortificados. Tal narração foi justaposta ao discurso dos sujeitos periféricos através da exposição do projeto artístico observado nas produções do grupo Racionais MC's. A proposta teórica e prática foi discutir a viabilidade de manter a discussão sobre desvio e transgressão na criminologia contemporânea, adaptando-a aos modelos atuais de controle e evasão. A proposta metodológica foi fazer um esforço de composição através de similaridades entre discursos deslegitimantes do sistema penal, produzidos em espaços sociais distintos.

A questão implica uma composição na qual o desejo de encontro nas camadas médias não se torne mera variação homogênea ou inclusão neutralizadora da diferença, espécie de reedição dos discursos de democracia racial e cordialidade inata do brasileiro. Neste ponto, importante valorizar os discursos de denúncia do genocídio em ato do sistema penal contra o negro, mas sem negar as discussões de classe, cruciais para a compreensão do Brasil contemporâneo. Ressaltar a questão de classe, mas sem denegar o extermínio racial e, ainda assim, apostar na mediação.

O objetivo foi descrever os movimentos aparentemente contraditórios entre a denúncia dos sujeitos periféricos que deslegitima o sistema penal pelo extermínio e pela segregação espacial que impõe, mas compreendendo o desejo de trânsito pelos espaços centrais destes sujeitos e, ao mesmo tempo, os movimentos de democratização do espaço público presentes nas camadas médias, muitas vezes produtoras de discursos deslegitimantes do mesmo sistema penal. Estar atento não significa ser omissivo às reedições do discurso da docilidade/homogeneidade, mas, ao contrário, valorizar o fenômeno, denunciando quando for mera legitimação do discurso asséptico ou ascético do controle social punitivo. Ao que tudo indica, os mecanismos de violência e controle cotidiano transbordam os mecanismos de contenção do poder punitivo e deságuam em diversos espaços de contestação: mesmo quando estes espaços são brancos, mesmo quando são espaços mais

próximos das camadas médias. Em Porto Alegre, a delimitação foi espacial: locais de ajuntamento coletivo de camadas médias, com potência crítica em relação à cidade de muros. No discurso rap, foi analisado o projeto artístico elaborado pelo grupo Racionais MC's, denúncia das relações entre extermínio e segregação dos clientes preferenciais das agências do sistema penal.

O transbordamento da violência é sempre mais intenso conforme a vulnerabilidade: quando nas camadas médias começa a subir a fumaça das bombas de gás é porque a piscina de sangue nas favelas e nos campos de concentração para pobres já transbordou há muito tempo⁵⁸⁴. O argumento aparentemente contraditório entre sustentar a necessidade de valorização das identidades negras em conjunto com identidades múltiplas e fraturadas como forma de libertação nas camadas médias é apenas a constatação de que a complexidade não é fácil de ser problematizada.

A saturação do individualismo é importante na quebra dos essencialismos que legitimam privilégios, na compreensão de sofrimentos que transcendem classes sociais e favorece a lógica das identificações em detrimento da identidade, mas difícil de ser sustentada em um espaço onde qualquer tentativa de construção identitária foi historicamente obstaculizada pelo aprisionamento, pela morte, pelo extermínio, pelos discursos de homogeneização... A multiplicidade identitária, no período contemporâneo, passa pela assunção da identidade e, posteriormente, por sua fratura. Não se trata de defender linearidade nos fatos sociais, mas estar atento ao movimento da questão identitária no país. Se os sujeitos periféricos passaram o final da década de 1980 e toda a década de 1990 construindo um discurso de denúncia do racismo e apoio à autovalorização do negro, contemporaneamente acumulam neste discurso a potência da socialidade e da identificação, mas sem denegar a importância da identidade⁵⁸⁵.

Não há tanta novidade neste ponto. Michel Misse⁵⁸⁶ demonstrou como o filme *Rainha Diaba*⁵⁸⁷, representando a história de Madame Satã, reinventou a fusão do

⁵⁸⁴ Sobre o funcionamento quantitativo e qualitativo do sistema penal no Brasil, ver FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

⁵⁸⁵ Sobre o tema da saturação do individualismo e exposição do pensamento dos principais autores que tentam dar conta desta complexidade, ver GAUER, Ruth. **A fundação da norma: para além da racionalidade histórica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, p. 91-103.

⁵⁸⁶ MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos**. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Sociologia: IUPERJ, Brasil, 1999, p. 270.

malandro com o marginal de morro dos anos 60, do bicheiro dos anos 70 e do traficante dos anos 80; expressão estética do vagabundo que tomaria forma como tipo social quase uma década depois e ainda é pertinente na análise cultural: “Você está nas ruas de São Paulo/onde vagabundo guarda o sentimento na sola do pé/não é pessimismo não/é assim que é⁵⁸⁸”. Os movimentos culturais hibridizam a temporalidade, as identidades e até os estratos sociais. Se o vagabundo na representação de Madame Satã presente no filme *Nega Diaba* já era *mistura*, como problematizar a presença do *vagabundo* contemporâneo como modelo existencial que transcende os sujeitos periféricos?

É nesta fronteira, nesta franja dos acontecimentos, que a mediação criminológica pode fazer seu laço. A compreensão da estética racista, do controle de classe e da fragmentação urbana não precisa afastar as discussões sobre a temporalidade contemporânea e suas diversas modulações identitárias. A intensidade das violências nas periferias não aponta, necessariamente, para o consenso nas camadas médias. A observação, ao contrário, fez pensar que há movimento nos *dois lados da ponte*. Movimentos muitas vezes divergentes, mas com potencial crítico que aponta para convergências possíveis nas pautas de denúncia e neutralização do poder punitivo, público e privado.

O principal objetivo teórico foi analisar movimentos culturais posicionados criticamente aos controles da vida cotidiana. O principal objetivo metodológico foi aproveitar a insegurança epistemológica da criminologia para desenvolver uma metodologia polifônica, admitindo recortes díspares de observação. São descritos espaços de exercício livre da cidadania em Porto Alegre, onde as regras de controle usuais são subvertidas ou neutralizadas, apontando para aberturas no modelo de contenção da diferença exposto por correntes sociocriminológicas críticas. A análise de artefatos culturais produzidos por sujeitos periféricos aponta denúncia deslegitimante do sistema penal através da exposição de similaridades entre cárcere e periferia, indicando tentativas de descarcerização e desfragmentação espacial. Os dois resultados aparecem envoltos em conflitos e negociações sociais que não admitem sentenças definitivas, mas apontam para tentativas de construção de outras formas de socialidade urbana, distintas dos modelos de segregação espacial.

⁵⁸⁷ RAINHA Diaba. Direção: Antônio Carlos Fontoura. Roteiro: Plínio Marcos. Brasil: Canto Claro, R.F. Farias, Filmes de Lírio e Ventania Filmes, 1974. (106 min), cor.

⁵⁸⁸ RACIONAIS MC's. Vivão e Vivendo. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 2 (1min 58s).

A introdução deste trabalho constituiu menos uma apresentação retrospectiva do que uma tentativa de iniciar um diálogo com o leitor; por isso a proposta de começar com a apresentação de uma imagem visual: Madame Satã e suas transgressões à lógica identitária e ao controle verticalizado. No mesmo sentido, tento não construir este espaço como um resumo dos tópicos desenvolvidos na tese, mas uma última imagem, talvez uma última imagem que expresse aquilo que faltou, a ausência sentida do trabalho. *Sentida* porque é realmente o *sentimento* que aflora no momento de encerrar um esforço argumentativo longo, esforço que ultrapassou não apenas as barreiras esperadas da interpretação e expressão verbal, mas também os obstáculos nem sempre esperados da vida que continua ativa durante o desenvolvimento relativamente isolado da escrita.

Comecei a pensar este trabalho caminhando de madrugada, parando em alguns botecos para anotar o que poderia ser perdido no devaneio do pensamento solto. Comecei a escrever este trabalho tentando concentrar a atenção em algo que não fosse o medo da perda, o que era amenizado com o exercício do *transitar*. Encerro o trabalho elaborando a perda. A imagem com que gostaria de iniciar este tópico é a do *rapper* Criolo em um boteco de São Paulo. Encostado no balcão, começa a declamar um rap. O rap é uma releitura da música “Cálice”, de Chico Buarque:

Como ir pro trabalho sem levar um tiro
 Voltar pra casa sem levar um tiro
 Se as três da matina tem alguém que frita
 E é capaz de tudo pra manter sua brisa

Os saraus tiveram que invadir os botecos
 Pois biblioteca não era lugar de poesia
 Biblioteca tinha que ter silêncio
 E uma gente que se acha assim muito sabida

Há preconceito com o nordestino
 Há preconceito com o homem negro
 Há preconceito com o analfabeto
 Mas não há preconceito se um dos três for rico, pai

A ditadura segue meu amigo Milton
 A repressão segue meu amigo Chico
 Me chamam Criolo e o meu berço é o rap
 Mas não existe fronteira pra minha poesia, pai

Afasta de mim a biqueira, pai
 Afasta de mim as biate, pai
 Afasta de mim a coqueine, pai
 Pois na quebrada escorre sangue, pai

Pai
 Afasta de mim a biqueira, pai
 Afasta de mim as biate, pai
 Afasta de mim a coqueine, pai
 Pois na quebrada escorre sangue⁵⁸⁹

Chico Buarque respondeu em formato rap, no primeiro show após a divulgação do clipe de Criolo Doido:

Gosto de ouvir o rap, o rap da rapaziada
 Um dia vi uma parada assim no Youtube
 E disse: quiuspariu, parece o Cálice
 Aquela cantiga antiga minha e do Gil
 Era como se o camarada me dissesse:
 Bem-vindo ao clube, Chicão, bem-vindo ao clube
 Valeu, Criolo Doido, evoé, jovem artista
 Palmas pro refrão doído do rapper paulista:
 Pai, afasta de mim a biqueira
 Pai, afasta de mim as biate
 Afasta de mim a cocaine
 Pois na quebrada escorre sangue

Pai, afasta de mim esse cálice
 Pai, afasta de mim esse cálice
 Afasta de mim esse cálice
 De vinho tinto de sangue⁵⁹⁰

Criolo Doido não é jovem, já estava presente nos primeiros suspiros do cenário rap no Brasil. Ao valorizar Chico Buarque, compositor identificado com a intelectualidade brasileira, Criolo Doido dava um passo na direção da mediação cultural. E Chico Buarque aceitou a mistura, valorizando o encontro. As críticas à ostentação do território no discurso rap, como uma legitimação das fronteiras segregacionistas, não estão equivocadas. Existem inúmeras tentativas de posicionar o rap como um discurso de combate que não aceita diálogo ou qualquer proposta de inclusão, espécie de internalização do modelo gueto do rap norte-americano⁵⁹¹.

A proposta segregacionista normalmente está acompanhada da crítica ao intelectualismo e, nas propostas mais extremistas, ao próprio movimento artístico: “O rap é compromisso, não é viagem/se pá fica esquisito/aqui, Sabotage⁵⁹²”. Se o rap é compromisso, então não é esporte, não é divertimento... Ergue-se uma fronteira

⁵⁸⁹ Disponível em: < <http://www.criolo.net/videos.html>>.

⁵⁹⁰ BUARQUE, Chico. Rap de Cálice. Chico Buarque e Gilberto Gil [Compositores]. Adaptação de Criolo. In: **Na carreira** – ao vivo; São Paulo: Biscoito Fino, p 2012. 2 CD. Faixa 10 (1min 06s).

⁵⁹¹ WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan 2005.

⁵⁹² SABOTAGE. Rap é compromisso. Sabotage [Compositor]. In: **Rap é compromisso!** Cosa Nostra, p 1999. 1 CD (ca. 50 min). Faixa 1 (4min 23s).

dentro do próprio movimento. Porém, a hipótese do rap apenas como *atitude* de violência que não comporta diálogo com a diferença não é um pacto definitivo.

Não se trata de desvalorizar o potencial segregacionista dos enclaves culturais que trabalham sobre o modelo da valorização da comunidade fechada, mas se a crítica às excessivas fronteiras de alguns modelos culturais pode ser aplicada ao rap, a possibilidade que temos de investigar os atravessamentos culturais passa — ainda assim — pela realização de mediação entre as tentativas de produção de laços éticos em camadas sociais distintas, pois algo sempre *escapa* em uma fronteira. A crítica acadêmica sobre a negação da mediação por parte de artistas periféricos deveria, neste caso, atingir o próprio pensamento científico. Como saber se há ou não tentativas de mediação entre as socialidades espontâneas desenvolvidas em camadas distintas, se a investigação dos objetos criminológicos for, ela mesma, sempre restrita a *objetos* sociais investigados isoladamente (delimitação espacial ou econômica)? O método não apenas auxilia na observação, mas também cria a fronteira a ser observada.

A tese problematizou a possibilidade de permanência da discussão sobre desvio na contemporaneidade, desde que o termo não estivesse vinculado valorativamente às normalizações verticalizadas. Por outro lado, a palavra transgressão parece mais apta a discutir o fenômeno, já que o prefixo *trans* deixa poroso o significado da expressão. Porém, ainda que poroso, o termo não pode ser superficial. No segundo capítulo, destaquei que em Porto Alegre existem inúmeros espaços onde há, coletivamente, a produção de formas de socialidade que *transgridem*, desviando não apenas da lógica simbólica dos enclaves fortificados, mas dos próprios enclaves propriamente ditos: vão à rua. No terceiro capítulo, demonstrei que os sujeitos periféricos também realizam esforço coletivo de construção de um projeto de socialidade horizontalizado. A estética é característica de ambos os grupos, mas a estética está tensionada com a discussão ética que ocorre concomitantemente com a produção simbólica. Se realidade/verdade e aparência/imaginário não são termos que possam ser hierarquizados, isto não deriva da ausência de importância de nenhum deles, mas da necessidade de valorizá-los sem categorizações estritas.

Comecei a ler os trabalhos de Teresa Pires Caldeira durante o trabalho de conclusão de curso, por indicação de Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. O tema do projeto era a cultura do medo, e tentava dialogar com a bibliografia proposta nas

aulas de antropologia de Ruth Gauer, que assistia como aluno ouvinte. No mesmo período, percebi que Teresa Pires Caldeira alicerçava parte de suas conclusões em Mary Douglas, leitura presente na cadeira de antropologia. O meu referencial teórico era Zygmunt Bauman, autor que utiliza tanto Mary Douglas como Teresa Caldeira para estruturar suas afirmações sobre a obsessão pela separação nas metrópoles contemporâneas. Após este período, defendi uma dissertação de mestrado, ingressei no doutorado e, ao final da escrita da tese, me deparei com um novo texto (o texto foi publicado no final de 2012, mas li apenas no início de 2014) de Teresa Caldeira, intitulado “Inscrição e circulação”: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo⁵⁹³.

Por um lado, fiquei satisfeito com a proximidade entre o desenvolvimento de seu trabalho e as temáticas das quais me aproximei no decorrer do mesmo período. Teresa Caldeira analisa o rap, a pichação, a circulação urbana nas metrópoles fragmentadas e o significado de atos transgressivos contemporâneos. Por outro lado, percebi que a autora defendia posicionamento bastante dicotômico àquele que estava desenvolvendo na tese. Se nos espaços públicos ocupados por camadas médias, visualizei produções de socialidade abertas ao contato, Teresa Caldeira afirma que os moradores das classes média e alta “se fecham em enclaves fortificados e só contemplam a cidade detrás das janelas fechadas e escurecidas dos carros”. Se compreendia o movimento rap como uma tentativa de construção de socialidade que obstaculiza o genocídio periférico e, ao mesmo tempo, estabelece mediação cultural através da subjetivação artística do “bom malandro” em espécie de convivência antagonista, Teresa Caldeira sustentava o lado perverso deste processo: a negação do Estado de Direito como forma de obtenção, expansão e alargamento democrático.

O consenso entre “Inscrição e circulação” e este trabalho aparece na percepção da manutenção do ódio de classe (“pichação é anarquia, é puro ódio!”), na hierarquização de gênero e na rejeição da assimilação em muitos grupos transgressores contemporâneos. Agora, revisando o trabalho, creio que estejam nestas dissonâncias aquilo que a análise de artefatos culturais e o trabalho de

⁵⁹³ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo. In: **Novos estudos** - CEBRAP, São Paulo, n. 94, Nov. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 jun 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002012000300002>.

campo trazem de enriquecedor para a pesquisa acadêmica: propiciam divergências, justaposição de análises empíricas díspares.

Não acho que os jovens de classe média estejam escondidos em seus carros e cercas eletrônicas e acho pouco provável que os sujeitos periféricos estejam criando enclaves fortificados que legitimem sua própria exclusão, pelo menos como hipótese generalista. Em Porto Alegre, as Batalhas de MC's ocorrem a menos de 50 metros de algumas ocupações das camadas médias. Ainda que a percepção do cotidiano, o projeto de socialidade, o posicionamento sobre a mediação e a forma de expressão sejam diferentes (e as estruturais sociais estejam relacionadas a esta diferença), penso que a retomada do espaço público como ambiente de contato direto seja uma característica difícil de ser visualizada a partir de recortes socioeconômicos.

A linguagem dos sujeitos periféricos não possui as mesmas interjeições e entonações dos jovens das camadas médias, mas não há criação de barreiras intransponíveis. Não tenho certeza se respondo a pergunta sobre a possibilidade de manutenção da categoria desvio ou se a proposta de utilizar a palavra transgressão é efetivamente mais apta a auxiliar investigações sobre a temática, mas, tendo a cidade de muros como metáfora espacial, creio poder afirmar que jovens de camadas sociais distintas estão sedentos de *desejo* e atitudes transgressivas produtoras de socialidades que talvez não estejam próximas do modelo do Estado de Direito, mas rechaçam abertamente os enclaves e o modo segregacionista de mobilidade urbana característicos do período contemporâneo.

A criminologia como campo de saber próximo tanto da temática do controle como da temática da violência pode ser apta a trazer à tona estes movimentos que não reivindicam da mesma forma os ideais de cidadania dos movimentos sociais tradicionais, mas não sendo mera reprodução, escancaram uma brecha para pesquisas criminológicas atentas ao tema do desvio, da transgressão e dos modelos de convivência metropolitanos.

Se há um modelo de controle segregacionista, há também modelos de convivência que desafiam a segregação. Os enclaves fortificados não afastam apenas excluindo, mas também assujeitando, produzindo subjetividades em consonância com a segregação, tanto nas camadas médias como nos espaços dos sujeitos periféricos. A construção de projetos e modos de vida alternativos a este processo pode ser visualizada tanto nas periferias como nos espaços centrais.

Ocorre que, inobstante desafiarem a exclusão e o afastamento, podem produzir projetos territoriais homogêneos, excessivamente comunitários, voltados apenas para dentro de cada enclave fortificado ou zona de exclusão. É a crítica pertinente aplicada ao movimento rap: o discurso não valoriza a cidadania, mas a *quebrada*; não solicita o encontro, mas quase sempre o confronto. É, também, a crítica aos ajuntamentos contemporâneos centrais: seriam elitistas, excessivamente festivos, divulgados em redes virtuais apenas *supostamente* abertas, repletos de barreiras estéticas e econômicas etc.

A composição deste trabalho foi relativamente arbitrária, creio que seria possível construí-lo de outras formas, produzindo resultados diferentes: analisar o discurso dos grupos médios contemporâneos e justapô-lo a um trabalho de campo na periferia, por exemplo. Seria possível, igualmente, construir um trabalho mais tradicional e analisar apenas o discurso rap brasileiro ou apenas as *ocupações* urbanas efêmeras da segunda década do século XXI em Porto Alegre. Acredito que ambas as construções seriam aptas para desenvolver um projeto acadêmico e talvez trouxessem maior veracidade e consistência à tese. Poderia realizar entrevistas estruturadas e chegar à conclusão mais precisa sobre a *questão de classe* dos sujeitos presentes nos espaços que descrevi.

No mesmo sentido, se há interesse em discutir o discurso rap, por que não realizar trabalho de campo em festas rap ou na periferia e produzir conclusões a partir de discursos emitidos em locais próximos ao que desenvolvo o trabalho? Não tenho resposta para nenhuma destas perguntas; na verdade creio que todas estas combinações poderiam resultar em trabalhos bastante satisfatórios.

Iniciei o trabalho observando espaços de exercício livre da cidadania, sobretudo no turno da noite. A seleção dos espaços procurou evitar uma demarcação que propiciasse hipótese muito provável de ser confirmada. Se a delimitação recortasse um bairro de classe alta, creio que seria muito difícil fugir da hipótese da segregação. Se fosse estabelecido recorte em um bairro periférico, acho pouco provável a visualização de encontros e hibridismos rotineiros. Procurei, então, estabelecer um recorte *médio* ou *central*: espaços de lazer noturno com possibilidade de permanência fora de estabelecimentos de consumo (queria evitar a restrição de comportamentos causada pelo controle privado).

O trabalho de campo coincidiu tanto com uma empreitada moral ao bairro Cidade Baixa como com a utilização de espaços de exercício livre da cidadania em

locais abandonados, absolutamente desertos no turno da noite. Precisei alterar os espaços definidos previamente por exigência do próprio resultado parcial de pesquisa que havia obtido. Isto só foi possível, importante destacar, pelo espaço acadêmico em que estava construindo a tese e pelo conhecimento que tinha deste espaço. Não fiquei inseguro com a hipótese de ter o trabalho rejeitado por alterar o projeto, nem em ampliar o campo de pesquisa, já que o contato com o programa de pós-graduação e com o orientador indicava que o recorte metodológico deveria auxiliar, não confinar o trabalho.

Ampliei, então, os espaços de interação. O primeiro resultado foi a percepção de que não eram atitudes individuais desconexas, havia mais do que *festa* nos espaços ocupados, por mais festivos que fossem. De qualquer forma, espaços de *festa* sempre existiram, não seria preciso criar-se novos espaços, sobretudo pela dificuldade de gestão e segurança em locais absolutamente abertos no turno da noite. O segundo resultado do trabalho foi a visualização fática de problematizações que autores como Michel Maffesoli realizavam há bastante tempo: entrecruzamento flexível de uma multiplicidade de círculos cuja articulação forma as figuras da socialidade⁵⁹⁴.

Há atrito em conciliar o pensamento criminológico crítico com as leituras de uma sociologia/filosofia considerada *festiva*. Mas os resultados do trabalho de campo impuseram sua retomada. Havia confirmado a hipótese do projeto de tese, portanto: sim, existem espaços de exercício livre da cidadania nos quais inúmeros sujeitos transgridem o modelo de controle baseado no afastamento e na contenção da diferença.

Boa parte do trabalho de campo foi construído caminhando. No início, caminhava apenas pelos espaços delimitados. Conforme o desenvolvimento do trabalho, dediquei algumas caminhadas (sobretudo em dias destinados ao lazer particular) ao trânsito sem rumo; tinha algumas ideias por onde passar mas decidia o trajeto de acordo com o que ia sentindo nos espaços de fluxo.

Recorrentemente, o início e o fim das caminhadas eram realizados ouvindo música. O som que escuto com maior frequência é o rap. Era bastante contraditório, portanto, voltar para casa pensando nos desvios à cidade de muros enquanto

⁵⁹⁴ MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998, p. 169.

escutava “terra de arranha-céu/A garoa rasga a carne/É a torre de babel⁵⁹⁵”. Por vezes, desacreditei completamente do trabalho. Sentia-me “discutindo o barroco alemão durante o bombardeio de Dresden⁵⁹⁶”. Por outro lado, parecia que os sujeitos que transitavam pelos espaços do trabalho de campo estavam reagindo ao mesmo processo narrado nas letras rap. Demorei até expressar esta hipótese. As tradicionais divisões acadêmicas e a forma com que compreendia a criminologia crítica me levavam a crer que o controle sempre favorecia as camadas médias e altas, evidentemente com intensidades díspares. Não era provável que produzissem espaços cuja mensagem está em consonância com o projeto de grupos representativos de sujeitos periféricos.

Precisava, portanto, saber que discurso periférico é este que ameaçava tornar a pesquisa um guia turístico da noite *alternativa* porto-alegrense, sobretudo porque só seria possível afirmar que há sentido em um espaço de exercício livre da cidadania *da ponte pra cá* se houver, ao mesmo tempo, desejo de encontro *da ponte pra lá*. O conceito de camadas médias não é analítico, não se trata de um recorte preciso, sobretudo em locais onde a variação é extensa. Precisava de inspiração metodológica adequada a esta variação, o que tentei construir pela leitura de Gilberto Velho e Howard Becker: no caso de Gilberto Velho, a problematização sobre os mediadores culturais; no caso de Becker, a defesa da polifonia metodológica.

Passei a tentar compreender analiticamente o discurso rap, saber se os conflitos entoados com tanto ressentimento nas canções tornavam possível a utilização de espaços de exercício livre da cidadania, caso contrário estaria propondo a existência de um local de mediação para sujeitos impossibilitados absolutamente de frequentá-los (fática e/ou simbolicamente). Decidi, então, interpretar integralmente os dois primeiros álbuns do grupo Racionais MC's (as letras são mais literais, suscetíveis à descrição linear).

A análise — em conjunto com a leitura de outras obras já publicadas sobre o tema — permitiu concluir que há um projeto no discurso rap. O projeto precisa afirmar a segregação, nomeá-la, escancará-la. Isto não é a mesma coisa que afirmar que a segregação faz parte do projeto. Enquanto houver segregação, trata-se de

⁵⁹⁵ RACIONAIS MC's. Negro Drama. Mano Brown [Compositor]. In: **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min). Faixa 5 (5min 19s).

⁵⁹⁶ BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p.14.

confrontá-la através da autovalorização comunitária, o que é distinto de produzir fronteira com o intuito declarado da separação. O discurso é sinuoso e na última década parece ter assumido o rumo da mediação, como destaquei no início deste tópico. De qualquer forma, os jovens das camadas médias, por sua vez, parecem estar dispostos a arriscar o contato, abrir a porta, compartilhar a praça, arriscar: desviar, transgredir. As estratégias são diferentes, mas ambas respondem ao segregacionismo. Este foi o objetivo do capítulo anterior: demonstrar relações entre formas de socialidade produzidas em espaços distintos.

Não posso afirmar o impacto que os espaços de exercício livre da cidadania estão causando na lógica segregacionista da metrópole, como não posso afirmar que o projeto dos sujeitos periféricos presente no rap esteja alterando estatisticamente o modelo fraticida nas periferias. Mas há um projeto nas camadas médias que transgride a separação e há um projeto nas camadas periféricas que denuncia a separação. Creio que seja um elo comum e acredito que há espaços para tornar este elo, laço: laço político, laço afetual — enlaces que não escaramuçam a diferença. Leio o resultado do trabalho como uma mediação criminológica entre camadas culturais distintas que, por sua vez, estão realizando mediação cultural nos atravessamentos de suas vidas cotidianas: “A ditadura segue meu amigo Milton/A repressão segue meu amigo Chico/Me chamam Criolo e o meu berço é o rap/Mas não existe fronteira pra minha poesia, pai⁵⁹⁷”.

⁵⁹⁷ Disponível em: < <http://www.criolo.net/videos.html> >

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha. Homo Sacer III. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- AGIER, Michel, **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: uma fundamentação para o Direito Penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- ALIMENA, Carla Marrone. **Conflitualidades em trânsito**: discursos jurídicos e de gênero no G8-Generalizando (SAJU-UFRGS). 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32651/000788055.pdf?sequence=1>>. Acesso em 10 de maio de 2014.
- ALVAREZ, Marcos César. **Controle social**: notas em torno de uma noção polêmica. São Paulo: Perspectiva, v. 18, 2004.
- ALVES, Marcelo Mayora. **Entre a cultura do controle e o controle cultural**: um estudo sobre práticas tóxicas na cidade de Porto Alegre. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2010.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**: o controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo x cidadania mínima**: códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro, Revan, 2008.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 5 ed. Campinas: Papirus, 2005.
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. **Sociologia e justiça penal**: teoria e prática da pesquisa sociocriminológica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *Visões da Sociedade Punitiva: Elementos para uma Sociologia do Controle Penal*. In: GAUER, Ruth M. Chittó (org.). **Sistema penal e violência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social**. São Paulo: Cortez, 2004.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução a sociologia do direito penal**. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

BARTHES, Roland. **Fragments de um discurso amoroso**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BATISTA, Nilo. *Política criminal com derramamento de sangue*. In: **Revista Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade**. v. 5/6. Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1998.

BATISTA, Vera Malaguti (Org.). **Criminologia de cordel - Paz Armada**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BATISTA, Vera Malaguti (Org.). **Criminologia de cordel 2 – Tamborzão: A criminalização do Funk**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois Tempos de uma História**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Mundo consumo: ética do indivíduo em la aldea global**. Barcelona: Paidós, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECKER, Howard. A escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, Out. 1996. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 de Junho de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131996000200008>.

BECKER, Howard S. **Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BUARQUE, Chico. **Vida**; São Paulo: Universal Music, p 1980. 1 CD (ca. 45 min).

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: 34; São Paulo: Edusp, 2000.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 94, Nov. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 jun 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002012000300002>.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

CANETTI, Elias. **Masa y poder**. Barcelona: Munchnik, 1981.

CANEVACCI, Massimo. **Culturas extremas**: mutações juvenis nos corpos das metrópoles. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CANEVACCI, Massimo. **Fetichismos visuais**: corpos eróticos e metrópole comunicacional. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

CARVALHO, Salo. Criminologia cultural, complexidade e as fronteiras de pesquisa nas ciências criminais. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 81, São Paulo, 2009.

CARVALHO, Salo. In: PANDOLFO, Alexandre Costi; SONGHEN, Clarice. **Encontros entre Direito e Literatura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Lola Aniyar. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

CIDADE de Deus. Direção: Fernando Meirelles. Brasil: New Age, 2002. 1 DVD (130 min).

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência** – pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

COHEN, Albert K. **Transgressão e controle**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

COIMBRA, Cecília M. B. Modalidades de aprisionamento: processos de subjetivação contemporâneos e poder punitivo. In: BATISTA, Vera Malaguti; ABRAMOVAY, Pedro Vieira. **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

CRAIDY, Graça. Michel Maffesoli: A estetização é a rebelião do imaginário. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 16, 2006.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/>>. Acesso em: 2014-06-24.

DAMATTA, Roberto. **Conta de mentiroso**: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DAMATTA, Roberto. Sobre o ofício de ser etnólogo ou como ter “anthropological blues”. NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 23-25.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELMAS-MARTY, Mireille. **A imprecisão do Direito**: do código penal aos direitos humanos. Barueri: Manole, 2005.

DIETER, Maurício Stegemann. **Política criminal atuarial**: a criminologia do fim da história. Revan: Rio de Janeiro, 2013.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**: ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Lisboa: Edições 70, [s.d.].

DREYFUS, Hubert L. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 284.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Trad.: Hélder Godinho. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

DURAND, Gilbert. **Campos do imaginário**. Lisboa: Piaget, 1998.

DURAND, Gilbert. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998, P. 110.

EDIFÍCIO Master. Direção: Eduardo Coutinho. Brasil: Videofilmes: Imovision, 2002. 2 DVD (110 min).

ELBERT, Carlos Alberto. **Novo manual básico de criminologia**. Trad. Ney Fayet Júnior. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume I. São Paulo: Dominus, 1965.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume II. São Paulo: Dominus, 1965.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FERREL, Jeff. **Morte ao método**: uma provocação. Tradução de Salo de Carvalho. Publicado originalmente em: *Journal of Theoretical and Philosophical Criminology*, volume 1, número 1, 2009.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & escritos V**: ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...** Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**: na idade clássica. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Isto não é um cachimbo**. São Paulo: Paz e Terra, 1988

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Alpiarça: Passagens, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete, Petrópolis: Vozes, 1987.

FREDERICO, Celso. Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 27, n. 79, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 de julho de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000300017>.

GARCIA, W. Ouvindo Racionais MC'S. In: **Teresa**, São Paulo, n.4/5, p.171, 2003. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lb/images/stories/revista_teresa/teresa45.pdf> Acesso em 05 de maio de 2014.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GAUER, Ruth. **A fundação da norma**: para além da racionalidade histórica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

GAUER, Ruth M.Chittó. **Da diferença perigosa ao perigo da igualdade**. Porto Alegre: Civitas, v.5. n. 2. 2005.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1990.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.

GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 7 ed. Petrópolis: Vozes. 2000.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

HARVEY, D. et al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

HIRATA, Daniel Veloso. Vida Loka. In: CABANES, R; et al. **Saídas de Emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011.

KEHL, Maria Rita. **A fratria órfã**: conversas sobre a juventude. São Paulo: Olho d'Água 2008.

KEHL, Maria Rita. Radicais, raciais, racionais: a grande fratria do rap na periferia de São Paulo. In: **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 3, set. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de junho de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000300013>.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 4 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFRANC, Jean. **Compreender Nietzsche**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LEGROS, Patrick et al. **Sociologia do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LIMA, Renato Sérgio de e RATTON, José Luiz (Org.) **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbana; ANPOCS, 2011.

LINCK, José Antônio Gerzson. **A criminologia nos entre-lugares**: diálogos entre inclusão violenta, exclusão e subversão contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles. **A sociedade da decepção**. Barueri: Manole, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seus destinos nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarrola, 2004.

LOVEJOY, Arthur. **A grande cadeia do ser**: um estudo da história de uma ideia. São Paulo: Palíndromo, 2005.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MADAME Satã. Direção: Karim Ainouz. Brasil/França: Videofilmes: Imagem Filmes, 2002. 1 DVD (105 min).

MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

MAFFESOLI, Michel. **A parte do diabo**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MAFFESOLI, Michel. **A república dos bons sentimentos**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

MAFFESOLI, Michel. **A sombra de Dioniso**: Contribuição a uma Sociologia da Orgia. São Paulo: Zouk, 2005.

MAFFESOLI, Michel. **A violência totalitária**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis, Vozes, 1996.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia Compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno**: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. São Paulo: Zouk, 2003.

MAFFESOLI, Michel. **O mistério da conjunção**: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MAFFESOLI, Michel. **O ritmo da vida**: variações sobre o imaginário pós-moderno. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro**: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MAGNANI, José Guilherme Cantor et al (orgs.). **Jovens na metrópole**: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MELGAÇO, Lucas de Melo. **Securização urbana**: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04022011-105832/>>. Acesso em: 2014-06-04.

MELMAN, Charles. **O homem sem gravidade**: gozar a qualquer preço. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

MENEGAT, Marildo. **Estudos sobre ruínas**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

MENEGAT, Marildo. Prisões a céu aberto. In: BATISTA, Vera Malaguti; ABRAMOVAY, Pedro Vieira. **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, p. 207-224.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

MIL trutas, mil tretas. Direção: Ice Blue, Mano Brown, Roberto T. Oliveira. São Paulo: Imovision, 2006. 1 DVD (226 min), NTSC, cor.

MISSE, Michel. **Acusados e acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MISSE, Michel. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas. In: **Série Estudos**, n.91. Rio de Janeiro, 1995.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos**. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Sociologia: IUPERJ, Brasil, 1999.

MISSE, Michel. Michel Misse: Entrevista concedida a Renato Sérgio de Lima. LIMA, Renato Sérgio de e RATTON, José Luiz (Org.) **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbana; ANPOCS, 2011, p. 14-28.

NAGIB, Lúcia. **A utopia no cinema brasileiro**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

NIETZSCHE, F. W. **Ecce homo**: de como a gente se torna o que a gente é. Trad. Marcelo Backes. Porto Alegre: L&PM, 2003.

NIETZSCHE, F. W. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

OLMO, Rosa del. **A América Latina e sua criminologia**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

O INVASOR. Direção: Beto Brant. Brasil: Europa Filmes, 2001. 1 DVD (97 min).

O LEITOR. Direção: Stephen Daldry. EUA/Alemanha: Imagem Filmes, 2009. 1 DVD (124 min).

PAGODINHO, ZECA. **Noel Rosa**: cem anos de celebração. Som Livre, 2010.

PANDOLFO, Alexandre. **A criminologia traumatizada**: um ensaio sobre violência e representação dos discursos criminológicos hegemônicos no século XX. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2010, p. 33.

PASTANA, Débora Regina. **Cultura do medo**: Reflexões sobre Violência Criminal, Controle Social e Cidadania no Brasil. São Paulo: Método, 2003.

PENNA, João Camilo. **Escritos da sobrevivência**. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia**: O Paradoxo Brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PESSIN, Liane. **A potência do trágico na clínica psicanalítica**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PINTO NETO, Moysés da Fontoura. **O caso Pierre Rivière revisitado por uma Criminologia da Alteridade**. Revista de Estudos criminais, v. 8, n. 30 de jul./set. de 2008.

RACIONAIS MC's. **Escolha seu caminho**; Zimbabwe, p 1992. 1 CD (ca. 23 min).

RACIONAIS MC's. **Holocausto urbano**; Zimbabwe, p 1990. 1 CD (ca. 30 min).

RACIONAIS MC's. **Nada como um dia após o outro dia**; Cosa Nostra, p 2002. 2 CD (ca. 110 min).

RACIONAIS MC's. **Raio X do Brasil**; Zimbabwe, p 1993. 1 CD (ca. 38 min).

RACIONAIS MC's. **Sobrevivendo no inferno**; Cosa Nostra, p 1997. 1 CD (ca. 70 min).

RAINHA Diaba. Direção: Antônio Carlos Fontoura. Roteiro: Plínio Marcos. Brasil: Canto Claro, R.F. Farias, Filmes de Lírio e Ventania Filmes, 1974. (106 min), cor.

RAUTER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa Santos (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 777-814.

SILVA, Anazildo V. A lírica buarqueana. In: FERNANDES, Rinaldo de (org.). **Chico Buarque**: o poeta das mulheres, dos desvalidos e dos perseguidos. São Paulo: LeYa, 2013.

SILVA, Bezerra da. **Malandro rife**. São Paulo: RCA, p 1985. 1 CD (ca. 40 min).

SILVA, Hélio R. S. **Travestis**: entre o espelho e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SILVA, Juremir Machado da. **A miséria do cotidiano**: energias utópicas em um espaço moderno e pós-moderno. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1991.

SILVA, Juremir Machado da. **Anjos da perdição**: futuro e presente na cultura brasileira. Porto Alegre, Sulina, 1996.

SILVA, Juremir Machado. **As tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SILVA, Rogério de Souza. **A periferia pede passagem**: trajetória social e intelectual de Mano Brown. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

Disponível em: <

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000879867>> Acesso em: 2014-06-24.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Cia das Letras, 2003

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SOZZO, Maximo. Postneoliberalismo y política penal em Argentina. **Seminário Internacional Izquierda y Políticas Públicas de Seguridad Ciudadana**. UNES: Caracas, 2012.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Caminhos investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Org. de Marisa Vorraber Costa. Porto Alegre: Mediação, 1996,

VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia urbana**: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 13-28.

VELHO, Gilberto (org.). **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

VELHO, Gilberto. **Nobres & anjos**: um estudo de tóxicos e hierarquia. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.36-46.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e sociedade**: uma experiência de geração. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Pesquisas urbanas**: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. 4 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 2002.

VIANNA, Hermano. **O mundo funk carioca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

VIOLA, Paulinho da. **Paulinho da Viola**; São Paulo: EMI, p 1971. 1 CD (ca. 40 min).

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan 2005.

WHYTE, William-Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; VEIGA-NETO, Alfredo. **Estudos culturais da ciência & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

XIBERRAS, Martine. **A sociedade intoxicada**. Lisboa: Piaget, 1989.

XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão**. Lisboa: Piaget, 1994.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**: Exclusão Social, Criminalidade e Diferença na Modernidade Recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ZALUAR, Alba. **Da revolta ao crime S.A.** São Paulo: Editora Moderna, 1996.

ZAFFARONI, Raúl E.; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro: Teoria Geral do Direito Penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 2 ed.

ZAFFARONI, Raúl E. **Em busca das penas perdidas**. 5 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ZAFFARONI, Raúl E. **O inimigo no direito penal**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.